



Turma do Instituto Rio Branco 2015 - 2017

GUIA DO
ORLANDO LAGARTIXA

as melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2015

2016 - Permitida a reprodução parcial ou total, sem fins lucrativos, por qualquer meio, desde que divulgada a fonte.

Turma do Instituto Rio Branco 2015 - 2017

Adriano Bonotto
Alexandre de Paula Oliveira
Alexandre Pinto Dib
Ana Flavia Jacintho Bonzanini
Arthur Cesar Lima Naylor
Camilla Corá
Daniel Leão Sousa
Daniel Nogueira Chignoli
Ellen Cristina Borges Londe Mello
Gaétan I. M. Spielmann Moura
Guilherme Fernando Rennó Kisteumacher
Hudson Caldeira Brant Sandy
Isadora Loreto da Silveira
Jean Paul Coly
João Soares Viana Neto
Júlio Cesar de Jesus
Lucas Cortez Rufino Magalhães
Marcelo Cid Laraburu Nascimento
Maria Eduarda Paiva
Mariana da Silva Giafferi
Mariana Marshall Parra
Paulo Victor Figueiredo Valença
Pedro Barreto da Rocha Paranhos
Pedro Gazzinelli Colares
Ramiro Januário dos Santos Neto
Renato Barbosa Ferreira de Andrade
Riane Laís Tarnovski
Rodrigo Cruvinel Barenho
Thiago Braz Jardim Oliveira
Wallace Medeiros de Melo Alves

Capa: Gabriel Branchina Oliveira | Editoração: Raquel Bentes

T941

Turma do Instituto Rio Branco 2015 - 2017

Guia do Orlando Lagartixa : as melhores (e as piores)
respostas dos aprovados no CACD 2015 / Turma do Instituto Rio
Branco 2015 - 2017. - Brasília, 2016.

116 p.

1. Instituto Rio Branco 2. Diplomacia 3. Concurso de
Admissão à Carreira Diplomática. I. Título

DEDICATÓRIA

AUSÊNCIA

Carlos Drummond de Andrade

*Por muito tempo achei que a ausência é falta.
E lastimava, ignorante, a falta.
Hoje não a lastimo.
Não há falta na ausência.
A ausência é um estar em mim.
E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços,
que rio e danço e invento exclamações alegres,
porque a ausência, essa ausência assimilada,
ninguém a rouba mais de mim.*

Este Guia é dedicado à memória de Anariá C. Recchia Mourão Henrique,
cujo sonho, tão presente nestas páginas, permanecerá.

SUMÁRIO

PERFIL DOS APROVADOS 7

LÍNGUA PORTUGUESA

REDAÇÃO	14
REDAÇÃO 1 • 54,25	15
REDAÇÃO 2 • 50,50	16
REDAÇÃO 3 • 50,50	18
REDAÇÃO 4 • 49,50	19
REDAÇÃO 5 • 45,50	20
REDAÇÃO 6 • 45,50	21
REDAÇÃO 7 • 44,75	22
REDAÇÃO 8 • 44,25	23
REDAÇÃO 9 • 42,75	24
REDAÇÃO 10 • 41,75	25
REDAÇÃO 11 • 41,25	26
REDAÇÃO 12 • 40,25	27
REDAÇÃO 13 • 40,25	28
REDAÇÃO 14 • 40,00	29
QUESTÃO EXTRA • 35,60	31
PIOR NOTA • 35,35	32

EXERCÍCIO 1	34
RESPOSTA 1 • 17,63	35
RESPOSTA 2 • 17,51	35
RESPOSTA 3 • 17,51	35
PIOR NOTA • 10,51	36

EXERCÍCIO 2	36
RESPOSTA 1 • 19,75	37
RESPOSTA 2 • 18,88	37
RESPOSTA 3 • 18,75	37
QUESTÃO EXTRA • 16,13	37
PIOR NOTA • 13,00	38

INGLÊS

TRANSLATION A	39
TRADUÇÃO 1 • 15,00	40
TRADUÇÃO 2 • 14,50	40
TRADUÇÃO 3 • 14,50	41
PIOR NOTA • 06,50	41

TRANSLATION B	42
TRADUÇÃO 1 • 12,00	43
TRADUÇÃO 2 • 11,00	43
TRADUÇÃO 3 • 10,50	43
PIOR NOTA • 00,00	43

SUMMARY	44
RESPOSTA 1 • 13,00	44
RESPOSTA 2 • 12,50	45
RESPOSTA 3 • 11,50	45
QUESTÃO EXTRA • 05,50	46
PIOR NOTA • 06,00	46

COMPOSITION	47
RESPOSTA 1 • 39,50	48
RESPOSTA 2 • 38,50	48
RESPOSTA 3 • 38,00	49
PIOR NOTA • 17,50	50

HISTÓRIA

QUESTÃO 1	51
RESPOSTA 1 • 30,00	52
RESPOSTA 2 • 30,00	53
RESPOSTA 3 • 28,00	54
PIOR NOTA • 08,00	55

QUESTÃO 2	56
RESPOSTA 1 • 30,00	57
RESPOSTA 2 • 30,00	57
RESPOSTA 3 • 29,00	59
PIOR NOTA • 17,00	60

QUESTÃO 3	60
RESPOSTA 1 • 20,00	61
RESPOSTA 2 • 20,00	62
RESPOSTA 3 • 20,00	63
QUESTÃO EXTRA • 18,00	64
PIOR NOTA • 16,00	64

QUESTÃO 4	65
RESPOSTA 1 • 20,00	66
RESPOSTA 2 • 20,00	66
RESPOSTA 3 • 20,00	67
QUESTÃO EXTRA • 20,00	68
PIOR NOTA • 13,00	68

GEOGRAFIA

QUESTÃO 1	70
RESPOSTA 1 • 30,00	71
RESPOSTA 2 • 30,00	71
RESPOSTA 3 • 30,00	72
PIOR NOTA • 12,00	73

QUESTÃO 2	74
RESPOSTA 1 • 15,00	75
RESPOSTA 2 • 15,00	76
RESPOSTA 3 • 14,00	76
PIOR NOTA • 07,00	77

POLÍTICA INTERNACIONAL

QUESTÃO 3	79
RESPOSTA 1 • 27,00	80
RESPOSTA 2 • 26,00	80
RESPOSTA 3 • 26,00	81
PIOR NOTA • 20,00	82

QUESTÃO 4	65
RESPOSTA 1 • 18,00	84
RESPOSTA 2 • 17,00	85
RESPOSTA 3 • 16,00	85
PIOR NOTA • 02,00	86

ECONOMIA

QUESTÃO 1	88
RESPOSTA 1 • 30,00	89
RESPOSTA 2 • 30,00	89
RESPOSTA 3 • 29,00	90
PIOR NOTA • 26,00	91

QUESTÃO 2	92
RESPOSTA 1 • 30,00	92
RESPOSTA 2 • 29,00	93
RESPOSTA 3 • 27,00	94
PIOR NOTA • 15,00	95

QUESTÃO 3	96
RESPOSTA 1 • 15,00	97
RESPOSTA 2 • 15,00	97
RESPOSTA 3 • 14,00	98
PIOR NOTA • 12,00	99

QUESTÃO 4	99
RESPOSTA 1 • 16,00	99
RESPOSTA 2 • 16,00	100
RESPOSTA 3 • 16,00	100
PIOR NOTA • 14,00	101

DIREITO

QUESTÃO 1	102
RESPOSTA 1 • 30,00	103
RESPOSTA 2 • 30,00	103
RESPOSTA 3 • 28,00	104
PIOR NOTA • 21,00	105

QUESTÃO 2	106
RESPOSTA 1 • 30,00	106
RESPOSTA 2 • 30,00	107
RESPOSTA 3 • 30,00	107
PIOR NOTA • 27,00	108

QUESTÃO 3	109
RESPOSTA 1 • 20,00	110
RESPOSTA 2 • 20,00	110
RESPOSTA 3 • 20,00	111
PIOR NOTA • 13,00	111

QUESTÃO 4	112
RESPOSTA 1 • 20,00	112
RESPOSTA 2 • 20,00	113
RESPOSTA 3 • 20,00	114
PIOR NOTA • 14,00	114



2

Apresentação

Gnus. Calangos. Lagartixas. Ano após ano, os candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD) são apresentados a animais inusitados, cuja função é representar o espírito da nova Turma de diplomatas que ingressa no Instituto Rio Branco. Embora a fauna se expanda, o objetivo do Guia do Orlando Lagartixa é equivalente ao de seus antecessores: auxiliar na preparação para a terceira fase do CACD por meio da apresentação das melhores e piores questões dos candidatos aprovados.

Na esteira do Filhote de Gnu e do Calango Lumbrera, o Orlando Lagartixa apresenta as três melhores respostas para cada questão e a pior delas, bem como os recursos dos candidatos e as respectivas respostas da banca. Note-se que alguns colegas desejaram manter-se anônimos em todas as questões que redigiram, o que foi respeitado. Por sua vez, no intuito de manter a “tradição em renovar-se”, o Guia apresenta “Respostas Extras” para algumas das questões. Nelas, o leitor encontrará erros factuais, fugas ao tema e deslizes dos candidatos que se, em alguns casos, não prejudicaram seu desempenho, em outros, tiveram de ser

compensados pelas notas das demais questões. Essas respostas demonstram que o CACD não exige perfeição, mas, sim, candidatos equilibrados o suficiente para vencer uma maratona extenuante de provas, sem se deixar abalar por um deslize ou outro no percurso.

A capacidade de resiliência demandada pelo CACD inspirou a escolha da Lagartixa como símbolo heráldico do Guia. Trata-se de animal que se adapta a distintas circunstâncias, escala obstáculos e, em situações de perigo, é capaz de regenerar-se. Concomitantemente, as lagartixas são animais presentes no cotidiano de todos, sem causar alarde quando escalam paredes ou percorrem dutos de ar-condicionado. Com a imagem da lagartixa, a Turma busca destacar que os aprovados no CACD se distanciam da imagem do diplomata brasileiro inacessível. Oriundos de todas as regiões do Brasil, seu mérito foi o de conseguirem adaptar-se aos diversos tipos de desafios propostos pelas provas. Um dos mais marcantes, indubitavelmente, foi a interpretação do excerto da obra de Virginia Woolf, Orlando, que, por isso, cede seu nome ao guia.

Na presente edição, foram mantidas as análises estatísticas sobre o perfil dos candidatos. É importante esclarecer que as

descrições não têm por objetivo estabelecer o trajeto ideal de preparação a ser seguido, e, sim, demonstrar que existe uma pluralidade de caminhos possíveis para se chegar à aprovação. No Instituto Rio Branco, histórias de dedicação exclusiva ao concurso convivem harmoniosamente com caminhos mais heterodoxos - de alunos que começaram a trabalhar, casaram, tiveram filhos e, posteriormente, passaram. Em se tratando do CACD, não há como se estabelecer um padrão de aprovação a ser seguido e, felizmente, por não haver resposta única, são múltiplas as trajetórias de êxito que se apresentam aos candidatos.

No ano de 2015, o livro que mais conquistou espaço na mala para a ilha deserta foi Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa. A travessia tortuosa do sertanejo Riobaldo traz grandes ensinamentos aos que se aventuram a acompanhá-la; um deles, em especial, é um conselho valioso para aqueles que optam por prestar um concurso que demanda grande dedicação do candidato e daqueles que o cercam. Nas palavras de Riobaldo, “a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”. Boa coragem na caminhada!

Turma 2015-2017



O Perfil dos aprovados no CACD 2015

Antes de apresentar as melhores e as piores respostas do CACD 2015, gostaríamos, introdutoriamente, de dedicar algumas páginas ao autor: a Turma 2015-2017 do Instituto Rio Branco. Por se tratar de uma obra coletiva, cabe-nos deixar de lado, por ora, a trajetória pessoal de cada um de nós e focar-nos nos traços gerais que formam o perfil dos aprovados. Esperamos, com isso, desconstruir alguns mitos sobre o CACD, ilustrar algumas tendências e aproximar os candidatos da realidade de ser aprovado.

Somos trinta os integrantes da Turma 2015-2017, sendo oito mulheres e vinte e dois homens. Em poucas palavras, somos uma turma de juristas e de mineiros, cuja idade média, na data da posse, era de 28,5 anos. Em média, cada um de nós dedicou 3,4 anos de preparação para o CACD e chegou a passar na primeira fase 2,3 vezes antes de ser aprovado. Contudo, se você apenas saiu da universidade e está impaciente com os estudos, não desanime. Sete dos aprovados tinham 25 anos ou menos na data da posse e quatro foram aprovados na primeira tentativa, um deles com menos de um ano de preparação. Do mesmo modo, não pense que é tarde para passar no CACD. Três dos aprovados tinham 35 anos ou mais e, para sete de nós, a aprovação só veio após 5 anos ou mais de dedicação. Antes de apresentarmos os gráficos ilustrativos do perfil dos aprovados em 2015, é preciso fazer a ressalva de que não há um caminho único para a aprovação e de que as estatísticas não se sobrepõem ao esforço e à perseverança individuais.

Estado de origem dos aprovados

A participação dos Estados de nascimento dos aprovados no CACD 2015 sugere uma maior diversificação de origem dos diplomatas, com predominância de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Apesar disso, em sua maior parte, os aprovados são naturais das capitais de seus Estados, sendo que 16% provêm de cidades menores.

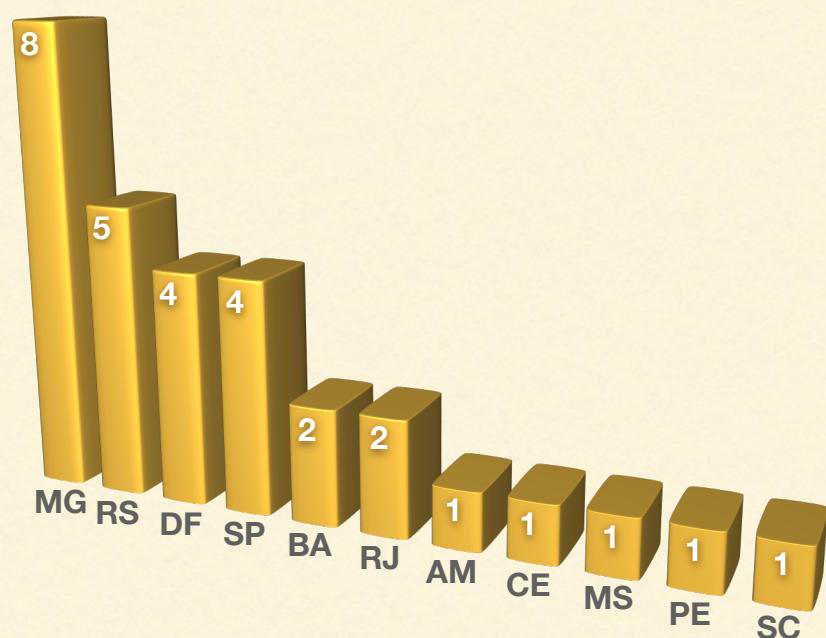


Gráfico 1: Estado de origem dos aprovados

Participação de mulheres entre os aprovados

Com oito novas diplomatas em 2015 (27% dos aprovados), o número de mulheres empossadas permanece inferior ao de homens, embora, em geral, as mulheres tenham demorado um ano a menos do que a média para serem aprovadas no CACD.

Formação dos aprovados na graduação

Predominou, entre os aprovados, a formação em Direito, embora os formados em Relações Internacionais, segundos mais numerosos, tenham, em média, demorado menos tempo para serem aprovados no CACD. Em termos de instituição de ensino, houve relativa diversificação, com destaque para as universidades públicas dos Estados de origem dos aprovados. Além disso, 24% dos aprovados possuía mestrado.

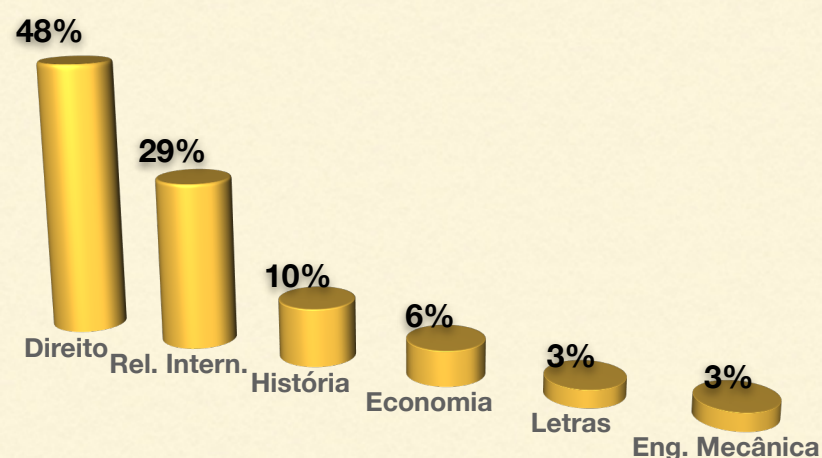


Gráfico 2: Área de formação dos aprovados na graduação

Em geral, os candidatos dedicaram cerca de 3,5 anos de estudo até serem aprovados na carreira.



Gráfico 3: Média de anos de estudo ao CACD dos aprovados por graduação.

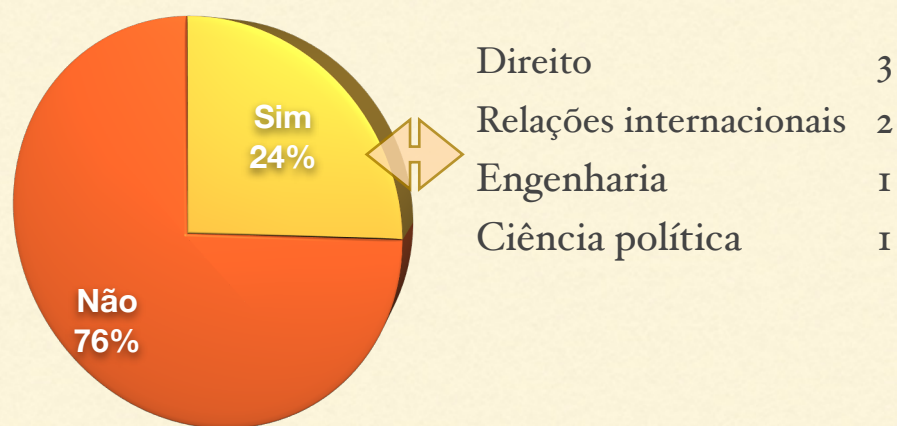
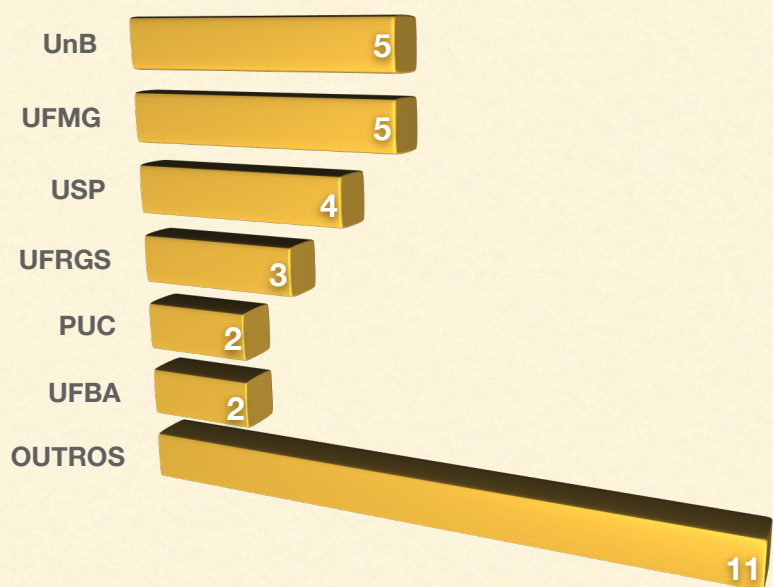


Gráfico 5: Parcela de aprovados com mestrado e área de pós-graduação.



OUTROS: UFPE | UFRJ | UFSC | UNESP | UniCamp | FGV | Insper | Faculdade Milton Campos | John Cabot University | La Sapienza | Aristotle University of Thessaloniki

Gráfico 4: Universidades de formação dos aprovados.

A preparação dos candidatos

O recurso aos cursinhos em algum momento da preparação foi necessário para a quase totalidade dos aprovados, embora haja duas notáveis exceções. Nesses dois casos, em que os aprovados concorreram em ampla concorrência, chama a atenção o fato de o tempo de estudos até a aprovação ter sido substancialmente inferior à média. É ainda notável que parte expressiva dos aprovados tenha realizado sua preparação em localidades distantes das sedes dos principais cursos preparatórios, sem que isso tenha ocasionado demora adicional até a aprovação, senão o contrário.



Brasília (13) | São Paulo (7) | Belo Horizonte (4) | Rio de Janeiro (3) | Genebra (2) | Porto Alegre (2) | Campo Grande (1) | Florianópolis (1) | Rio Claro/Campinas (1)

Gráfico 6: Cidade de preparação dos aprovados.

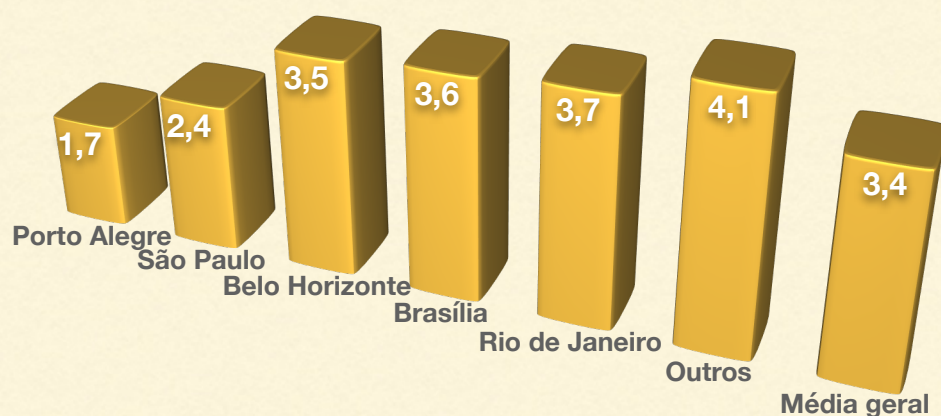


Gráfico 7: Média de anos de estudo por cidade de preparação.

A dúvida recorrente entre os candidatos ao CACD sobre se é possível conciliar trabalho e estudo também é respondida de

forma inusitada pelo perfil dos aprovados em 2015. Nada menos que 40% dos novos diplomatas trabalhava em regime de 40 horas semanais até o momento da posse e, ao contrário do que se poderia imaginar, esse dado praticamente não teve influência sobre a produtividade dos aprovados. Como se nota no Gráfico 8, a diferença de tempo de estudo entre os aprovados que trabalhavam e aqueles que não trabalhavam foi, em média, insignificante.

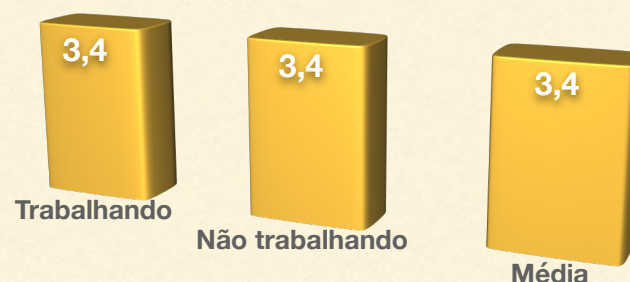


Gráfico 8: Média de anos de estudo dos aprovados trabalhando ou não.

Preferências pessoais dos aprovados

Nesta seção, selecionamos alguns dados dos aprovados no CACD em 2015 apenas para sanar a curiosidade dos candidatos e descontrair o leitor antes de, finalmente, passarmos para o conteúdo central deste guia. Além disso, esperamos afastar alguns misticismos ligados ao concurso e demonstrar, definitivamente, que não é preciso ter bom gosto em todos os aspectos da vida para tornar-se diplomata.

O Gráfico 9, por exemplo, demonstra que o fato de seu time de futebol ter sido rebaixado da série A ou ter perdido a Libertadores não é (necessariamente) um sinal de que você não passará no concurso este ano.

Finalmente, a lista a seguir responde à pergunta que todos os candidatos ao CACD 2015 devem ter-se perguntado em algum momento: que livro os aprovados no concurso escolheram levar para uma ilha deserta?

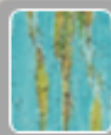


Gráfico 9: Opção de time de futebol dos aprovados

Livro que levaria para a ilha deserta (e quantas vezes foi indicado!):



Grande Sertão: Veredas,
Guimarães Rosa (5)



Atlas (1)



A Bíblia Sagrada (1)



Caderno em branco (1)



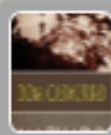
Cândido ou o Otimismo,
Voltaire (1)



A Comédia Humana, Balzac
(1)



*Dicionário de Filosofia de
Cambridge* (1)



Dom Casmurro, Machado de
Assis (1)



Dom Quixote, Cervantes (1)



Enciclopédia (1)



Ficções, Jorge Luís Borges (1)



Huis Clos, Sartre (1)



A Ilíada, Homero (1)



Livro de Receitas (1)



Os Lusíadas, Camões (1)



Manual de História da Arte
(1)



*Mente do Ser Humano
Primitivo*, Franz Boas (1)



A rosa do povo, Carlos
Drummond de Andrade (1)



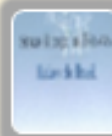
Obras Completas, Machado
de Assis (1)



Primeiras Estórias,
Guimarães Rosa (1)



*Qualquer coisa menos um
dicionário* (1)



Raízes do Brasil, Sérgio
Buarque de Holanda (1)



Rayuela, Cortázar (1)



Sentimento do Mundo, Carlos
Drummond de Andrade (1)



Tratado Lógico-Filosófico,
Wittgenstein (1)



Vidas Paralelas, Plutarco (1)

Respostas - observações preliminares

Após o enunciado de cada uma das questões que compõem a prova do CACD 2015, os candidatos encontrarão uma menção à média e ao desvio padrão das notas dos aprovados para aquele exercício. É, ainda, feita uma distinção entre as notações estatísticas dos aprovados na categoria concorrência ampla e afrodescendente para melhor apreensão do seu significado prático.

Ao apresentar a média simples das notas dos aprovados em cada questão, procura-se compensar o fato de apenas estarem representadas neste guia as melhores e as piores respostas do CACD 2015.

Os candidatos poderão, dessa forma, ter uma ideia de qual seria o desempenho médio esperado em cada prova para garantir a aprovação. Já o desvio padrão representa uma medida da variação das notas dos aprovados em relação à nota média para cada questão. Um desvio padrão maior significa, portanto, uma maior variabilidade de notas naquela questão, enquanto um desvio padrão menor indica que as notas dos aprovados estiveram, de modo geral, situadas em torno da média.

Desse modo, graças a essa medida, os candidatos poderão estimar quais questões tiveram maior impacto sobre a diferença na nota final dos aprovados.



3

Língua Portuguesa Redação

REDAÇÃO

Há hoje, entre nós, numerosos salvadores e “grandes” pregadores do espírito nacional. A lembrança de Camões, mais ou menos estruturada à fisionomia ardente de Péguy, incita nossos escribas, determinados a desvendar o segredo das agruras políticas que nos castigam. Que Deus me afaste de semelhante infantilidade, de tão enfatuada tolice. Se procuro com certa insistência aquilo que poderia me indicar a marca de um “espírito brasileiro”, é para definir a mim mesmo e encontrar em meu íntimo a permanência desses valores nacionais que determinam a existência de um verdadeiro escritor. E, se assim procedo, é exatamente porque não sinto muito vivas as minhas raízes, sofro antes de uma carência que me põe constantemente inquieto e me faz debruçar sobre todos esses tristes problemas com um mal-estar que se avizinha da repugnância. Não fossem a certeza de que uma essência verdadeira existe, em qualquer escuro desvão desse país de ambições diminutas (a ambição, como o apetite, é um dos sintomas mais vivos de vitalidade), e a certeza sobre o fato de podermos adaptar livremente nossos sonhos de realidade e sobrevivência, talvez de há muito tivesse deixado de remoer essas questões; resta que não somos escritores em vão, como um instrumento vibrado pelo vento: nosso destino, queiramos ou não, está estreitamente vinculado à terra em que nascemos. Deus me livre de ser um artista exótico e sem nacionalidade, um desses despaisados que se adaptam a qualquer lugar e que compõem os buracos de qualquer paisagem necessitada... Antes de sermos identificados à terra obscura que nos gerou, jamais poderemos atingir a posição de lucidez e de calma — e, por que não acrescentar, de luminosa humildade — que nos colocará acima dos litígios, estreitamente vinculados à voz que exprime o que de mais saudável e de mais profundo caracteriza a fisionomia permanente de um povo.

*LUCIO CARDOSO. DIÁRIO COMPLETO. RIO DE JANEIRO: JOSÉ OLYMPIO/INL, 1970, P. 54-5
(COM ADAPTAÇÕES).*

Tendo por fundamento as ideias defendidas pelo autor do texto acima, discuta o que é ser um diplomata brasileiro.

REDAÇÃO I • 54,25

Pedro Barreto da Rocha Paranhos

1. Extensão do texto: 600 a 650 palavras
2. Valor: 60,00 pontos
3. Média: 42,6 amp. / 39,2 afro.
4. Desvio padrão: 5,1 amp. / 3,5 afro.

Ser um diplomata brasileiro é acreditar no potencial de um país que, em meio a avanços e recuos, vem forjando seu lugar no mundo como defensor da ideia do desenvolvimento como condição para a convivência pacífica entre as nações. Nesse sentido, o diplomata brasileiro é, sobretudo, um crente que, com plena consciência das possibilidades e das contingências nacionais, procura defender o interesse do Brasil no mundo. A fim de executar a sua tarefa, o diplomata passa por processo de consolidação identitária similar ao do escritor Lucio Cardoso. O diplomata, assim como o escritor, deve identificar-se com o Brasil, ciente do fato de que seu destino está estritamente vinculado ao país.

A primeira ideia de Lucio Cardoso é a de ser uma tolice a definição do Brasil de forma generalizada. O autor não almeja ser um pregador do nacionalismo brasileiro, mas, sim, identificar elementos nacionais que definam sua identidade como escritor. Em contraste com a abordagem individualista de Cardoso, o diplomata tende a ser um generalista, dado que é o profissional que representa o país como um todo. Essa representação é embasada em conhecimento profundo das ideias de autores que, em diferentes momentos históricos, definiram características centrais da identidade nacional. Pode-se identificar, nas obras de Joaquim Nabuco e Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, a questão central do nacionalismo brasileiro, que é a necessidade de superação da dívida social, resultante do longo regime escravocrata. Para o diplomata brasileiro, essa pertinente generalização fundamenta a defesa da inclusão social e do combate à pobreza como condicionantes do desenvolvimento e da paz mundiais.

Em sua reflexão identitária, Lucio Cardoso identifica como motivação a certeza tanto da existência de verdadeira essência nacional quanto da liberdade de adaptação dos sonhos e da realidade brasileira a diferentes contextos. Para o diplomata brasileiro, essa ideia é o fundamento de sua atuação profissional. A essência nacional é a característica de superação de desafios, sejam sociais, políticos ou econômicos. Ao contrário de Cardoso, que acredita que o país não tem ambições, o diplomata brasileiro interpreta a possibilidade de adaptação de sonhos como oportunidade para a construção de ambições que reflitam a realidade do Brasil, que é o quinto maior país do mundo, em termos de população e território, e a oitava economia do planeta. É exemplar, nesse sentido, a legitimidade do pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Seguindo o texto de Lucio Cardoso, o ponto de maior aproximação entre a tomada de consciência do escritor e a do diplomata é a ideia de que o destino de ambos está inexoravelmente vinculado ao Brasil. De acordo com Cardoso, a identificação com a pátria permite ao escritor obter a lucidez e a calma necessárias ao discernimento dos aspectos mais positivos do povo brasileiro. Similarmente, o diplomata deve estar **embuído** de ambos o sentimento patriótico e o conhecimento do país, de modo a, como defendido pelo patrono da diplomacia brasileira, carregar o Brasil consigo onde quer que esteja. Nesse sentido de formação do diplomata, cabe destacar a atuação do Instituto Rio Branco, que celebra, em 2015, o seu septuagésimo aniversário.

De modo similar ao escritor em Cardoso, ser um diplomata brasileiro é buscar uma vocação nacional que lhe permita enxergar oportunidades e soluções onde outros veem desafios e problemas. O diplomata deve ter um conhecimento profundo do Brasil, tanto no âmbito das ideias de formação nacional quanto na esfera das características atuais do país. Dessa forma, o diplomata brasileiro pode consolidar a consciência da necessidade de superação de mazelas sociais por meio do desenvolvimento. Pode, por fim, defender a ideia principal da política externa brasileira: a paz e o desenvolvimento são indissociáveis.

EXTENSÃO DO TEXTO: 606 PALAVRAS.

Avaliação:

1. Apresentação / Impressão geral do texto: 10/10
2. Capacidade de argumentação: 7,50/10
3. Capacidade de análise e reflexão: 8,75/10
4. Total Aspectos Macroestruturais: 26,25/30
5. Correção Gramatical e qualidade da linguagem: 28/30.
 - a. Número de erros: 2
 - b. Penalização por grafia/accentuação: 1
 - c. Penalização por morfossintaxe: 1
 - d. Penalização por propriedade vocabular: 0
 - e. Penalização por excesso de palavras: 0

REDAÇÃO 2 • 50,50

Camilla Corá

De acordo com Lucio Cardoso, o destino dos escritores está vinculado ao local onde nasceram. O diplomata, encarregado de representar a nação brasileira perante a comunidade **internacional, pode ser compreendido, por meio da mesma perspectiva** [1]. Em que pese ideias antiquadas sobre o distanciamento entre a diplomacia e a sociedade, o serviço exterior, atualmente, inclui membros de diversos grupos socioeconômicos e dialoga com a população acerca da formulação e da condução da política externa brasileira. Ao aproximar-se dos cidadãos, a diplomacia brasileira legitima suas funções representativas e fortalece a identidade nacional, em seus aspectos voltados à inclusão, à democracia e ao pacifismo.

Em décadas passadas, a diplomacia era associada ao elitismo. Em função de deficiências do sistema internacional e do relativo desinteresse pelos temas internacionais, os diplomatas trabalhavam em contexto de isolamento da população – por vezes, sequer retornavam ao Brasil, como retratado por Machado de Assis, em Memorial de Aires. Atualmente, graças a avanços na diminuição da desigualdade social e às oportunidades abertas pelas ações afirmativas e pelos concursos públicos, os diplomatas brasileiros constituem grupo mais representativo da totalidade da população, o que valida a atuação da diplomacia em nome da sociedade brasileira. Assim como a ordem internacional deve refletir a variedade dos países e de seus anseios, o serviço exterior brasileiro deve favorecer a inclusão de membros de todos os setores da população – notadamente aqueles marginalizados –, a fim de tornar-se mais democrático e, conseqüentemente, mais eficaz.

O diplomata brasileiro representa país entusiasta dos princípios democráticos. No trigésimo aniversário da redemocratização, crescem as demandas populares por maior transparência institucional. O Ministério das Relações Exteriores tem demonstrado empenho em dialogar com a sociedade civil, ao promover o contato direto com a população – por meio das mídias sociais e de debates públicos – e ao solicitar a opinião dos cidadãos sobre a formulação e a condução da política externa, conforme evidenciado pelas consultas sobre mudanças climáticas. Amparado por iniciativas de abertura institucional do Itamaraty, o diplomata brasileiro pode atender às necessidades do povo a que serve, o que consolida a adesão da sociedade aos princípios da política externa. O diplomata brasileiro, além de representante, negociador e observador, é burocrata, que deve prestar contas à população e reavaliar prioridades, de acordo com as preferências da coletividade.

O desenvolvimento é objetivo primordial da política externa brasileira. Progressos socioeconômicos, **proporcionados por iniciativas governamentais** voltadas à redistribuição de renda [2], possibilitam atuação propositiva da diplomacia brasileira em questões de desenvolvimento. O diplomata brasileiro defende, no cenário internacional, a interdependência entre princípios fundamentados na Constituição Federal: a paz e o desenvolvimento. O engajamento a favor da democratização das instâncias multilaterais, como a Organização das Nações Unidas, é sustentado pela convicção de que não há alternativa à cooperação a favor do desenvolvimento, uma vez que a segurança internacional depende da diminuição das desigualdades socioeconômicas e da atenção às comunidades

vulneráveis. A priorização do desenvolvimento sustentável – em suas dimensões econômicas, sociais e ambientais – e seu vínculo à manutenção da paz fazem parte dos “valores nacionais”, nas palavras de Lucio Cardoso, e dos paradigmas que orientam a ação dos diplomatas brasileiros.

O diplomata brasileiro é interlocutor entre os cidadãos nacionais e os de outros países. Além de, por sua composição, representar os diferentes grupos étnicos e sociais que formam a sociedade brasileira, o serviço diplomático defende os parâmetros que fundamental a identidade nacional, como a democracia, a paz e o desenvolvimento. Uma vez que o diplomata possibilita o diálogo com outras civilizações, o processo contínuo de formação da brasilidade depende da atuação da diplomacia. O diplomata defende, sobretudo, as ambições da nação brasileira – que não são diminutas, ao contrário do que afirma Cardoso [3].

EXTENSÃO: 600 PALAVRAS

Avaliação:

1. Apresentação / Impressão geral do texto: 8,75
2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 7,50
3. Capacidade de análise e reflexão: 6,25
4. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema 22,50
5. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 28,00
 - a. Número de erros 2
 - b. Penalização por grafia/acentuação: 0
 - c. Penalização por morfossintaxe: 2
 - d. Penalização por propriedade vocabular: 0
 - e. Penalização por excesso de palavras: 0

[1] Erro de morfossintaxe

Recurso foi indeferido com a seguinte explicação: “No trecho “O diplomata, encarregado de representar a nação brasileira...., pode ser compreendido, POR MEIO da mesma perspectiva”, verifica-se estrutura de voz passiva analítica em que o agente da ação expressa pelo verbo “compreender” vem expresso não na função de agente da passiva, mas, sim, na função de adjunto adverbial de meio, o qual, nesse contexto, não exerce, portanto, função acessória que possibilite o emprego de vírgula que isole esse termo do verbo a que está relacionado. Trata-se de termo argumental. (V. Bechara. Moderna gramática portuguesa. RJ: Nova Fronteira/Lucerna, 2009, p. 4124). Ainda, o mais coerente, nesse contexto, seria que se tivesse feito referência ao DESTINO (ou à vocação, aptidão) do diplomata, que poderia ser visto na mesma perspectiva do “destino dos escritores”, para o devido paralelismo semântico com a ideia exposta na primeira linha do texto da prova.”

[2] Erro de morfossintaxe

Recurso foi indeferido com a seguinte explicação: “Registra-se erro referente ao emprego de vírgula para separar oração subordinada adjetiva restritiva, visto que, inegavelmente, nem todo progresso socioeconômico é “proporcionado por iniciativas governamentais voltadas à redistribuição de renda”. No contexto em questão, esse tipo específico de progresso econômico é que possibilita a “atuação propositiva da diplomacia”, haja vista a menção, logo abaixo, nas linhas 57-8, à “diminuição das desigualdades socioeconômicas” e à “atenção às comunidades vulneráveis”, das quais depende “a segurança internacional”, conforme palavras do próprio candidato. Verifica-se, no parágrafo, o desenvolvimento da ideia desse tipo de progresso socioeconômico, que motiva a ação dos diplomatas.”

[3] Majoração da nota

Recurso solicitando majoração da nota de conteúdo foi indeferido com a seguinte explicação: “A redação cita o texto de Lúcio Cardoso, mas não discute com a profundidade esperada as principais questões por este suscitadas (como exigiria ter o texto como fundamento, conforme o enunciado). Poderiam ter sido melhor explorados elementos presentes no texto de Cardoso (discussão problematizante sobre a suposta “essência nacional”, e a oscilação entre elementos de exaltação e de crítica ao país, p.ex.) com vistas à discussão da situação do diplomata brasileiro. Há também deficiências de estilo e coerência. As notas atribuídas refletem o reconhecimento dos méritos da redação, mas também de suas deficiências, não devendo ser majoradas.”

Em Diário completo, Lucio Cardoso exprime a necessidade de identificar em si próprio os valores nacionais necessários à existência de um escritor genuíno. O autor qualifica a consciência da nacionalidade como requisito para que expresse “o que de mais saudável e de mais profundo caracteriza a fisionomia permanente de um povo”. A mesma necessidade de expressão apresenta-se ao diplomata, em suas tarefas essenciais de representar, informar e negociar em nome de sua nação. A consciência do diplomata acerca da identidade nacional é condição necessária para o exercício adequado de sua função como mandatário do país. No Brasil, a construção de uma identidade nacional autêntica **necessitou superar** [1] a dependência cultural, política e econômica em relação ao continente europeu, em um processo que exerceu influência significativa sobre a inserção internacional e a atividade diplomática do país.

A construção da identidade nacional brasileira foi um processo gradual e lento, porém irreversível. Nos anos que se seguiram à independência do Brasil, a ausência de referências culturais próprias determinou proposta pouco original de definição da identidade brasileira, porquanto o ideal de nacionalidade foi afirmado com base em cânones culturais europeus. A idealização da natureza tropical e da população nativa, no Romantismo, e as categorias de raça e meio geográfico, no Realismo, contribuíram para a conformação de uma “estrutura de sentimento colonizado”, segundo expressão de Edward Said. Essa tendência de inferiorização da identidade nacional foi superada apenas com a revolução culturalista promovida pelo Modernismo, a partir da década de 1920. Segundo o conceito de antropofagia, os autores modernistas propuseram a valorização das tradições autóctones e a assimilação crítica de influências culturais estrangeiras, o que conferiria ao país inserção internacional criativa e diferenciada.

A evolução do conceito de identidade nacional teve relevância fundamental para o exercício da atividade do diplomata brasileiro. Silviano Santiago afirma que a identidade brasileira se define com base em um “entre-lugar”, intermediário à expressão autêntica e à assimilação de influências externas. Essa posição singular do Brasil permitiu à diplomacia brasileira, sobretudo a partir do século XX, assumir orientações autênticas, que equilibrassem os condicionamentos externos e a consecução do interesse nacional. A “equidistância pragmática” entre Estados Unidos e Alemanha, na década de 1930, a orientação universalista da Política Externa Independente no contexto bipolar da Guerra Fria e a “autonomia pela diversificação de parcerias”, desde a década passada, atestam o “entre-lugar” original da diplomacia brasileira, formulado com base em identidade nacional igualmente autêntica.

Assim como a identidade cultural que representa, o diplomata brasileiro deve compreender-se como síntese entre tradição nacional e inovações alheias. A atividade do diplomata do Itamaraty exige o respeito aos tradicionais princípios que definem a atuação internacional do Brasil como política de Estado, a exemplo do pacifismo, da juridicidade e do multilateralismo. A manutenção de tradições, contudo, não deve excluir a possibilidade de que o diplomata brasileiro proponha inovações à política externa do país, em consonância com a

evolução do contexto internacional. A relação dialética entre tradição e inovação determina que, ao inovar, o diplomata brasileiro esteja consciente da tradição de autonomia do Brasil, como país que surgiu à margem dos centros internacionais de poder e que visa a instaurar ordem global mais justa e equitativa. Os recentes conceitos de “diferenciações concêntricas” em matéria ambiental e de “responsabilidade ao proteger” atestam a capacidade do diplomata brasileiro de inovar, com base na tradicional defesa da autonomia nacional.

A identificação à terra natal, de que fala Lucio Cardoso, implica, no caso brasileiro, não a intolerância de um nacionalismo excessivo, **mas sim** [2] o equilíbrio de tensões entre o nacional e o estrangeiro, do qual deve derivar identidade original. O diplomata brasileiro é, por excelência, a personificação desse processo dialético: aberto à influência externa, pela essência de sua profissão, concilia-a com a defesa autônoma do país. Trata-se, portanto, de plena expressão do lema modernista de Mário de Andrade, segundo o qual “precisamos ser nacionais, para que possamos ser universais”.

EXTENSÃO DO TEXTO: 643 PALAVRAS

Avaliação:

1. Apresentação 7,50
2. Argumentação 7,50
3. Análise 7,50
4. Gramática 28,0

[1] Erro de morfossintaxe - Regência verbal

[2] Erro de morfossintaxe - Pontuação - ausência de vírgulas para isolar o advérbio “sim”.

É por meio do conhecimento das particularidades culturais e sociais de sua nação que o diplomata brasileiro pode identificar as potencialidades da inserção internacional do país, bem como suas dificuldades. A compreensão da realidade nacional possibilita ao agente diplomático conciliar seu idealismo de buscar seus “sonhos de realidade e sobrevivência” com o pragmatismo de reconhecer os “tristes problemas com um mal-estar”. Ao negociar como representante oficial do Brasil, o diplomata deve harmonizar sua posição cosmopolita de respeito às culturas estrangeiras com sua ação nacionalista na defesa intransigente dos interesses do Estado pátrio. Nesse sentido, o diplomata não pode incorrer nem no pessimismo fatalista nem no ufanismo patriótico. É por meio da consciência crítica do nacional que o diplomata representa a identidade singular e socialmente diversa do povo brasileiro.

“Não atire no mensageiro”. A frase remonta ao período histórico da Grécia Antiga, quando representantes oficiais eram enviados às cidades-estado, para transmitirem mensagens aos governantes. Desde então, as imunidades e os protocolos diplomáticos evoluíram e institucionalizaram-se, da mesma forma como seus agentes ampliaram suas funções além da condição de mensageiro. Representar, informar e negociar permanecem sendo as principais atribuições do diplomata brasileiro, às quais se acrescentam, na atualidade, novas responsabilidades, como dialogar com a sociedade civil e acompanhar as transformações da democracia nacional e da multipolaridade internacional. A fim de defender, com legitimidade, os interesses do povo que representa, o Itamaraty intensifica seu contato com a opinião pública, seja por meio da formulação do Livro Branco e das interações nas mídias digitais, seja por meio da realização de palestras e da publicação de livros pela FUNAG.

As novas formas de prática da diplomacia não alteram a essência do diplomata, cujo capital humano continua a ser insubstituível. Ser diplomata implica coletar informações sobre a política externa de outros Estados, interpretar os dados e transmiti-los à chancelaria. Além disso, a criação de confiança mútua entre os países depende dos contatos que o agente diplomático estabelece com seus homólogos estrangeiros e com as autoridades locais. A consecução desses objetivos, entretanto, enfrenta desafios. No mundo crescentemente marcado pela deterioração da segurança humanitária, ser diplomata é estar sujeito a riscos, muitas vezes da própria vida, na defesa do interesse do Estado e na garantia do bem-estar das comunidades brasileiras no exterior.

O corpo diplomático brasileiro precisa ser tão diverso quanto a sociedade que ele representa. Os afrodescendentes e as mulheres correspondem, respectivamente, a 53% e 51% da população brasileira. Não incentivar a inclusão desses grupos na diplomacia significa negligenciar mais da metade do potencial humano nacional. Para “sermos identificados à terra obscura que nos gera”, conforme destaca Lucio Cardoso, a diplomacia brasileira deve refletir, em sua composição, as heterogeneidades étnicas e culturais que formam o povo nacional. Ser diplomata brasileiro, nesse sentido, é representar, no exterior, a miscigenação inerente à formação **constitutivo** do país.

No desempenho de sua função diplomática, o agente brasileiro enfrenta um duplo desafio: não contrair a “moléstia de Nabuco”, “ao **tornar** um artista exótico sem nacionalidade” e ao privilegiar o estrangeiro em detrimento do nacional, nem ser excessivamente saudosos da pátria no exterior, ao sobrevalorizar as características do país. A virtude do diplomata reside na ponderação entre as duas dimensões, de maneira a reconhecer as qualidades do Brasil e aquilo que necessita ser aprimorado.

Ser diplomata brasileiro significa ser capaz de adaptar-se às transformações nacionais e internacionais e, ao mesmo tempo, preservar a característica essencial de compromisso com seu país. O idealismo transformador é tão relevante quanto a compreensão pragmática dos problemas nacionais e dos limites à ação externa brasileira. Ainda que seja um servidor público e nem sempre suas convicções pessoais sejam compatíveis com as posições oficiais, **cabe ao diplomata buscar a consecução dos** objetivos do Estado brasileiro, cujos interesses transcendem a agenda política de partidos específicos e são a expressão da soberania popular.

EXTENSÃO DO TEXTO: 635 PALAVRAS

Avaliação:

1. Nota referente à organização do texto e ao desenvolvimento do tema (macroestrutural), e dentro desta:
 - a. Nota de Apresentação/impressão geral do texto: 7,5
 - b. Nota de Capacidade de argumentação: 7,5
 - c. Capacidade de análise e reflexão: 7,5
2. Nota referente à correção gramatical e à propriedade da linguagem (microestrutural) e, dentro desta:
 - a. 2.1 Penalização por grafia/accentuação: 1
 - b. 2.2 Penalização por morfossintaxe: 2
 - c. 2.3 Penalização por propriedade vocabular
3. Penalização por excesso de palavras

Comentário da banca: Trata-se de erro referente a construção do período, visto que não se estabelece a devida correferência entre "(ele) seja funcionário público...", na oração subordinada, e "diplomata", na oração principal, como se verifica no seguinte trecho: "Ainda que seja um servidor público e nem sempre suas convicções pessoais sejam compatíveis com as posições oficiais, **CABE** ao diplomata ...". A correta retomada do referente seria a seguinte: "Ainda que..., o diplomata ...".

Em “Mário, Oswald, Carlos, intérpretes do Brasil”, Silviano Santiago afirma que, para elaborar uma grande obra literária, é essencial ter uma interpretação pessoal e original a respeito do Brasil. Afirmção semelhante pode ser feita sobre o diplomata. É imprescindível que esse profissional interprete, constantemente, o Brasil, como forma de identificar, corretamente, as características do país que ele representa. Os princípios importantes para o brasileiro são desenvolvidos continuamente, e ao diplomata cabe convertê-los em ação externa adequada. Ser diplomata brasileiro é defender a conformação de uma ordem internacional que coincida com os valores que, historicamente, influenciaram a formação da identidade nacional e que, atualmente, são relevantes para a sociedade brasileira.

O diplomata brasileiro deve ser capaz de superar o “dilema do mazombo”, como Evaldo Cabral de Mello denominou os sentimentos ambíguos do brasileiro em relação a sua terra e a [1] Europa. Ele precisa ter consciência plena da característica plural da identidade nacional, formada pela síntese não excludente das contribuições das culturas indígena, branca e negra. Por meio da consciência a respeito dessa complexidade, torna-se mais evidente a necessidade de considerar que os interesses do país no mundo são geográfica e tematicamente amplos e não admitem opções excludentes que **inviabilizariam** [2] a função diplomática de promover o desenvolvimento nacional.

A característica de ser “nacional por subtração”, como afirma Roberto Schwarz, está historicamente presente na identidade nacional. De acordo com essa concepção, o brasileiro não se confundiria com o índio nativo, o negro africano e o branco europeu, mas seria a síntese dessas culturas. A consciência da miscigenação deve contribuir para a defesa da promoção de uma ordem internacional em que a alteridade seja respeitada e valorizada. O comprometimento brasileiro com a defesa dos direitos humanos representa o engajamento dos diplomatas nacionais com a conformação de uma ordem mundial que repercuta a importância interna da promoção dos direitos humanos.

No século XIX, a forma contraditória pela qual o liberalismo europeu foi adotado no Brasil originou a expressão “ideias fora do lugar”, pois, no país escravista, liberdade não significava igualdade. No século XXI, ser diplomata é reconhecer que as “ideias fora do lugar” são, atualmente, aquelas que defendem a continuação de uma estrutura de governança internacional em descompasso com a real distribuição de poder global. A utilização mundial das mesmas estruturas criadas há setenta anos tem tanta legitimidade e eficácia quanto a aplicação dos conceitos liberais no Brasil dezoitoesco. O diplomata deve ser capaz de compreender essa mudança e defender uma ordem mais justa e democrática.

Uma das principais funções do corpo diplomático brasileiro é contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional. Esse desenvolvimento deve respeitar as características históricas, geográficas e socioeconômicas do Brasil, sem, necessariamente, utilizar, de forma integral, modelos estrangeiros que, dificilmente, solucionariam os problemas nacionais. Para curar a “moléstia de Nabuco”, que dizia sentir

saudade do cais do Sena e da Via Appia, Mário de Andrade sugeriu que Carlos Drummond de Andrade deveria “sentir” os espaços históricos do Brasil pelo que eles representam e representaram. O desenvolvimento brasileiro também deve ser buscado pelos diplomatas nacionais, de acordo com as características nacionais, razão pela qual o desenvolvimento sustentável tem função incontornável na política externa brasileira.

Da “ninguendade” brasileira, conforme expressão de Darcy Ribeiro, decorre a necessidade de elaborar uma identidade nacional. Essa formação identitária é contínua e, por isso, ser diplomata brasileiro é estar permanentemente disposto a interpretar o Brasil e o mundo e a sugerir a melhor forma de defender os complexos, contraditórios e multidimensionais interesses do país. Os valores que a sociedade brasileira defende, como a tolerância, o diálogo, a justiça e o desenvolvimento sustentável, tornam esse desafio diplomático maior e mais urgente, mas indicam que, se for elaborada de acordo com eles, a ordem internacional terá mais chances de garantir um futuro mais auspicioso para a humanidade.

EXTENSÃO DO TEXTO: 626 PALAVRAS

Avaliação:

- a. Apresentação: 5
- b. Argumentação: 5
- c. Análise e reflexão: 7,5
- d. Gramática: 28

[1] Erro de grafia e acentuação

[2] Erro de morfossintaxe

“Em todo lugar, lembrar-se da pátria”. Essa divisa do Barão do Rio Branco fundamenta a atuação de sucessivas gerações de diplomatas brasileiros, os quais têm por missão defender os interesses nacionais. Estes, entretanto, não são imutáveis, e a política externa brasileira deve, continuamente, conduzir uma ação externa condizente com os anseios da sociedade nacional. Seja na Secretaria de Estado, seja nas representações no exterior, ser diplomata brasileiro significa contribuir para a construção de um Brasil mais justo e inclusivo.

Para ser diplomata brasileiro, é imperativo entender o que é o Brasil. O diplomata pátrio não pode representar um país que ele não conheça. Por mais paradoxal que pareça, os brasileiros, muitas vezes, não têm uma compreensão satisfatória do Brasil. Conforme assevera Lucio Cardoso, uma “posição de lucidez e de calma” – a qual se vincula à “fisionomia permanente” de uma nação – somente é possível caso o brasileiro se identifique com as virtudes e os defeitos de seu país. Segundo essa reflexão, a concepção de uma democracia racial brasileira, defendida por Gilberto Freyre, não se coadunaria com a realidade de uma nação que tem, apenas, vinte por cento de negros no serviço público federal, apesar de possuir uma população negra que representa mais de cinquenta por cento da sociedade. Representar o Brasil no exterior, desse modo, pressupõe reconhecer a riqueza da formação multicultural brasileira sem esquecer os desafios que se impõem para promover a igualdade socioeconômica de todos os brasileiros.

Além de possuir profundo conhecimento da realidade nacional, os diplomatas brasileiros distinguem-se pela excelente formação profissional. Segundo Lucio Cardoso, o destino dos brasileiros está relacionado com o da terra natal. De forma semelhante, a educação propiciada pelo Instituto Rio Branco, desde 1945, garante que os diplomatas adquiram uma visão coesa sobre a identidade brasileira, os desafios internos e os objetivos de política externa nacional. Essa concepção comum de política externa pôde ser demonstrada, ao longo dos anos, pela similaridade entre a Política Externa Independente, do Embaixador Afonso Arinos, o Pragmatismo Ecumênico e Responsável, do ex-Ministro Azeredo da Silveira, e a política externa ativa e altiva, do Embaixador Celso Amorim. Acredita-se que, com uma formação qualificada, os diplomatas brasileiros podem, seguramente, evitar as visões limitadas dos “pregadores do espírito nacional”.

Estar consciente da complexa conjuntura internacional é fator que influencia a ação dos diplomatas brasileiros. De acordo com Alberto da Costa e Silva, o diplomata pátrio dá, com sua cultura diplomática, a medida do Estado brasileiro em face do sistema internacional. Consequentemente, é importante que o diplomata brasileiro tenha conhecimento sobre os objetivos da política externa pátria em todos os âmbitos de negociação internacionais. Nesse contexto, a identidade do diplomata brasileiro **delinea-se** [1] à medida que ele faz valer as estratégias pátrias – decididas pelas forças sociais internas – nas negociações bilaterais ou multilaterais. Na próxima Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre Mudança do Clima, a diplomacia brasileira trabalhará para aprovar um documento vinculante que consagre a visão brasileira de “diferenciação concêntrica”. Esse conceito e a posição brasileira **baseam-se** [2]

em ativa participação da sociedade brasileira na formulação da Agenda pós-2015. Entende-se, portanto, que ser diplomata brasileiro implica não apenas conhecer as particularidades do ofício diplomático, mas também representar as aspirações da população brasileira.

A diplomacia pátria é formada por quadros altamente especializados, os quais devem promover os interesses de toda a sociedade brasileira ao mesmo tempo em que identificam os desafios do contexto internacional. Considerando a **discussão feita** [3], conclui-se que explicações de outrora sobre a identidade nacional são úteis, porém insuficientes. É necessária a constante renovação do entendimento sobre o Brasil e da formação diplomática daqueles que querem servir a nação em todos os lugares do globo. Ser diplomata brasileiro, dessa forma, significa almejar um Brasil que será cada vez melhor, interna e externamente.

EXTENSÃO: 629 PALAVRAS

Avaliação:

1. Apresentação / Impressão geral do texto: 6,25
2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 5,00
3. Capacidade de análise e reflexão: 6,25
4. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema 17,50
5. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 28,00
 - a. Número de erros 2
 - b. Penalização por grafia/acentuação: 0
 - c. Penalização por morfossintaxe: 2
 - d. Penalização por propriedade vocabular: 0
 - e. Penalização por excesso de palavras: 0

[1] Erro de morfossintaxe.

A conjugação correta do verbo delinear-se, na 3ª pessoa do singular, é “delineia-se”.

[2] Erro de morfossintaxe.

A conjugação correta do verbo basear-se, na 3ª pessoa do plural, é “baseiam-se”.

[3] Erro de propriedade vocabular

No espelho provisório, o trecho “discussão feita” foi considerada erro de propriedade vocabular. Após recorrer, o candidato teve seu recurso deferido. Abaixo, segue a argumentação que logrou êxito:

Argumentação do candidato: “Solicita-se, gentilmente, a retirada da penalização imposta ao candidato em virtude do uso da palavra “discussão”. Entende-se que essa palavra respeita a modalidade culta da língua portuguesa, bem como se coaduna

com um texto dissertativo-argumentativo, já que foi empregada no sentido de “argumentação”, “análise”, “debate” e “reflexão”.

Primeiramente, segundo o Dicionário Houaiss, “discussão” tem a seguinte acepção, entre outras: “exame minucioso (de um assunto, problema etc.), levantando-se os prós e os contras”. Exemplo do dicionário: “discussão de um projeto de lei”.

De fato, a palavra “discussão” sintetiza, ao ser utilizada no parágrafo conclusivo da redação em apreço, o exame feito pelo candidato sobre o tema da redação. Além disso, a forma como “discussão” foi empregada no período das 1.77-79 vai ao encontro da acepção do verbete apresentada acima.

O Dicionário Houaiss destaca, ainda, que “discussão” é sinônimo de “argumentação” e “debate”. Uma das acepções de argumentação é: “no desenvolvimento do discurso, corresponde aos recursos lógicos, como silogismos, paradoxos etc. geralmente acompanhados de exemplos, que induzem à aceitação de uma tese e à conclusão geral e final”. Por sua vez, “debate” significa, entre outros sentidos: “exposição de razões em defesa de uma opinião ou contra um argumento, ordem, decisão etc”

Sendo assim, a “discussão” apontada na conclusão remete à exposição de razões e a defesa de uma tese feita pelo candidato nos parágrafos anteriores.

Em segundo lugar, acredita-se que “discussão” não é uma palavra menos apropriada a fim de expressar os significados do Dicionário Houaiss elencados acima. “Discussão” tem a mesma exatidão que “argumentação” e “debate”, visto que são sinônimas e fazem parte do mesmo campo semântico. Segundo Francisco Ferreira Azevedo, no Dicionário analógico da língua portuguesa, “discussão”, “argumentação”, “debate”, “análise” e “reflexão” fazem parte de uma classe de palavras que expressam raciocínio (Conforme a categorização do autor, em ordem decrescente, “discussão” estaria na Classe IV: Entendimento > Divisão I: Formação de ideias > 4º raciocínio). Dessa forma, todos esses termos são análogos e expressam a mesma ideia.

Respeita-se, portanto, a norma culta na modalidade escrita da Língua Portuguesa, conforme orientação do Guia de Estudos 2013 (página 6).

Por fim, o candidato conclui sua redação demonstrando que se ateuve ao tema proposto no enunciado, uma vez que este tinha como comando: “discuta” o que é ser diplomata brasileiro. Nesse contexto, a escolha pelo vocábulo “discussão” retoma, semanticamente, o comando da questão e demonstra, por meio da coesão referencial, que a análise do tema foi feita ao longo de toda a redação.

Em virtude das razões apresentadas, reitera-se o pedido de retirada da penalização imposta ao candidato.”

REDAÇÃO 7 • 44,75

Pedro Gazzinelli Colares

A dificuldade em definir a identidade nacional é problema recorrente em países que, como o Brasil, foram colonizados e receberam influências culturais externas. Escritores românticos e modernistas, como José de Alencar e Mário de Andrade, buscaram, sucessivamente, identificar as características definidoras do povo brasileiro. A complexidade do debate não torna a temática da identidade menos relevante para o diplomata, que deve conhecer a nação para desempenhar a tarefa de representação que lhe cabe. Ser um diplomata brasileiro significa ser um servidor público identificado com a nação, que reconhece a multiculturalidade brasileira e que se dedica a promover a inserção internacional do país.

O diplomata é o representante de um povo. Para exercer, adequadamente, seu ofício é premente conhecer o representado, buscando identificar o que Lucio Cardoso, em Diário completo, qualificou como “espírito brasileiro”. O diplomata brasileiro deve ser capaz de identificar esse espírito não apenas no povo, mas também em si, **para [1] sentindo-se parte da coletividade**, representá-la. Por essa razão, o diplomata deve estudar o Brasil com dedicação, o que não significa, contudo, isolar-se da sociedade. O contato é a melhor forma de aprendizado, motivo pelo qual o Ministério das Relações Exteriores tem buscado ampliar os **canais de comunicação**, [2] **de modo a conduzir Diplomacia Pública**. Iniciativas como os Diálogos de Política Externa viabilizam a cooperação entre representantes e representados, o que aumenta a identificação do diplomata com a sociedade brasileira.

Ser um diplomata brasileiro significa reconhecer o valor da multiculturalidade. Darcy Ribeiro descreve, em O povo brasileiro, como a multiculturalidade representa uma das maiores virtudes brasileiras, porquanto prepara o indivíduo para o relacionamento com todos os povos. Em um mundo crescentemente multipolar, a multiculturalidade favorece a inserção internacional brasileira e precisa ser incorporada pelo diplomata. Os formuladores da política externa nacional reconhecem esse potencial e, por isso, buscam garantir que o processo seletivo de novos diplomatas seja inclusivo e capaz de representar a diversidade brasileira, recrutando, por exemplo, maior número de mulheres e de negros. O diplomata formado em ambiente multicultural estará melhor habilitado a compreender o outro, o que facilita o desempenho da tarefa essencial da diplomacia, que é articular consensos.

O diplomata brasileiro é, essencialmente, um servidor público. Para servir ao povo, não basta se identificar com a população, o que, no caso brasileiro, envolve reconhecer a multiculturalidade. O diplomata brasileiro deve ser imbuído de um senso profundo de dever. O conhecimento da história do país e a ciência das severas desigualdades que o caracterizam, apesar de importantes avanços recentes, impõem ao diplomata a obrigação **de trabalhar**, [3] **para que** a política externa contribua para o desenvolvimento nacional e para a melhoria da vida das pessoas. A política externa e as demais políticas públicas devem gerar resultados, como alertou, recentemente, o chanceler Mauro Vieira. A preocupação do diplomata, nesse sentido, deve ser, sempre, a de atuar para garantir o aproveitamento das oportunidades existentes no sistema internacional, de modo a

promover o desenvolvimento nacional e a melhoria das condições socioeconômicas do país.

O diplomata brasileiro não pode, jamais, se esquecer do Brasil. É preciso evitar que a preocupação em entender o mundo signifique a negligência do dever de conhecer o Brasil. Na condição de servidores públicos, os diplomatas devem prestar contas aos brasileiros, devem compreender suas dificuldades e seus anseios, para bem **representa-las** [4]. O reconhecimento da identidade brasileira, de sua característica multicultural é o que diferenciará o diplomata brasileiro daqueles do restante do mundo, conferindo originalidade à sua atuação. Mário de Andrade afirmou que é preciso ser particular para ser universal. O diplomata brasileiro aprendeu essa lição. Apresenta-se ao mundo como multicultural, busca dialogar com todos.

EXTENSÃO DO TEXTO: 601 PALAVRAS

Avaliação:

1. Apresentação 6,25
2. Argumentação 7,50
3. Análise 5,00
4. Gramática 26,0

[1] Erro de pontuação

[2] Erro de pontuação

[3] Erro de pontuação

[4] Erro de acentuação

REDAÇÃO 8 • 44,25

Anônimo

O aniversário de setenta anos de fundação do Instituto Rio Branco renova a discussão acerca da identidade do diplomata brasileiro. As funções do diplomata são, geralmente, definidas em trinômio clássico: informar, representar e defender. A essas funções genéricas, típicas do serviço exterior de qualquer país, deve-se conjugar deveres próprios do diplomata brasileiro. No contexto nacional, desde a década de 1930, a política exterior brasileira tem como principal objetivo a obtenção dos recursos externos necessários ao desenvolvimento socioeconômico do país. Embora a definição apresentada enfatiza a atuação internacional do diplomata, este também deve ter destacada atuação interna. A discussão sobre a identidade do diplomata brasileiro é, em última instância, uma discussão sobre a própria identidade nacional e sobre os objetivos da sociedade brasileira.

Uma das principais características do diplomata brasileiro é sua capacidade de articular consensos nas negociações internacionais. Essa qualidade distintiva decorre da formação multicultural e multiétnica do povo brasileiro, na medida em que o diálogo entre culturas diferentes sempre esteve presente na história brasileira. Em um mundo crescentemente caracterizado pelo conflito religioso e cultural, a diplomacia brasileira pode utilizar-se de nossa identidade nacional mestiça para contribuir na constituição de uma ordem internacional mais pacífica. Como exemplo, tem-se o destacado protagonismo brasileiro no fórum no âmbito das Nações Unidas conhecido como Aliança de Civilizações.

O diplomata brasileiro é, em alguma medida, agente transformador da realidade nacional. Embora a riqueza da diversidade cultural do país seja inegável, grande parte do seu povo ainda vivencia as consequências sociais do subdesenvolvimento. Em razão de sua forte formação humanística e cultural, o diplomata brasileiro sabe que essa mazela deve ser superada. Nesse sentido, o Itamaraty tem envidado esforços a fim de identificar oportunidades comerciais e financeiras no sistema internacional, visto que as correções das assimetrias desses regimes internacionais favorecem o desenvolvimento dos países periféricos.

Atualmente, considera-se que o poder de um país não se resume a componentes econômicos e militares, porquanto a cultura tem grande relevância nas relações entre os países. Durante a Guerra Fria, por exemplo, a disputa cultural e ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética teve mais relevância para o fim do conflito do que a inexistente disputa militar entre os dois países. Historicamente, no Brasil, os diplomatas estiveram fortemente envolvidos na produção cultural do país, o que se comprova pela mera menção a nomes como Guimarães Rosa, Vinícius de Moraes e João de Cabral Melo Neto, integrantes dos quadros do Itamaraty. Pode-se afirmar, desse modo, que a cultura brasileira fortalece os pleitos brasileiros na ordem internacional.

Em que pesem as características positivas do diplomata brasileiro, sua atuação está limitada pelos recursos de poder do país. A diplomacia exitosa empreendida pelo Barão do Rio Branco, por exemplo, somente foi possível pela estabilidade política interna promovida pelo presidente Campos Sales. Os diplomatas devem, portanto, participar ativamente nas

discussões acerca dos diferentes projetos de desenvolvimento, uma vez que somente um país estável política e economicamente permite uma política externa autônoma e eficaz. Em um contexto de polarização política, o diplomata pode contribuir na mediação de oposições. É significativo que a grande personagem diplomática da literatura brasileira seja o Conselheiro Aires, criado por Machado de Assis. Aires, em *Essaú e Jacó*, age como [1] mediador dos conflitos entre Pedro e Paulo, irmãos gêmeos respectivamente monarquistas e republicano.

O diplomata brasileiro é, como todo funcionário público, servidor do Estado brasileiro, pois atua na defesa dos interesses da sociedade do Brasil. Se os agentes diplomáticos atuam, no âmbito externo, em defesa de uma agenda social e da democratização das organizações internacionais, é porque essas são as prioridades da sociedade brasileira. Dessa maneira, conquanto o diplomata atue, na maior parte das vezes, no exterior, todos os seus esforços tem como objetivo a melhora da vida dos nacionais de seu país, pois, para empregar-se a consideração de Lucio Cardoso em *Diário Completo*, o destino do diplomata brasileiro está vinculado ao da terra em que nasceu.

EXTENSÃO DO TEXTO 648 PALAVRAS

Avaliação:

1. Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência) 6,25/10
2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações) 5,00/10
3. Capacidade de análise e reflexão 5,00/10
4. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema 16,25
5. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 28,00
 - a. Número de erros 2
 - b. Penalização 0,00

[1] Erro de morfossintaxe:

(...) “por Machado de Assis. Aires, em *Essaú e Jacó*, age como”(...)

[2] Erro de grafia/acentuação

Essaú

REDAÇÃO 9 • 42,75

Isadora Loreto da Silveira

Os autores modernistas brasileiros criticavam os artistas que ignoravam o caráter nacional na sua produção e guiavam o seu trabalho a partir de influências puramente externas. Estes sofriam, afirmavam aqueles, da “moléstia de Nabuco”. Analogamente aos modernistas, o diplomata brasileiro deve representar, em sua atuação, valores e interesses nacionais. A capacidade de compreender o contexto doméstico- em termos socioeconômicos, políticos e identitários- é fundamental para o exercício da diplomacia pátria. Outrossim, a defesa dos interesses e dos cidadãos brasileiros no exterior requer que o diplomata, consciente das características que compõem a identidade nacional, aja de acordo com os princípios históricos da política externa brasileira.

A política exterior do Brasil é formulada e implementada a partir de orientações gerais construídas historicamente. Essas orientações têm forte relação com aspectos constitutivos da formação social brasileira. O equilíbrio de antagonismos identificado por Gilberto Freyre na sociedade nacional, por exemplo, tem por manifestações reflexas a defesa da solução pacífica de controvérsias e a articulação de consensos externamente. O “acumulado histórico” da política externa brasileira, portanto, guarda forte relação com a própria concepção de nacionalidade brasileira. O diplomata nacional deve ser aquele que consegue conciliar os interesses do Brasil no exterior com as suas necessidades domésticas por meio da utilização dos princípios brasileiros de política externa.

A atividade diplomática é, indubitavelmente, uma política pública e, como tal, deve primar pelo bem-estar da sua população. Enquanto executores da política exterior, os membros do corpo diplomático brasileiro buscam promover o desenvolvimento socioeconômico do país por meio da ação externa. Desde o governo Vargas, a diplomacia contribui para a consecução dos objetivos de desenvolvimento nacional estabelecidos no âmbito doméstico. Hodiernamente, o Brasil também transfere para o plano externo por meio da ação de seus diplomatas, políticas públicas que tiveram resultados positivos em termos de promoção do desenvolvimento, como programas de erradicação da pobreza externa e de combate à fome. Dessa forma, a interface entre o âmbito interno e o externo afirma-se como componente fundamental da diplomacia.

Não obstante, o papel essencial que a tradição desempenha no seio da diplomacia brasileira, faz-se necessária a adaptação do Ministério das Relações Exteriores e de seus quadros às demandas da sociedade. Afinal, **nas palavras de Azeredo da Silveira, a melhor tradição do Itamaraty é saber-se renovar** [1]. Nesse sentido, dois acontecimentos recentes são relevantes, por promoverem mudanças, respectivamente, na composição do corpo diplomático brasileiro e na sua relação com a sociedade. O primeiro é a adoção de cotas raciais no concurso de admissão à carreira diplomática, com o objetivo de tornar o Itamaraty mais diverso e representativo da sociedade brasileira, além de procurar sanar uma dívida histórica. O segundo é o esforço no sentido de promover a diplomacia pública e de abrir canais de diálogo entre o Ministério das Relações Exteriores e a sociedade.

O diplomata brasileiro é, portanto, essencialmente o representante do governo e, em última instância, da sociedade

brasileira no exterior. Em outras palavras, ao personificar o Brasil externamente, o membro do corpo diplomático deve responder aos anseios e às necessidades da população nacional. Três aspectos devem ser levados em conta ao questionarmos o que é ser um diplomata brasileiro: os fatores históricos e identitários que moldaram a tradição diplomática nacional, o caráter de política pública da diplomacia e a importância de inovações, como a ampliação da interação com a sociedade. Esse último aspecto refere-se tanto ao aumento da representatividade do corpo diplomático brasileiro- cada vez mais diverso- quanto ao incremento da interlocução entre o Itamaraty e a sociedade, o qual confere maior legitimidade à ação do diplomata. Em suma, assim como afirmou Lucio Cardoso, o diplomata deve ser imbuído do “espírito brasileiro” e representar os valores nacionais. Ainda, deve representar a tradição e a inovação nacionais a um só tempo, tal qual a síntese modernista de outrora.

EXTENSÃO DO TEXTO: 632 PALAVRAS

Avaliação:

1. Apresentação 5,00
2. Argumentação 5,00
3. Análise 3,75
4. Gramática 29,0

[1] Erro de grafia/accentuação

Provavelmente refere-se à ausência de aspas na frase atribuída à Azeredo da Silveira.

REDAÇÃO 10 • 41,75

Anônimo

O diplomata pode ser considerado não apenas representante de um Estado, mas também de uma nacionalidade. Ainda que se possa questionar a ideia de que uma nação tem uma essência, é inegável que todo povo tem algumas características fundamentais, as quais se manifestam por meio de suas tradições e cultura em constante transformação. Desse modo, o diplomata brasileiro deve ser capaz de compreender as características que definem seu país, não apenas para melhor representá-lo, mas também para contribuir de forma eficaz na promoção do interesse nacional e do relacionamento do país com a comunidade internacional.

A popularização do nacionalismo, ao longo do século XIX, fez que o conceito moderno de Estado, entendido fundamentalmente como Estado territorial, fosse reinterpretado como Estado nacional, ao passo que a ampliação da democracia, ao longo do século XX, contribuiu para a consolidação do princípio de soberania popular, de modo que os agentes diplomáticos, ao exercerem suas funções de representação do Estado, representam também o povo, que é o titular da soberania estatal. Nesse sentido, por ser o Brasil um Estado democrático caracterizado por uma nacionalidade, o diplomata brasileiro é um representante do povo do seu país, embora o seja de modo indireto, uma vez que as diretrizes que obedece são estabelecidas pelo Estado, o qual é governado por representantes do povo.

Conquanto [1] a nacionalidade seja frequentemente considerada a essência de um povo, a determinação da identidade individual por meio da ideia de nação é um fenômeno histórico moderno, de modo que o conceito de nação pode ser caracterizado, segundo a definição do historiador Benedict Anderson, como uma “comunidade imaginada”, que é resultado da valorização, por intelectuais e artistas, de determinadas tradições e manifestações culturais. Por um lado, a ideia de nação como elaboração intelectual implica o questionamento da ideia de “espírito nacional”, expressa no excerto, já que inexistente uma essência da nacionalidade; por outro, essa ideia resulta na valorização da importância da interpretação e da compreensão da nacionalidade brasileira, uma vez que a nacionalidade, por ser histórica e por não ter essência, está sujeita a constantes transformações. Nesse sentido, o diplomata brasileiro deve ser não só representante, mas também intérprete da nacionalidade brasileira.

Ainda que [2] a busca da compreensão da nacionalidade tenha importância simbólica para o diplomata brasileiro, já que possibilita que este desempenhe com mais eficiência a função de representante do Estado e da nacionalidade, o conhecimento da cultura e das tradições que compõem a nacionalidade brasileira também é importante por motivos práticos. Ao compreender seu país, o diplomata brasileiro também terá melhores condições de compreender tanto os anseios e as agruras da sociedade brasileira quanto os valores e as características positivas do país, de modo que o entendimento do interesse nacional será aprimorado. Desse modo, além de representante e intérprete da nacionalidade, o diplomata brasileiro também deve ser promotor do desenvolvimento nacional, o que pressupõe tanto o desempenho eficiente de suas funções de representação quanto

a compreensão do tipo de desenvolvimento almejado pela sociedade brasileira.

Embora os diplomatas frequentemente permaneçam distantes de seu país por longos períodos de tempo, essa distância geográfica não implica equivalente distância sentimental e intelectual, já que a própria natureza das funções de representação diplomática, bem como a preocupação constante com a compreensão do país e com a promoção do interesse nacional, contribui para a relativização ou eliminação simbólica dessa distância. Também o cosmopolitismo associado à carreira do diplomata não deve ser considerado empecilho para a atuação do diplomata brasileiro, pois a nacionalidade deve ser interpretada em relação dialética com as influências estrangeiras, que podem contribuir tanto para o enriquecimento da cultura brasileira quanto para a sua inserção na cultura universal. Nesse sentido, por fim, o diplomata brasileiro, além de representante, intérprete e promotor do país, também pode atuar na vinculação da nação ao mundo.

EXTENSÃO DO TEXTO: 628 PALAVRAS

Avaliação:

1. Apresentação 5
2. Argumentação 4
3. Análise 4,75
4. Gramática 28,0

[1] Erro de morfossintaxe.

[2] Erro de morfossintaxe.

Comentário da banca (recurso): Defiro parcialmente. Embora falhe em referenciar-se mais diretamente ao texto de Lucio Cardoso, a redação tem o mérito de tratar e, sobretudo, de problematizar diversas das questões suscitadas pelo autor do texto de referência, com o recurso a argumentos sólidos baseados na moderna historiografia e antropologia políticas. Majora-se, assim, as notas dos quesitos 2 e 3, mantendo-se a nota do quesito 1. [Majoração de 3,75 pontos].

REDAÇÃO II • 41,25

Guilherme Fernando Rennó Kisteumacher

O serviço diplomático exige, em sua essência, a identificação entre o indivíduo e sua nacionalidade. Um diplomata incapaz de assimilar os valores e as características de seu país pode, ao exercer as tradicionais funções de representar, negociar e informar, gerar prejuízo ao interesse nacional no âmbito externo. Dessa forma, a assimilação das características nacionais é determinante para a identidade do diplomata brasileiro. Ser um diplomata brasileiro significa apresentar identificação pessoal com os valores e os ideais de seu país, de modo a defender, coerentemente, o interesse nacional do Brasil.

Como ressalta o Embaixador Sérgio Danese, em A escola da liderança, o que se exige de um diplomata brasileiro é o realismo quanto aos meios e aos objetivos do país, além de grande compreensão sobre o processo de formação do Brasil e sobre as potencialidades brasileiras no sistema mundial contemporâneo. Dessa forma, ser um diplomata brasileiro implica não somente pragmatismo, mas também significativa compreensão dos desafios e das oportunidades que determinam a inserção internacional do Brasil. Essas circunstâncias exigem a excelência do profissional brasileiro e seu comprometimento no exercício de suas funções, características que definem sua identidade.

Outro significado da essência do diplomata brasileiro decorre do seu compromisso com o desenvolvimento nacional e com a promoção dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior. Ao apresentar uma identificação com os valores nacionais, o diplomata brasileiro é determinado por um sentido de missão e por uma compreensão de suas responsabilidades em relação à sociedade brasileira. O profissional diplomático brasileiro deve compreender que tem a obrigação de conduzir suas atividades de acordo com adequada representação de seu país. Conforme enfatizou o ex-chanceler Araujo Castro, em discurso por ocasião de posse como Secretário-Geral Adjunto do Itamaraty para Organizações Internacionais, em 1961, “uma política externa, para ser viável, sustentável e mesmo respeitável, deve ser representativa do povo e da sociedade que a desenvolvem”.

De forma adicional, ser um diplomata brasileiro significa manter um compromisso com uma política de Estado, a política externa brasileira, e desconsiderar partidarismos ou ideologias. Ao assumir suas funções, o diplomata brasileiro deve abster-se em relação a pronunciamentos políticos que possam fragilizar a atuação do Ministério das Relações Exteriores, de modo a contribuir para incompreensões da sociedade brasileira sobre aspectos da diplomacia nacional. O comprometimento do funcionário diplomático nacional deve ser com a transparência e com a diplomacia pública, para auxiliar a divulgação das razões que orientam a política externa brasileira. Ser um diplomata brasileiro, dessa forma, significa defender que, conforme afirmou o chanceler Mauro Vieira, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, em 2015, “a única ideologia do Brasil é o interesse nacional”.

Ser um diplomata brasileiro significa, também, representar os valores que constituem a identidade brasileira em outros países e em outras culturas, o que exige do profissional diplomático grande identificação com esses valores. O compromisso com a democracia e com a pluralidade, a

disposição ao diálogo e a capacidade de compreensão de outros povos são aspectos fundamentais não somente da política externa brasileira, mas também do diplomata brasileiro. A perspectiva que orienta a ação do diplomata do Brasil é singularmente nacional, pois sua história pessoal e suas particularidades íntimas foram constituídas nesse país. Além disso, essa relação dialética entre identidade e nacionalidade beneficia o interesse nacional, visto que as características nacionais que o diplomata brasileiro representa fundamentam o poder suave, de atração, do Brasil no mundo.

Se os aspectos da nacionalidade são indissociáveis de uma personalidade, o diplomata brasileiro constitui perfeito exemplo dessa relação dialética. A identidade entre os valores brasileiros e a individualidade do profissional diplomático do Brasil é o aspecto fundamental que representa o significado de se ser um diplomata brasileiro. Essa identidade explica o compromisso do profissional diplomático do Brasil com a adequada compreensão da realidade nacional, com o progresso do país e com o desenvolvimento integral da sociedade e do Estado brasileiros.

EXTENSÃO DO TEXTO: 642 PALAVRAS

Avaliação:

1. Apresentação: 3,75/10,00
2. Argumentação: 3,75/10,00
3. Análise 3,75/10,00
4. Gramática: 30,00/30,00

REDAÇÃO 12 • 40,25

Anônimo

Em ensaio publicado na obra *O Itamaraty na cultura brasileira*, o embaixador Alberto da Costa e Silva comenta quadro de Hans Holbein, [1] em que dois embaixadores aparecem vestidos elegantemente. As personagens estão próximas a uma mesa na qual estão diversos instrumentos, como mapas e astrolábios. A imagem parece sugerir que elegância e erudição são características exigidas daqueles vocacionados a representar seu país; isso, porém, não é tudo. Considerando-se as funções que, tradicionalmente, são identificadas como próprias da diplomacia, pode-se afirmar que o que distingue o diplomata brasileiro dos agentes de outros países é, sobretudo, sua capacidade de representar os valores fundamentais da sociedade brasileira.

O agente diplomático deve manter sua chancelaria informada acerca dos eventos ocorridos no país em que se encontra. Desde o século XIX, com a invenção do telégrafo, as melhorias dos meios de comunicação têm permitido aos diplomatas desempenhar essa função com mais eficiência. A partir da metade do século XX, com o aumento do fluxo de informações, o desafio tem sido selecionar os dados mais relevantes. Embora se possa afirmar que o trabalho ficou mais complexo, as melhorias tecnológicas, de modo geral, favoreceram a atividade diplomática, o que não significa que a presença física e o contato humano se tornaram prescindíveis. Conquanto seja possível obter informações por diversos meios eletrônicos, as relações pessoais dos diplomatas com os agentes do país onde se encontram são insubstituíveis, razão pela qual foi positivo o aumento do número de embaixadas brasileiras ocorrido no começo deste século.

O diplomata deve, também, negociar para seu país, e a capacidade de negociação dos diplomatas brasileiros é reconhecida internacionalmente. Para que essa função fosse bem desempenhada, o governo brasileiro criou, em 1945, o Instituto Rio Branco, onde se formam os diplomatas do Brasil e, inclusive, de outros países, por meio de acordos. Trata-se da terceira academia diplomática do mundo, pois somente a academia do Vaticano e a de Viena existiam antes dela. Na década de 1940, os intelectuais brasileiros defendiam a modernização do país, e a criação do Instituto Rio Branco demonstrou que a burocracia do Estado começava a tornar-se profissional. Aquele foi um momento relevante, e os êxitos obtidos nas negociações internacionais das quais o Brasil tem participado evidenciam que a decisão foi correta.

Além de informar sua chancelaria e de negociar acordos, o diplomata deve representar seu país. Era costumeiro que os diversos Estados recrutassem seus diplomatas entre os originários das famílias mais tradicionais. Pretendia-se que os agentes fossem cultos, já que sua erudição demonstraria o desenvolvimento da cultura do país. Em *Os bastidores da diplomacia*, o embaixador Guilherme Luiz Leite Ribeiro narra episódio em que um chanceler afirmou a um aspirante à carreira que ele não poderia ser diplomata, porque era feio. Verifica-se que, além de erudição, se exigia beleza dos representantes do país.

Atualmente, não é necessário que o diplomata brasileiro seja nobre ou belo, pois a capacidade de o corpo diplomático representar o Brasil é avaliada por meio de outros critérios. Na

atuação de todo diplomata do país, deve-se identificar o “espírito brasileiro”, ao qual Lucio Cardoso faz referência em Diário completo. Para que isso ocorra, é essencial que o corpo diplomático evidencie a pluralidade característica do país. Nesse contexto, o Instituto Rio Branco, por meio de seu processo seletivo, tem sido fundamental, pois a realização das provas em todos os Estados e o programa de ações afirmativas têm privilegiado a diversidade regional e étnica do povo brasileiro.

O conhecimento continua importante, mas exigem-se outras características dos diplomatas. A excelência dos membros do Itamaraty distingue o Brasil dos outros países. O ministério mantém-se bem informado, pois tem muitas representações. A ótima formação permite que o diplomata brasileiro seja um bom negociador, e o corpo diplomático representa a diversidade e os valores nacionais, não se podendo negligenciar, nesse caso, a relevância do Instituto Rio Branco.

EXTENSÃO DO TEXTO: 648 PALAVRAS

Avaliação:

1. Apresentação/Impressão geral do texto: 5,00/10,00
2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 3,75/10,00
3. Capacidade de análise e reflexão: 2,50/10,00
4. Nota relativa a correção gramatical: 29,00/30,00 (Total de erros: 1)

[1] Erro gramatical

O erro gramatical identificado pela banca, conforme resposta ao recurso interposto, foi a vírgula após “Holbein”. O candidato quis introduzir uma oração adjetiva explicativa; a banca, porém, considerou que a única possibilidade, naquele período, era uma adjetiva restritiva, razão pela qual a vírgula estaria mal empregada.

Resposta da banca ao recurso no qual o candidato solicitou majoração da nota de conteúdo: “Indefiro. A redação em exame cita, mas não toma por fundamento, o trecho de Lúcio Cardoso, conforme solicitado no enunciado, restando prejudicados a coerência, a argumentação e a análise posteriores. Não há a construção de argumentação a partir de elementos presentes no texto de Cardoso (discussão problematizante sobre a suposta ‘essência nacional’, e a oscilação entre elementos de exaltação e de crítica ao país, p.ex.) com vistas à discussão da situação do diplomata brasileiro, não sendo a mera menção a ‘valores brasileiros’ suficiente. A redação confunde a discussão sobre o que é ser diplomata brasileiro com digressão, com estilo regular, sobre as funções do diplomata e as condições de sua execução na realidade contemporânea. Não há de se falar de majoração da nota no caso em questão, em qualquer dos quesitos.”

REDAÇÃO 13 • 40,25

Anônimo

O diplomata brasileiro é quem representa, em nível individual, a dualidade entre a formação do Brasil e sua inserção externa. Diplomatas como Joaquim Nabuco participaram ativamente dos debates acerca da compreensão e da proposição da nacionalidade e da identidade do país, que tiveram início com a independência. Esses paradigmas, naturalmente, definiram e ainda definem os objetivos pátrios e, como consequência, o modo como o Brasil atua em âmbito internacional. Como afirmou o chanceler Mauro Vieira, “a ideologia da política externa do Brasil é o interesse nacional”. O diplomata, na condição de implementador da política externa, deve também contribuir para o desenvolvimento de um projeto de país, a fim de verdadeiramente defender os interesses brasileiros.

Verificam-se mudanças, na atualidade, na compreensão acerca da função e das atribuições da diplomacia. **Ao mesmo tempo que [1]** a atuação diplomática vem aproximando-se da sociedade, com maior abertura para a participação pública, a exemplo dos Debates sobre Política Externa, as expectativas a respeito da atuação do diplomata, como indivíduo, vêm buscando atribuir mais valor à diversidade de experiências pessoais. A celebração dos 70 anos do Instituto Rio Branco evidencia a preocupação do Ministério das Relações Exteriores com a formação intelectual de seus membros; porém Mauro Vieira, ao declarar que “o Itamaraty faz-se mais representativo do Brasil para melhor representá-lo”, confere importância às iniciativas do órgão para propiciar maior diversidade de gênero, de etnia e de classe social a seu quadro de pessoal. Isso demonstra que se espera do diplomata a capacidade não somente de agir, mas também de criar e de inovar.

Uma vez que a atividade diplomática possui maior abrangência, a qual foi transferida para os diplomatas, na condição de indivíduos, é importante garantir que sua contribuição para o desenvolvimento do projeto de país, em todos os níveis – social, econômico, cultural e político-institucional –, seja efetiva. Desse modo, deve-se valorizar a análise realista e propositiva, em detrimento da meramente crítica e da excessivamente ufanista, desprovida de aplicabilidade. Diferentemente dos autores deterministas de seu tempo, Manoel Bomfim, por exemplo, em seu livro *A América Latina, males de origem*, não se restringe a atribuir as dificuldades brasileiras a aspectos imutáveis, decorrentes da formação do país. Ele identifica, na adversidade, a ignorância como um problema central, que pode ser combatido. Surge, dessa forma, a educação como uma oportunidade.

Quando o diplomata cumpre sua função de representar o Brasil no exterior, ele contribui para a difusão da cultura brasileira internacionalmente, ao mesmo tempo em que fica exposto a diferentes costumes e a novas ideias. Por ser dotado de treinamento intelectual privilegiado, o membro do corpo diplomático possui a capacidade de discernir o que há de mais válido nessas influências estrangeiras. Como propôs Oswald de Andrade, em seu “Manifesto Antropófago”, deve-se aproveitar somente o que interessa. Essa interação retroalimenta-se, na medida em que a característica diversificada do povo brasileiro e de suas ideias tem como consequência não apenas a formação de interesses nacionais distintos dos de outras nações, mas também o desenvolvimento de uma forma de agir em âmbito externo que

possui importantes particularidades, de que é exemplo a habilidade do Brasil de compreender posições conflitantes em litígios internacionais, que faz dele um bom mediador.

Sílvio Romero, em História da Literatura Brasileira, declarou que “todo brasileiro é mestiço senão no sangue pelo menos nas ideias”. O diplomata brasileiro, qualquer que seja sua origem, está exposto a experiências diversas, o que o habilita a contribuir, de modo significativo, com o desenvolvimento do Brasil, seja por meio do bom desempenho de suas tradicionais funções de defesa e de representação do país no exterior, seja mediante sua atuação no processo de definir os interesses brasileiros, com clareza quanto às dificuldades e às oportunidades existentes em casa situação. O diplomata é capaz de representar e de mudar o Brasil, porque o Brasil está representado na identidade do diplomata.

EXTENSÃO DO TEXTO: 642 PALAVRAS

Avaliação:

1. Apresentação 3,75
2. Argumentação 5,00
3. Análise 2,50
4. Gramática 29,0

[1] Erro de morfossintaxe.

Ao mesmo tempo em que.

Resposta ao recurso (conteúdo): Indefiro. A redação em exame sequer cita, e muito menos toma por fundamento, o trecho de Lúcio Cardoso, conforme solicitado no enunciado, restando prejudicadas a coerência, a argumentação e a análise posteriores. Não há a construção de argumentação a partir de elementos presentes no texto de Cardoso, mas sim a partir da citação de outros autores. A redação também confunde a discussão sobre o que é ser diplomata brasileiro com a citação de fatos e posições de política externa, e, em vez de problematizar o que é ser diplomata brasileiro, limita-se a idealizar a figura do diplomata e a fazer a exaltação, com estilo e argumentos pouco sólidos, da política externa e do IRBr. Não há de se falar de majoração da nota no caso em questão, em qualquer dos quesitos.

REDAÇÃO 14 • 40,00

Riane Laís Tarnovski

A diplomacia está intimamente relacionada à paz entre as nações. A elaboração da política externa dos Estados pressupõe a existência de instituições profissionalizantes que capacitem seus funcionários para atuarem nos mais diversos âmbitos das relações exteriores. Celebra-se, em 2015, o aniversário de 70 anos da fundação da Academia Diplomática brasileira, o que enseja reflexões sobre a carreira. Ser diplomata brasileiro implica, antes de tudo, ser nacional e reconhecer que, embora haja desafios na defesa dos interesses do Brasil, o país avança, significativamente, na promoção do desenvolvimento.

As funções primordiais do diplomata são representar, negociar e defender os interesses nacionais. Para tanto, é imprescindível que o profissional se identifique com a nação que representa. A identificação pode manifestar-se pelo patriotismo, que não se refere à adoração acrítica de tudo que seja nacional, mas relaciona-se à análise criteriosa e otimista das características da pátria. O diplomata Gilberto Amado, paraninfo da turma do Instituto Rio Branco que se formou em 1955, salientou a importância do patriotismo pragmático, que extrai perspectiva positiva do que é negativo no país e apresenta possibilidade de melhora daquilo que é bom. Lucio Cardoso, em Diário completo, também atentou para o fato de que é impossível alcançar a serenidade adequada para compreender as características de um povo, sem identificar-se com ele previamente. Além do patriotismo, a identificação do diplomata com o país está atrelada às demandas sociais do povo que o compõe.

A política externa brasileira tem como fundamento a defesa dos interesses nacionais, consubstanciados nas necessidades da população. O desenvolvimento sustentável, analisado em sua concepção triádica – social, econômica e ambiental – constitui objetivo central da diplomacia pátria e guarda estreita relação com os anseios do povo por inclusão social. O diplomata brasileiro, conseqüentemente, deve estar atento às novas demandas sociais. O fortalecimento da democracia, por exemplo, ensejou maior vontade de participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas. O Ministério das Relações Exteriores (MRE), nesse sentido, criou canais de diálogo e de consulta nas principais redes sociais digitais, o que motivou a intensificação do debate acerca da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, por exemplo. Além disso, o Blog do Itamaraty torna a política externa mais transparente e acessível aos brasileiros. O Programa Bolsa-Prêmio de Ação Afirmativa e as cotas para o concurso de admissão à carreira diplomática também demonstram a consonância entre as políticas públicas domésticas e o pleito brasileiro de democratização dos foros multilaterais.

A consolidação da democracia e a redução da fome e da pobreza contribuem para o protagonismo do Brasil nos diversos foros internacionais. O diplomata brasileiro, consciente de que seu país ainda enfrenta desafios relativos à pobreza, à fome e às desigualdades socioeconômicas, deve analisar a situação interna e externa com bom ânimo, ressaltando os resultados positivos logrados. Essa perspectiva positiva permeou, por exemplo, as negociações da Agenda de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030, que apresentou como meta prioritária a erradicação da pobreza e da fome. “Desenvolver-se é, sempre,

emancipar-se”, palavras do ex-chanceler San Tiago Dantas, que aludem, atualmente, à crescente projeção do Brasil no sistema internacional, atribuída ao êxito de suas políticas públicas que fazem o crescimento econômico ser acompanhado da mitigação das assimetrias sociais. O Brasil será, portanto, consultado com mais frequências, razão pela qual seus diplomatas devem estar preparados para defender os objetivos de longo prazo da política externa brasileira calcados na inserção principista do país na comunidade internacional, no respeito ao Direito Internacional e na solução pacífica das controvérsias.

Os valores da sociedade brasileira, como a democracia, a pluralidade étnica e a redução das desigualdades, são também metas da diplomacia e, por conseguinte, do diplomata brasileiro. A vocação do diplomata encontra respaldo em seu desejo íntimo de defender a nação e de promovê-la por intermédio da cooperação, pois, apenas no multilateralismo, os Estados encontrarão soluções para problemas comuns, embasadas na prosperidade com respeito à dignidade humana.

EXTENSÃO DO TEXTO: 637 PALAVRAS

Avaliação:

1. Apresentação 5,0
2. Argumentação 2,5
3. Análise 2,5
4. Gramática 30,0

Recurso no quesito “apresentação” – Nota preliminar: 2,5.
Pontos deferidos com recurso: 2,5, totalizando 5,0

A dissertação apresentou pouquíssimas rasuras, e a letra/grafia da candidata é legível e agradável à leitura. Toda a dissertação é completamente legível, os parágrafos são todos simétricos, e o candidato observou as margens em ambos os lados da folha de resposta.

Nota-se, ainda, que o estilo de escrita do candidato é conciso e objetivo, conforme determinação do edital, não tendo havido utilização de linguagem conotativa. Os termos utilizados são claros e precisos, e a linguagem é culta e adequada para o exame a que se propõe. O candidato demonstrou, ainda, habilidade linguística, ao evitar a repetição do vocabulário.

Ademais, o tópico frasal de cada parágrafo apresenta argumentos que coerentemente defendem a tese apresentada, qual seja, a de que ser diplomata brasileiro implica ser nacional e reconhecer os desafios existentes na defesa dos interesses do Brasil. A tese, por sua vez, está de acordo com o tema proposto (discutir o que é ser um diplomata brasileiro).

A argumentação esposada em cada tópico frasal defende, coerentemente, a tese apresentada na introdução, reportando-se sempre a sentimentos/anseios/funções do diplomata brasileiro.

No primeiro tópico frasal, argumenta-se que o diplomata brasileiro, para bem exercer suas funções, necessita identificar-se com a pátria que representa, sendo que essa identificação pode dar-se por meio do patriotismo pragmático. Tal identificação

também é ideia apresentada no texto motivador da dissertação de autoria de Lucio Cardoso.

No segundo tópico frasal, ressalta-se a importância de o diplomata estar atento às demandas sociais, porquanto a política externa brasileira serve, primeiramente, a população.

Finalmente, o terceiro tópico frasal advoga o sentimento positivo que deve animar os diplomatas brasileiros ainda que diante de desafios prementes no âmbito interno e externo, tais como a superação da fome e da pobreza.

A conclusão enlaçou os argumentos abordados na redação e sintetizou os valores resguardados pela sociedade brasileira, de forma a demonstrar que a vocação do diplomata encontra respaldo em seu desejo íntimo de defender a nação de promovê-la internacionalmente.

Verifica-se, assim, que o candidato claramente concatenou os argumentos entre os tópicos frasais de modo coerente, com contínua ligação à tese defendida na introdução e arrematada na conclusão. Os conectores foram utilizados corretamente, sem uso excessivo, pois foram inseridos em períodos pontuais para trazer coerência ao texto (l. 8, 16, 62 e 73).

Considerando que o quesito “Apresentação / Impressão geral do texto” inclui legibilidade, estilo e coerência, a nota atribuída ao candidato (2,5) é deveras baixa para o seu desempenho. Se cada um dos itens contasse igualmente, cada um valeria 3,33, totalizando aproximadamente 10 pontos. O candidato tem convicção de que a nota pode ser majorada para coadunar-se com seu desempenho, especialmente em “legibilidade” e “estilo”, nota que poderia ser elevada para, pelo menos, 50% (5 pontos).

Requer-se, pois, a releitura da dissertação, considerando-se as especificidades aqui trazidas, e, por conseguinte, a majoração da nota.

QUESTÃO EXTRA • 35,60

De acordo com Alberto da Costa e Silva, o diplomata “representa, sendo” [1], ou seja, o diplomata, além de realizar as funções que lhe são atribuídas pelo Estado brasileiro, tem um valor simbólico, pois personifica o Estado no exterior. Na medida em que a atividade cotidiana do diplomata é a representação, cumpre ao profissional identificar-se com o povo brasileiro. Além disso, na atualidade, o diplomata deve não só ser a síntese da identidade nacional, como também atender demandas de diversos grupos que se manifestam em sociedade democrática. Ser diplomata é, portanto, representar a multifacetada sociedade brasileira, de modo a transformar suas necessidades internas em possibilidades externas.

Em Diário Completo, Lucio Cardoso expressa seus anseios de representar “o espírito brasileiro”, de sorte a conferir consistência a sua produção artística. A preocupação de Lucio Cardoso, que é, em grande medida, semelhante à de Mário de Andrade a respeito da cultura, deve orientar a atuação do diplomata brasileiro, o qual deve estar em permanente consonância com as demandas nacionais. Embora o diplomata passe grande parte de sua vida no exterior, seu objetivo precípua é representar o Brasil e, em particular, o Estado brasileiro. A lembrança da pátria deve acompanhá-lo em todo lugar, como ressaltou o Barão do Rio Branco, pois as ações do diplomata, quando estiver no exterior, são ações oficiais do Estado brasileiro. Caso se torne mero internacionalista, o diplomata perde sua razão de ser e, assim como o escritor, não logrará dialogar com o universal se não for profundamente nacional.

Conquanto a essência do diplomata seja representar o Estado no exterior, com a democratização [2] o diplomata brasileiro ganhou novas características, sobretudo em razão de a política externa ser a síntese de interesses conflitantes da sociedade civil. Em uma sociedade complexa como a brasileira, grupos de interesses recorrentemente divergem em relação a políticas públicas essenciais, a exemplo do que ocorre na área ambiental, em que debates entre ambientalistas e representantes do agronegócio são constantes. No processo de formulação da política externa, no entanto, os diversos grupos devem confrontar suas opiniões para, eventualmente, chegar a consenso que irá fundamentar a política externa sobre o tema. Uma vez que ser diplomata significa não só implementar a política externa, mas também participar de sua formulação, infere-se que o diplomata, na atualidade, contribui para a promoção de profícuos debates domésticos sobre políticas públicas e, conseqüentemente, para o fortalecimento do regime democrático.

Ser diplomata é não só representar o país e a sociedade, como também procurar novas oportunidades para a promoção do desenvolvimento nacional. Em obra clássica, Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas, Synésio Sampaio destaca como os patronos da diplomacia, ao negociarem com as nações vizinhas, contribuíram para a expansão do território brasileiro de forma pacífica. Embora, contemporaneamente, não haja mais fronteiras a serem demarcadas, os diplomatas brasileiros devem perpetuar a tradição de expandirem as possibilidades de desenvolvimento do país e representarem a nação em países onde outros setores da sociedade e do governo não conseguem, ainda, ser diretamente atuantes. A expansão do número de embaixadas brasileiras, notadamente em países em que a

presença do empresariado nacional é incipiente, é representativa desse “ethos” da diplomacia nacional, a qual está comprometida em ser vanguarda da sociedade para expandir as oportunidades nacionais. Conforme ressaltou Mauro Vieira, a expansão da presença brasileira no exterior contribui diretamente para propiciar maiores investimentos no Brasil e facilitar o aumento de fluxos comerciais benéficos ao país.

Em seus romances, ao descrever o Conselheiro Aires, Machado de Assis qualificou a diplomacia como “a arte de encobrir e descobrir”. Embora o diplomata da atualidade ainda apresente algumas características ressaltadas por Machado, o profissional do serviço exterior é, em grande medida, distinto do dezenovesco Aires. Em particular, o diplomata contemporâneo representa uma sociedade democrática, o que lhe confere maior legitimidade por estar representando diretamente o povo brasileiro. Ser um diplomata brasileiro é estar a serviço de uma política externa que contribui, crescentemente [3] para a consolidação da democracia e para a projeção dos interesses brasileiros no exterior. Caillères, em *De la manière de négocier avec les souverains*, argumentou de forma inédita a favor da constituição de uma classe de profissionais especializados na arte de negociar. A despeito das profundas mudanças pelas quais passou a atividade diplomática, o diplomata continua imprescindível para afirmar os interesses da nação.

EXTENSÃO DO TEXTO 707 PALAVRAS

Avaliação:

1. Apresentação 6,25
2. Argumentação 7,50
3. Análise 6,25
4. Gramática 27,0
5. Penalização 11,40

[1] Erro de morfossintaxe

A candidata solicita a reapreciação da penalização por morfossintaxe na linha em que se lê “De acordo com Alberto da Costa e Silva, o diplomata “representa, sendo””, em razão da inexistência de qualquer impropriedade. Analisemos dois aspectos morfossintáticos que poderiam suscitar dúvidas:

1. A estrutura “representa, sendo” é uma citação, claramente sinalizada por aspas. A estrutura é utilizada não só por Alberto da Costa e Silva, “representava-se, sendo” (O Itamaraty na Cultura Brasileira, Francisco Alves, pág.22), como também por Celso Lafer, à página 11 do mesmo livro: “No quadro, seja pela capacidade de decifrar exemplificada pelos documentos (...), seja pela competência de discorrer, o diplomata representa, sendo”. Não cabe, portanto, apenação, por tratar-se de citação claramente indicada pelo uso de aspas;

2. O uso da conjunção conformativa “De acordo com” mostra-se adequado à norma padrão. Celso Cunha (Nova Gramática do Português Contemporâneo, Lexikon, 5 edição, pp. 603) argumenta que as conjunções conformativas iniciam uma oração em que se exprime a conformidade do pensamento da oração principal, uso ao qual recorreu a candidata. O gramático expõe uma lista não exaustiva de conjunções, entre as quais

“conforme, como, segundo, consoante, etc”. Embora a locução “de acordo com” não conste no rol, o Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos coloca “de acordo com” como sinônimo de, por exemplo, “conforme” (Dicionário de Sinônimos e Antônimos Houaiss, PubliFolha, 20 edição, pp. 199, verbete “Conforme”).

Resposta da Banca: DEFERIDO. Acatada a argumentação apresentada a respeito da estrutura "representa, sendo", dado que se trata de citação literal.

Pontos ganhos com o recurso: 1,00

[2] Erro de morfosintaxe

A candidata solicita a reapreciação da apenação por morfosintaxe na linha 25, em razão da ausência de impropriedade na linha mencionada. A utilização de vírgula anteriormente ao adjunto adverbial “com a democratização” foi empregada para isolá-lo da oração adverbial concessiva anteposta precedente (“Conquanto a essência do diplomata seja representar o Estado no exterior” 1.24). Não há vírgula após o adjunto porque tal pontuação provocaria ambiguidade: não ficaria claro se com a democratização o diplomata brasileiro ganharia novas características (adjunto ligado ao verbo da oração principal), ou se com a democratização se desenvolveria a essência do diplomata (adjunto ligado ao verbo da oração reduzida, anterior). A pontuação empregada pela candidata não deixa dúvidas de que “com a democratização” liga-se à forma verbal “ganhou” (1.25). Ademais, a ausência de vírgulas isolando termos adverbiais razoavelmente curtos encontra respaldo em Celso Cunha (Nova Gramática do Português Contemporâneo, Lexikon, 5 edição, pp. 660).

Resposta da Banca: INDEFERIDO. O registro de erro deve-se à omissão da vírgula necessária para isolar o adjunto adverbial deslocado "com a democratização".

[3] Erro de morfosintaxe

PIOR NOTA • 35,35

O que caracteriza a atuação diplomática de Alexandre de Gusmão, de Duarte da Ponte Ribeiro e de José Maria da Silva Paranhos Júnior é a capacidade de identificar interesses genuinamente brasileiros, mesmo, como no caso do santista, antes de o Brasil ser Estado independente. O diplomata, assim como o artista e o escritor, deve identificar-se, nacionalmente, com seu país, para exercer, plena e exitosamente, sua profissão. Ser diplomata brasileiro é ser capaz de defender os interesses nacionais, por meio de conhecimento de singularidades sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade brasileira e de sentimento de pertencimento à nação brasileira.

Historicamente, consagrou-se atuação diplomática que logrou identificar o interesse nacional. O aspecto simbólico que o território possui para a consolidação do sentimento nacional permite afirmar a importância da atuação de Alexandre de Gusmão, que negociou o Tratado de Madri, de 1750, de Duarte da Ponte Ribeiro, responsável por negociação de fronteiras com países vizinhos do Brasil, e do Barão do Rio Branco, que defendeu interesses brasileiros na Questão de Palmas, contencioso lindeiro com a Argentina, e na Questão do Oiapoque, litígio resolvido por arbitragem com a França. Entre 1902 e 1912, Paranhos Júnior logrou potencializar ganhos para o Brasil, por meio de consecução de política externa pragmática, que identificou no americanismo alternativa para se opor a práticas imperialistas europeias. Os grandes nomes da diplomacia brasileira empregaram a política externa como meio para atender interesses da sociedade brasileira.

O conhecimento de peculiaridades brasileiras e da forma como o Brasil se insere, no contexto internacional, é fundamental para a atividade diplomática. Rubens Ricúpero, em “Inserção Internacional do Brasil”, defende que o estudo da política externa, apesar de ser recente, no Brasil, é fundamental para a compreensão da realidade brasileira, o que demonstra relações entre atuação diplomática e conhecimento da sociedade brasileira. A Política Externa Independente, que se iniciou, [1] durante [2] **governo** de Jânio Quadros, é exemplo de iniciativa que se propôs a engendrar atuação diplomática que se adequava à realidade da sociedade brasileira e à inserção do país no sistema internacional. Reconheceu-se, nesse período, identificação do Brasil com países em desenvolvimento e necessidade de maior autonomia, em relação a países desenvolvidos.

A preocupação com a identidade brasileira ocupou executores de política externa e legisladores, conquanto importante para o exercício do ofício de diplomata, que deve identificar-se com a nação. Na década de 1920, Oliveira Vianna, em Populações Meridionais do Brasil, relacionou características da sociedade brasileira, como a diversidade regional e como tensões em relações entre público e privado, com a política externa brasileira. O anseio de selecionar indivíduos imbuídos de sentimento nacional para a carreira diplomática é evidenciado no artigo 12, parágrafo terceiro, da Constituição da República, que estabelece que a carreira diplomática é privativa de brasileiro nato. O atingimento dos objetivos da política externa brasileira, vinculado à realização do interesse público, depende de atuação diplomática consentânea com sentimento de pertencimento à sociedade brasileira e de identificação dos anseios dessa.

Ser diplomata brasileiro é defender interesses nacionais, que o indivíduo entende como seus, por constituir a sociedade brasileira. Grandes nomes da diplomacia brasileira consagraram-se, em razão de sua capacidade de exercerem política externa coerente com as peculiaridades da sociedade brasileira. O desejo de diplomacia identificada com o interesse nacional e com sentimento de nacionalidade é compartilhado tanto por executores da política externa quanto por legisladores. O diplomata deve ser, antes de tudo, brasileiro que conhece seu país, que se identifica com a nação brasileira e que, por conseguinte, é capaz de atuar conforme interesses nacionais.

Resposta da Banca: Verifica-se que, no trecho "que se iniciou, (sic) durante(sic) governo de Jânio Quadros", há dois erros de morfossintaxe: (i) emprego de vírgula entre verbo e seu complemento circunstancial; (ii) omissão do artigo definido "o", de forma a tornar genérico o sentido do vocábulo "governo", deixando implícita a ideia de que houve mais de um governo de Jânio Quadros (V. gramáticas normativas).

Pontos ganhos com recurso: 0,00

EXTENSÃO DO TEXTO: 583 PALAVRAS

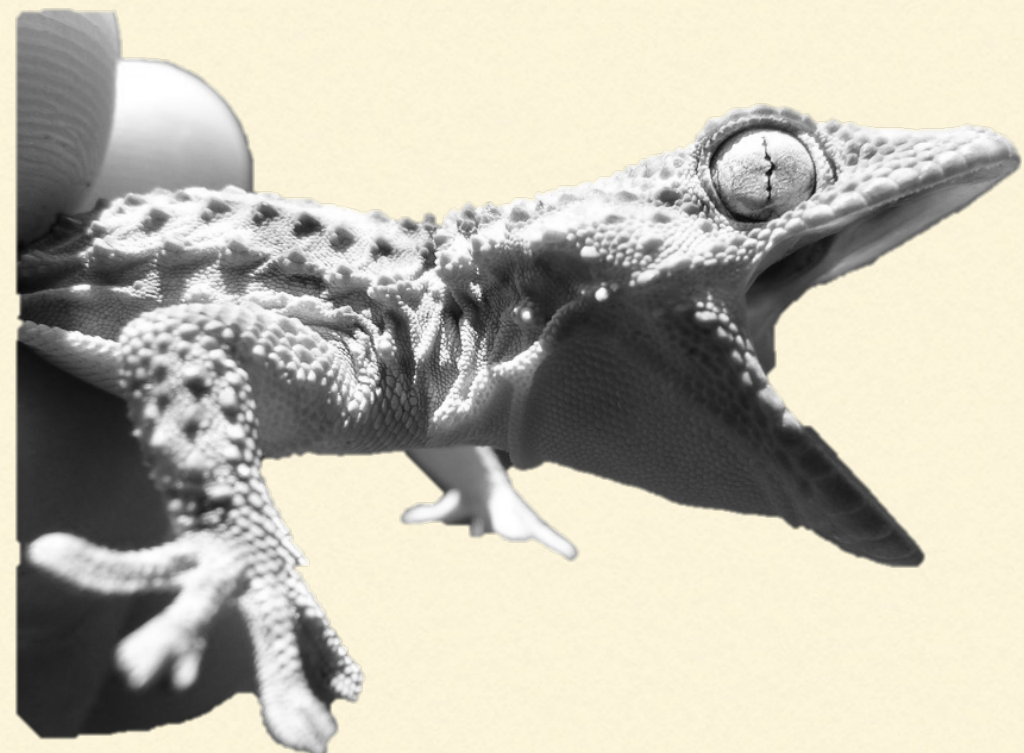
Avaliação:

1. Apresentação/Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 5/10
2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 5/10
3. Capacidade de análise e reflexão: 3,75/10
4. Número de erros: 5
5. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 25/30
6. Penalização: 3,40

[1] Erro de morfossintaxe

[2] Erro de morfossintaxe

Recurso dos quesitos [1] e [2]: No trecho: "A Política Externa Independente, que se iniciou, durante governo de Jânio Quadros, é exemplo de iniciativa (...)" o candidato sofreu duas penalizações relativas a erros de morfossintaxe. O candidato reconhece a penalização decorrente de ausência de artigo, antes do termo "governo", mas discorda da penalização sofrida por emprego de vírgula, antes do termo "durante". Essa vírgula foi empregada para separar oração subordinada adverbial de tempo. Apesar de a oração subordinada adverbial não ser anteposta à principal, o emprego da vírgula é facultativo nesse caso, conforme afirmado por Celso Cunha e Lindley Cintra (Nova gramática do português contemporâneo. 4a ed. fl. 663): "Para separar as orações subordinadas adverbiais, principalmente quando antepostas à principal". Note-se que os referidos autores não excluem a possibilidade de emprego de vírgula para separar orações adverbiais que não sejam antepostas à principal. Requer, respeitosamente, reconsideração da referida penalização pelo emprego de vírgula para separar oração subordinada adverbial de oração principal.



4

Língua Portuguesa Exercícios

EXERCÍCIO 1

Papai [João Guimarães Rosa] definia a inspiração como “um estado de transe”. Num dos prefácios de Tutameia, ele faz uma espécie de catarse, um desabafo, descrevendo a variedade de centelhas inspiradoras que se acendiam em sua imaginação: “Conversa de bois”, um dos contos de Sagarana, ele “recebeu” de manhã, completo, facilmente, substituindo a versão penosa e muito trabalhada que escrevera na noite anterior. E assim escreveu papai: “Só sei que há mistérios demais, em torno dos livros e de quem os lê e de quem os escreve. Às vezes, quase sempre, um livro é maior que a gente.”

VILMA GUIMARÃES ROSA. RELEMBRAMENTOS: JOÃO GUIMARÃES ROSA, MEU PAI. 4.ª ED. RIO DE JANEIRO: NOVA FRONTEIRA, 2014 (COM ADAPTAÇÕES).

A poesia não é inspiração pura, é trabalho; não é só ficar esperando que o santo baixe, é preciso puxar o santo pelos pés e isso dá trabalho; esse é o trabalho poético...

MARIO QUINTANA. IN: GIOVANNI RICCIARDI. AUTO-RETRATOS. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1991.

Eu não acredito em inspiração nem sou poeta inspirado. O ato de criação para mim é intelectual. Acredito na expiração. Nunca escrevi um poema inspirado, soprado pelo Espírito Santo. Isso eu não sei o que é...

JOÃO CABRAL DE MELO NETO. IN: CORREIO BRAZILIENSE, 18/1/1998.

A partir da leitura dos excertos de texto acima, discorra sobre o valor da “inspiração” e da “expiração” para o trabalho.

1. Extensão do texto: 120 a 150 palavras
2. Valor: 20,00 pontos
3. Média: 14,6 amp. / 13,1 afro.
4. Desvio padrão: 2,1 amp. / 0,6 afro.

RESPOSTA 1 • 17,63

Guilherme Fernando Rennó Kisteumacher

A “inspiração” e a “expiração” são aspectos essenciais do trabalho, visto que a criatividade e a dedicação apresentam uma relação dialética indissociável de toda obra humana de valor. A “inspiração” é inestimável à experiência humana, pois possibilita a renovação de perspectivas e a inovação criativa [1] que são essenciais ao indivíduo. Apesar desse valor, nem toda atividade humana pode ser orientada pela pura criatividade, como pretendeu Mário de Andrade, no “Prefácio Interessantíssimo” de Pauliceia Desvairada, ao fundar o “desvairismo”, método de criação inconsciente.

De forma complementar, a “expiração” é fundamental para o trabalho, pois apresenta os valores da elaboração e da dedicação, que são importantes não somente para as obras de arte, como exemplificam os poemas de João Cabral de Melo Neto, em *O Engenheiro*, mas também para o conhecimento humano contemporâneo. Como enfatizou Albert Einstein, em *Como vejo o mundo*, a “expiração” prevalece sobre a “inspiração” no trabalho científico.

EXTENSÃO DO TEXTO: 150 PALAVRAS

Avaliação

1. Apresentação: 0,75/1,00
2. Argumentação: 4,5/4,5
3. Análise: 3,38/4,5
4. Gramática: 9,00/10,00

[1] Erro de morfossintaxe – a Banca considerou a oração como adjetiva explicativa e, assim, haveria erro por ausência de vírgula. Mesmo tendo o candidato argumentado que a oração seria adjetiva restritiva, conforme pretendia, o recurso foi indeferido.

Resposta da Banca – “Num texto necessariamente curto, a reflexão pessoal é mais importante que o espaço dado a referência de pensadores. O candidato apresentou, no entanto, muito boa capacidade de argumentação. Defiro o pedido de aumento de pontuação no quesito 2.”

Pontos ganhos com o recurso: 1,12 (de 3,38 para 4,5 no quesito capacidade de argumentação)

RESPOSTA 2 • 17,51

Ellen Cristina Borges Londe Mello

A “inspiração” e a “expiração” são meios opostos, porém complementares, para a realização de um trabalho. Mário Quintana, em *Auto-retratos*, compreende essa dialética, ao contrário de João Cabral de Melo Neto e de João Guimarães Rosa, autores que, muitas vezes, afirmam que seus trabalhos

literários têm como base somente uma ou outra dessas duas funções, de modo que compartilham a percepção de que seriam separáveis.

A “inspiração” assegura a inovação, enquanto a “expiração” garante que um projeto seja realizado. Sem esforço, nada é produzido, do mesmo modo que, sem a inovação, as obras de João Cabral de Melo Neto e de João Guimarães Rosa não seriam caracterizadas pela originalidade que distinguiu a produção desses dois autores da terceira geração modernista de seus contemporâneos. Verifica-se, desse modo, que o esforço e a criatividade são igualmente importantes para o trabalho

EXTENSÃO DO TEXTO: 138 PALAVRAS.

Avaliação

1. Apresentação 0,75
2. Argumentação 3,38
3. Análise 3,38
4. Gramática 10,00

RESPOSTA 3 • 17,51

Lucas Cortez Rufino Magalhães

João Cabral de Melo Neto, em artigo publicado no jornal *Correio Braziliense*, destaca a dedicação intelectual no processo de criação poética, o que chama de expiração. De maneira distinta, João Guimarães Rosa, conforme se depreende de relato elaborado por sua filha, valoriza a inspiração na escrita.

Inspiração e expiração não são elementos contraditórios do trabalho: aquela está relacionada ao surgimento de novas temáticas, e esta está vinculada à dedicação ao aspecto formal. Entendidas dessa forma, pode-se dizer que a conjugação de ambas deu origem a obras de destaque nas artes brasileiras, como as telas *Abaporu* e *Operários*, nas quais Tarsila do Amaral inspira-se em aspectos inovadores da cultura brasileira e dedica-se à estética das vanguardas europeias. No trabalho, inspiração e expiração são, desse modo, indissociáveis, pois o ser humano é inspirado pela realidade que o cerca e, simultaneamente, dedica-se ao aprimoramento formal dos resultados.

EXTENSÃO DO TEXTO: 144 PALAVRAS.

Avaliação

1. Apresentação: 0,75/1,00
2. Argumentação: 3,38/4,5
3. Análise: 3,38/4,5
4. Gramática: 10,00/10,00
5. Organização do texto/ Tema: 7,51

EXERCÍCIO 2

PIOR NOTA • 10,51

Vilma Guimarães Rosa descreve momentos de “inspiração” do pai, o autor de Grande Sertão Veredas. Mario Quintana e João Cabral de Melo Neto, por sua vez, exaltam o esforço, ou seja, a “expiração” no trabalho.

Pode-se argumentar que a “inspiração”, que é relativa ao talento para alguma atividade, necessita ser trabalhada. Uma pessoa pode nascer com um talento para a música, mas, se não estudar a linguagem musical, não poderá exercer o seu talento.

Uma vez que o talento seja reconhecido, permanece em aberto a questão do potencial e da possibilidade. O limite de um talento, considerando que exista um limite, somente pode ser alcançado por meio de muito esforço. Do acima exposto, conclui-se que “inspiração” e “expiração” são aspectos complementares na realização do trabalho.

EXTENSÃO DO TEXTO: 127 PALAVRAS.

Avaliação

1. Apresentação / Impressão geral do texto: 0,25/1,00
2. Capacidade de Argumentação: 1,13/4,50
3. Capacidade de análise e reflexão: 1,13/4,50
4. Correção gramatical e qualidade da linguagem: 8,00/10,00

Os senhores todos conhecem a pergunta famosa universalmente repetida: “Que livro escolheria para levar consigo, se tivesse de partir para uma ilha deserta?”.

Vêm os que acreditam em exemplos célebres e dizem naturalmente: “Uma história de Napoleão”. Mas uma ilha deserta nem sempre é um exílio... Pode ser um passatempo... Os que nunca tiveram tempo para fazer leituras grandes pensam em obras de muitos volumes. É certo que numa ilha deserta é preciso encher o tempo... E lembram-se das Vidas de Plutarco, dos Ensaios de Montaigne, ou, se são mais cientistas que filósofos, da obra completa de Pasteur. Se são uma boa mescla de vida e sonho, pensam em toda a produção de Goethe, de Dostoiévski, de Ibsen. Ou na Bíblia. Ou nas Mil e Uma Noites.

Pois eu creio que todos esses livros, embora esplêndidos, acabariam fatigando; e, se Deus me concedesse a mercê de morar numa ilha deserta (deserta, mas com relativo conforto, está claro — poltronas, chá, luz elétrica, ar-condicionado), o que levava comigo era um dicionário.

Não sei se muita gente haverá reparado nisso — mas o dicionário é um dos livros mais poéticos, se não mesmo o mais poético dos livros. O dicionário tem dentro de si o Universo completo. O dicionário é o mais democrático dos livros. O dicionário explica a alma dos vocábulos: a sua hereditariedade e as suas mutações. A minha pena é que não ensinam as crianças a amar o dicionário. Ele contém todos os gêneros literários, pois cada palavra tem seu halo e seu destino — umas vão para aventuras, outras para viagens, outras para novelas, outras para poesia, umas para a história, outras para o teatro.

Eu levaria o dicionário para a ilha deserta. O tempo passaria docemente, enquanto eu passeasse por entre nomes conhecidos e desconhecidos, nomes, sementes e pensamentos e sementes das flores de retórica. Poderia louvar melhor os amigos, e melhor perdoar os inimigos, porque o mecanismo da minha linguagem estaria mais ajustado nas suas molas complicadíssimas. E, sobretudo, sabendo que germes pode conter uma palavra, cultivaria o silêncio, privilégio dos deuses, e ventura suprema dos homens.

Cecília Meireles. O livro da solidão. In: Cecília Meireles - Obra em prosa, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 270 (com adaptações).

Comente a opção de Cecília Meireles de levar um dicionário para uma ilha deserta e aponte, na conclusão, justificando sua escolha, que livro levaria consigo, caso estivesse na mesma situação da autora.

1. Extensão do texto: 120 a 150 palavras
2. Valor: 20,00 pontos
3. Média: 16,0 amp. / 14,7 afro.
4. Desvio padrão: 2,1 amp. / 1,8 afro.

RESPOSTA 1 • 19,75

Paulo Victor Figueiredo Valença

Cecília Meireles, em *O livro da solidão*, reflete sobre o livro, objeto que simboliza aspirações e convicções íntimas de cada indivíduo, que a autora escolheria para acompanhá-la a uma ilha deserta, símbolo da eternidade e da solidão. A opção pelo dicionário, vasto repositório de conhecimento e de possibilidades de expressão, condiz com a espiritualidade e o universalismo que caracterizam a obra da autora. O dicionário representa a perspectiva de continuar a tratar da condição humana em contexto ideal de isolamento.

Em consonância com a reflexão da autora, levaria comigo a uma ilha deserta a obra *Vidas paralelas*, de Plutarco. Nela, o objetivo do autor é a projeção de exemplos virtuosos a serem imitados e de exemplos indignos a serem rejeitados. A opção por essa obra deve-se a sua riqueza artística e filosófica e à influência que exerceu sobre escritores de distintas épocas, como Shakespeare e Machado de Assis.

EXTENSÃO DO TEXTO: 149 PALAVRAS

Avaliação

1. Organização do texto e desenvolvimento do tema: 9,75
2. Correção gramatical e propriedade da língua: 10,00
3. Número de erros: 0
4. Penalização: 0

RESPOSTA 2 • 18,88

Pedro Barreto da Rocha Paranhos

A opção de Cecília Meireles parece ser ideal para uma escritora como ela. O dicionário seria, em seu caso, um meio para a expansão de sua criatividade. A opção metalinguística de Meireles permitir-lhe-ia, em sentido metafórico, reinventar a própria ilha, por meio de seus poemas e prosas.

Para os que têm a leitura como paixão, mas a escritura como talento não alcançado, a escolha haveria de ser mais tradicional. Quiçá um clássico, definido como obra sempre atual e adaptável a diferentes situações, ou um livro de afeição do portador.

Acredito que faria a escolha pelo segundo caso, sabendo poder contar com o livro como se confia em um amigo. O livro que atenuaria minha solidão nessa ilha seria *Cândido*, ou o otimismo, de Voltaire, que também é um clássico.

EXTENSÃO DO TEXTO: 131 PALAVRAS

Avaliação

1. Apresentação / Impressão geral do texto: 1,00/1,00
2. Capacidade de argumentação: 4,50/4,50
3. Capacidade de análise e reflexão: 3,38/4,50
4. Correção gramatical e propriedade da linguagem: 10,00/10,00

RESPOSTA 3 • 18,75

Anônimo

A opção de Cecília Meireles pode ser interpretada como a escolha do indeterminado e potencialmente infinito. Uma vez que toda reflexão intelectual se manifesta por meio de palavras, pode-se dizer que todo trabalho intelectual é composto por uma combinação variada de um determinado número de palavras. O modo pelo qual as palavras são combinadas depende da imaginação conceitual e da intuição poética do indivíduo. Confiante de seus dotes intelectuais, a autora escolhe o dicionário, por sentir-se capaz de produzir quantidade indeterminável de reflexões intelectuais por meio das palavras.

O autor desse [1] exercício, por duvidar de sua imaginação conceitual e intuição poética, prefere confiar nas reflexões intelectuais realizadas por outros, de forma que escolheria não um dicionário, mas, sim, *A Comédia Humana*, de Balzac, por entender que a obra, síntese das alegrias e das tristezas que conformam a experiência humana, pode contribuir para o entendimento da condição humana.

EXTENSÃO DO TEXTO: 148 PALAVRAS

Avaliação

1. Organização do texto e desenvolvimento do tema: 9,75
2. Correção gramatical: 9

[1] Erro de morfossintaxe.

QUESTÃO EXTRA • 16,13

Cecília Meireles, ao comentar o clássico cenário hipotético da vida em ilha deserta, afirma que levaria consigo um dicionário. A autora rejeita opções ilustres, como obras de Goethe e de Dostoiévski, na medida em que considera que o dicionário, ao conter “todos os gêneros literários”, favoreceria a

percepção da passagem do tempo e a contemplação de relacionamentos passados, além da valorização do silêncio.

A escolha de Meireles demonstra seu apreço à linguagem e à criação literária, uma vez que permite que a imaginação e o talento da autora se desenvolvam na ilha fictícia. Para o indivíduo de ambições mais humildes, a solidão decorrente do isolamento exigiria a leitura de obras que mitigassem a saudade da pátria e permitissem, concomitantemente, a introspecção. O Nome da Rosa, de Carlos Drummond de Andrade, atende a essas demandas e propicia inúmeras releituras. [1]

EXTENSÃO DO TEXTO 138 PALAVRAS

Avaliação

1. Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência) 0,00 a 1,00: 0,50
2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações) 0,00 a 4,50: 3,38
3. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 6,13
4. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10,00
5. Número de erros 0
6. Penalização 0,00

[1] Mesmo errando o nome do livro (era para ser “A Rosa do Povo”), fiz recurso de todos os quesitos possíveis, mas foram todos indeferidos sem outros comentários.

PIOR NOTA • 13,00

Cecília Meireles, em O livro da solidão [1] conclui que levaria consigo para uma ilha deserta um dicionário. A autora cita diversas obras de literatura, filosofia e religião, identifica vantagens e desvantagens dessas opções e escolhe um dicionário, o qual, segundo a escritora, é um dos livros mais poéticos e mais filosóficos e, ainda, permite cultivar o silêncio, o qual é “privilégio dos deuses”.

Cecília Meireles não escolheria um livro de literatura, filosofia ou religião, mas um que fosse síntese de todos eles. Por ser escritora, ela optou por um livro que lhe forneceria, com precisão, a matéria-prima de que necessita. Penso, como Jorge Luiz Borges, que o paraíso deve ser uma imensa biblioteca. Na impossibilidade de levar uma dessas, optaria por Grande sertão: veredas, de João Guimarães Rosa, porquanto se trata [2] de romance cuja temática é universal e cujas palavras não se conteriam em um dicionário.

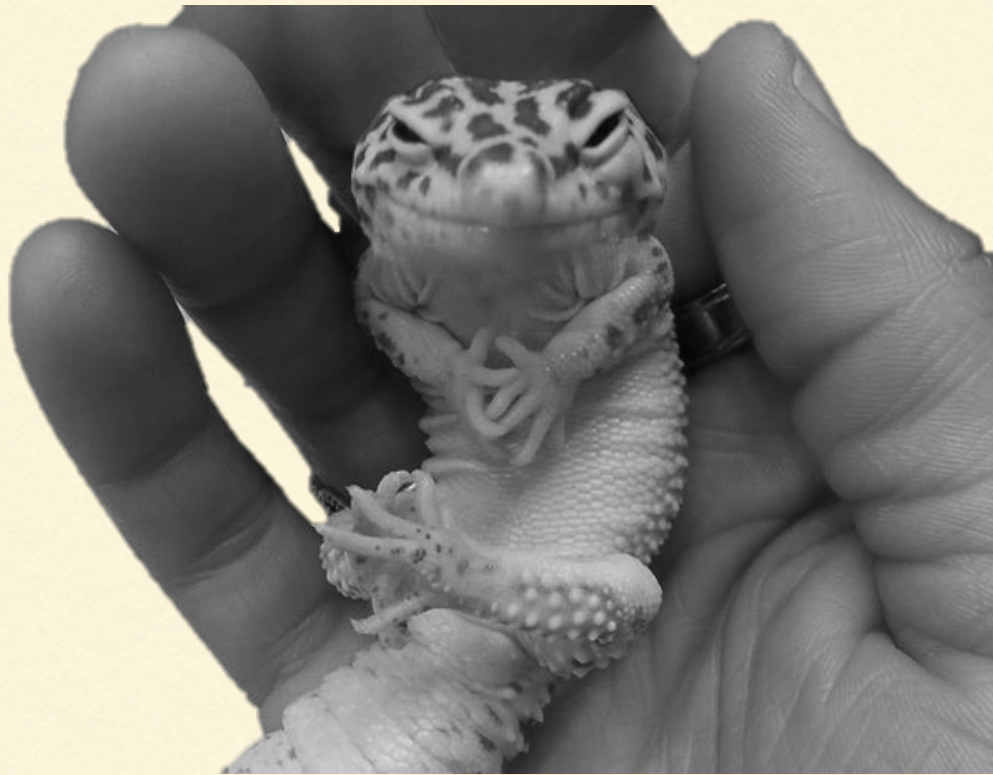
EXTENSÃO DO TEXTO: 148 PALAVRAS

Avaliação

1. Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência) 0,00 a 1,00: 0,50
2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações) 0,00 a 4,50: 2,25
3. Capacidade de análise e reflexão: 2,25
4. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 08,00
5. Número de erros: 2

[1] Erro de morfossintaxe: Candidato penalizado por ausência de vírgula.

[2] Erro de morfossintaxe: a construção “se trata” não admite complemento.



5

Inglês

TRANSLATION A

Translate into Portuguese the following excerpt adapted from Sir Christopher Meyer's article *How to step down as an ambassador — with style*.

It was once the custom for British ambassadors to write a valedictory despatch at the end of their posting. In contrast to the utilitarian style of daily diplomatic reporting, ambassadors were expected to spread their wings with candid comment on the country they were leaving, larded, where the wit was willing, with humorously pungent observations on the character of the locals. The best were distributed throughout the diplomatic service for the enlightenment and amusement of its ranks.

These were usually pretty sensitive and might be construed as a slight abroad were their contents divulged beyond the Ministry's portals. Some missives were deemed so delicate that their circulation was restricted for fear of leaks. Bidding farewell Sir Ivor Roberts dared ask: "Can it be that in wading through the plethora of business plans, capability reviews, skills audits... we have forgotten what diplomacy is all about?"

Whether written with quill, typewriter or tablet, a key requirement has ever been the ability to render incisive judgment, with style and wit.

CHRISTOPHER MEYER. HOW TO STEP DOWN AS AN AMBASSADOR — WITH STYLE. THE DAILY TELEGRAPH. AUGUST 7TH 2015.

1. Value: 20 marks]
2. Média: 10,9 amp. / 8,8 afro.
3. Desvio padrão: 2,1 amp. / 3,3 afro.

TRADUÇÃO 1 • 15,00

Arthur Cesar Lima Naylor

Já foi costume dos embaixadores britânicos escrever suas **impressões pessoais** ao final de suas **correspondências**. Em contraste com o estilo utilitário dos reportes diplomáticos diários, esperava-se que os embaixadores abrissem suas asas em comentários sinceros sobre o país que eles estavam deixando, temperados, onde permitisse a presença de espírito, por observações engraçadas sobre o caráter dos habitantes locais. Os melhores eram distribuídos por todo o corpo diplomático, para ilustração e divertimento de seus membros.

Esses comentários eram bastante sensíveis e poderiam ser entendidos como uma afronta no exterior, caso seu conteúdo fosse divulgado para além dos portais do ministério. Algumas cartas eram consideradas tão delicadas que sua circulação era restrita, por medo de vazamentos. Ao dizer adeus, sir Ivor Roberts ousou perguntar: “Será que, ao lidarmos com essa massa de planos de negócios, análises de conjuntura, avaliações de desempenho..., não nos esquecemos do que é a diplomacia de verdade?”

(Quer escrito) a pena, a máquina ou em tablet, um requisito fundamental sempre foi a capacidade de fazer avaliações incisivas, com estilo e humor. [1] 172

[1] As palavras destacadas em vermelho representaram a perda de 1,0 ponto cada. A palavra sublinhada em preto não foi apenada.

TRADUÇÃO 2 • 14,50

Guilherme Fernando Rennó Kisteumacher

Já foi o costume de os embaixadores britânicos escreverem um **despacho** [-1] de despedida ao final de seu exercício em um posto diplomático. Em contraste ao estilo utilitário das reportagens diplomáticas diárias, esperava-se que os embaixadores “abrissem suas asas” com comentários francos sobre o país que estavam deixando, recheados, onde a argúcia era devida, com observações humoristicamente pungentes sobre as características dos locais. Os melhores eram distribuídos por todo o serviço diplomático, para o esclarecimento e o divertimento de seus funcionários.

Esses comentários eram, geralmente, bastante sensíveis e podiam ser compreendidos como uma crítica depreciativa no exterior, caso seus conteúdos fossem divulgados além do âmbito do Ministério. Algumas missivas eram consideradas tão delicadas que sua circulação foi restringida, por medo de vazamentos. Despedindo-se, Sir Ivor Roberts ousou questionar: “Será possível que, ao atravessarmos a miríade de planos de negócios, revisões de capacidades, auditorias de habilidades... nós esquecemos o que é a essência da diplomacia?”

Seja escrito em pena, máquina de escrever ou “tablet”, um requisito-chave sempre foi a habilidade de produzir um juízo incisivo, com estilo e perspicácia.

Marcações da Banca

Todas as marcações foram referentes a Vocabulário. As apenações, no resultado provisório, aos termos “argúcia” [1.5] e “perspicácia” [1.15] foram retiradas após recurso.

Recurso

“O candidato pede revisão de sua nota, pois discorda de penalizações de suas escolhas vocabulares na tradução, as quais são perfeitamente corroboradas pelos sentidos encontrados e pelo correto uso dessas palavras em diversos dicionários da Língua Inglesa.

Em particular, o candidato discorda das seguintes penalizações:

- linha 1: “despatch” poderia ser, corretamente, traduzido como “despacho”, no sentido encontrado pelo Oxford Dictionary (“an official report on state or military affairs”), ou no exato sentido encontrado no American Heritage Dictionary (“an important message sent by a diplomat or an officer in the armed forces”).

- l.3: “reporting” pode ser traduzido por “reportagem”, visto que, segundo a versão bilíngue do Oxford Dictionary, um dos sentidos da palavra “reporting” é, exatamente, “reportagem”, e tal tradução não prejudica o sentido da frase original. No Cambridge Dictionary, “reporting” seria adequadamente traduzido como “apresentar um informe”, o que significa, em Português, precisamente, “reportar” algo.

- l.5 e l.18: “wit” pode ser, corretamente, traduzido como “argúcia” e como “perspicácia”. Considerando que o dicionário bilíngue Michaelis traduz “wit” como “perspicácia, agudeza, sagacidade”, e que um dos sinônimos de sagacidade, segundo dicionários de Português, é “argúcia”, não há qualquer problema com a escolha vocabular do candidato. Não se pode penalizar o candidato por ter amplo domínio vocabular, ainda mais quando essa penalização indevida ocorreu duas vezes na mesma questão, o prejudicando significativamente.

- l. 6: “pungent” apresenta, como uma de suas traduções possíveis, o sentido de “pungente”, palavra que apresenta, na Língua Portuguesa, os sinônimos de “dramático, mordaz, contundente”, dentre outros. Não se pode desconsiderar todos sentidos da palavra utilizada pelo candidato: ao escolher “pungente”, o candidato considerou seus sentidos alternativos e fez escolha vocabular que mantivesse a maior fidelidade possível ao texto-fonte, não podendo ser apenado por essa razão.

- l.15: “skills”, traduzido como “habilidades”, deve ser considerado correto, pois, conforme os primeiros sentidos apresentados em ambos os dicionários bilíngues do Cambridge Dictionary e do Michaelis, “skill” apresenta exatamente o sentido de “habilidades”. Além disso, a tradução da expressão foi excessivamente apenada, não considerando a inteligibilidade da forma final e da fidelidade ao texto-fonte apresentadas pelo candidato.

É importante ressaltar que o candidato não contesta a existência de diversas outras palavras que poderiam ser utilizadas para a tradução desejada. No entanto, acredita que a existência de tais opções não anula a eficácia da palavra utilizada por ele na forma final traduzida.

Além disso, deve-se ressaltar que o candidato teve acesso a espelhos de prova de outros candidatos em que, em alguns

casos, idênticas escolhas vocabulares não foram penalizadas pela presente Banca. Isso gera uma situação injusta perante desempenhos equivalentes, que não pode prosperar no resultado final e que pode resultar, ultimamente, na eliminação indevida de candidatos.

Dessa forma, ainda que o candidato respeite a escolha de outra palavra para a referida tradução, pede-se que seja revista as penalizações atribuídas a sua escolha de forma, para excluí-la ou, alternativamente, diminuí-la.”

Marcações da Banca

[MEP1] “ Com Deferimento

CONTEÚDO

L.1: Despatch – Não se trata, aqui, de “uma resolução de autoridade pública sobre um requerimento; ou uma carta/ofício relativa (o) a negócios públicos que um ministro envia a outro”. (definições de despacho). Trata-se, tão somente, de um relatório de despedida. Indeferido.

L.3: Reporting – Seu significado é o de relatos. “... estilo utilitário/pragmático dos relatos diplomáticos rotineiros”. Indeferido.

L.5: Deferido.

L.6: Pungent – mordazes, picantes, bem-humorados, humorísticos, engraçados. Indeferido.

L.15 Deferido”

Pontos ganhos com o recurso: 2,00 – de 12,5 para 14,5

TRADUÇÃO 3 • 14,50

Jean Paul Coly

Outrora, já foi um costume para embaixadores britânicos a redação de um **despacho** [1] **vaeditório** ao fim de sua estada em um posto. Em contraste com o estilo utilitário da correspondência diplomática diária, esperava-se que os embaixadores dessem vazão a suas ideias com comentários singelos sobre o país do qual estavam partindo, por meio de observações humoristicamente mordazes sobre o caráter dos locais. Os melhores **despachos** [2] eram distribuídos ao serviço diplomático, para divertir e instruir seus membros.

Essas comunicações eram, em geral, bastante sensíveis e poderiam ser interpretadas como uma **ofensa** [3] **caso** seu conteúdo fosse divulgado fora dos portais do Ministério. Algumas correspondências eram consideradas tão delicadas que a sua circulação era restrita em função do temor de vazamentos. Em sua despedida, o **senhor** Ivor Roberts ousou indagar: “Será que vagando pela grande quantidade de planos empresariais, **análises de capacidades** [4], **avaliações de habilidades** [5] ... nós esquecemos a essência da diplomacia?”

Seja escrita **com** pena, máquina de escrever ou tablet, um requisito chave sempre foi a habilidade de **fornecer** julgamento incisivo, com estilo e **sagacidade** [6].

Marcações da banca:

[1] Comentário da banca em resposta ao recurso: L.2: Despatch – Não se trata, aqui, de “uma resolução de autoridade pública sobre um requerimento; ou uma carta/ofício relativa(o) a negócios públicos que um ministro envia a outro”. (definições de despacho). Trata-se, tão somente, de um **relatório de despedida**. Indeferido.

[2] A banca sublinhou o termo “despacho”, porém não retirou pontos pelo erro (já penalizado na primeira ocorrência).

[3] A ausência de tradução do termo **“abroad”** foi sinalizada e penalizada pela banca.

[4] O candidato recorreu, argumentando a possibilidade de traduzir **“review”** como **“análise”** e obteve majoração da nota.

[5] O candidato recorreu, argumentando a possibilidade de traduzir **“skills”** como **“habilidades”** e obteve majoração da nota.

[6] O candidato recorreu, argumentando a possibilidade de traduzir **“wit”** como **“sagacidade”** e obteve majoração da nota.

PIOR NOTA • 06,50

Antigamente, era o costume dos embaixadores britânicos escrever um **despacho** [-1,0] **laudatório** [-1,0] [1], ao final de seu tempo no posto diplomático. Contrastando com o estilo utilitário dos **relatórios** [-1,0] diplomáticos diários, esperava-se dos embaixadores que abrissem suas asas com comentários cândidos sobre o país que estavam deixando, **laureados** [-1,0], **onde o rito era voluntário** [-1,0], com observações bem-humoradas e **pungentes** [-1,0] [2] sobre o caráter dos habitantes locais. **O melhor** [-0,5] era distribuído entre todo o serviço diplomático para a **iluminação** [-1,0] e o prazer dos seus quadros profissionais.

Esses eram, normalmente, bastante sensíveis e podiam **ser limitados** [-1,0] **como uma amostra** [-0,5], se seus conteúdos fossem divulgados além das portas do ministério. Algumas missivas eram **elaboradas tão delicadamente** [-1,0] que sua circulação era restrita **pelo** [-0,5] medo de vazamentos. Despedindo-se, Sir Ivon Roberts ousou perguntar: Pode ser que, vagando pela abundância de planos de negócios, análises [3] de capacidade, audições de habilidades [4], nós tenhamos esquecido **sobre o** [-0,5] que trata a diplomacia?

Seja escrita **com** [-0,5] pena, máquina de escrever ou tablet, um requerimento principal sempre foi a habilidade de **fornecer** [-1,0] julgamento incisivo, com estilo e **forma** [-1,0].

Marcações da banca

[1] Recurso apresentado pelo candidato, indeferido: dispatch pode ser traduzido como “despacho” de acordo com o Dicionário Porto de Inglês-Português. Segundo o Merriam-Webster’s Online Dictionary, dispatch pode ser “an

important official message”, enquanto que o Dicionário Houaiss afirma que “despacho” pode ser usado na área da diplomacia.

Resposta da Banca: Despatch – Não se trata, aqui, de “uma resolução de autoridade pública sobre um requerimento; ou uma carta/ofício relativa(o) a negócios públicos que um ministro envia a outro”. (definições de despacho). Trata-se, tão somente, de um relatório de despedida.

[2]- Recurso apresentado pelo candidato, indeferido: pungent pode ser traduzido como “pungente” de acordo com o Dicionário Porto de Inglês-Português. De acordo com o Dicionário Prático de Tradução Inglesa, pungent pode ser traduzido como “que tem grande capacidade de entusiasmar, de provocar muita atenção, comoção ou profundo interesse”, enquanto que o Dicionário Houaiss define “pungente” como aquilo “que afeta e/ou impressiona profundamente o ânimo, os sentimentos, as paixões; muito comovente”. Assim, o sentido da palavra pungent é mantido.

[3]- Recurso apresentado pelo candidato, deferido: Review pode ser traduzido como “análise” de acordo com o Dicionário Porto de Inglês-Português, tendo o mesmo sentido que “estudo” e “exame”. O Oxford Dictionaries define review como “a report on or evaluation of a subject or past events”, enquanto que o Dicionário Houaiss define “análise” como “estudo pormenorizado de cada parte de um todo, para conhecer melhor sua natureza, suas funções, relações, causas etc.”

[4]- Recurso apresentado pelo candidato, deferido: Skills pode ser traduzido como “habilidades” de acordo com o Dicionário Porto de Inglês-Português. O vocábulo também poderia ser traduzido como “competências”, mas, segundo o Dicionário Houaiss, “competência” é a “soma de conhecimentos ou de habilidades”. Dessa forma, pede-se, respeitosamente, a revisão da correção e a majoração da nota do quesito.

TRANSLATION B

Translate into English the following excerpt adapted from Sérgio Buarque de Holanda's *Raízes do Brasil*.

A empreitada de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, francamente antagônicas à sua cultura milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes refratário e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, aperfeiçoar o tipo de civilização que representamos, mas todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e outra paisagem.

É significativo termos recebido a herança proveniente de uma nação ibérica. Espanha e Portugal eram territórios-ponte pelos quais a Europa se comunicava com os outros mundos. Constituíam uma zona fronteira, de transição, menos carregada desse europeísmo que, não obstante, retinha como um patrimônio imprescindível.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. *RAÍZES DO BRASIL*. 3.^a ED. RIO DE JANEIRO: JOSÉ OLYMPIO, 1956, P. 15-16.

1. Value: 15 marks]
2. Média: 7,3 amp. / 5,2 afro.
3. Desvio padrão: 3,0 amp. / 4,2 afro.

TRADUÇÃO 1 • 12,00

Camilla Corá

The dominant and most consequential fact in the origins of Brazilian society is the effort of **implanting** [-1,0] **the** [-0,5] European culture upon a large territory, **doted** [-1,0] with natural conditions that were, if not adverse, frankly **antagonistic toward** Europe's **millenar** [-0,5] culture.) By bringing from distant countries our forms of socialization, our institutions, our ideas, and by insisting on maintaining all that in an environment that is often unfavorable and hostile, we remain, still, a people disconnected from our surroundings. Although we may enrich our humanity with new and unforeseen aspects and perfect the kind of civilization that we represent, all the product of either our work or our laziness seems to be a part of a system of evolution that belongs to another climate and another landscape.

It is significant that we received the heritage of an Iberic nation. Spain and Portugal were both passageways through which Europe communicated with the other worlds. They constituted an area of borders and of transition, less filled with this European influence which, nonetheless, they retained as an indispensable asset.

TRADUÇÃO 2 • 11,00

Wallace Medeiros de Melo Alves

The undertaking of the **establishment** of **the** [-1,0] European culture in a large territory, **endowed** with natural conditions, which if not adverse, it is **widely antagonist** [-1,0] **of** [-1,0] its **centuries-old culture**, is, at the roots of Brazilian society, the richest and most dominant factor in its consequences. By bringing our ways of life, institutions and ideas from distant countries, as well as managing to conciliate all this in an environment that is hostile and opponent at times, we are still foreigners in our own land. We can enrich our humanity through new and unexpected aspects, improve the type of civilization we represent, but all the outcome from our work or laziness seems to take part in a system of evolution related to a different climate and landscape.

It is meaningful that we have received the heritage from an Iberian nation. Spain and Portugal were territories that served as a bridge, through which Europe communicated with other worlds. They were a transitional border zone, **less** [-1,0] endowed with this European identity, although they kept it as a valuable asset.

TRADUÇÃO 3 • 10,50

Hudson Caldeira Brant Sandy

In the origins of Brazilian society, the attempt to **implant** [-1,0] European culture in a vast territory with natural conditions that are - if not **contrary** [-1,0] - openly antagonistic towards Europe's **millenar** [-0,5] culture has been the dominant fact, and the one richest in consequences. Having brought our models of community life, our institutions and our ideas from distant countries, and struggling to keep them all in an environ-

ment that rebuffs and is hostile to them, we are, even **nowadays** [-1,0], outcasts in our own land. We may enrich our humanity with new and unforeseen aspects, we may perfect the kind of civilization that we represent, but the fact remains that the entire product of our work or sloth seems to be a part of a specific evolution system, one from a different climate and a different landscape.

It is meaningful that the heritage we received stems from an Iberian nation. Spain and Portugal were bridge territories through which Europe could communicate with other worlds. They were a frontier zone, one of transition, less burdened with this **Europeism** [-1] that it kept, regardless, as an indispensable patrimony.

PIOR NOTA • 00,00

The **work of implementing the** European culture in a vast territory, **rich** in natural conditions, if not adverse, frankly opposed to its **millenar** culture is, in the origins of **the** Brazilian society, the dominant fact and the **richer** one in ___ consequences. Bringing from far away countries our ways of living, our institutions, our ideas, and **carrying** for keeping all that in an environment often **closed** and hostile, we are **nowadays still some** expatriates in our own land. We may **enrichen** our humanity with new and unexpected aspects, improve the kind of civilization that we represent, but all the outcomes of our work or of our **lazyness** seem to participate in an evolution system characteristic of another climate and another landscape.

It is significant that we **had** received the heritage from an Iberic nation. Spain and Portugal were bridge-territories through which Europe used to communicate with the other worlds. They used to constitute a **bordering** zone of transition, less charged **of** that europeism which, however, it retained as an essential property.

SUMMARY

Write a summary, in your own words, of the following excerpt adapted from Gaia Vince's *Humans have caused untold damage to the planet*. Your text should not exceed 200 words.

The times in which we live are epoch-making. Literally. Such is the scale of the changes humans have wrought of late that our world has been altered beyond anything experienced hitherto. Our planet is now crossing a geological boundary, and we are the change-makers.

Millions of years from now, a stripe in the accumulated layers of rock on Earth's surface will reveal our human fingerprint, just as we can discern evidence of dinosaurs in rocks of the Jurassic, the explosion of life that marks the Cambrian or the glacial retreat scars of the Holocene. Our imprint will be revealed by species going extinct by the score, sharp changes in the oceans' chemistry, depletion of forests and encroachment of deserts, shrinking of glaciers and the sinking of islands. Geologists of the far future will detect in fossil records a diminishing array of wild animals offset by an upsurge of domesticates, the baleful effects of detritus such as aluminium drink cans and plastic carrier bags, and the noxious smudge of mining projects laying waste the oil sands of north-western Canada, revolving 30 billion tonnes of earth each year — twice the amount of sediment discharged from all the rivers in the world.

In acknowledgement that humanity has become a geophysical force on a par with the earth-shattering asteroids and planet-cloaking volcanoes that defined past eras, geologists are dubbing this new epoch the Anthropocene. Earth now ranks as a human planet. We determine whether a forest stands or is razed, whether species survive or become extinct, how and whither a river flows, the temperature of the atmosphere, even. We have become the most manifold big animal on Earth, followed by those we breed to feed and serve us. Nearly half the planet's land surface is now used to grow our food, and we control three-quarters of the world's fresh water. Prodigious times, indeed. In the tropics, coral reefs dwindle, ice melts apace at the poles while the oceans are emptying of fish at our doing. Entire islands are submerging under rising seas, just as naked new land emerges in the Arctic.

It has become the business of science journalists to take special note of reports on how the biosphere is changing, and research is hardly in short supply. Study after study plot changes in butterfly migrations, glacier melt rates, ocean nitrogen levels, wildfire frequency... all linked by a common theme: the impact of humans. Scientists have described the multifarious ways humans are affecting the natural world. Climate scientists tracking global warming have forewarned of deadly droughts, heatwaves and gathering sea-level rise. Conservation biologists have envisaged biodiversity collapse to the point of mass extinction; marine biologists deplore "of plastic garbage" roaming the seas; space scientists debate the destiny of all the junk up there menacing our satellites; ecologists denounce deforestation of the last intact rainforests; agro-economists raise the alarm about deserts engulfing vast tracts of fertile soil. Every new study hammers home the extent to which our world is changing. Humanity is shaking it up. And people across the globe can hardly be in any doubt about the environmental crises we set in motion. All this is deeply troubling, if not overwhelming.

Dire predictions abound as to our future on Earth. At the same time, nonetheless, we should not disparage our triumphs, our inventions and discoveries — how scientists find novel ways to improve plants, stave off disease, transport electricity and forge new materials. We can be an incredible force of and for nature. Humans have the power to heat the planet further or to cool it down, to eliminate species and to engineer new ones, to re-sculpt the terrestrial surface and to fashion its biology. No part of this planet is untouched by human hand — we have transcended natural cycles, altering physical, chemical and biological processes. We can craft new life in a test tube, resurrect extinct species or grow replacement body parts. We have invented robots to be our drudges, computers to expand our brains, and a new ecosystem of communication networks. We have redrawn our own evolutionary pathway with medical advances that save those who would otherwise die in infancy. We are supernatural: we can fly without wings and dive without gills; we can survive killer diseases and be resuscitated after death.

The realisation that we wield such planetary power requires a major shift in perception, one that topples the scientific, cultural and religious philosophies that define our place in the world, in time and in relation to all other known life. Man was once framed at the centre of the Universe. Then came Copernicus in the 16th century, who put Earth in its place as just another planet revolving around the Sun. By the 19th century, Darwin had reduced man to just another species — a wee twig on the grand tree of life. The paradigm has swung round again, though: man is no longer just another species. We are the first to knowingly reshape the Earth's biology and chemistry. We have become vital to the destiny of life on Earth. The Anthropocene throws up unprecedented challenges, as we have already begun to tilt global processes out of kilter. In some cases, minuscule further changes could spell disaster; in others, a fair degree of leeway remains before we face the consequences.

The self-awareness implicit in recognising our power requires us to question our new-found role. Are we just another part of nature, doing what nature does: reproducing to the limits of environmental capacity, subsequently to suffer a sudden demise? Or shall we prove the first species capable of curbing its natural urges, and modulating its impact on the environment, such that habitability on Earth can be maintained? Should we treat the rest of the biosphere as an exploitable resource to be plundered at will for our pleasures and needs, or does our new global power imbue us with a sense of responsibility over the rest of the natural world? The Anthropocene — and our very future — will be defined by how we reconcile these opposing, interwoven drives in the years to come.

GAIA VINCE. HUMANS HAVE CAUSED UNTOLD DAMAGE TO THE PLANET.

1. Value: 15 marks
2. Média: 9,6 amp. / 7,2 afro.
3. Desvio padrão: 2,1 amp. / 1,8 afro.

RESPOSTA 1 • 13,00

Anônimo

As a result of humankind's unprecedented capacity to alter the Earth's geophysical characteristics, geologists have named the current era as the Anthropocene. Humans have now significant control and can deeply affect nature.

Millions of years in the future, fossils will present a record of humanity's impact on the planet: a long list of extinct animal species, deforestation, desertification, and raising sea levels.

Scientists and journalists have been researching and reporting these anthropogenic changes on climate, soils, and biodiversity. Hence, few people deny that humanity has caused these environmental crises that are changing the world.

However, modern technological and scientific advancements can also be used to protect the environment. Therefore, humankind's impact on the Earth does not necessarily have to be a negative one.

Though the Scientific Revolution has put an end to the old anthropocentric conceptions, contemporary developments of humankind's capacity to alter the world mean that a new self-perception about humanity's place and powers must be formed.

Hence, humanity must make a decision about what it will do with its new perceived power: continue to make unrelentless use of nature's resources or act with greater responsibilities. The future depends on this choice.

Comentário da banca:

1. 2
2. 1,5
3. 1,5
4. 1,5
5. 1,5
6. 2

Use of English - 3

RESPOSTA 2 • 12,50

Lucas Cortez Rufino Magalhães

Human action has prompted deep changes on Earth, and has inaugurated a new geological era: the Anthropocene. In the future, the human fingerprint will be measured in terms of extinction of species, the composition of oceans, deforestation, desertification, the disappearance of islands and ice caps, garbage and climate change. Humanity has managed to control the resources from Earth, but it has also become a force comparable to asteroids and volcanoes. Science journalism foreshadows a dismal reality in the fields of biodiversity, sea-level, outer space and agriculture – all as a consequence of human action.

Conversely, the progress of science cannot be disregarded, as we are now capable of controlling nature. Mankind needs to change its perception regarding the planet. Our position as the center of the Universe, toppled [1] by Copernicus and Darwin in the past, is once again real. Humanity is sure that the changes we are experiencing are a direct result of human action. As mankind becomes aware of its position as a great geological force, it needs to answer the prospects unveiled by scientists. We need to decide whether we will live according to the limits imposed by nature or we will adjust nature to our survival demands.

[1]. Marcação feita pela banca, mas sem detalhamento.

Comentário da banca:

1. 2
2. 1,5
3. 1,0
4. 1,5
5. 1,5
6. 2

Use of English - 2

Observações: Após interposição de recurso, o candidato obteve majoração da nota em um ponto, sem maiores especificações sobre qual quesito teve sua nota revisada.

RESPOSTA 3 • 11,50

Alexandre de Paula Oliveira

Human beings are changing the planet in a decisive way, and scientists are calling the current geological age the “Anthropocene”.

When the scientists of the future study the present period, just like we have found fossils of dinosaurs, they will find an array of elements that will show them how we changed our planet for the worse.

Human beings have become a force as strong as volcanoes and asteroids in our ability to definitely change the planet. We are affecting the climate, the oceans, the biodiversity and even the outer space.

However, the same power we use to destroy we can also use to construct. The improvements in medicine, biogenetics and technology in general prove human beings can work in favor of nature, not only against it.

In order to use our force in this positive way, however, we need to change our perspective. We have to assume our place in the world and acknowledge that, in the Anthropocene, we are not “a species”, we are “the species” that controls the destiny of the planet. With great power comes great responsibility, and this is why we must act carefully when we deal with our environment.

Use of English: 2,5

Comentário da banca:

1. 1,5
2. 1,5
3. 2,0
4. 1,5
5. 1,5
6. 1,5

Use of English - 2

Comments: “Good summary. Straightforward. Covered most of the points”.

QUESTÃO EXTRA • 05,50

Human activities have caused unprecedented changes in the world, which has led the planet to cross a geological boundary that menaces the survival of all species, including humanity. In the future, the human impact upon the environment will be measured by its fingerprint concerning the adverse consequences brought to the planet. Humankind’s geophysical force is comparable to that of the asteroids and volcanoes that dramatically changed life in Earth. This context paves the way for a new era of the Anthropocene, in which humanity plays a critical role in determining the course of natural events, such as species’ extinction and global temperature. Indeed, along with the prodigious use of the environmental resources, there is also the depletion of them.

It has been of increasing concern to journalists, climate scientists and conservation biologists to keep track of the human-induced changes in the global environmental system. Even new study further corroborates such transformations and leaves no doubt that the environmental crisis are already set in motion.

Despite these predictions, humanity should place a great value on its capacity to innovate, adapt to the nature and enhance its living standards. Humans’ force for nature has transcended deterministic natural cycles. What is necessary is to reshape the anthropocentric perception, in which humanity defines the destiny of life on Earth. In this sense, humankind needs to perform a new-found role, considering the dilemmas between responsibility and unsustainable development, between to perish and reduce its impact upon the planet. Addressing these concerns is at the center of the Anthropocene debate.

Comentário da banca

1. 2
2. 1,5
3. 1
4. 1
5. 1
6. 1,5

10,5

Over the limit: +250 words. Deduction: -5 points (10,5-5=5,5)

PIOR NOTA • 06,00

Mankind has been considerably impacting the world’s environment as never before. Our marks will be left for future generations to see and assess, through an array of physical evidence. Such is the scale of human-produced change that it is comparable to natural forces that shaped the Earth. This is echoed in the omnipresence of humans across the globe, whose resources are either explored or otherwise used or modified by them in their immediate interest.

Analysts have been taking note of these changes. They are engaging in predictions about our future, warning against disastrous consequences. Yet the same capacity humans have to destroy nature allows them to tame it, through technical progress. This puts us above nature and call for a change of perception as to our role on Earth. Whether we stand on the planet as any other animal or have differentiated responsibilities towards nature is what the future will tell.

Comentário da Banca

1. 1
2. 0,5
3. 0,5
4. 1
5. 0,5
6. 0,5

Use of English - 2

Comentário do corretor: “Very short. Could have expanded several points.”

Recurso do candidato: “Peço encarecidamente ao revisor que, pelas razões que explico a seguir, possa reconsiderar sua penalização do meu resumo, principalmente por causa da concisão. Não tendo seguido qualquer curso de adestramento para a realização das questões desta prova, pautei-me exclusivamente pelas informações do edital e do enunciado da questão. Assim, estava consciente da existência de um limite máximo de 200 palavras, cujo desrespeito, segundo as regras do edital, levariam à penalização da minha nota final. Ao mesmo tempo, procurei produzir um texto que correspondesse a um bom resumo: um texto que reproduzisse todas as ideias do texto, com objetividade, precisão, clareza e, sobretudo, concisão.

Portanto, procurei resumir, da maneira mais concisa possível, rigorosamente, todas as informações contidas no texto. Em 151 palavras, penso que não deixei de sintetizar, rigorosamente, nenhuma das informações apresentadas no texto-base, articulando-as entre elas, de modo a alcançar

precisão, clareza, objetividade e concisão no meu resumo. Esforcei-me também para redigir um resumo coerente e com qualidade de linguagem, sem reproduzir fórmulas próprias do texto-base.

Peço ao revisor, ademais, que considere que o texto-base já não era muito longo. Além disso, muitas de suas sentenças repetiam as mesmas ideias e informações, de modo que a concisão do resumo impunha-se, no meu entendimento, com maior força. Torná-lo mais longo, pareceu-me, levaria a uma perda da característica principal de um bom resumo: a essencialidade e não repetição (ou prolixidade) das informações sistematizadas.

Compreendo que existam imperfeições no meu resumo, mas também acredito que meu desempenho correspondeu a pelo menos metade do que se esperava dos candidatos nessa questão. Tendo sido a nota que recebi inferior à metade dos pontos possíveis, penso sinceramente que sua reconsideração é algo possível, ainda que a melhora da nota final seja, segundo o julgamento do examinador, mínima. Eu a aceito, qualquer que seja essa melhora.”

Resposta da banca: “The length of the text - around 1.000 words - has been the norm for the summary question for some years. Candidates should therefore strive to keep to the maximum limit of words in the summary in order to be able to develop in an adequate manner, the main ideas in the presented text. By foregoing 20% of the wordage at his/her disposal, the candidate deprived him/herself of the opportunity to expand and include important points in the set text.” (Indeferido).

COMPOSITION

History consists of a corpus of ascertained facts. The facts are available to the historian in documents, inscriptions and so on, like fish on the fish monger's slab. The historian collects them, takes them home, and cooks and serves them in whatever style appeals to him. Acton, whose culinary tastes were austere, wanted them served plain. In his letter of instructions to contributors to the first Cambridge Modern History, he announced the requirement “that our Waterloo must be one that satisfies French and English, German and Dutch alike”.

E. H. CARR. WHAT IS HISTORY? 2ND HARMONDSWORTH: PENGUIN, 1987, P. 9 (ADAPTED).

When history is mobilised for specific political projects and sectarian conflicts; when political and community sentiments of the present begin to define how the past has to be represented; when history is fabricated to constitute a communal sensibility, and a politics of hatred and violence, we [historians] need to sit up and protest. If we do not, then the long night will never end. History will reappear again and again, not just as nightmare but as relived experience, re-enacted in endless cycles of retribution and revenge, in gory spectacles of blood and death.

NEELADRI BHATTACHARYA, QUOTED IN WILLIAM DALRYMPLE. TRAPPED IN THE RUINS. THE GUARDIAN. MARCH 20TH 2004.

Compare and discuss the views of history expressed in the two quotes above, illustrating your discussion with appropriate examples.

1. Length: 400 to 450 words
2. Value: 50 marks
3. Média: 33,6 amp. / 17,3 afro.
4. Desvio padrão: 4,1 amp. / 6,5 afro.

RESPOSTA 1 • 39,50

João Soares Viana Neto

There is a common saying according to which history is a means of learning from the mistakes committed in the past in order to avoid them in the future. That definition might cause some problems, because it largely depends on the evaluation each one makes of the [1] facts, which could lead to cynicism [2]. However, it has the advantage of remembering [3] historians that their mission is a moral one. Moreover, the definition highlights something of the utmost importance: historical knowledge must make the present better.

History-making depends not only on the people who decide, but also on the circumstances in which they find themselves. That is also true for reporting the facts, which means that the opinions and values of historians play a great role in their work. When Edward Carr wrote that the historian collects the facts, “takes them home, and cooks and serves them in whatever style appeals to him”, he was referring to that. Denying it would mean refusing [4] that men and women are not fact-reporting machines. Their feelings and preferences inevitably interfere.

Recognizing the role played by personal values does not mean nobody should try to distinguish true facts from false ones. People must be vigilant, for history can be used for undesirable political projects and sectarian conflicts. That is the opinion of Neeladri Bhattacharya, according to whom historians must firmly reject those attempts. In fact, that use of history is very frequent. The prime minister of Israel has recently declared that an Islamic leader, the mufti of Jerusalem, was responsible for influencing Hitler, when the latter decided to annihilate the Jewish people. Fortunately, many historians and political leaders have followed Bhattacharya’s advice, condemning Netanyahu’s declaration.

Behind the reaction to the Israeli leader’s words, there is a very important belief: historical knowledge should not be used for stirring confrontation. On the contrary, it must foster cooperation. It means historians and political leaders should work together, seeking peace and progress for all. In South America, the people of Brazil, Argentina, Uruguay and Paraguay have learnt it very well. Instead [5] of insisting on a version of the War of the Triple Alliance that highlighted good and evil players, historians have explained that conflict as the result of the creation of each state in the nineteenth century. That probably helped, when the four countries formed Mercosur in 1991.

The way something is defined reflects how people intend to use it. Consequently, describing history and the work of historians might be really beneficial to society. When facts are reported, people’s style and values cannot be eliminated. Nevertheless, history should not be a means for stimulating hatred and revenge.

EXTENSÃO DO TEXTO: 434 PALAVRAS

Marcações da banca

[1] -0,5. O mesmo erro foi marcado no parágrafo seguinte, mas a banca não penaliza mais de uma vez.

[2] -0,5.

[3] -1,0.

[4] -1,0.

[5] -0,5.

Avaliação:

1. Organização e desenvolvimento de ideias: 15,00.
2. Qualidade de linguagem: 8,00
3. Correção gramatical: 16,50
4. Comentário do corretor: “Simple yet straightforward, keeping to the question”

RESPOSTA 2 • 38,50

Anônimo

The idea that true History may only be constituted by [1] impartial accounts of past experiences seems to have acquired a sacred quality of sorts that few would dare challenge. Yet scepticism as regards the soundness of this idea can perhaps be found even among the most staunch advocates of an orthodox approach to History. The views expressed by Bhattacharya, according to whom any politically-oriented use of History should be abhorred, do not invalidate the scepticism, nor are they incompatible with it. That History must reveal accurate facts does not mean it must be descriptive.

Any interpretation of previous events, as much as the events themselves, happens at a certain point in time. The writings of Pangiá Calogeras on the political life of the newly-born Brazilian Republic were only concluded a few years after a coup in 1930 put an end to that first republican experience [2]. His version of that very fact – the coup – clearly bears the mark of a brain nurtured with ideals that ceased to exist in later generations of historians. Yet there is no denying that what Calogeras produced was true History, and his work remains a valuable source for the understanding of the period on which he wrote.

Accepting that judgments over narrated facts will always pervade historical writing impinges upon historians perhaps an unexpected role. Just as the past constitutes the subject-matter of History, so too the person of the historian becomes such a subject-matter. To understand the thought of political elites during the final years of the Brazilian Empire, the contributions of Joaquim Nabuco cannot pass unnoticed, notably his *Um Estadista no Império*. However far one may disagree with his romantic views, these are now themselves facts, which in turn shed increased light upon the facts on which they were based.

It would of course be too pretentious for someone to contend that his or her opinions on History represent the only truth. Could historian E.H. Carr be charged of doing that? As he admits that his work should be conceived so as not to displease certain groups, one sees clearly that his endeavour cannot be rid of some subjectivity. Surely how facts are construed result from personal choices. And although Carr, as any other historian, may escape criticism for not distorting facts or using them politically, his preference for a more or less nuanced stance in presenting those facts may not.

Perhaps the essence of any attempt to write History lies in the honesty of the writer. To accept and disclose one's background as well as how one fits into History is the fundamental step for writing good History, since impartiality may not be something achievable at all.

EXTENSÃO DO TEXTO: 446 PALAVRAS

Marcações da Banca

[1] Recurso do candidato: “Na linha 1 do texto, a palavra “by” foi sublinhada e apenas em meio ponto. A palavra integra o trecho “true History may only be constituted by impartial accounts”. De acordo com o Oxford English Dictionary, admite-se que o verbo “constitute”, na voz passiva, seja seguido da preposição “by”, que indica o sujeito do verbo “constitute”. O sentido de “constitute”, nesse contexto, em acordo com o mesmo Oxford English Dictionary, é “combine to form (a whole)”. Na forma direta, a frase ficaria: “only impartial accounts may constitute true History”.

Vejamos exemplos na literatura:

T. Sheridan, *Wonderful Wonder*, p. 2: “He hath been constituted by the higher Powers in the Station of Receiver-General.”

Bp. J. Taylor, *Rule of Holy Living*, iii. §1, p. 183: “We must obey all humane laws appointed and constituted by lawful Authority.”

J. S. Mill, *Princ. Polit. Econ.*, i. v. §9: “This theorem..that the demand for labour is constituted by the wages which precede the production.”

J. Ruskin, *Munera Pulveris*, (1880) p. 25: “All wealth is intrinsic, and is not constituted by the judgment of men.””

Resposta da banca: “Nessa estrutura, a preposição correta é “of”. Indeferido”

[2] Recurso do candidato: “Na linha 14, a palavra “experience”, na expressão “republican experience”, aparece sublinhada; foi apenas em um ponto. O Oxford English Dictionary define “experience” como “an event or occurrence which leaves an impression on someone”. Foi nesse sentido que utilizei a palavra. Nesse mesmo sentido, no livro “Machiavelli and Republicanism”, do Professor Quentin Skinner, publicado pela Cambridge University Press, o capítulo I está intitulado: “Machiavelli and the Republican Experience”. Peço, portanto, a reconsideração da penalização.” Resposta da banca: “Nesse contexto, não é possível o uso de “experience”, por se tratar de evento pontual. Indeferido.”

Avaliação:

1. Organização e desenvolvimento de ideias: 15/20
2. Qualidade da linguagem: 8/10
3. Correção gramatical: 15,5/20

RESPOSTA 3 • 38,00

Isadora Loreto da Silveira

History is never completely neutral. Whether due to the historian's biases or to the lack of sources or credible accounts, it cannot be considered as [1] an absolute truth. In that sense, history can be used for creating national myths and heroes, bringing national “imagined communities” together, but also stoking political and sectarian conflicts. History can also be employed as a tool for providing valuable knowledge about past facts, preventing the repetition of wars and informing future political and economic decisions.

Knowing history is paramount to understand the world's current state of affairs. One can only fully comprehend the results of past actions that still manifest in the present by studying their background, underlying causes [2] and the actors – states and individuals – involved. History provides context [3] to otherwise isolated facts and unveils the “deep forces”, according to Pierre Renouvin, that drive the world. The knowledge of history can prevent countries from waging wars and implementing unsound economic, social and foreign policies, for instance.

It stands to reason, however, that history is usually told by the victors. Great powers, imperialist countries and national elites are normally the ones left standing to tell the story. That fact is dangerous because the people who are dominated, enslaved or killed cannot tell their own version of that story. Currently, post-colonial historical studies seek to change that scenario. They aim to create an epistemology of the South and to empower and listen to the accounts of the outcasts and the dominated in order to achieve a more comprehensive historical account of given facts.

Examples that expose the danger of telling a one-sided story when constructing historical narratives include a part of the historiography on the expansion of the U.S. territory and on the colonization of a vast area of the world by the Europeans. The massacre of indigenous peoples is largely left out in a number of historical accounts of those two processes. The choice of terms is also a harbinger of the use of history for political or nationalistic purposes. Calling the arrival of the Europeans in America its “discovery” turns the American countries' histories into a chapter of European expansion.

All things considered, the study and the production of historical narratives can help forge a more peaceful and prosperous future, but it can also foster [4] sectarian tendencies and revisionist actions. As history is never completely neutral, preventing it from acquiring chauvinistic overtones and diversifying its sources and perspectives is essential to ensure its use as an effective instrument for promoting peace and development.

EXTENSÃO DO TEXTO: 417 PALAVRAS

Marcações da banca

[1]- Penalização em -0,5 pontos.

[2]- A frase recebeu marcação negativa para qualidade da linguagem

[3]- Penalização em -0,5 pontos por ausência de termo entre “provides” e “context”.

[4]- Penalização em -1,0 pontos

Avaliação

1. Organização e desenvolvimento de ideias: 12,00
2. Qualidade de linguagem: 8,00
3. Correção gramatical: 18,00

Avaliação

1. Organização e desenvolvimento de ideias: 10/20
2. Qualidade de linguagem: 4,5/10
3. Correção grammatical: 3/20
4. Comentário do corretor:
5. Quality of language 4,5
6. Some flowed arguments (l. 26, 27 e 38). Could have been more direct at kept to the question. 10/20

PIOR NOTA • 17,50

The Portuguese writer José Saramago once said “we are the memory we have and the responsibility we assume. Without memory we do not exist, without responsibility maybe we do not deserve to exist.” Historians not only have the duty of preserving human history, but also they have the responsibility of represent honestly the past. The view of history that reduces it to a corpus of facts and the view of history that mobilized it for the achievement of ideological goals of the present are two views that jeopardize human memory and the historian responsibility.

The view of history that considers it a collection of facts and the view of history that mobilizes it for political purposes have in common the fact that they engender a Pyrrhic victory to the historians which support them. Notwithstanding the supposed neutrality of facts, if they are not interpreted they do not help to preserve the memory of human achievements and notorious acts. The view of history which is anachronistic and which uses history as a tool for ideological purposes also puts human existence in danger. This argument is epitomized by the Turkish denial of the Armenian genocide, which is nowadays a problem for the construction of a national sentiment in Turkey. Those who try to deny the holocaust also create a feeling of insecurity, which is due to the feeling that authoritarianism and facism are looming over contemporary societies.

Despite the appearance of contrast between both views of history, they deny both to bear the brunt of assuming the responsibility for human acts. To consider historical events, such as industrialization, colonialism and neocolonialism, as mere facts diminish the explanatory power that these facts have nowadays. International migration flows, environmental responsibilities and wealth distribution problems can be understood by the debate of these facts. In Brazil denunciation of a past of slavery and authoritarianism has forged a more democratic society in contemporaneity. Germany has achieved to regrow as a nation after World War II, when it nipped totalitarianism in the bud by assuming its historical responsibilities.

The two views of history are contradictory only in appearance. Both deny human memory, jeopardizing the existence of civilization, and both run from the burden of remembering nations and human societies of their responsibilities. Historians and societies have to assume their responsibilities and guarantee human’s memory survival and none of the discussed views of history are fit to achieve these goals.



6

História

QUESTÃO 1

Em primeiro de maio de 1865, foi assinado o Tratado da Tríplice Aliança entre Argentina, Brasil e Uruguai em resposta à invasão do território brasileiro e argentino por tropas paraguaias. A respeito do referido tratado e da Guerra do Paraguai.

- explique o motivo das críticas feitas ao tratado, por membros do Partido Conservador no Conselho de Estado;
- discorra sobre a atuação da diplomacia do Império em apoio ao esforço militar aliado;
- apresente os objetivos da atuação de José Maria da Silva Paranhos, no Paraguai, no período de 1869 a 1870.

1. Extensão máxima: 90 linhas
2. Valor: 30,00 pontos
3. Média: 22,4 amp. / 19,7 afro.
4. Desvio padrão: 5,8 amp. / 8,5 afro.

A aproximação entre Brasil e Argentina, consubstanciada na Tríplice Aliança, representa uma subversão da lógica da política externa brasileira para o Prata. De fato, desde a década de 1840, a PEB se racionalizara, com suas diretrizes adquirindo estabilidade e previsibilidade sob a hegemonia do partido conservador. Nesse sentido, em relação ao Prata, advogava-se a contenção da Argentina e a defesa das independências do Paraguai e Uruguai e da livre navegação da bacia platina. Ao chegar a Liga Progressista ao poder, em 1862, a aproximação com a Argentina de Mitre tornou-se possível. No entanto, ao contrário do que desejavam os artífices dessa aproximação, a aliança entre Brasil e Argentina seria abalada ainda na década de 1870, em razão dos desdobramentos da Guerra do Paraguai e do retorno dos conservadores ao poder.

O Tratado da Tríplice Aliança, firmado por Argentina, Brasil e Uruguai (este último sob a liderança do colorado Venâncio Flores), tinha o intuito de combater o Paraguai de Solano López, o qual ansiava por aumentar sua influência no subsistema platino. A configuração do Tratado somente foi possível em razão das convergências ideológicas daqueles que detinham o poder na década de 1860 em cada um dos Estados partes. Na Argentina, havia ascendido ao poder Bartolomeu Mitre, um unitarista responsável por unificar definitivamente o Estado argentino após derrotar Urquiza na batalha de Pavón. Mitre e seu chanceler, Rufino de Elizalde, eram favoráveis a uma aproximação duradoura com o Império. No Brasil, por sua vez, os liberais chegam ao poder após décadas de predominância conservadora. A Liga Progressista ansiava por afirmar-se frente à opinião pública, a qual atribuía à Liga o desacato que o Império sofrera recentemente na questão Christie. Ademais, os liberais sofriam as pressões dos estancieiros gaúchos, crescentemente descontentes com o tratamento que lhes era reservado no Uruguai. Assim, a aliança com Mitre e com o Uruguai colorado mostrava-se auspiciosa e atendia aos interesses da Liga Progressista recém-chegada ao poder.

No entanto, nos círculos conservadores e no próprio conselho de Estado, o Tratado da Tríplice Aliança não seria bem recebido. Ainda imperavam as desconfianças em relação à Argentina e o zelo por garantir a independência paraguaia uma vez finda a guerra. De fato, pelos termos do Tratado da Tríplice Aliança, a Argentina anexaria o Chaco Central e a região entre o Rio Verde e o braço principal do Rio Pilcomayo, incluindo Vila Ocidental, que se encontrava perigosamente perto de Assunção. Assim, os conservadores receavam que, não só a extensão da fronteira entre Brasil e Argentina aumentaria, como também o tratado representava uma ameaça para a existência do Paraguai como nação independente. Diante desses desafios, os conservadores denunciavam os termos da Aliança concluída por Almeida Rosa sob os auspícios da Liga Progressista por estimarem que esta fortalecia a Argentina em caráter permanente e ameaçava o histórico interesse brasileiro de garantir a independência das pequenas nações platinas e de livre navegação dos rios Paraná e Paraguai.

A despeito das críticas oriundas do partido conservador e do Conselho de Estado, pode-se dizer que toda a burocracia imperial esteve empenhada para garantir o êxito no esforço militar aliado. Em particular, a diplomacia brasileira teve

importância primordial na empreitada. Não só a própria Tríplice Aliança nasceu de aproximação entre Saraiva e Elizalde em Puntas del Rosario, como também a atuação diplomática ao longo do conflito permitiu afastar eventuais interferências de grandes potências - em especial dos Estados Unidos - e garantir recursos para equipar as tropas.

De fato, pode-se analisar a atuação da diplomacia brasileiro em dois âmbitos ao longo do conflito. No primeiro âmbito estão o relacionamento com as demais nações platinas e com os países da América do Sul. As relações com a Argentina e com o Uruguai foram facilitadas pelo clima de confiança que se estabeleceu entre Elizalde, Flores e Saraiva quando da missão deste último para pacificar o Uruguai. Já, em relação aos demais países da América do Sul, cumpria evitar que estes não simpatizassem com a causa paraguaia e se aliassem a Solano López. Assim, o Brasil empreendeu a abertura irrestrita do Amazonas e, principalmente, celebrou o tratado de Ayacucho com a Bolívia, definindo a fronteira entre os dois países.

No que concerne às grandes potências, as relações com a Inglaterra, rompidas desde a questão Christie, foram retomadas com o pedido oficial de desculpas pelo incidente apresentado pelo representante Thornton. Esse episódio permitiu que o Império tivesse livre acesso a empréstimos ingleses, essenciais para sustentar o esforço de Guerra. A diplomacia brasileira também foi essencial para garantir a vinda de equipamento militar encomendado à França. Embora a França se proclamasse neutra na Guerra, seus representantes no Prata nutriam simpatias por Solano López. Assim, o governo francês estava retardando injustificadamente a entrega da belonave, problema que só foi superado com a missão do Barão de Penedo a Paris. Finalmente, a diplomacia foi amplamente empregada para administrar a posição estadunidense em relação ao conflito, pois os EUA colocaram-se ao lado do Paraguai. Em particular, o Brasil, juntamente com Argentina e Uruguai, recusou a oferta de mediação da guerra oferecida pelo Secretário de Estado.

O prolongamento da Guerra levaria à própria queda da Liga Progressista, que havia favorecido a aproximação com a Argentina. No embate entre Zacarias de Góes e Vasconcelos, presidente do Conselho de Ministros, contra Caxias, comandante das tropas do front, o Imperador, no uso de seu poder moderador, optaria pelo último. O retorno dos conservadores ao poder, coincidindo com a eleição de Sarmiento na Argentina, desgastaria a Aliança, com os conservadores retomando a tradicional diretriz de contenção da Argentina e contestando os termos do Tratado de 1865.

Nesse novo contexto se insere a missão José Maria da Silva Paranhos, no Paraguai, em 1869. Paranhos objetivava o estabelecimento de um governo provisório no Paraguai, para garantir que este não seria incorporado pela Argentina. A despeito do sucesso em estabelecer o governo provisório, o desentendimento entre os antigos aliados só faria aumentar a partir de então, na medida em que Sarmiento receava que o novo governo paraguaio satisfaria somente os anseios brasileiros. Os desacordos desembocaram de fato em cada um dos antigos aliados firmando tratados de paz em separado com o Paraguai, o que havia sido expressamente proibido pela aliança.

Os objetivos brasileiros no Paraguai acabaram sendo garantidos tanto pelo tratado de 1872 firmado com o próprio Paraguai, como pelo tratado que a Argentina assinou com o país guarani em 1876. Garantiu-se assim a independência paraguaia e a manutenção de sua soberania sobre o Chaco Boreal e a Vila

Ocidental. No entanto, a aliança entre Argentina e Brasil foram rompida, dando ensejo a um acompanhamento vigilante que, somente na década de 1880, adquiriria maiores tonalidades de cordialidade.

RESPOSTA 2 • 30,00

Paulo Victor Figueiredo Valença

O Tratado da Tríplice Aliança, assinado entre Argentina, Brasil e Uruguai, em 1865, constituiu a base do engajamento militar desses países na guerra contra o Paraguai de Francisco Solano López. Esse acordo possuía dispositivos que tratavam da necessidade de deposição do presidente paraguaio e da divisão do território do Paraguai entre Brasil e Argentina. Resultado da boa vontade e da convergência de interesses entre liberais argentinos e brasileiros no poder (no Brasil, sob a égide da Liga Progressista), o tratado tornar-se-á objeto de contenda entre Argentina e Brasil durante e após o fim da Guerra do Paraguai, sobretudo quando políticos conservadores em ambos os países retornam ao poder.

A dificuldade no recrutamento e na organização da Forças Armadas brasileiras, insucessos militares, como a retirada desorganizada de tropas brasileiras em Laguna e as concessões secretas feitas aos aliados argentinos são aspectos que, junto à humilhação sofrida ante os ingleses na Questão Christie, em 1863, inviabilizaram a permanência no poder da Liga Progressista, composta de liberais moderados e conservadores dissidentes. Com a dissolução do Parlamento, em 1868, D. Pedro II entrega a chefia do gabinete de ministros ao Partido Conservador. No poder, os conservadores efetuarão esforço em reverter os dispositivos do Tratado da Tríplice Aliança que consideravam contrários ao interesse nacional, sobretudo os que fortaleciam a posição argentina na região.

De acordo com o Tratado da Tríplice Aliança, o Brasil obteria o território que reivindicava há mais de duas décadas na região até o rio Apa, enquanto à Argentina caberia todo o Chaco Boreal. Ao serem revelados os termos do tratado, os políticos conservadores indignaram-se com o excessivo ganho territorial argentino. A Argentina, se os termos do tratado fossem implementados, adquiriria fronteira com a província brasileira do Mato Grosso. Esse fato, na prática, daria controle argentino sobre a navegação do rio Paraguai e, conseqüentemente, do acesso brasileiro à província mato-grossense, o qual era, na época, inviabilizado por vias terrestres.

O controle da navegação do rio Paraguai pelos argentinos encontrava-se em clara oposição às diretrizes de ação externa consolidadas pelo político conservador Visconde do Uruguai. O Visconde do Uruguai havia preconizado, no final da década de 1840, que a diplomacia brasileira deveria assegurar a independência de Uruguai e Paraguai, como forma de assegurar a livre navegação no Paraná e seus afluentes e, dessa forma, garantir a integridade territorial brasileira, sobretudo no que toca ao acesso ao Mato Grosso e ao leste do Rio Grande do Sul. O Tratado da Tríplice Aliança inviabilizaria a independência de fato do Paraguai, pois os argentinos teriam tropas a poucos quilômetros de Assunção, na futura Villa Hayes e, assim, controlariam a política paraguaia.

O Tratado constituiu consequência de aproximação entre liberais brasileiros e argentinos no esforço contra Solano López. A atuação da diplomacia do Império, em apoio ao esforço militar aliado, inicia-se após a campanha de Venâncio Flores, político uruguaio colorado, contra o governo “blanco” de seu país. O Império apoia a ação contra os “blancos” e envia a missão José Antônio Saraiva, em 1864, para articular a transição do governo no Uruguai. O não atendimento das reivindicações brasileiras resulta em apoio efetivo, com envio de tropas ao Uruguai, o que constituiu “casus belli” para o Paraguai e desencadeou o conflito. Nesse momento, Saraiva reúne-se com o chanceler argentino e com o general Venâncio Flores no acampamento de Puntas del Rosario, o que marca, efetivamente, o início da Tríplice Aliança.

O novo embaixador brasileiro em Buenos Aires, Francisco Otaviano Almeida Rosa, aprofunda a aproximação de Saraiva com Rufino Elizalde e concretiza o Tratado da Tríplice Aliança em 1865. Nesse momento de plena confrontação, o Brasil tinha suas relações rompidas com a Inglaterra, grande potência da época, em decorrência da questão Christie, em 1863. Na Europa, o Brasil engaja-se em tratativas diplomáticas que, sob a alçada do rei Leopoldo da Bélgica, culminam em ganho de causa para o Brasil. A Inglaterra compromete-se a ressarcir o país e, a partir de então, haverá fornecimento massivo de empréstimos, armas, equipamentos e munições para o esforço de guerra dos aliados, o que será decisivo para o desfecho do conflito.

Em 1868, a volta dos conservadores ao poder representa mudança na abordagem do Tratado da Tríplice Aliança. O Partido Conservador empreenderá esforços diplomáticos para não serem atingidos os objetivos argentinos em detrimento do território paraguaio. O Visconde do Rio Branco, novo chanceler, é enviado ao Paraguai em missão que visava ao estabelecimento de governo provisório que atendesse aos desígnios brasileiros e impedisse a anexação argentino de todo o Chaco Boreal.

A atuação diplomática de José Maria da Silva Paranhos insere-se, portanto, em um quadro mais amplo de esforço brasileiro em garantir a independência viável do Paraguai e em refrear os anseios territoriais argentinos. O envio do Visconde pode ser corretamente descrito como continuação da atuação diplomática do Império em apoio ao esforço aliado. Essa atuação consistiu na melhora do relacionamento com os ingleses e aquisição de armas e munições, além da neutralização do ímpeto estadunidense sobre o vale do Amazonas, com a abertura da navegação desse rio aos ribeirinhos, e em acordo de limites com a Bolívia, o Tratado de Ayacucho, que cedia a região do futuro Acre aos bolivianos em 1867.

O ápice desse esforço constituiu a missão do Visconde do Rio Branco ao Paraguai. Paranhos consegue viabilizar a formação do governo provisório em torno de um triunvirato, o qual seria, doravante, o interlocutor paraguaio nas relações internacionais. Nesse contexto, o novo presidente argentino descontenta-se com a vontade brasileira de não aceitar as cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança. Rio Branco, entretanto, consegue a concordância do enviado argentino, Varela, de manter as possessões argentinas aquém do Pilcomayo. Essa medida desagradará ao presidente argentino Sarmiento e comprometerá a posição argentina na questão nos próximos anos. Varela será destituído de sua missão, substituído por Manuel Quintana, o que significa sucesso na atuação do Visconde do Rio Branco entre 1869 e 1870.

O retorno do Partido Conservador ao poder, em 1868, pode ser caracterizado como período de contestação dos termos do Tratado da Tríplice Aliança que fortaleciam sobremaneira a presença argentina no Prata. A diplomacia do Império, mesmo sob a égide liberal-progressista, já atuava em favor do interesse nacional, articulando ações na Europa e na região que impedissem a atuação de outras forças contra o esforço aliado. A missão do Visconde do Rio Branco ao Paraguai constituiu o ápice dessa atuação na década de 1860, porquanto assegurou a viabilidade de um governo paraguaio e impediu que os anseios argentinos se concretizassem. A diretriz de atuação externa brasileira pautou-se pelos princípios consolidados pelo político conservador Visconde do Uruguai ainda no início do Segundo Reinado, na década de 1840.

RESPOSTA 3 • 28,00

Hudson Caldeira Brant Sandy

Antes da Guerra do Paraguai, a contenção da Argentina fora uma preocupação fundamental e permanente da política externa do Império do Brasil. Temia-se que o fortalecimento daquele país, com a possível anexação de territórios que foram anteriormente parte do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, seria a causa de fragilização estratégica e militar para o Império e ocasionaria um desequilíbrio de forças na região. Os esforços para conter Buenos Aires incluíram a tentativa, pelo Brasil, de se aproximar de governos do Paraguai e do Uruguai, apoiando-os contra o expansionismo argentino. O Tratado da Tríplice Aliança, assinado em 1865, inverteu essa lógica, unindo Brasil e Argentina em um esforço militar de grandes proporções contra o Paraguai, que invadira seus territórios. Para os políticos liberais que estavam no poder no Brasil e na Argentina na década de 1860, o Tratado era o ensaio do que poderia se tornar uma aliança durável entre os dois maiores países da América do Sul. A percepção de membros do Partido Conservador brasileiro, contudo, era a de que tratava-se de uma aliança conjuntural, que não sobreviveria ao fim da ameaça de Solano López. A visão dos conservadores parece ter se confirmado com o aumento das tensões entre Brasil e Argentina mesmo antes do término do conflito no Paraguai.

A guerra entre Brasil e Paraguai, após a invasão do Mato Grosso, era inevitável. Tornava-se necessário, para o Império, conseguir ao menos a neutralidade argentina no conflito. Em Buenos Aires, o representante brasileiro foi surpreendido com mais que a neutralidade, mas uma proposta de aliança militar contra López. Essa aliança era favorecida pela identificação ideológica entre os liberais de ambos os países e pela convicção do presidente Bartolomé Mitre de que Argentina e Brasil deviam ter relações amistosas. Ainda assim, o Tratado da Tríplice Aliança, que consubstanciou essa aproximação, foi criticado por membros conservadores do Conselho de Estado brasileiro. Para eles, as concessões territoriais feitas pelo tratado à Argentina (que incluíam toda a região do Chaco) eram excessivas e poderiam inviabilizar a independência paraguaia. Além disso, havia a percepção de que, terminada a guerra, a maior ameaça militar ao Brasil seria justamente a Argentina.

A diplomacia imperial apoiou o esforço militar aliado tanto no eixo simétrico quanto no eixo assimétrico. Na região platina, a ação exterior do Brasil vinha fortalecida da década de

1850, quando mantivera hegemonia política na região e fizera do Brasil credor externo regional no contexto da diplomacia dos patacões. O conflito alterara esse quadro, envolvendo os quatro países da região na guerra. Assim, tornara-se importante, no eixo assimétrico[1], garantir a não interferência de outras nações sul-americanas, em especial da Bolívia, que tinha com o Paraguai uma indefinição fronteiriça. A divulgação, no parlamento britânico, das cláusulas secretas do Tratado da Tríplice Aliança deteriorou a imagem dos aliados no continente e exigiu esforço diplomático para desfazer ou minimizar o dano político. Pode ser entendida como parte desse esforço diplomático a decisão unilateral brasileira de permitir, em 1866, a livre navegação de nações amigas no rio Amazonas, pleito antigo a que o Império há muito resistia. A negociação do tratado de limites com a Bolívia, em 1867, também pode ser entendida como parte desse esforço de reaproximação regional, embora o acordo tenha acabado se tornando alvo de críticas em ambos os países.

No eixo assimétrico, era fundamental que a diplomacia do Império cumprisse dois objetivos em apoio ao esforço de guerra. Em primeiro lugar, devia-se buscar, junto às potências da época, a neutralidade no conflito; em segundo lugar, era fundamental conseguir empréstimos para financiar o esforço militar, não apenas brasileiro, mas também argentino (após décadas de caos político, era difícil para a Argentina obter crédito no exterior) e, em muito menor escala, do Uruguai. A diplomacia imperial foi bem sucedida em ambos os objetivos. Os empréstimos contraídos para a guerra levaram o Império ao ápice de seu endividamento entre os anos 1860 e 1870.

Em 1869, Assunção fora ocupada por tropas brasileiras e a guerra parecia perto do fim. José Maria da Silva Paranhos foi enviado ao Paraguai com a missão de apoiar a organização de um governo paraguaio com quem se pudesse assinar a paz. Ao fim da guerra, tinham mudado os governos no Brasil, agora sob o Partido Conservador, e na Argentina, agora governada pelo presidente Sarmiento. Tanto o governo de Sarmiento quanto os conservadores brasileiros nutriam desconfianças recíprocas quanto às intenções do outro país para o Paraguai, e isso causou grandes dificuldades às negociações de paz. Eventualmente, Brasil e Paraguai assinaram a paz em separado em 1872, o que intensificou ainda mais as tensões crescentes entre Brasil e Argentina. O projeto de Mitre quanto há[2] uma aliança durável com o Brasil não tinha mais condições de existir.

A Guerra do Paraguai representou uma inversão temporária da lógica geopolítica que predominou no Prata ao longo do século XIX. ao invés de marcar o início de uma aproximação estrutural entre Brasil e Argentina, a guerra foi uma aliança passageira, que logo cedeu à rivalidade. Apenas no final do século XX, em contextos regional e sistêmico completamente diferentes, a parceria sólida e durável entre os dois países pode tornar-se realidade, para o benefício e a estabilidade de toda a região.

Comentários do candidato

[1] Aqui, escrevi assimétrico quando queria dizer simétrico. Trata-se de um erro grave, que prejudica a leitura da resposta. Na terceira fase, o tempo é curto e a tensão é grande. Cuidado para não pensar em uma coisa e escrever outra, assim como fiz aqui. Caso você tenha cometido algum erro assim, busque demonstrar, na fase de recursos, que foi apenas um deslize pontual, que nada tem a ver com seu domínio da matéria.

Em geral, isso pode ser comprovado pela leitura da questão como um todo. Nessa questão, por exemplo, é evidente que a resposta opõe a diplomacia junto à Bolívia, no eixo simétrico, à ação externa junto às potências do século XIX, no eixo assimétrico.

[2] Agora, escrevi “quanto há” onde devia ter escrito “quanto à”. Impressionante! Sei exatamente o que você está pensando: “um cara passou no concurso sem ter sido alfabetizado”. Não é bem assim! Eu mesmo já ri bastante desse erro de português grotesco. Para ser sincero, fiquei bastante tentado a simplesmente omiti-lo neste guia de estudos. Mantive o erro porque acho que este comentário complementa, de certa forma, o anterior. É o seguinte: as respostas da terceira fase do concurso (não apenas as minhas) são cheias de erros como esse. As pessoas que corrigem nossas provas sabem que, ao responder às questões, nós estamos organizando uma grande quantidade de informações e argumentos em um tempo bastante exíguo. Nem todo erro de escrita é igualmente grave na terceira fase, pois há certos deslizos que, por mais horrendos que sejam, não interferem gravemente na compreensão da resposta. Assim, busque evitar, com maior atenção, os erros que podem causar problemas de leitura (como o erro de um certo candidato que escreveu assimétrico quando queria dizer simétrico). Naturalmente, nada disso vale para a segunda fase, quando nenhum erro será perdoado!

PIOR NOTA • 08,00

Em meados da década de 1840, o Brasil rompe com a postura de “imobilismo” na região platina. A partir de então, a política externa do Império brasileiro passa a ser marcada por maior assertividade. Após a malograda tentativa de estabelecer uma aliança com Rosas, em 1843, para evitar o apoio do governo uruguaio aos farroupilhas, o Brasil passa a ter, cada vez mais, como objetivo conter o expansionismo rosista. Após o fechamento do acesso a rios da região e a resistência à intervenção anglo-francesa, Rosas ganhava espaço no Prata. Na década de 1850, o Brasil participou do esforço empreendido para derrubar Oribe, no Uruguai, e Rosas, na Argentina, aliando-se a Urquiza. O período também foi marcado pela chamada “diplomacia do patacão”, que teve importante participação de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, na política de concessão de empréstimos a facções políticas aliadas ao Império no Prata.

Na década de 1860, o Brasil apoiou os colorados uruguaios, encabeçados por Venâncio Flores, contra o blanco Aguirre. Ao intervir no Uruguai para forçar a saída de Aguirre, o Brasil sofreu uma invasão do território do Mato Grosso por tropas paraguaias. O presidente paraguaio, Solano López, que havia sido aconselhado por seu pai e antecessor na presidência a não entrar em guerra com o Brasil, não previu que suas ações teriam o efeito de aproximar Brasil e Argentina. Apoiado pelos blancos uruguaios e, inicialmente, por Urquiza, López procedeu à invasão da Argentina. Em 1875, como em uma “profecia autorrealizável”, o Brasil, a Argentina de Mitre e o Uruguai firmaram o pacto que criava a Tríplice Aliança para lutar contra o Paraguai.

Membros do Partido Conservador teceram diversas críticas ao tratado. Apesar da célebre frase de Holanda

Cavalcanti (“nada mais liberal que um conservador no poder”), havia alguns desacordos entre luzias e saquaremas. Entre os pontos de divergência dos dois partidos, destaca-se justamente a relação com a Argentina. A Guerra do Paraguai teve início sob gabinete liderado pela Liga Progressista, a qual, apesar de não possuir uma agenda muito bem definida para o Prata, não era refratária a uma aproximação com Buenos Aires. Esse contexto político interno favoreceu a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, o qual foi visto com maus olhos pelos conservadores, os quais nutriam forte desconfiança em relação à Argentina. Essa diferença fica clara ao analisarmos a postura do Brasil ao final do conflito, quando chega ao poder um gabinete conservador. Nesse momento, cresce a oposição em relação à Argentina e o Brasil opta por manter tropas no Paraguai até 1876, ano em que foram estabelecidas as fronteiras entre Paraguai e Argentina. Os conservadores temiam pela manutenção da independência guarani e pelo avanço potencial da Argentina sobre o Chaco.

No início da Guerra do Paraguai, apesar de estar com as relações rompidas com a Inglaterra em função da “diplomacia do porrete” de Christie, o Brasil seguia contraindo empréstimos junto à Casa Rothschild. A situação de devedor em relação aos ingleses se revertia no contexto platino, onde o Brasil era credor de seus vizinhos. Essa questão explicita as “duas faces da moeda” da política exterior brasileira no período, combinando dependência da Inglaterra e certa autonomia no Prata. Ao longo do conflito, o Brasil realizou vultosos empréstimos aos aliados e contraiu outros junto à City londrina.

Em 1867, o Brasil assinou o tratado que delimitou suas fronteiras com a Bolívia. O esforço para firmar o pacto de Ayacucho envolvia não só a necessidade de estabelecer os limites do território nacional, mas também a intenção de evitar uma possível aproximação boliviana com o Paraguai. Entre os diplomatas que tiveram importante atuação na região sul-americana destacam-se Duarte da ponte Ribeiro, Paulino José Soares de Souza, o qual se tornaria o Visconde do Uruguai, e José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco.

José Maria da Silva Paranhos buscou, nos anos finais da Guerra do Paraguai, preparar o processo de pacificação da região. O Tratado da Tríplice Aliança garantia a independência paraguaia, pois o Brasil visava a evitar a possibilidade do surgimento de uma coalizão antibrasileira na região, favorecendo, portanto, a independência das repúblicas vizinhas. O tratado também previa que o conflito só chegaria ao fim após a captura de Solano López. Por esse motivo, além da superioridade do exército paraguaio e do desconhecimento dos aliados do terreno, o conflito se arrastou muito mais tempo do que fora inicialmente previsto. Nesse sentido, Paranhos deveria buscar assegurar a continuidade das relações bilaterais com o Paraguai após o final da guerra, evitando uma possível aproximação em relação à Argentina e preparando o período de “inteligência cordial” com os vizinhos que marcaria o final do Segundo Reinado.

Em 1868, a Argentina deixara o conflito em função de questões políticas internas. Ao final do confronto, sob o comando do Conde D’Eu, que sucedera Caxias, o Brasil logrou capturar López, pondo fim à guerra. O Paraguai encontrava-se arrasado e com sua população masculina dizimada e os aliados encontrava-se pesadamente endividados em função do esforço de guerra. As tropas brasileiras permaneceriam em território paraguaio, como já mencionado, até meados dos anos 1870, para assegurar o estabelecido pelo Tratado da Tríplice Aliança.

Em 1872, o Brasil assinou tratado de limites com o Paraguai, garantindo a região do Mato Grosso. Quatro anos mais tarde, a Argentina fez o mesmo, assegurando uma parte do Chaco. O período que se seguiu foi marcado, na política exterior brasileira, pela distensão no Prata. O Império esforçou-se em manter uma relação cordial com os vizinhos platinos, evitando a conflagração de novos conflitos.

A Guerra do Paraguai também trouxe efeitos para o âmbito político interno do Brasil. A “questão militar” foi um dos fatores que contribuiu para o fortalecimento do movimento republicano internamente. Igualmente, a participação de ex-escravos, muitas vezes comprados e alforriados pelo governo para contribuir nas tropas, dada a escassez de “voluntários da pátria”, exerceu alguma pressão sobre a questão da escravidão. Nas décadas finais do Império, os processos de distensão e universalismo na política externa foram acompanhados pelo fortalecimento dos movimentos republicano e abolicionista no plano interno. A legitimidade monárquica era, aos poucos, substituída pelo nacionalismo republicano. A união de forças com as repúblicas platinas na Guerra do Paraguai fizera parte do esforço de construção do Estado nacional, não só para o Brasil, mas também para seus vizinhos.

QUESTÃO 2

O ano de 2015 faz lembrar o meio século do fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, discorra sobre a participação militar do Brasil na referida guerra e as implicações dessa participação para a política externa brasileira no contexto imediato do pós-Segunda Guerra.

1. Extensão máxima: 90 linhas
2. Valor: 30,00 pontos
3. Média: 23,9 amp. / 23,0 afro.
4. Desvio padrão: 3,4 amp. / 4,6 afro.

RESPOSTA 1 • 30,00

Alexandre Pinto Dib

O Brasil foi um dos poucos países latino-americanos a enviar tropas e a participar militarmente da II Guerra Mundial. A escolha pela participação, no entanto, não foi de cunho ideológico, tendo sido fruto de uma estratégia de desenvolvimento nacional em estreita ligação com a condução da política externa. Os objetivos brasileiro eram os de promover a industrialização interna, principalmente por meio da instalação de uma siderúrgica; reequipar suas Forças Armadas e maximizar sua projeção internacional, no contexto do pós-guerra, de modo a aumentar o próprio poder de barganha. Se os dois primeiros objetivos lograram êxito, o mesmo não pode ser dito sobre o terceiro, cujo resultado foi ambivalente, mas, diante das expectativas, frustrante.

A política externa conduzida na década de 1930, denominada por Gerson Moura de “equidistância pragmática” é prova de que a posterior decisão de juntar-se ao esforço de guerra dos Aliados foi puramente estratégica. Entre 1933 e 1939, o Brasil buscou manter relações comerciais estreitas tanto com os EUA quanto com a Alemanha nazista. A falta de divisas do Brasil estimulou o comércio sob marcos de compensação com os alemães (1936), que também encontravam-se com poucas reservas internacionais. Por outro lado, o comércio com os EUA também era intenso (Acordo – 1935), e as relações políticas favorecidas pela política de Boa Vizinhança, inaugurada por Roosevelt, e pelo temor de que, se alijado, o Brasil pendesse para os totalitarismos.

Apesar da inicial neutralidade brasileira e estadunidense, a eclosão da II Guerra tornou a estratégia equidistante do Brasil crescentemente inviável. O Bloqueio Atlântico dificultou o comércio com a Alemanha, e a eventual entrada dos EUA na guerra forçaram o governo Vargas a posicionar-se de forma mais definida. Após a Missão Aranha (1939) que renegociara algumas dívidas e da visita de Gois de Monteiro aos EUA, acordou-se o financiamento para a Companhia Siderúrgica Nacional e o reequipamento militar brasileiro pelo esquema de “lend and lease”.

Em troca, o Brasil oferece seu apoio à causa dos Aliados, inclusive na tentativa de persuadir os demais países sul-americanos, que por vezes pendiam mais para a causa alemã. Na III Conferência de Chanceleres, de 1942, Brasil e EUA tentam convencer países como Argentina e Chile a romper relações com o eixo, mas sem êxito. Com os ataques a Pearl Harbor e a entrada estadunidense na guerra, o Brasil percebe que, caso participasse do esforço militar, poderia, inclusive, maximizar seus ganhos no período pós-conflito, tendo sido o único país a apoiar os EUA e com eles estabelecendo suposta “relação especial”.

A efetiva contribuição militar foi uma exigência brasileira. Contrariamente aos desígnios ingleses de apenas utilizar bases aéreas no Nordeste brasileiro, Vargas demandou participação direta. A experiência da I Guerra revelara os ganhos que se podia obter ao compor o grupo dos vitoriosos em negociações pós-conflito. Assim, o Brasil envia a Força Expedicionária Brasileira, que luta na península itálica, a FAB ocupa-se da proteção costeira, e as bases aéreas do Nordeste contribuíram para os esforços ingleses e americanos na África.

Findo o conflito, o Brasil via o momento de colher os esperados frutos em prestígio e projeção internacionais. Quando Vargas encontrara Roosevelt, em Natal (1943), este lhe prometeu um lugar de destaque na nova organização multilateral que iria substituir a LdN. Com efeito, o Presidente americano propõe a inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, mas vê sua sugestão obstruída pela Inglaterra e pela URSS. Quando Cyro Freitas-Valle assina a Carta de São Francisco, em 1945, portanto, o Brasil adere à Organização das Nações Unidas sem receber a posição de destaque que esperava. Freitas-Valle, ciente do malogro da estratégia adotada por Artur Bernardes na tentativa de conquistar assento permanente no Conselho Executivo da LdN, em 1926, opta por uma tática menos intransigente. Busca reformar o Conselho da ONU, nos primeiros anos, mas percebe a inviabilidade de seu pleito diante do acirramento da bipolaridade entre EUA e URSS. No âmbito da ONU, desse modo, mantém-se o alinhamento aos estadunidenses, mas conquista-se apenas o direito de inaugurar os debates da Assembleia Geral, que se consolida na década de 1950.

A suposta “relação especial” que a participação na Guerra teria garantido ao Brasil junto aos EUA mostra-se, igualmente, uma frustração de expectativas. Os estadunidenses, mais preocupados em conter o avanço soviético sobre a Europa e a Ásia no contexto de pós-guerra, relegam a América Latina, em geral, e o Brasil, em particular, a segundo plano. Incipientes medidas de auxílio, como a Missão Abbink, a Comissão Mista e o Acordo Militar de 1952 denotam o mito dos laços de amizade especial, e, após a posse do Republicano Eisenhower, até mesmo as minguadas ações de assistência cessam. Para os americanos, a América Latina era vista somente em termos de segurança, o que foi fortemente prejudicial para o projeto desenvolvimentista do Brasil no período.

No plano externo, o final da II Guerra teve como principal consequência a significativa perda do poder de barganha brasileiro na arena internacional. O fato de que o governo Dutra, imediatamente posterior ao fim do conflito, fosse ferrenhamente anticomunista (rompendo, inclusive, relações com a URSS), apenas contribuiu para a deterioração da posição negociadora nacional frente ao bloco ocidental desenvolvido.

A participação militar brasileira na II Guerra levou a ganhos estratégicos, como o financiamento de uma siderúrgica nacional e o reequipamento das Forças Armadas. Entretanto, o objetivo de ter participação destacada na nova ordem internacional ficou muito aquém do esperado e, em decorrência da eclosão da Guerra Fria, o poder de barganha do Brasil viu-se drasticamente reduzido, afetando negativamente o projeto desenvolvimentista e desconstruindo o mito da relação especial com os EUA.

RESPOSTA 2 • 30,00

Daniel Nogueira Chignoli

Ao participar, militarmente, da Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi o único Estado latino-americano a mandar tropas ao teatro de operações na Europa. Esse determinante é significativo, pois engendrou conseqüências que favoreceram a política externa nacional e o processo de industrialização. O

contexto de aproximação com os Estados Unidos, igualmente, permaneceria, com desdobramentos nem sempre profícuos ao país, após o fim do conflito, devido a razões sistêmicas. Nesse sentido, a participação militar do Brasil insere-se no processo gradativo de aproximação entre Brasil e Estados Unidos, com resultados importantes para a industrialização e para a atuação diplomática.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial representa o fim do paradigma da equidistância pragmática, conforme assevera Gerson Moura. Após crises abalarem as relações do governo brasileiro com a Alemanha, como a Questão Ritter, que ensejou a declaração de *persona non grata* ao embaixador alemão, o bloqueio do Atlântico com o conflito, que impediu o comércio bilateral e o bombardeio de navios brasileiros por submarinos alemães, o governo norte-americano pôde aumentar sua influência sobre a administração Vargas, a fim de favorecer o rompimento com o Eixo. Esse contínuo processo de aproximação é verificado na III Conferência dos Chanceleres Americanos, em janeiro de 1942, no Rio de Janeiro, em que o Brasil é o único Estado sul-americano a seguir a posição dos EUA e romper com a Alemanha, na medida em que Estados como a Argentina e o Chile preferiram a neutralidade. Antes mesmo dessa conferência, o governo brasileiro já vinha abandonando a equidistância pragmática, em favor das relações com Washington, como demonstra a Missão Aranha, que normalizou o pagamento da dívida externa nacional, conseguiu financiamentos e apoio à modernização das Forças Armadas. Assim sendo, mesmo afastado da Alemanha, o governo seguiria barganhando com os EUA o apoio no esforço de guerra, em troca de auxílio ao desenvolvimento nacional.

É importante ressaltar que, a partir da Revolução de 1930, conseguir ajuda para o processo de substituição de importações será o principal leitmotiv da diplomacia nacional. Sob esse contexto é que se deve compreender a participação militar do país na Segunda Guerra. Mesmo sem a hipótese de aproximação com a Alemanha, os EUA dependiam, ainda, da ajuda brasileira no fornecimento de matérias-primas para as operações militares, como a borracha, e do uso de bases do país no Nordeste, para auxiliar o teatro de guerra no Norte da África. Em contrapartida, o governo brasileiro permanecia empenhado em dois objetivos: a consolidação do parque industrial e a modernização das Forças Armadas. Nessa conjuntura, ocorrem, após a Conferência do Rio de Janeiro de 1942, as Missões Souza Costa e Cooke. A Missão Souza Costa tinha por objetivo o fornecimento de matérias-primas do país em troca de financiamento para o desenvolvimento siderúrgico do Brasil e para o reequipamento dos militares. Da mesma forma, a Missão Cooke buscava verificar os entraves ao progresso industrial do país. Conseqüentemente, o governo brasileiro aproximava-se e, paralelamente, barganhava com os EUA, durante as negociações sobre o apoio nacional aos Aliados.

Malgrados os Estados Unidos necessitassem de matérias-primas e da posição privilegiada do Nordeste brasileiro, não havia consenso sobre a participação política do Brasil com o envio de tropas para combater na Europa. A Grã-Bretanha, por exemplo, era contrária a esse envolvimento, embora Washington não fizesse oposição. Desse modo, realiza-se, em janeiro de 1943, a Conferência de Natal, onde há o encontro cordial entre Roosevelt e Vargas. O apoio norte-americano ao desenvolvimento industrial e à modernização das Forças Armadas brasileiras é consolidado, bem como a permissão do uso de bases aéreas nordestinas para o

esforço de guerra dos Aliados. Nesse encontro, define-se que o Brasil enviaria uma Força Expedicionária para o teatro de operações italiano, assim como um corpo de aviadores. Essa concordância norte-americana é consequência do processo de aproximação e de barganha, pois o governo brasileiro insistia na importância do envio de tropas do país para combater, esperando obter uma posição privilegiada nas negociações de paz futuras, como havia ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial. Da mesma maneira, Eugênio Vargas Garcia assevera que Roosevelt, em Natal, lançou seu balão de ensaio ao declarar que esperava presenciar Vargas ao seu lado na futura conferência de paz e que o Brasil poderia fazer parte do grupo de Estados que conformaria a “polícia do mundo” que o presidente norte-americano planejava. A participação do país na guerra seria determinante para a atuação internacional do país no pós-guerra.

No livro *O Sexto Membro*, Eugênio Vargas Garcia relata o plano de Roosevelt de criar uma organização internacional que substituísse a Liga das Nações, com um Conselho de Segurança com membros permanentes que garantissem a paz e a segurança mundiais. O Brasil estava presente no paradigma do presidente norte-americano, pois era parceiro essencial na América do Sul, capaz de mitigar a desconfiança dos EUA com outros Estados daquela região, como a Argentina. Do mesmo modo, o governo brasileiro tinha interesse por esse arranjo e entendia o apoio de Roosevelt como resultado exitoso da barganha para auxiliar os Aliados. As determinações brasileiras permaneceriam com a rendição da Alemanha, na medida em que o Brasil declararia guerra ao Japão, para continuar com a posse do material bélico norte-americano. A vitória aliada e a participação brasileira na Conferência de São Francisco que constitui a ONU das bases da ideia de Roosevelt é momento crucial para a diplomacia nacional.

Em 1945, mudanças importantes engendram consequências para a política externa brasileira. Mediante o apoio ao esforço de guerra, o país havia obtido financiamento para o parque industrial, o fornecimento de armamentos aos militares e a participação militar no conflito. Não obstante isso, novas razões sistêmicas influenciam a Conferência de São Francisco. Roosevelt falecera e Harry Truman não tinha o mesmo entusiasmo pela presença brasileira no novo Conselho de Segurança da recém-criada Organização das Nações Unidas. Além disso, a União Soviética opunha-se a mais um aliado dos EUA no Conselho, e a Grã-Bretanha também era contrária, pois temia que países como Austrália e Canadá reivindicassem, igualmente, assento, por sua participação militar. Nesse sentido, a diplomacia brasileira embora em posição favorável pelo apoio ao esforço de guerra dos Aliados e pela participação militar, não conseguiria garantir o lugar como pleno membro do Conselho de Segurança e passaria a fazer uma defesa indireta, ao propor um assento permanente a um Estado latino-americano. Ainda assim, a política externa lograria resultados significativos decorrentes do envio de tropas: o país foi eleito membro não permanente do Conselho de Segurança, membro da Comissão de Energia Atômica da ONU e garantiu o direito de abrir as sessões da Assembleia Geral. Conquanto a contínua aproximação com os EUA não haja sido suficiente para garantir o assento permanente no Conselho de Segurança, o país encontrava-se em uma posição favorável, ao final da Segunda Guerra.

A participação militar do Brasil na Segunda Guerra não foi uma exigência do governo norte-americano. Essa decisão decorre da política nacional, que compreendia que o envio de

tropas favoreceria o país. A barganha brasileira com os Estados Unidos auxilia a industrialização, a modernização das forças militares e foi determinante para o destaque brasileiro na Conferência de São Francisco. Embora a concepção de Roosevelt não haja sido, completamente, cumprida, o Brasil foi membro fundador da ONU e ocupou posições importantes nessa organização. As relações bilaterais, que, progressivamente, se intensificariam, permaneceriam influenciando a atuação diplomática do país, em busca de apoio ao desenvolvimento nacional.

RESPOSTA 3 • 29,00

Anônimo

A entrada do Brasil na Segunda Guerra, em 1942, é resultado de uma aproximação aos Estados Unidos e um distanciamento dos países do Eixo (notadamente Alemanha), de modo progressivo, mas com contornos definidos já em 1938. Pouco antes desse ano, o comércio compensado entre Brasil e Alemanha havia alçado este país à condição de grande parceiro comercial brasileiro, rivalizando com os Estados Unidos e gerando fortes preocupações no governo norte-americano. O Governo de Vargas adotava uma postura pragmática de equidistância entre os dois pólos de poder, cujo antagonismo crescia e estava refletivo em suas ideologias opostas de governo, liberal-democrática e autoritária (fasci-nazismo) para Estados Unidos e Alemanha respectivamente. As disposições autoritárias do Estado Novo brasileiro, instituído em 1937, evidentemente preocupavam os Estados Unidos, bem como algumas declarações do líder brasileiro revelando certa simpatia com os regimes do Eixo. (Pensa-se, em particular, ao pronunciamento de Vargas a bordo da embarcação Minas Gerais, imediatamente posterior a vitórias militares da Alemanha na Europa). Desse temor norte-americano, logrou Vargas a atenção e benefícios junto aos Estados Unidos, com a consequência de afastar-se o perigo de aproximação com o Eixo por meio da consolidação da influência norte-americana no Brasil. No quadro de concessões, instalou-se sob o governo de Vargas a Companhia Siderúrgica Nacional, com investimento estadunidense, assim como armamento ou reaparelhamento das forças armadas brasileiras. Note-se que havia tratativas e mesmo acordos conclusos entre brasileiros e alemães relativamente à compra de material bélico, mas sua consecução já se afigurava difícil diante do bloqueio britânico que se impunha à Alemanha. Em contrapartida aos investimentos americanos (cuja alocação tributa-se, em parte, às conclusões da Missão Cooke) em sede econômica e militar, cedeu o Brasil a utilização de suas bases militares na Costa Nordeste, perfazendo aquela região parte do “trampolim da vitória” na guerra dos Aliados frente à Alemanha nas posições do Atlântico. Tais bases, claro, também se beneficiaram do papel reestruturador do investimento estadunidense, . Ainda em contrapartida às concessões dos Estados Unidos, participou o Brasil no esforço de guerra dos Aliados fornecendo-lhes matérias primas e, no caso dos vizinhos do norte, minerais estratégicos.

Além do que se buscou junto ao Brasil, por parte dos Aliados, o país insistiu que enviasse ao campo de batalha um contingente militar. Possivelmente visando reproduzir a experiência da Primeira Guerra, na qual o Brasil foi o único país da América do Sul a contribuir efetivamente no conflito, e ao término da qual projetou-se internacionalmente com sua

experiência na Liga das Nações, aspirava o Governo Vargas posicionar-se favoravelmente nas Conferências de Paz, tal qual ocorrera em Versalhes. Essas aspirações, no entanto, não vingaram, apesar da efetiva participação militar brasileira no conflito. Pensa-se, sobretudo, no papel importante do uso das bases brasileiras no Atlântico, e menos na atuação em solo europeu, já próxima à rendição da Alemanha.

Dentre as frustrações, a mais imediata (embora alimentada sobretudo por Vargas) foi a não obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança que se arquitetava para a futura organização mundial. Vargas Garcia, em estudo recentemente publicado, discorre sobre como o apoio inicial de Roosevelt, mais pessoal do que decorrente dos quadros diplomáticos estadunidenses, logo se perdeu diante de resistências internas, oposição de URSS e Reino Unido, e o posterior desaparecimento do líder norte-americano.

A tentativa mal lograda de obtenção de um assento permanente, cautelosa afim de não se repetir o que ocorreu em 1926-1927 na Liga das Nações, reverteu-se em simples eleição do Brasil para um assento não permanente quando do funcionamento inicial das Nações Unidas.

As demais frustrações do pós-guerra imediato são sobretudo ressentidas durante os anos do Governo Dutra. Preocupados os Estados Unidos com a contenção da URSS e a reconstrução da Europa, não houve ganhos financeiro-econômicos ao Brasil decorrentes de seu engajamento da Guerra. Investimentos com capital público norte-americano ao vieram, porquanto insistissem os Estados Unidos, como manifestado nas conclusões da Missão Abbink, que incumbiria ao capital privado o papel de motor econômico das economias latino-americanas, que permaneceram alheias à destruição provocada na Europa e na Ásia. Nesse sentido, malograda a abertura liberalizante da economia provocada por Dutra, sofreu a economia brasileira a ausência de investimentos diretos e, logo, perdeu-se o acumulado comercial durante a guerra. Diante do descontentamento brasileiro crescente, manifestado aos Estados Unidos oficialmente por meio de memorando entregue pelo chanceler Raul Fernandes às autoridades norte-americanas, buscou paliar tal situação o governo daquele país com uma proposta de constituição de uma comissão mista Brasil-EUA, gestada nos últimos anos do governo Dutra mas somente criada nos anos seguintes do Governo Vargas. Em aplicação do princípio IV de Truman, poucos resultados produziu (Banco Nacional do Desenvolvimento, por exemplo, foi criado) e logo dissolveu-se com a chegada de Eisenhower ao poder nos Estados Unidos. (Seus relatórios e estudos, conteúdo, serviram para a formação do plano de metas no Governo Kubitscheck).

Olhando-se em retrospectiva, sabe-se que o apoio brasileiro aos Aliados no contexto da Segunda Guerra não resultou exclusivamente do desígnio pessoal de Vargas, de modo que o valor de barganha obtida pelo Brasil pode ser temperado. Em 1938, portanto antes que rompesse relações com o Eixo e reconhecesse o estado de beligerância contra a Alemanha, o Governo brasileiro se indispunha com autoridades nazistas, notadamente o representante alemão no Rio de Janeiro Karl Ritter, diante de suas demandas relativas à política nacional sobre descendentes e a comunidade de imigrantes alemães no sul do país. Dentre essas políticas, tem-se aquela relativa à nacionalização do ensino, limitação da influência estrangeira do Estado de nacionalidade junto aos descendentes e também a limitação do uso da língua estrangeira em certos veículos de

comunicação. Intermitentemente interrompendo-se o comércio compensado entre Alemanha e Brasil em razão desses desentendimentos, já nota-se um esfriamento do antes dinâmico comércio bilateral e reaproximação junto aos Estados Unidos, conforme se verifica com a Missão Aranha àquele país. Dessa forma, pode-se dizer que o que Vargas obteve com sua “equidistância pragmática” logrou o máximo que poderia lograr nas circunstâncias. O posterior desencantamento, ao mesmo tempo, estava fadado a realizar-se, sobretudo com o recrudescimento da Guerra Fria.

PIOR NOTA • 17,00

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil não só apoiou os aliados como participou ativamente do quadro de operações militares, em participação muito mais importante do que aquela que já havia ocorrido na Primeira Guerra Mundial. Assim como, em 1918, a participação do Brasil no conflito rendera-lhe frutos na consecução da política externa, a participação na Segunda Guerra Mundial gerou conseqüências, desde a obtenção de recursos para a consecução de projetos nacionais, até a destacada participação na construção de sistema multilateral de segurança internacional.

Na Primeira Guerra Mundial a participação brasileira no conflito iniciou-se com o afundamento, decorrente da guerra submarina irrestrita alemã, dos navios Paraná e Macau, que navegavam em absoluto respeito à neutralidade brasileira. A participação brasileira, durante o governo Wenceslau Brás, foi relativamente pequena e limitou-se ao envio de pessoal médico para Paris, ao envio de pilotos brasileiros, que atuaram juntamente com a Royal Air Force, e o envio de navios para patrulha, na Europa, que não chegou a operar, em razão de um surto de gripe espanhola, que forçou-os a aportar, em Dakar.

Essa atuação brasileira rendera atuação privilegiada do Brasil ao fim da Grand Guerra, fato que, provavelmente, não foi ignorado por Getúlio Vargas e demais executores da política externa brasileira, durante o Estado Novo. Ao fim da Primeira Guerra Mundial o Brasil logrou ter acolhido seu pleito de reconstruir sua marinha mercante com os cerca de quarenta navios alemães apresados em portos brasileiros; o Brasil logrou obter indenização alemã, nas Conferências Aliadas de Paris, pelo café enviado a consumidores alemães, cujos recursos para o pagamento restaram bloqueados e o Brasil teve lócus privilegiado de atuação nas negociações do principal órgão de manutenção da paz internacional, em sistema multilateral de segurança, conforme as ideias de Woodrow Wilson. O representante brasileiro, Epiácio Pessoa, nas negociações da Liga das Nações, esteve à frente de legação com 3 representantes, tamanho equiparado à representação espanhola, ressaltando-se que as principais potências possuíam 5 representantes. Apesar de não ter logrado um assento permanente no Conselho da Liga, o Brasil foi reeleito sucessivamente nessa.

Durante o Estado Novo, quando a manutenção de uma política de equidistância pragmática, empreendida por Getúlio Vargas, já apresentava limitações – o que se torna difícil, após 1941 – o Brasil negocia com os Estados Unidos, sob a presidência de Roosevelt diversos acordos. O Brasil enviou para os Estados Unidos minérios estratégicos, como areias monazíticas, e

garantiu o suprimento de borracha, já que o comércio Asiático dessa matéria prima estava prejudicado, em razão do conflito. O Brasil cedeu à demanda norte-americana de utilização da Base Aérea, em Natal, Rio Grande do Norte, garantindo alternativa à força aérea norte-americana, caso precisasse chegar à Europa via África.

Ademais, o Brasil logrou reequipar as forças armadas, por meio dos atos de Empréstimo e Arrendamento dos Estados Unidos. É com essas forças armadas que o Brasil atua no cenário de guerra europeu. São enviados para a Europa cerca de 20.000 pracinhas brasileiros, integrantes da Força Expedicionária Brasileira – FEB, que atuaram, principalmente, na Itália. Pilotos da Força Aérea Brasileira também receberão treinamento e terão participação no conflito. A participação brasileira, na Segunda Guerra Mundial, foi muito mais densa do que aquela no conflito anterior, houve colaboração militar com os Estados Unidos e envio de número significativo de tropas para a Europa.

A participação militar do Brasil no conflito gerou implicações tanto para a política interna quanto para a política externa, no contexto imediato do pós-guerra. Internamente, a participação brasileira em conflitos internacionais tem potencial de gerar efeitos. A queda da Monarquia está fortemente relacionada ao crescimento da participação política dos militares no Segundo Reinado. No Estado Novo, a luta brasileira, na Europa, contra regimes totalitários, em prol da democracia, igualmente, engendraria o retorno a regime democrático.

No que tange à política externa brasileira, a participação no conflito permitiu que Vargas desse consecução a seu projeto de desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira. Apesar de existirem iniciativas privadas na siderurgia, a exemplo da Belgo-Mineira, a indústria siderúrgica estava aquém das demandas do mercado e necessitava de apoio estatal para se desenvolver. O Eximbank, após a desistência da US Steel, é que irá, com apoio do governo Roosevelt, financiar o desenvolvimento da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e a Usina de Volta Redonda.

No imediato pós – Segunda Guerra, o Brasil irá ter participação destacada, assim como ocorreu quando da criação da Liga das Nações, na conformação do sistema multilateral de segurança internacional e da ONU. Eugênio Vargas Garcia destaca o apoio que Roosevelt aventou, inclusive, a que o Brasil se tornasse um sexto membro permanente da Organização. Apesar de o governo Truman não ter dado consecução a essa ideia, o Brasil logrou obter posição de destaque na conformação do sistema, colaborando, inclusive, com iniciativas como a Cláusula Raúl Fernandes, presente do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. A posição de destaque brasileira, igualmente, permitiu que interviesse em prol de direitos da Argentina e do Chile, que se mantiveram neutros até os estertores do conflito.

O Brasil participou ativamente de dois dos principais conflitos do século XX, logrando, em ambos, firmar posição de destaque tanto na defesa de interesses nacionais de desenvolvimento quanto na conformação do quadro sistêmico de segurança internacional.

Recurso:

Requer-se, respeitosamente, reconsideração da nota atribuída ao candidato. Frente ao comando da questão, que

exigia que o candidato discorresse sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e as implicações para a política externa brasileira que teria curso subsequentemente, o candidato julgou que seria interessante realizar análise comparativa entre a participação brasileira na Grande Guerra e na Segunda Guerra, comparando a política externa em ambos os casos. Apesar da abordagem diferenciada, o candidato não descuidou do objeto da questão e dissertou sobre a participação da FEB e sua atuação militar no cenário de guerra europeu; sobre as condicionantes que engendraram ao ingresso do Brasil no conflito e o esgotamento da política de equidistância pragmática; a consecução de política econômica desenvolvimentista, com financiamento do Eximbank e desenvolvimento da siderurgia nacional; a participação do Brasil nas conferências do pós-guerra e a tentativa de manter a ideia de Roosevelt de integrar o Brasil como sexto membro permanente da ONU. O candidato reconhece que preteriu discussões como o engajamento brasileiro no sistema interamericano, o que se deveu à abordagem comparativa dada ao tema, que ocupou espaço de outras discussões possíveis, mas entende que penalização em mais de 50% da nota é rigorosíssima, mormente considerando-se que o candidato demonstrou domínio do tema e propôs abordagem diferenciada.

Resposta da Banca: Acatado parcialmente o recurso.
Pontos ganhos com recurso: 3 pontos

QUESTÃO 3

Discorra sobre a crise política de 1954, que marcou a República Liberal (1946–1964).

1. Extensão máxima: 60 linhas
2. Valor: 20,00 pontos
3. Média: 18,7 amp. / 19,3 afro.
4. Desvio padrão: 1,2 amp. / 0,8 afro.

RESPOSTA 1 • 20,00

Anônimo

Historiadores como Daniel Aarão Reis Filho argumentam que o varguismo, como fenômeno político, não terminou com o suicídio de Getúlio Vargas, em 24/8/1954, mas dez anos depois, com a Ditadura Civil-Militar. De fato, a crise de 1954 enquadra-se no contexto maior de polarização da sociedade brasileira, em ambiente genuinamente democrático e de transformações estruturais de um país eminentemente rural e agrário-exportador, para uma sociedade urbana, complexa e industrializada.

Desde a nova ascensão de Vargas ao Catete, em 1950, ficou evidente que o governo não seria tranquilo, em termos políticos, como fora a gestão do Gen. Dutra. De fato, este empreendeu uma política conservadora, no âmbito interno, e de “alinhamento automático” (Gerson Moura) aos EUA, na política externa. Embora apoiado pelo PSD – e pelo próprio Vargas –, Dutra também tinha apoio da UDN e, portanto, maioria folgada no Congresso Nacional, o que lhe garantia a estabilidade política.

O mesmo não ocorreu no governo Vargas. Getúlio foi eleito pela aliança PSD-PTB, partidos que, em termos ideológicos não se assemelhavam: o PSD tinha base agrária e conservadora, e o PTB era fruto da “Invenção do Trabalhismo” e do Queremismo que se seguiu ao final da Ditadura do Estado Novo. A base do partido, portanto, eram os trabalhadores urbanos. Do outro lado do espectro político havia a UDN, de base urbana de classe média conservadora, cujo líder era Afonso Arinos de Melo Franco, um dos subscritores do Manifesto dos Mineiros, que pediu a redemocratização do país. Houve, portanto, oposição ferrenha da UDN ao novo governo de Vargas.

A oposição político-partidária tinha causas mais profundas, as quais são fundamentais para entender a crise de 1954. No âmbito externo, o fim da 2ª Guerra Mundial logo conformou o contexto bipolar entre EUA e URSS. O Brasil, nesse contexto, alinou-se, indiscutivelmente, ao bloco capitalista. Embora a opção socialista fosse inviável, ela constituía pretexto para desestabilizar o regime, mesmo com o Partido Comunista na ilegalidade desde 1947. Outro foco desestabilizador externo era o regime peronista na Argentina. A oposição enfatizava a “semelhança” entre os regimes, embora Vargas tivesse recusado um Pacto ABC com Perón. Evidência da preocupação com essa aliança suposta foi a acusação de João Neves da Fontoura de que Vargas queria criar uma República Sindicalista no Brasil.

No âmbito interno, a polarização do Congresso Nacional, entre nacionalistas, os quais eram partidários de maior autonomia do Estado frente aos EUA, e os liberais (“entreguistas”), mais favoráveis ao alinhamento com Washington, refletia-se no âmbito militar, sugestivamente alcunhado de “poder desestabilizador”, por José Murilo de Carvalho. Ora, o termômetro dos ânimos militares era as eleições do Clube Militar, onde havia forte oposição entre militares nacionais e liberais. A publicação de artigo, no Clube Militar, defendendo a não participação brasileira na Guerra da Coreia acirrou os ânimos dos militares mais liberais. Vargas buscou acalmar os ânimos escolhendo como Ministro da Guerra

Estilac Leal, de índole nacionalista, que fora eleito presidente do Clube Militar.

Vários episódios evidenciaram a polarização e a perda de apoio de Vargas no âmbito do Congresso Nacional. Os mais importantes foram o Acordo Militar com os EUA (1952) e a criação da Petrobras (1953). Os projetos foram aprovados, porém evidenciavam o uso político para desestabilizar o governo. O ultimato dos generais militares, pedindo a renúncia de Vargas, na esteira do aumento do salário mínimo e das crises como o atentado da rua Toneleros indicam o desfecho trágico da crise política de 1954.

Os episódios políticos que ocorreram durante o segundo governo Vargas demonstram forte oposição de interesses na sociedade, no Congresso e no âmbito militar. Esses interesses conflitantes emergiam não somente da urbanização e da industrialização do país, mas também do cenário internacional e da razão propagandística do conflito Leste-Oeste, apesar de o Brasil estar evidentemente do lado capitalista. Essa polarização seria acirrada no restante da República Liberal, levando ao golpe de 1964 e ao alijamento da esquerda.

RESPOSTA 2 • 20,00

Lucas Cortez Rufino Magalhães

A República Liberal é caracterizada pelo embate entre projetos distintos para a modernização do Brasil. Caracterizado por elevadas taxas de crescimento demográfico e por crescente urbanização, o Brasil é concebido segundo modelos distintos pelas lideranças partidárias de então. Nesse sentido, a crise de 1954 é emblemática da profunda oposição que havia entre as distintas correntes políticas, quadro que enseja grave instabilidade institucional. Dessa forma, a análise da dinâmica política de 1954 é essencial para se compreender a polarização na República Liberal.

O contexto político de 1954 era marcado pela configuração de dois projetos distintos para o desenvolvimento do Brasil. De um lado, encontravam-se os partidários do nacional-desenvolvimentismo, cuja figura central era Vargas. Este grupo defendia a participação ativa do Estado no planejamento e na condução de ações que levassem à modernização do país, de maneira que caberia ao poder público regular os recursos estrangeiros destinados a fins econômicos no Brasil. Essa posição política era defendida em especial pelo PTB, o qual, ao crescer de maneira significativa nas eleições da República Liberal, representa o apoio da população urbana a esse projeto de país. Do outro lado, encontrava-se o projeto chamado de cosmopolita, o qual defendia maior associação e maior liberdade ao capital estrangeiro para o crescimento econômico do país. O principal apoiador desse projeto era a UDN, de base conservadora. Por fim, o PSD, maior partido da República Liberal, assentava-se sobre base rural, e é a influência do seu apoio no regime político-partidário que permite o equilíbrio entre as forças dos projetos distintos de desenvolvimento nacional.

Diante desse quadro político, Vargas elege-se em 1950 com o apoio do PTB e do PSD, embora de maneira não-oficial quanto a esse último. Nesse sentido, é a alteração do equilíbrio de forças em 1954 que dá origem à crise de agosto de 1954. O

governo Vargas, nos anos de 1953 e 1954, decide adotar nova linha de política econômica, configurando a chamada “virada nacionalista”, o que representa a opção definitiva pelo modelo do nacional-desenvolvimentismo, de que é exemplo a concessão de monopólio à recém-criada Petrobrás. Nesse contexto, o governo decide-se também por reorganizar sua base partidária, concedendo maior espaço ao PTB nos ministérios em detrimento do PSD, o que prejudica o equilíbrio de forças que permitia a governabilidade.

A aproximação com a classe trabalhadora em 1953-1954 representa momento de agravação das instabilidades. Nesse sentido, a decisão pela elevação do salário mínimo em 100% pelo ministro do trabalho petebista João Goulart gera acirradas críticas dos parlamentares oposicionistas. Contribui para a deterioração do governo Vargas o “manifesto dos coronéis”, que demonstra a insatisfação dos meios militares com a política trabalhista implementada pelo Palácio do Catete. A exoneração do ministro Goulart, bastante apreciado pelas classes trabalhadoras que eram a base do PTB, não é suficiente para aplacar a tensão política no ano de 1954.

O atentado da Rua Tonelero contra o líder udenista Carlos Lacerda representa o ápice do tensionamento político em 1954. Nesse sentido, a morte do major da Aeronáutica Rubem Vaz e o consequente indiciamento do chefe da segurança presidencial, Gregório Fortunato, no contexto das investigações da “República do Galeão”, representam o enredamento definitivo do presidente Vargas na crise política de então. A perda do apoio do Estado-Maior das Forças Armadas representou o isolamento político de Vargas, que opta pelo suicídio em 24 de agosto de 1954. A insatisfação popular e os violentos protestos que se seguem ao suicídio são indicativos da profunda polarização política que o Brasil vivia à época.

A crise política de 1954 é emblemática da configuração partidária e da oposição de projetos de desenvolvimento do país que caracterizaram a República Liberal. A profunda instabilidade que a nação vive nesse ano é indicadora das mudanças que ocorriam na sociedade brasileira, as quais impactaram sobremaneira na polarização política da época.

RESPOSTA 3 • 20,00

Paulo Victor Figueiredo Valença

A crise política de 1954 representa o ápice das tensões que opunham setores liberal-conservadores da sociedade brasileira à figura de Getúlio Vargas e ao nacional-desenvolvimentismo que ele representava. Em conjuntura econômica difícil para o país, o acirramento ideológico terá como desfecho trágico o suicídio do presidente e a difícil transição político para os próximos presidentes.

A insatisfação política com Getúlio Vargas advém do período em que ele conduziu autoritariamente o país, de 1937 a 1945, e do descontentamento que as elites tradicionais nutriam desde o golpe que extinguiu a Primeira República, em 1930. Nos últimos anos do regime ditatorial, articularam-se diferentes grupos de oposição a Vargas e a favor da redemocratização, cuja manifestação mais notória foi o chamado Manifesto dos Mineiros. Com o fim do Estado Novo, esses grupos esperavam que Vargas se retirasse da política e, dessa forma, não

comprometesse o processo democrático com sua influência. Vargas retira-se a sua fazenda em São Borja, mas se mantém articulado com dois grandes partidos da República Liberal, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), sendo este último o maior daquele período.

Forças liberais e conservadoras articulam-se em torno da União Democrática Nacional, coligação que auferia apoio das classes médias urbanas, do grande empresariado e de intelectuais de direita e centro-direita. Apesar de brilhantes figuras em sua liderança, a UDN fracasse nas eleições presidenciais de 1945 e de 1950, quando seu candidato, o Brigadeiro Eduardo Gomes, é derrotado por Dutra, do PSD, e por Getúlio Vargas, do PTB. Essas derrotas convencem a UDN de que o aparelhamento da máquina estatal por varguistas e o populismo e carisma de Vargas inviabilizariam qualquer vitória expressiva nas urnas. A partir de então, a UDN pautar-se-á pela bandeira anticorrupção e moralizadora, ao gosto da classe média de então, e esforçar-se-á por demonstrar o autoritarismo, o populismo e a imoralidade do governo Vargas.

Getúlio Vargas, pela primeira vez no poder pelo voto direto, fracassa em seu intento de sanear a economia e de promover crescimento sem inflação. Manipulado por facções do PTB e prejudicado pela gestão desastrosa de Ricardo Jafet à frente do Banco do Brasil, Vargas opta, em contrariedade a seu compromisso saneador, por aumento de 100% salário-mínimo dos trabalhadores, em 1954, além de já haver promulgado Lei de Remessa de Lucros que limitava a atuação do capital estrangeiro no país. O descontentamento de empresários com essas medidas heterodoxas e a desconfiança do capital externo em investir no país geram queda do crescimento e desequilíbrio externo.

No mesmo ano, de 1954, o líder da UDN, Carlos Lacerda, é alvo, juntamente ao Major Rubens Vaz, de atentado com arma de fogo na rua Tonelero, em Copacabana. Lacerda culpa Vargas pela polarização política que conduziu ao atentado e acusa-o diretamente de envolvimento. A aeronáutica, indignada com a morte do major-aviador, conduz investigação que aponta o envolvimento de braço direito do presidente no acontecimento. A UDN sente-se legitimada para exigir a renúncia de Vargas, e setores das Forças Armadas cogitam apeá-lo do poder.

Em agosto de 1954, Vargas decide não abandonar o poder e, em ato de desespero, suicida-se. O suicídio reverte a opinião pública contra os antivarguistas, os quais pleitearão o fim do mandato do Vice-Presidente Café Filho, o qual alega doença e retira-se da política. Ala legalista das Forças Armadas, liderada por Henrique Lott, efetua golpe preventivo para assegurar a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. JK sofrerá tentativa e golpe no início de seu mandato (base área de Jacareacanga) e no final (Aragarças), mas anistiará os revoltosos e cumprirá integralmente seu mandato.

Os golpes e contragolpes que se seguiram ao suicídio de Vargas demonstram o quanto o ambiente político encontrava-se sobrecarregado e polarizado. Quando, na década de 1960, a esquerda adota o discurso golpista da UDN, segundo Daniel Aarão Reis Filho, o golpe definitivo que poria fim à República Liberal era apenas questão de tempo e, dessa forma, a ditadura civil-militar que se estabeleceu em 1964 pode ser vista como desfecho da crise política que culminou no suicídio de Vargas em 1954.

As repercussões da crise política de 1954 demonstram a centralidade desse momento na República Liberal brasileira. O

acirramento ideológico que redundou no suicídio de Vargas não arrefeceu, pelo contrário, exacerbou-se após esse ano. Quando as esquerdas absorvem o conteúdo golpista, a República Liberal deixou de possuir legitimidade política e os acontecimentos que conduziram ao golpe de 1964 podem ser vistos como consequência de 1954.

QUESTÃO EXTRA • 18,00

O suicídio de Vargas resultou no que Jorge Ferreira designou de “carnaval da tristeza”. Enquanto setores populares tomavam as ruas para defender o legado varguista e as conquistas trabalhistas e sociais, os setores da oposição a Vargas ficaram acuados e tiveram suas principais instituições depredadas. Com seu suicídio, Vargas logrou “inverter os papéis” por um certo tempo, mas ainda havia ameaças de golpe em relação a seu sucessor. Nesse sentido, a Novembrada (1954) foi uma tentativa exitosa de impedir um golpe de estado, cujo objetivo era inviabilizar a tomada de posse do presidente eleito

Com o suicídio de Vargas, seu vice, Café Filho, assumiu a presidência da república. Tratava-se de uma chapa pouco ideológica, organizada para interesses políticos. Para ganhar eleições presidenciais, Vargas precisou de apoio de Adhemar de Barros, político de grande apelo popular em São Paulo e líder do PSP. Em retribuição, Adhemar pôde escolher o vice da chapa varguista e tinha garantias de que Vargas o apoiaria na próxima eleição presidencial. Com a morte de Vargas, esse apoio estava inviabilizado e Café Filho, de viés mais liberal, assume a presidência.

Como medida inicial, Café Filho lança sua instrução nº 113 da SUMOC, a qual estabelece facilitação de remessa de lucros para empresas estrangeiras e compra de mercadorias sem reservas cambiais. Isso demonstra sua associação com setores liberal-conservadores, nesse momento representados pela UDN. Em determinado momento de seu mandato, e já com a vitória de Juscelino pela aliança PSD-PTB, Café Filho se licencia sob o argumento de tratar de questões de saúde, dando lugar à posse do udenista Carlos Luz. Nesse momento, o Comandante das Forças Armadas, General Henrique Teixeira Lott é informado de que a troca de cargos poderia fazer parte de um golpe para impedir a posse de Juscelino. Ressalte-se que o novo presidente já era contestado judicialmente pela UDN, sob o argumento de que ele não havia obtido a maioria absoluta dos votos nas eleições. A tentativa de Lott de se comunicar com Carlos Luz e de discutir essa ameaça golpista é amplamente noticiada pela imprensa, que, inclusive, informa a opinião pública acerca da resistência de Carlos Luz em receber o Comandante das Forças Armadas.

Quando o encontro entre ambos de fato ocorre, Lott percebe a possibilidade de golpe, requer exoneração e, no mesmo dia, aciona as forças armadas que lhe são leais para dar início à Novembrada (1954). Tanques do Exército tomam as ruas do Rio de Janeiro e depõem, no episódio que recebeu a alcunha de “golpe preventivo”, o Presidente Carlos Luz. Nesse mesmo período, Café Filho busca retomar a presidência alegando que já se recuperou de seu problema de saúde, no que é impedido por Lott, que designa como presidente o ministro do Supremo, Nereu Ramos. Seu mandato foi, em realidade, a preparação para a posse de Juscelino de Kubitschek.

Pode-se afirmar que o “golpe preventivo”, além de garantir a posse do presidente eleito, teve influência no novo governo. JK adotou postura conciliatória com os membros da corrente partidária mais liberal, mesmo tendo de governar sob intensas e frequentes acusações de corrupção por parte da ala “Banda de Música” da UDN. Além disso, JK percebeu a importância do setor militar como garantia da estabilidade no governo, tendo estabelecido vários militares em cargos-chave e tendo referendado, inclusive, a candidatura do General Lott para as eleições de 1960, que resultaram na vitória do liberal-conservadorismo.

O episódio da Novembrada demonstra a importância fulcral obtida pelas Forças Armadas ao longo da República Liberal. Intervenções “cirúrgicas” foram utilizadas com frequência, como meio de os militares garantirem a ordem que consideravam ideal. Em um contexto de extrema polarização que toma o país, e que tende a se acentuar após o fim do governo do conciliador JK, o apoio dos militares acaba por se tornar decisivo para a manutenção ou queda do governo. No caso da Novembrada, houve uma intervenção que propiciou a manutenção da democracia.

PIOR NOTA • 16,00

A crise política que se instaurou no país em 1954 se deveu ao suicídio de Getúlio Vargas. Em meio a pressões políticas de toda ordem, Vargas “deixou a vida para entrar para a História”, segundo sua carta-testamento. O suicídio do presidente levou ao hiato Café Filho, que simbolizou uma maior aproximação aos EUA e abriu espaço para a eleição de JK. Vargas enfrentava forte e crescente oposição interna, com o desgaste de sua base de apoio, além de pressões de ordem externa e da deterioração da economia.

O governo Vargas havia sido marcado, na esfera externa, pelo que Mônica Hirst chamou de “pragmatismo impossível”. Assim, o governo alternou momentos e posicionamentos de maior alinhamento aos EUA e de maior afirmação nacional. Uma vez que era impossível, dado o contexto diferente imposto pela Guerra Fria, repetir a barganha de seu governo anterior, Vargas buscou alinhar-se de forma moderada ao projeto estadunidense, assegurando uma margem de autonomia tanto quanto possível.

Como comportamentos de maior alinhamento, podem ser citados o acordo militar bilateral de 1952 e a cautela nas relações com a Argentina peronista. Esse último ponto foi marcado pela disputa entre o embaixador brasileiro na Argentina, Batista Lusardo, defensor de uma maior concertação e da adesão ao redivivo Pacto ABC, agora proposto por Perón, e o chanceler João Neves d Fontoura, contrário à aproximação.

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, criada em 1951 a partir de entendimentos prévios do governo Dutra, não rendeu os frutos que o Brasil esperava. Em 1953, a comissão foi encerrada por Eisenhower. Seus estudos foram bastante importantes no diagnóstico de gargalos à industrialização brasileira, mas os financiamentos ficaram aquém das expectativas.

O plano econômico de Getúlio, que teria uma fase de estabilização e ajustamento (“Campos Salles”), seguida de uma de realizações, baseada na CMBEU (“Rodrigues Alves”),

fracassou. Diante da incapacidade do governo de estabilizar a economia e do fim da CMBEU, o cenário econômico se tornou crescentemente complicado.

Do ponto de vista político, o PTB e o PSD, partidos criados em 1945 pela lei Agamenon de Magalhães, encontravam-se cada vez mais desgastados, fator que favoreceria a ascensão de Jânio ao poder em 1961. A oposição, consubstanciada na figura do jornalista Carlos Lacerda, acirrava-se cada vez mais. O episódio da Rua Toneleiros, quando houve um atentado que resultou na morte de um major da Aeronáutica, selou o fim do governo Vargas. Descobriu-se que um membro da guarda presidencial estava envolvido no episódio e que o atentado teria visado a matar Lacerda.

O suicídio de Vargas gerou enorme comoção nacional. Apesar de seu governo autoritário de 1937 a 1945, Vargas seria lembrado como líder trabalhista e estadista de fortes tendências nacionalistas. O cargo de presidente foi assumido por Café Filho, cujo governo foi breve e marcado pelo alinhamento com os EUA, simbolizado pelo acordo para pesquisa acerca de recursos de urânio no país e pela ampliação das facilidades ao capital estrangeiro, vide Instrução 113 da SUMOC e nova lei de remessas.

Café Filho seria substituído por Juscelino Kubitschek, tendo João Goulart como vice. Essa eleição demonstraria que o período de crise institucional não havia terminado. Após a insurgência de parte da oficialidade das Forças Armadas contrária à posse, o general Lott desferiu um “golpe preventivo”. Carlos Luz e Nereu Ramos assumiram a presidência sucessivamente, substituindo Café Filho, e a posse de JK e Jango foi assegurada. O fim da república liberal, que ocorreria em 1964, teve, de certa forma, início com a crise de 1954. A partir de então, os militares, organizados no Clube Militar e na ESG, ganharam força e, cada vez mais, exerceram oposição aos governos eleitos, sobretudo após breve interregno inicial do governo JK.

QUESTÃO 4

Discorra sobre as eleições de 1974 e o seu impacto no processo de transição do regime militar à Nova República.

Extensão máxima: 60 linhas

Valor: 20,00 pontos

Média: 18,5 amp. / 17,8 afro.

D. padrão: 2,0 amp. / 2,6 afro.

RESPOSTA 1 • 20,00

Arthur Cesar Lima Naylor

As eleições de 1974 foram o primeiro alerta significativo de que o bloco de poder construído pelo regime militar dava sinais de desgaste. Após os anos de euforia econômica do milagre, entre 1968 e 1973, quando a ARENA, partido do governo, obtinha vitórias maiúsculas nas eleições legislativas, o primeiro choque do petróleo e as dificuldades econômicas decorrentes fragilizaram o regime. Isso levaria o presidente Ernesto Geisel a promover mudanças significativas na política econômica, com o lançamento do II PND; na política externa, com o pragmatismo responsável e ecumênico; e na política interna, com o início do processo de abertura.

Ciente das tribulações da economia, mas sem penetração social para aferir o humor da população, o regime imaginou que, a despeito de algumas dificuldades, venceria as eleições parlamentares de 1974. Foi com surpresa, pois, que o governo recebeu os resultados da apuração: o MDB, partido da oposição consentida pelo regime, conquistou, com relativa facilidade, a maior parte das cadeiras em disputa para o Senado. Isso não foi, porém, suficiente para dar-lhe maioria naquela Casa, uma vez que apenas parte do Senado estava sendo renovada. Mas o mais relevante era o fato de que a maioria dos votos do MDB provinha das regiões mais prósperas e dinâmicas do país, concentrando-se o eleitorado da ARENA cada vez mais nos rincões do país, regiões cuja população, mais dependente da ação do Estado, tende a votar no partido do governo.

Atento à tendência de o quadro eleitoral tornar-se cada vez mais difícil para o regime, na medida em que não havia recuperação econômica prevista para o curto prazo, o presidente Geisel, aconselhado pelo ministro Golbery do Couto e Silva, resolve iniciar processo de abertura “lenta, gradual e segura”, ao final do qual, esperava-se, os militares devolveriam o poder aos civis sem a irrupção de grandes convulsões sociais. Esse processo, porém, não transcorreu sem contramarchas. Se medidas eram tomadas de modo a promover a liberalização do regime, como o abrandamento da censura à imprensa, outras buscavam evitar que a sucessão dos fatos se acelerasse em demasia, como o conjunto de leis eleitorais de caráter restritivo baixado em abril de 1977 e conhecido como “pacote de abril”. Paralelamente, episódios de tortura e outras violações de direitos humanos, embora em menor número, ainda ocorriam, desafiando o regime em seu propósito de transição política.

Nas eleições seguintes às de 1974, ainda que algumas derrotas da oposição tenham sido registradas, sobretudo devido às manobras do governo, a tendência de fortalecimento do MDB se manteve, sobretudo nas grandes cidades. Novas lideranças, fundamentais para a condução dos processos históricos, afirmavam-se, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Paulo Brossard. A transição ganharia ímpeto ainda maior no governo de João Figueiredo.

Em 1979, ano em que assume o poder o último presidente do regime militar, um evento de grande monta ocorre no cenário internacional: o 2º choque do petróleo. A crise econômica brasileira agrava-se, em um prenúncio de todas as dificuldades da década seguinte, como crescimento baixo, inflação renitente e desequilíbrios no balanço de pagamentos, o que levaria à

moratória da dívida externa em 1987. No plano político, ainda em 1979, é abolido o AI-5, decreta-se a lei de anistia e é editada uma nova lei de partidos políticos baseada na pluralidade partidária. A abertura acelera-se, vindo a culminar na campanha das diretas (1984) e na eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral (1985).

As eleições de 1974 foram, portanto, a primeira rachadura no bloco de sustentação do regime militar. Apesar das restrições políticas, foi pela via eleitoral que a população manifestou seu crescente desagrado em relação ao governo, forçando-o a aceitar a abertura democrática.

RESPOSTA 2 • 20,00

Daniel Leão Sousa

As eleições de 1974 apresentam grande relevância simbólica para o processo de abertura política que levaria ao fim do regime militar implementado em 1964. A vitória relativa do MDB nas eleições para o Parlamento, em 1974, denotava a crescente força política da oposição consentida e a necessidade de que o governo militar orientasse o processo de abertura política, a fim de que ele não fugisse ao controle das autoridades governistas. A partir das eleições de 1974, o regime militar, sob o governo Ernesto Geisel e influência do pensamento castelista de Golbery do Couto e Silva, daria início a um processo de abertura política lenta, gradual e segura.

As eleições de 1974 garantiram maior presença do MDB nas duas casas do Congresso brasileiro. No Senado, o partido conquistara 16 dos 22 cargos em disputa – o que, todavia, ainda não lhe conferia maioria naquela casa, já que apenas um terço de seus postos foram à eleição. Na Câmara dos Deputados, por sua vez, o MDB elegeu número de parlamentares suficiente para bloquear a aprovação automática de reformas políticas pela ARENA. A relativa vitória do MDB em 1974 deveu-se, em parte, à participação do partido nas eleições presidenciais do ano anterior. Naquela ocasião, o MDB pudera apresentar propostas políticas, questionar o caráter anti-democrático das eleições no regime ditatorial e exercer habilidades de propaganda política, que se revelaram úteis nas eleições de 1974.

O avanço do MDB no Congresso demonstrou à equipe de governo de Geisel a necessidade de tomar controle do processo de abertura política. Apesar de que os movimentos de guerrilha urbana já houvessem sido sufocados por Médici, ainda havia o risco de que a abertura política se desse à revelia do regime, o que justifica o projeto de abertura lenta, gradual e segura, realizada por vias institucionais. Segundo Golbery do Couto e Silva, militar castelista que inspirou o projeto de abertura de Geisel, tratava-se [sic], naquela ocasião, de um período de “diástole” do regime.

As medidas de abertura política adotadas no governo Geisel, como a repressão à tortura praticada pelos quadros militares – como no caso Herzog – e a extinção do AI-5 – com o fim da censura prévia – conviveram com medidas de orientação restritiva, que assegurassem o controle do processo de abertura

pelo governo. A Lei Falcão, nesse sentido, limitou o espaço para propaganda política televisiva e radiofônica, a fim de reduzir as chances de nova vitória do MDB nas eleições parlamentares de 1978. O Pacote de Abril, ademais, criou a figura do Senador biônico, determinando que um terço dos cargos do Senado fossem eleitos pelas Assembleias Legislativas estaduais. O interesse era garantir a manutenção da maioria da ARENA no Senado e, por conseguinte, o controle governista sobre o órgão, inclusive para a eleição de um próximo presidente militar, capaz de dar continuidade a um processo de abertura controlado pelo governo.

A eleição de João Figueiredo à presidência, em 1979, comprovou a eficácia política do projeto de abertura lenta, gradual e segura idealizado pelo governo de Geisel, a partir das eleições de 1974. O novo presidente, também de tradição castelista, foi incumbido da missão de dar continuidade ao processo de abertura, mantendo-o sob direcionamento do governo. Tal foi a explicação da Lei de Anistia, que compreendia tanto membros do regime quanto opositores políticos, e da permissão para que vigorasse o pluripartidarismo no país. No governo de Figueiredo, contudo, o processo de abertura foi mais turbulento, em vista da atuação mais incisiva da oposição e das tentativas de setores militares em frear a abertura, por meio, inclusive, de ataques terroristas como o do Riocentro.

As eleições de 1974 deram início a um processo de abertura política que se fez sob controle e direção do próprio regime militar. O avanço da oposição nos quadros parlamentares, em 1974, sinalizou a necessidade de que o governo permitisse a abertura, vista como natural pela gestão de Geisel, desde que feita por vias institucionais. A eleição de Figueiredo, em continuidade ao projeto, e de Tancredo Neves, por vias legais, representa o trunfo [sic] desse projeto na transição para a democracia.

RESPOSTA 3 • 20,00

Anônimo

O ano de 1974 foi um divisor de águas na história do regime militar. O início do governo Geisel caracterizaria o início do processo de redemocratização sob controle do governo, ao passo que, nas eleições legislativas, o avanço significativo da oposição consentida simbolizaria tanto o fortalecimento das forças sociais e políticas contrárias ao regime quanto as dificuldades que se apresentariam para o governo garantir seu controle sobre a transição política.

No final de 1965, o AI-2 e o subsequente AC n. 4 representaram a extinção dos partidos políticos da República Liberal e a implantação de um sistema bipartidário na prática, composto pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), governista, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), opositorista. O MDB, contudo, era a oposição consentida pelo governo, uma vez que os direitos políticos de diversos parlamentares e políticos brasileiros haviam sido cassados nos anos anteriores. Nas eleições que ocorriam nos anos iniciais do regime, o MDB geralmente praticava o boicote do pleito, abstendo-se de realizar campanhas eleitorais como forma de

protesto velado ao regime. A realização de eleições periódicas era uma forma de o regime buscar se legitimar perante a sociedade e demonstrar sua representatividade. Desse modo, ao abster-se de fazer campanhas, o MDB questionava a legitimidade do próprio regime, embora, em termos práticos, isso significasse perda de espaço no Congresso Nacional.

Em 1974, o MDB mudou sua posição e realizou intensa e ativa campanha presidencial. O vitorioso no pleito, dada a ampla maioria arenista no Congresso, foi, naturalmente, o candidato do governo, Ernesto Geisel. A visibilidade da campanha do MDB, contudo, refletiu-se em importante vitória do partido nas eleições legislativas, de modo que o partido apresenta significativo crescimento no Congresso Nacional em 1974. Embora continuasse minoritário, o MDB obteve a maioria dos assentos em disputa no Senado Federal (somente 1/3, na ocasião), e o governo deixou de gozar de maioria qualificada no Congresso. A vitória do MDB foi vista com contrariedade pelo recém-eleito Geisel. O compromisso do presidente, da ala moderada ou castelista das Forças Armadas, com uma abertura "lenta, gradual e segura", supunha o estrito controle do governo sobre a redemocratização. Naquele mesmo contexto, a redemocratização de Espanha e Portugal reforçaria o argumento do governo a respeito da importância de uma transição controlada: na Espanha, a transição foi tranquila e implicou o retorno da monarquia; em Portugal, uma revolução (com participação de jovens tenentes) implicou a formação de um governo socialista.

O governo reagiu ao crescimento da oposição por meio de medidas antidemocráticas, de modo a conter o avanço do MDB nos anos seguintes. Desse modo, restringiu as propagandas eleitorais em televisão e, por meio do Pacote de Abril (1977), aprovado com o Congresso fechado pelo governo, fortaleceu o peso eleitoral em regiões onde a ARENA era mais poderosa, como Norte e Centro-Oeste (no qual o Mato Grosso foi dividido, aumentando a presença da região no Parlamento) e criando a figura dos "senadores biônicos", eleitos indiretamente pelas assembleias legislativas estaduais. Por um lado, essas medidas dificultaram o avanço do MDB no Parlamento (garantindo, por exemplo, a derrota da Emenda Dante de Oliveira no início dos anos 1980). Por outro, não impediram o crescimento da oposição da sociedade ao regime, por meio da OAB, da ABI e de novos movimentos sociais, como o novo sindicalismo do ABC paulista.

O ano de 1974 demonstraria que a ideia de transição política controlada enfrentaria obstáculos crescentes. O crescimento eleitoral do MDB, no mesmo ano, seria apenas um deles, como demonstrado pela oposição crescente ao regime tanto de atores favoráveis à redemocratização quanto da própria linha-dura das Forças Armadas. Ao fim e ao cabo, a transição acabou sendo controlada, embora com crescentes dificuldades e tensões.

QUESTÃO EXTRA • 20,00

Costuma-se afirmar que, após o Ato Institucional nº2, que instituiu o bipartidarismo no Brasil, havia o partido do “sim” e o partido do “sim, senhor”: o Movimento Democrático Brasileiro e a Aliança Renovadora Nacional, respectivamente. Para um regime que se instaurara alegando defender a democracia – como fora o caso do regime militar de 1964 –, era importante manter a aparência de que havia disputa eleitoral no país, e a “boutade” denunciava a farsa. Nesse contexto, a eleição de 1974 foi um marco, pois a disputa, independentemente do resultado, apontou para a perspectiva de um embate verdadeiro, preparando os espíritos para a redemocratização.

Ao lançar a candidatura de Ulysses Guimarães à presidência da República – ou anticandidatura, como ficou conhecido o movimento –, o MDB preparou e fortaleceu um discurso de oposição ao regime militar. Naquele momento, as eleições indiretas para presidente beneficiavam a ARENA, o partido governista. Dada sua penetração nos rincões do país, onde prefeitos arenistas dominavam a política local, a ARENA não tinha dificuldades em eleger para o Congresso Nacional parlamentares alinhados ao regime, os quais elegiam o chefe do Executivo Federal. O MDB sabia que eram remotas as chances de Ulysses eleger-se num parlamento assim, mas a campanha, ao percorrer o país, divulgou e promoveu a oposição.

A penetração do MDB no interior do Brasil não foi um fato que não gerou quaisquer consequências. Sabe-se que o Congresso Nacional elegeu o General Ernesto Geisel, que derrotou Ulysses Guimarães. Com a anticandidatura, porém, percebeu-se que havia espaço para o embate político. Mesmo que, eleitoralmente, ainda não fosse possível derrotar o regime, a campanha do MDB tornou o partido mais atrativo aos olhos daqueles que, inconformados com o regime autoritário, não queriam aderir à luta armada. Isso explica, inclusive, o fato de o MDB ter agregado em seu seio desde os simpáticos ao socialismo aos partidários da democracia cristã.

Ainda na década de 1970, apesar da eleição de Geisel, o MDB obteve importantes vitórias eleitorais, as quais podem ser atribuídas ao ganho de prestígio resultante da heroica anticandidatura. O expressivo número de senadores eleitos pela oposição fez que, de repente, não se visse mais como garantida a eleição de um presidente da República arenista. Em um sistema eleitoral baseado no voto indireto, o avanço da bancada oposicionista era uma clara ameaça à continuidade do regime – ameaçava, pelo menos, o controle da abertura idealizada pelo governo Geisel, lenta e segura. Como resposta a esse crescimento da bancada do MDB, o governo promoveu e conseguiu a criação do senador biônico.

As eleições de 1974 tiveram um efeito mais sutil, no entanto importante. Com a anticandidatura de Ulysses, criou-se a tradição do embate. Enquanto o candidato do MDB percorreu e empolgou o país em 1974, na eleição seguinte – a da sucessão de Geisel –, a disputa entre a candidatura governista de Figueiredo e a candidatura oposicionista do também general Euler tomou o noticiário. Assim como Geisel, Figueiredo elegeu-se; chamava a atenção, todavia, que o MDB conseguisse lançar o nome de um homem dos quartéis.

Nesse contexto, percebe-se que o principal resultado da anticandidatura de Ulysses não se verificou em 1974, mas no momento da redemocratização. Assim como a Lei do Ventre

Livre abrirem, na alma do escravo, a perspectiva de direitos (conforme se alegou), as eleições de 1974 abriram, na alma do povo brasileiro, a perspectiva de democracia. A partir da campanha de 1974, o MDB não só penetrou os rincões atrasados do país, como progressivamente reuniu figuras que, a despeito das diferenças, coligaram-se em favor da instauração da Nova República.

PIOR NOTA • 13,00

As eleições de 1974 marcaram o início do processo de abertura lenta gradual e segura, promovido a partir do governo Geisel. O impacto da vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi o de sinalizar que o regime militar enfrentaria crescentes desafios à sua sustentação.

As eleições de 1974 fazem parte de processo eletivo que foi mantido na maior parte do regime militar (1964-1985). Após o fechamento do Congresso no início do período, com o Ato Institucional I, o governo Castello Branco promoveu a reabertura e a composição de dois partidos, o ARENA, partido governista, e o MDB, que representaria forças de oposição. Nesse contexto, foram mantidas as eleições para governadores, prefeitos e Câmaras Legislativas, (tanto federais quanto estaduais). As eleições de 1974 permitiram ao MDB não só ocupar bancada substancial no Congresso (cerca de 40%), como lograr vencer algumas eleições governamentais, como foi o caso do Estado da Guanabara, com Moreira Franco.

O incremento da participação do MDB pode ser justificado por motivos sociais e econômicos. Na esfera social, o regime militar havia atingido seu nível mais alto de repressão, após a edição do Ato Institucional número 5, em 1969, ainda no governo Costa e Silva. O governo Médici foi, contudo, o principal executor da medida, que violava direitos humanos, privacidade e seguranças institucionais basilares da cidadania. Pode-se afirmar que o AI-5 levou a uma “descentralização da repressão”, o que constituiu um dos principais desafios da proposta de abertura proposta por Geisel. No âmbito econômico, os anos do “milagre econômico”, caracterizados por sucessivas taxas de crescimento do PIB na casa dos dois dígitos, já davam sinais de desgaste. O principal era a inflação galopante, que, para o consumidor final, é sempre um dos efeitos mais nefastos. De fato, a crescente crise econômica, entre a segunda metade dos anos 1970 e os anos 1980, foi, também, desafio do processo de abertura, uma vez que o argumento de “legitimação pela eficiência” não mais se sustentava.

O governo Médici procurou conter a expansão do MDB por meio de instrumentos constitucionais. É interessante notar que, mesmo com a possibilidade de edição de atos institucionais arbitrários, o governo tenha escolhido a via parlamentar para a implementação de mudanças. Nessa lógica pode ser compreendida a Lei Falcão, também de 1974, que instituiu parcela fixa de representação para a ARENA e, ainda, instituiu os chamados senadores “biônicos”, que seriam escolhidos diretamente pelo governo.

Em termos de legitimação do governo, pode-se afirmar que o governo Médici promoveu singular iniciativa de “bonapartismo”, ou seja, procurar desviar a atenção de questões internas para problemas externos. É nesse contexto que se insere a denúncia do Acordo Militar com os EUA (1952), em 1957. A justificativa da denúncia deu-se em contexto de pressão dos EUA (governo Jimmy Carter) pela questão dos direitos humanos, que o governo brasileiro abordou como atentado à soberania nacional.

Ainda no âmbito da política externa, as iniciativas do chamado “pragmatismo responsável e ecumênico”, como a diversificação de parcerias comerciais (principalmente na África e no Oriente Médio) eram uma certa apropriação da agenda do MDB.

A partir do governo Figueiredo o processo de abertura é consolidado, a despeito de eventuais tentativas de alas radicais de reverter a situação, como no episódio do Riocentro.

As eleições de 1974 marcam, portanto, momento de inflexão quanto à necessidade de abertura do regime, pois este não se sustentava mais, nem pela via autoritária, nem pela via da legitimação pela eficiência econômica.



7

Geografia

QUESTÃO 1

De acordo com o estudo Brasil em Desenvolvimento, Estado, Planejamento e Políticas Públicas, de 2011, do IPEA, a fronteira internacional do Brasil percorre onze unidades da Federação, delimitando o território nacional com o de dez países da América do Sul. Na faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km (27% do território nacional), existem 588 municípios, com aproximadamente 10 milhões de habitantes. Esses municípios têm atraído significativos contingentes de migrantes a partir de dinâmicas econômicas nacionais e internacionais. As aglomerações transfronteiriças incluem duas ou mais cidades que apresentam relações expressivas entre si, podendo se localizar na fronteira de dois ou mais países, incluindo o Brasil. Essas aglomerações materializam um conjunto de novas possibilidades de inserção na divisão do trabalho, não se restringindo apenas à população local, mas expandindo sua influência para cidades e regiões além da fronteira, reforçando, assim, sua condição de centralidade na rede urbana da América do Sul.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, discorra sobre o papel das aglomerações transfronteiriças nas dinâmicas de desenvolvimento regional, com foco nos seguintes tópicos:

- cidades de fronteira e seu papel estratégico nas políticas de integração sul-americana;
- funções, oportunidades e possibilidades no desenvolvimento das cidades/aglomerações transfronteiriças;
- papel das infraestruturas de transporte na condição de centralidade das cidades de fronteira.

1. Extensão máxima: 90 linhas
2. Valor: 30,00 pontos]
3. Média: 22,8 amp. / 25,0 afro.
4. Desvio padrão: 4,8 amp. / 4,7 afro.

RESPOSTA 1 • 30,00

João Soares Viana Neto

Recente estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mapeou os arranjos populacionais brasileiros, aglomerações que foram definidas com base em dois critérios, quais sejam: a ocorrência de conurbação entre as cidades ou um fluxo pendular de dez mil pessoas por dia entre elas. Entre esses arranjos, podem-se destacar as aglomerações transfronteiriças, cujo papel na hierarquia urbana nacional se pode avaliar pela sua importância para que o espaço brasileiro se conecte não apenas com os vizinhos sul-americanos, mas também com outros países.

Na rede sul-americana, destacam-se as cidades de fronteira. Antes do rodoviarismo promovido pelo governo de Juscelino Kubitschek, sabe-se que era quase inexistente a integração entre os municípios brasileiros, numa lógica de ilhas econômicas. A existência, nos dias atuais, de fluxos de pessoas, de mercadorias e de serviços entre cidades brasileiras e cidades dos países vizinhos atesta o quanto se avançou em termos de fluidez do espaço geográfico brasileiro. Como exemplo de aglomeração transfronteiriça relevante, pode-se citar aquela formada por Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Cidade do Leste, no Brasil, na Argentina e no Paraguai, respectivamente, a chamada região da Tríplice Fronteira.

No começo dos anos 2000, reconhecendo as dificuldades em expandir sua área de influência até a América Central e o Caribe, o governo brasileiro substituiu, em suas prioridades, a noção de América Latina pela de América do Sul. De fato, América Central e Caribe ligavam-se, tradicionalmente, aos Estados Unidos, de modo que era mais fácil, para o Brasil, investir na consolidação de um espaço sul-americano, o que se buscou fazer por meio da IIRSA, iniciativa voltada para a formação de uma infraestrutura regional sul-americana. A partir daí, o desenvolvimento da infraestrutura de energia e de transportes impulsionaria a integração entre as populações, processo que se evidencia nas cidades de fronteiras, sobretudo.

Quando se analisa um arranjo transfronteiriço como o formado por Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, fica evidente o conceito de cidades gêmeas. Trata-se, em linhas gerais, de aglomerações urbanas que, separadas por um divisor natural, estão indissolúvelmente ligadas, econômica e socialmente, com fluxos dinâmicos entre si. Exemplo histórico é o das cidades de Buda e Peste, cujo vínculo era tão profundo, que resultou na fusão de ambas, formando Budapeste. Mesmo quando não se chega a esse ponto, cidades gêmeas dividem possibilidades e desafios. O desafio evidente, conforme se verifica nas cidades brasileira e argentina, é a necessidade de combater a criminalidade transfronteiriça, o que exige coordenação entre as respectivas forças policiais. As oportunidades, porém, também são inquestionáveis, como se percebe com o dinamismo econômico, caracterizado pelo fluxo não apenas de bens, mas também de mão de obra. Mais do que isso, a Tríplice Fronteira foi a base de cooperação dos três países com os Estados Unidos, quando, na esteira do 11 de setembro, o terrorismo determinou a agenda de segurança internacional.

Nas cidades de fronteira, o desenvolvimento da infraestrutura de transportes é fundamental, se se quer que essas aglomerações sirvam de base para a integração de todo o espaço sul-americano. Sem integrar os transportes, é impossível fazer que os benefícios da integração nas fronteiras cheguem ao litoral

do Atlântico e ao litoral do Pacífico. Foi essa a razão de a IIRSA ter sido sempre prioritária, e seu êxito é atestado, por exemplo, pela existência da chamada rodovia do Pacífico, que liga os portos brasileiros aos portos do Pacífico, como o porto de Antofagasta. No modal hidroviário, pode-se destacar a hidrovia do Tietê-Paraná, a chamada hidrovia do Mercosul. Trata-se de iniciativas que vêm ao encontro do que afirmou Milton Santos, para quem não basta produzir, sendo necessário pôr em circulação – ou, em outras palavras, a circulação preside a produção.

A integração do Atlântico ao Pacífico, passando pelas cidades de fronteira, ganha ainda mais importância quando se observa que o Pacífico vai consolidando-se como espaço privilegiado das trocas comerciais internacionais, e a Ásia, como o continente mais dinâmico em termos de comércio. Geopoliticamente, inclusive, a união de ambas as costas marítimas da América do Sul atende aos interesses brasileiros, pois o país tem uma imensa massa continental e um litoral extenso, o que o coloca em posição destacada, seja com base numa hipótese geoestratégica terrestre, seja com base numa hipótese geoestratégica marítima.

As cidades de fronteira são essenciais ao desenvolvimento da economia brasileira. Considerando-se a relevância do agronegócio para a geração de saldos em conta corrente e que essa produção, atualmente, se destaca na região Centro-Oeste do país, não se pode ignorar a importância de tornar mais fluidos os fluxos com os países vizinhos a essa região. A atualidade dessa preocupação fica evidente quando se observa o interesse do governo brasileiro em projetos como o da ferrovia cortando a região, a desenvolver-se com a participação de capital chinês. O objetivo, destaque-se, é chegar ao Pacífico.

As aglomerações transfronteiriças são os centros a partir dos quais se tem viabilizado a integração sul-americana, seja a integração dos mercados, seja a dos transportes, seja a da produção energética. Mais do que importância econômica, essas aglomerações têm importância social e política. Não é outra a razão de a Tríplice Fronteira, por exemplo, estar indissolúvelmente associada ao Mercosul. Não se trata de comércio e de Itaipu apenas, mas da consolidação de uma verdadeira identidade mercosulina.

RESPOSTA 2 • 30,00

Mariana da Silva Giafferi

As aglomerações fronteiriças são uma das dimensões mais visíveis do processo de integração regional na América do Sul, uma vez que, nesses casos, o impacto sobre o cidadão se faz sentir de modo mais nítido. É importante observar que essas aglomerações cumprem papéis distintos, segundo o local em que estão inseridas, mas sua característica de ponto de contato confere-lhes potencial para tornar-se importantes polos de crescimento e, eventualmente, polos de desenvolvimento. A cooperação internacional é essencial, nesse sentido, para garantir o “direito à cidade”.

O esforço de integração sul-americano pode ser analisado não somente a partir do enfoque na escala regional, mas também na escala local, com destaque para o papel das cidades de

fronteira, que, no caso brasileiro, são múltiplas pelo território. A função estratégica dessas aglomerações, no Brasil, ficou evidenciada pela elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento das Fronteiras, que adota a teoria das fronteiras como ponto de partida para a elaboração de uma política integrada de desenvolvimento em cooperação com os vizinhos latino-americanos.

O Plano Nacional brasileiro considera as fronteiras norte do país como sendo do tipo “zona-tampão”, o que não significa que a integração, nessa área, seja menos desejável. Pelo contrário, nota-se que são ainda maiores os desafios relacionados à promoção do desenvolvimento em cidades fronteiriças com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname, onde observa-se a presença de reservas indígenas, unidades de conservação ambiental e, muitas vezes, atividades ilegais. A coordenação das atividades internacionais, nesses casos, está voltada para a garantia do desenvolvimento sustentável, com destaque para a atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Tratados internacionais para a facilitação do desenvolvimento de populações indígenas em regiões de fronteira, como no município de São Gabriel da Cachoeira, também são essenciais para assegurar os direitos dessas comunidades. Em outras aglomerações que permitem maior contato entre regiões urbanas, como em Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, maior integração infraestrutural é desejável para possibilitar o dinamismo econômico e criar espaços luminosos, sendo a construção de ponte e o estabelecimento de regime especial de comércio nessa localidade objeto de recentes encontros entre os governos do Brasil e da França.

No caso do Peru e da Bolívia, as cidades de fronteira com o Brasil apresentam caráter distinto, com maior incidência histórica de fluxos populacionais, haja vista a economia da borracha em regiões do Estado do Acre no início do século XX. As fronteiras nessa região são, portanto, consideradas como de “margem” ou “capilar” e apresentam enorme potencial para se transformarem em polos de desenvolvimento. Os projetos de construção de hidrelétrica binacional com a Bolívia, no rio Madeira, ou de construção de ferrovia transoceânica ligando o Rio de Janeiro ao litoral do Peru não devem desprezar, desse modo, a dimensão local. A maior porosidade dessas fronteiras ainda faz que elas sejam local privilegiado para rotas de migrantes, a exemplo de haitianos. Desse modo, a cooperação internacional faz-se necessária para coibir a ação de traficantes de seres humanos e administrar esses fluxos populacionais. Dada a relevância dos rios da Bacia Amazônica para o desenvolvimento da região, a integração e aprimoramento logístico das rotas fluviais é essencial para as cidades de fronteira.

O caso da fronteira entre Brasil e Bolívia é ainda mais particular, ao se considerar a presença, na região do Mato Grosso, de frentes de expansão dos complexos agroindustriais brasileiros em direção à Bolívia, na localidade da “Media Luna”. Nesse caso, uma gestão conjunta com foco na infraestrutura de escoamento da produção e geração de renda para as populações das aglomerações transfronteiriças é essencial para promover a integração com crescimento inclusivo no âmbito sul-americano.

Finalmente, temos as fronteiras brasileiras com Argentina, Paraguai e Uruguai, que, por seu caráter essencial na estratégia de desenvolvimento nacional nos últimos anos, comportando intensos fluxos, são consideradas como

“sinápticas”. Nessa região, é notável a presença de arranjos populacionais com fluxos diários acima de 10 mil pessoas, em cidades gêmeas como Foz do Iguaçu-Ciudad del Este e Ponta Porã-Pedro Juan Caballero. Nesses casos, o desenvolvimento de adequada infraestrutura de transportes nas aglomerações fronteiriças é essencial para a concretização das quatro liberdades previstas na perspectiva de formação de um mercado comum (MERCOSUL): pessoas, capitais, bens e serviços. A ratificação do Acordo de Facilitação de Residência para cidadãos dos países do MERCOSUL, a inclusão da Venezuela e a perspectiva de inclusão da Bolívia no bloco acarretam desafios adicionais à gestão das cidades fronteiriças em contexto de integração pela via econômica.

As cidades/aglomerações transfronteiriças na América do Sul criam, desse modo, oportunidades para o incremento do comércio, mas também para a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo, mesmo em “zonas-tampão”, em que a intensidade das trocas ainda é baixa. No caso de aglomerações em zonas de fronteira “sináptica” ou de “margem”, a integração regional transportada para o contexto local tem potencial para criar laços sociais e culturais que transcendem a lógica econômica, embora esta ainda seja preponderante. Para aproveitar o papel estratégico dessas aglomerações transfronteiriças, os países da região têm conferido atenção a esse tema nas reuniões da UNASUL e do MERCOSUL, sendo que as cidades gêmeas são expressão mais concreta da cidadania mercosulina.

As infraestruturas de transporte são essenciais para possibilitar o desenvolvimento dessas aglomerações fronteiriças, tanto ao possibilitar o contato entre os territórios de dois ou mais países quanto ao conectar essas cidades aos eixos macro da integração física sul-americana. Em contexto de disseminação do meio técnico-científico-informacional, em que a circulação preside a produção, o desenvolvimento de infraestrutura de transportes pode efetivamente contribuir para a criação de atividades produtivas locais.

Desse modo, o Brasil, em âmbito doméstico e internacional, tem dedicado atenção à questão fronteiriça, ao reconhecer seu papel de vetor de crescimento e desenvolvimento, especialmente em contexto de globalização e integração. A gestão integrada dessas aglomerações deve considerar sua posição geográfica, assim como as necessidades das populações locais, de modo que esses polos de crescimento possam reverter-se em polos de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

RESPOSTA 3 • 30,00

Ramiro Januário dos Santos Neto

As aglomerações transfronteiriças exemplificam as mudanças por que passa o planejamento territorial levado a cabo pelos países da América do Sul. Nessas aglomerações fica patente o redimensionamento da escala a ser considerada pelos planejadores estatais, não sendo mais a região de fronteira considerada periférica, mas central para políticas urbanas e de desenvolvimento regional. Nesse contexto, analisar-se-á [1] o papel estratégico das aglomerações transfronteiriças no contexto sul-americano, as funções e potenciais dessas

aglomerações para o desenvolvimento em seu entorno e o papel da logística para a centralidade dessas aglomerações.

No atual modelo de desenvolvimento pós-fordista do capitalismo, o conceito de centralidade relativiza-se, e o central passa a ser o local em que é possível perpetuar a valorização do capital e, por conseguinte, promover o desenvolvimento regional – como é o caso das aglomerações transfronteiriças em algumas regiões. No contexto sul-americano, verifica-se a continuidade da desconcentração concentrada, apontada por Milton Santos, das atividades industriais, levando para a região de fronteira brasileira, principalmente no Sul e Centro-Oeste, uma gama de atividades associadas ora ao complexo agroindustrial – como no oeste do Paraná, oeste do Mato Grosso do Sul e oeste do Mato Grosso – ora a polos industriais, como no Amazonas. Verifica-se que essa desconcentração é mais restrita ao Brasil meridional, alargando a região concentrada apontada por Santos e constituindo uma verdadeira região Centro-Sul, como apontada por Pedro Geiger. Assim, não sendo mais consideradas periféricas, essas regiões de fronteira do Brasil abrigam aglomerações urbanas que são polos de desenvolvimento regional.

As cidades de fronteira, nesse contexto, desempenham papel estratégico nas políticas sul-americanas de integração, como as levadas a cabo no âmbito do Mercosul. De acordo com a conceituação de Cuisinier-Raynal sobre “interações transfronteiriças”, o contato entre cidades na região de fronteira podem ser sinápticos, capilares, em “frentes” de fronteira ou não possuir qualquer contato. No âmbito do Cone Sul, busca-se interações sinápticas – que são aquelas que têm grande relação socioeconômica entre as cidades que se situam na fronteira – para as cidades que formam aglomerações transfronteiriças com cidades do Paraguai, da Argentina e do Uruguai. Por exemplo, no contexto do FOCEM foram feitas obras para levar a energia produzida pela hidrelétrica binacional de Itaipu para Assunção. As linhas de transmissão construídas com recursos provenientes desse fundo do Mercosul exigirão o planejamento integrado para três cidades de fronteira: Foz do Iguaçu, Puerto Iguaçu e Ciudad del Leste, aumentando a interação sináptica entre essas aglomerações transfronteiriças.

O desenvolvimento das aglomerações transfronteiriças possibilita que elas exerçam determinadas funções na rede urbana e gerem possibilidades para suas populações. Primeiramente, as cidades transfronteiriças funcionam como hubs por onde circulam os fluxos – seja de pessoas, seja de mercadorias – no contexto da integração regional. Por exemplo, os entrepostos aduaneiros localizados no oeste do Paraná e do Rio Grande do Sul são fixos por onde passam a maior parte da exportação de produtos de alto valor agregado com destino aos países do Mercosul. Em segundo lugar, essas cidades oferecem possibilidade de incremento do desenvolvimento socioeconômico de seus habitantes, como é o caso de Corumbá, na fronteira com a Bolívia, que recebeu investimentos para a construção de infraestrutura de saneamento básico dentro do âmbito do FOCEM. Com relação as possibilidades, elas são as mais variadas e envolvem desde projetos para revitalizar a infraestrutura urbana, como no caso de Corumbá citado, até projetos de transformar polos industriais fronteiriços em referência de desenvolvimento sustentável, como é o caso do Plano Amazônia Sustentável (2008), baseado nos estudos de Bertha Becker, o qual visa a transformar o desenvolvimento predatório da região amazônica em desenvolvimento baseado na biotecnologia, o qual, conseqüentemente, poderia irradiar seu

modelo de desenvolvimento para as cidades fronteiriças dos países da região amazônica.

As infraestruturas de transporte têm papel crucial para a centralidade das cidades de fronteiras, pois, ao torna-las entrepostos na ligação da malha logística regional, essas infraestruturas promovem o desenvolvimento local. No âmbito da IIRSA, ligada ao Conselho de Planejamento da UNASUL, há previsão de se utilizar as regiões navegáveis das bacias do Paraguai e do Paraná para a navegação de cargas. Esse projeto pode revitalizar as cidades portuárias e que fazem parte de aglomerações transfronteiriças. Ainda no contexto da IIRSA, está em acelerada marcha o projeto de construção da Ferrovia Transoceânica, que ligará o porto de Ilu, no Peru, ao porto de Açú, no litoral do Rio de Janeiro. A depender do traçado da ferrovia na fronteira do Brasil com o Peru, na região amazônica, diversas cidades transfronteiriças no Brasil setentrional podem ganhar condições de centralidade.

Conclui-se que as aglomerações transfronteiriças têm grande potencial de desenvolvimento em decorrência do planejamento territorial feito, atualmente, não mais em escala nacional, mas em escala sul-americana. Com o aprofundamento da cooperação econômica e política nos âmbitos do MERCOSUL e da CELAC, essas cidades transfronteiriças que se encontram em 27% do território nacional têm condições alvissareiras de desenvolvimento.

[1]. Decidiu-se manter os erros gramaticais, para que o candidato veja o grau de influência deles na nota atribuída à resposta.

PIOR NOTA • 12,00

O complexo exercício de engenharia diplomática que é a construção da integração sul-americana é complexo justamente porque durante séculos os países da região voltaram as costas para si mesmos e privilegiavam a integração com polos mais desenvolvidos de outros continentes. Essa abordagem refletia-se no tratamento das cidades de fronteira, que eram vistas mais sob a ótica de segurança do que de integração em favor do desenvolvimento mútuo. Na primeira década do século XXI, a nova visão sobre integração sul-americana, que tem como marcos a IIRSA, no início da década, e a UNASUL, no fim, estabeleceram como foco a integração entre os países do continente e isso fortaleceu o papel das cidades de fronteira como importantes nós da integração regional.

Na política de integração sul-americana, privilegia-se a cidade de fronteira não como zona tampão, mas na categoria de sinapse, de integração profunda dos espaços urbanos fronteiriços. É na integração entre cidades como Letícia e Tabatinga, Benjamim Constant e Ramon Castillo ou Foz do Iguaçu e Ciudad del Este que o esforço diplomático se materializa. Nesse sentido, é paradigmático que a ponte entre Jaguarão e Rio Branco tenha sido escolhida como primeiro patrimônio cultural do Mercosul. Sob a nova ótica da integração sul-americana, fronteira não pode ser vista exclusivamente como limite, mas como espaço de densificação que deve ser aproveitado pelos países que se engajam no desafio de se integrar.

As funções, oportunidades e possibilidades de desenvolvimento de cidades transfronteiriças são tão múltiplas quanto as próprias realidades dessas cidades. Se a criação do espaço pelo Estado, na expressão de Henri Lefebvre, já é um exercício complexo quando se trata de territórios que envolvem apenas um país, esse desafio se multiplica quando dois ou mais países estão envolvidos, o que corrobora a necessidade de diálogo fluido e constante que a integração deve permitir. Quando se analisa a região do MAP, na Amazônia Ocidental, envolvendo Madre de Deus, Acre e Pando, percebe-se que ali se concentram não apenas graves questões sociais que só podem ser solucionadas em conjunto, mas também é um polo dinâmico de integração regional entre três países amazônicos.

A construção do espaço transfronteiriço pelos Estados envolvidos depende, portanto, de políticas públicas adequadas e específicas para cada realidade regional. O regime tributário especial entre cidade do Amapá e St. Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa, por exemplo, é importante para a vida cotidiana dos moradores da região, mas as necessidades de aglomerações maiores, como Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, são outras, e essas diferenças devem ser consideradas. A questão da segurança persiste em algumas regiões transfronteiriças e a integração entre as polícias federais deve ser mantida, mas a ótica de integração deve ser transversal.

O Plano Amazônia Sustentável, por exemplo, considera a importância da integração e do fluxo transfronteiriço para o desenvolvimento sustentável da região. Trata-se de um passo além da harmonização de Planos Diretores que, a despeito de tornarem a vida dos habitantes mais fácil, não são suficientes para o desenvolvimento duradouro. Para o pleno desenvolvimento das oportunidades que cada região oferece para suas cidades de fronteiras, é necessário que o Estado esteja engajado na transformação dos espaços fronteiriços em espaços fluidos, luminosos, de densificação, na terminologia de Milton Santos. O impulso diplomático em favor da integração sul-americana trouxe o envolvimento político; o desafio é traduzir esse envolvimento na prática.

Para isso, é essencial planejar a infraestrutura de transportes nas regiões que envolvem cidades de fronteira. Não fazem mais sentido trilhos ferroviários com bitolas diferentes para impedir eventual invasão. O COSIPLAN da UNASUL herdou os projetos da IIRSA e tem o grande desafio de colocar a infraestrutura como fator de integração, e não mais de fragmentação. Infraestruturas de transportes adequadas reduzem custos e, mais importante, permitem a geração de valor para as regiões fronteiriças envolvidas, tornam o espaço mais fluido e luminoso. Os estudos realizados recentemente sobre os caminhos possíveis para integração da linha ferroviária Mesopotâmica, na Argentina, à malha ferroviária do Sul do país é paradigmático dos novos tempos.

Assim como as cidades globais concentram diversidade e são reterritorializadas, como afirma Saskia Sassen, um paralelo pode ser feito, embora em escala distinta, com as cidades de fronteira. Elas também concentram diversidade e são reterritorializadas, mas, diferentemente das cidades globais, que muitas vezes estão descoladas das suas hinterlândias, as cidades de fronteira dependem do esforço dos Estados-nacionais envolvidos para que possam realizar todo seu potencial. Na ausência desse esforço pró-integração em favor do desenvolvimento, a integração se dará por meio do narcotráfico

e da criminalidade, uma reterritorialização perversa que tornaria mais difícil a vida dos milhões que vivem nessas regiões.

Assim, rodovias como as que ligam Roraima a Venezuela ou as iniciativas energéticas, como a linha de transmissão entre San Carlos e Candiota, são um bom começo para a reparação de séculos de fragmentação que caracterizou o espaço sul-americano e podem, à medida que avançam, trazer um ímpetu novo para a integração regional.

[O candidato recorreu veementemente da nota atribuída a essa questão e recebeu a resposta padrão dos recursos de Geografia.]

QUESTÃO 2

A Convenção do Patrimônio Mundial, aprovada em 1972, inscreve-se entre as mais bem-sucedidas estratégias da UNESCO para a preservação da diversidade dos povos, de suas culturas e territórios, nas quais, em última instância, estão assentados os fundamentos do respeito, da tolerância e de um desenvolvimento social e culturalmente equilibrado. Em 1977, o Brasil aderiu à Convenção, e, entre 1980 e 2015, dezenove sítios culturais e naturais brasileiros foram inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, o que resultou, nos dias atuais, em um painel bastante representativo da riqueza cultural e natural do país.

J. Werthein. Prefácio. In: F. F. Silva. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: EdUSP, 2003, p. 7 (com adaptações).

A partir da reflexão sobre a informação contida no excerto acima, explique a relação contraditória entre, por um lado, a consagração do patrimônio da humanidade no Brasil e a gestão ambiental e cultural brasileiras, e, por outro lado, as especificidades do desenvolvimento territorial histórico do país.

Extensão máxima: 60 linhas

[valor: 20,00 pontos]

Média: 11,0 amp. / 11,2 afro.

Desvio padrão: 2,1 amp. / 1,3 afro.

RESPOSTA 1 • 15,00

Isadora Loreto da Silveira

A relação entre a concepção de patrimônio da humanidade e a gestão ambiental e cultural e as especificidades do desenvolvimento do território brasileiro é, a um só tempo, contraditória e complementar. Se, por um lado, o Brasil tem uma postura soberanista em relação aos seus recursos naturais, como a Amazônia e o pré-sal, localizado na “Amazônia Azul”; por outro, desde os anos 1990, o País vem aderindo aos mais diversos regimes internacionais, esposando uma visão universalista acerca da importância da conservação ambiental e cultural. Nesse sentido, percebe-se que as duas noções, apesar de aparentemente contraditórias, são complementares.

Em 1972, na Conferência de Estocolmo, os países desenvolvidos advogaram a tese do “crescimento zero” para evitar o agravamento da degradação ambiental, desagradando os países em desenvolvimento. Quatro anos mais tarde, o Brasil aderiu à Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO. Após o relatório Brundtland, em 1987, e a consolidação crescente do conceito de desenvolvimento sustentável, o Brasil sediou a Cúpula da Terra da ONU ou Rio-92, no início dos anos 1990. Nessa ocasião, o País advogou a ideia de “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” no combate às mudanças climáticas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e defendeu sua soberania sobre a Amazônia, afastando as noções de “pulmão do mundo” e de “patrimônio comum”. A postura brasileira em 1977 e em 1992 não apresenta contradição, pois admitir a existência de sítios culturais e naturais brasileiros incluídos na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO não implica a possibilidade de sua exploração por outros países.

Ainda, a gestão ambiental brasileira, iniciada sob o paradigma nacional-desenvolvimentista de Vargas nos anos 1930, evoluiu muito ao longo do tempo. Hoje, ciente de suas obrigações internacionais em foros ambientais e da necessidade de promoção do desenvolvimento sustentável, o Brasil opera nessa seara a partir do paradigma, consagrada na Rio+20, realizada em 2012, de “crescer, incluir, conservar e proteger”. Na Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, realizada recentemente durante a 70ª reunião da Assembleia Geral da ONU, o Brasil anunciou, antecipadamente, sua contribuição nacionalmente determinada (INDC) para o combate às mudanças climáticas. Na ocasião, a presidente Dilma Rousseff anunciou que o Brasil pretende reduzir em 43% suas emissões de gases geradores de efeito estufa até 2030, em relação aos níveis de 2005. O Brasil foi um dos únicos países em desenvolvimento a assumir metas de redução absolutas. O Brasil também é signatário da Convenção de Diversidade Biológica (1992), da Convenção do Combate à Desertificação (1994) e dos protocolos de biossegurança de Cartagena e Nagoya-Kuala Lumpur. Ademais, conta com sistema nacional de unidades de conservação desde 2000, com legislação referente ao manejo de resíduos sólidos, recursos hídricos, etc.

O Brasil, portanto, combina a defesa da soberania sobre seus recursos e riquezas ambientais com a assunção de responsabilidades a nível global em questões ambientais. No que tange às suas riquezas culturais, que inclui não só cidades históricas, mas também “patrimônios imateriais”, ou seja, danças, manifestações folclóricas, culinária, entre outros, o Brasil ao mesmo tempo se esforça em conservá-las a partir de políticas nacionais e apoia a sua inserção na lista da UNESCO

para, simultaneamente, reforçar seu caráter nacional e permitir a sua divulgação no âmbito internacional.

Assim, o Brasil assume responsabilidades tanto no âmbito interno quanto no externo para assegurar a conservação de suas riquezas naturais e culturais e, sem renunciar de sua soberania, aceita a consagração do conceito de “patrimônio da humanidade”. Percebe-se, assim, que a ideia de complementaridade se sobrepõe à de contradição. Muito embora a ideia de soberania tenha sido muito reforçada no que se refere ao desenvolvimento territorial brasileiro ao longo do tempo, em função do temor da espoliação de seus recursos por potências com inclinações imperialistas, ela vem, cada vez mais, combinando-se de forma articulada com concepções mais universalistas em relação às temáticas de meio ambiente e cultura.

RESPOSTA 2 • 15,00

Riane Laís Tarnovski

A relação contraditória entre, por um lado, a consagração de sítios culturais e naturais brasileiros como patrimônio da humanidade e a gestão cultural e ambiental brasileiras e, por outro lado, as especificidades do desenvolvimento histórico do território brasileiro é explicada pelo modelo de desenvolvimento adotado para a industrialização e o crescimento econômico do país até aproximadamente a década de 1990.

Embora a UNESCO, de fato, muito tenha contribuído para a consagração de patrimônios mundiais e para a sua preservação, tal fenômeno não passou de forma acrítica. Cita-se, como exemplo, a tese de “patrimonialização global” de Everaldo Batista da Costa, que critica, de certa forma, a estetização e a banalização urbana por meio de marketing pós-cancela de patrimônio mundial da UNESCO, como ocorreu com a cidade de Ouro Preto. De todo modo, o Brasil felicita-se em já contar com 19 sítios culturais e naturais, como Brasília e Ouro Preto. Contudo, antes de iniciar políticas mais sustentáveis na gestão ambiental e cultural, o Brasil seguia um padrão de desenvolvimento a todo custo.

Pode-se marcar o governo Vargas como o início do paradigma desenvolvimentista do Brasil, interessado em industrializar e integrar o país. Antes disso, a ocupação do território e a produção econômica concentravam-se no litoral e no interior paulista. Embora Vargas tivesse promulgado Códigos de Minas e das Águas, a preocupação era a nacionalização dos recursos e sua exploração. A criação do DNER e o planejamento de Goiânia facilitaram a interiorização do país, mas sem qualquer preocupação ambiental ou com as populações indígenas e ribeirinhas, obrigadas a se deslocarem, com perdas irreversíveis de costumes e cultura. A construção de Brasília e o Rodoviarismo de Juscelino Kubitschek seguiram a mesma lógica até alcançar o ápice no Regime Militar, que alçava a bandeira de “integrar para não entregar” quanto à ocupação dos anecúmenos amazônicos – regiões de fronteira –, que seguiu a lógica dentrítica (espinha de peixe), com a construção de rodovias – muitas das quais sequer foram asfaltadas –, com destaque para a Transamazônica. Muitos migrantes, especialmente nordestinos, morreram nessa empreitada na floresta “inóspita”. Não foram os únicos, porém, já que, novamente, tribos indígenas e comunidades locais foram “expropriadas” sem amparo.

Nos foros internacionais de debate que surgiam (como Estocolmo, em 1972), o Brasil defendia soberania intransigente sobre seus recursos naturais e defendia seu “direito de poluir”. Interessava ao país industrializar-se e integrar-se (II e I PND, respectivamente). A Revolução do meio técnico-científico-informacional, implantado diretamente sobre o meio natural do Cerrado do Centro-Oeste, com apoio japonês e a EMBRAPA, possibilitou agricultura de soja e ocupação territorial, mas com o custo do desmatamento do bioma com queimadas e homogeneização.

Somente com o fim da Ditadura e o “resgate das hipotecas”, na década de 1980, o Brasil passou a adotar postura preventiva no que tange ao meio ambiente e à proteção dos direitos humanos, culturais e sociais das minorias, como os quilombolas e indígenas. Como exemplo dessa mudança de postura, citam-se: a Política Nacional do Meio Ambiente, o CONAMA, os relatórios EIA/RIMA, a Constituição Federal de 1988 (arts. 5º e 225), o IBAMA e o início da adesão aos Pactos Internacionais de direitos humanos. É de bom alvitre lembrar que, entre as décadas de 1960 e 1990, a Amazônia perdeu a maior parte da cobertura vegetal até hoje registrada, o que demonstra a lógica exploratória do desenvolvimento territorial do país, chamando a atenção internacional e nacional de ambientalistas e defensores da floresta. A maior geógrafa no assunto, Bertha Becker, desenvolveu um planejamento para a Amazônia, deslocando o vetor técnico-industrial para o vetor técnico-científico, proporcionando o desenvolvimento regional com tecnologia de alto valor agregado relacionado aos recursos locais, como plantas medicinais.

O Brasil migrou, portanto, para o modelo de desenvolvimento sustentável, consagrado na RIO-92, confirmado na RIO+20 e centralizado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, congregando crescimento econômico com inclusão social e conservação ambiental. Eis, em tese, o fim da contradição apontada na introdução. É notável a redução do desmatamento ilegal na Amazônia, sobretudo desde 2002, bem como a importância do PPCDam (2004) e do PAS (2008), que normatizou o modelo proposto por Becker. No entanto, permanecem, ainda, algumas incongruências, tais como a autorização para Rodovias, como a BR-163 (Cuiabá-Santarém), e a aprovação do Novo Código Florestal, que também trouxe alguns retrocessos. Por outro lado, as reservas indígenas e a proteção a diversos sítios urbanos, como Diamantina, Paraty, Ouro Preto e Brasília, são dignos de nota e comprovam a mudança da postura histórica brasileira para uma ação mais preventiva.

A relação contraditória entre gestão cultural e ambiental, somado à consagração do patrimônio da humanidade no Brasil, e as peculiaridades do desenvolvimento territorial histórico do país, como explanado, explica-se pelo modelo de desenvolvimentismo adotado desde 1930, com alteração significativa a partir de 1980, com a consagração do desenvolvimento sustentável, embora persistam incongruências.

RESPOSTA 3 • 14,00

Ana Flavia Jacintho Bonzanini

A adesão do Brasil à Convenção do Patrimônio Mundial e a declaração de dezenove sítios como patrimônio culturais e

naturais brasileiros representam o compromisso nacional em promover o desenvolvimento sustentável e proteger o rico histórico natural e cultural do território. A despeito de ações estruturais para promover a proteção ambiental e cultural, o desenvolvimento territorial brasileiro, historicamente, baseou-se em lógica predatória, ou “economia de fronteira”, com novos territórios sendo incorporados ao processo produtivo de forma insustentada e desrespeitosa ao meio ambiente.

De acordo com Robert de Moraes, a lógica de fronteira orientou a formação territorial brasileira na medida em que, dispondo de vasto território a ser ocupado, os colonizadores empreenderam uma marcha para o sertão em que a terra e as riquezas naturais eram percebidas como recursos infinitos. Ademais, o histórico legal da apropriação dos recursos naturais do Brasil foi marcada pela preponderância da assimilação privada, com o Estado tendo dificuldades em controlar como ocorria o processo de assimilação de terras e de recursos.

Somente com a afirmação de um Estado mais forte, notadamente após a Era Vargas, é que se começou a centralizar a gestão do patrimônio cultural e ambiental. Se, por um lado, o desejo de controle das reservas naturais - que se consubstanciou no Estatuto de Águas, de Minas, etc. - fora motivada pelo projeto desenvolvimentista nacional, a preocupação com a proteção do patrimônio histórico despertara com o Modernismo, que apontou para a necessidade de se conservar a riqueza do Barroco tipicamente brasileiro de Minas Gerais.

No entanto, o movimento de apropriação de riquezas pelo Estado não se revestiria, tão cedo, de características conservacionistas e sustentáveis. Durante todo o regime militar imperava o vetor técnico-industrial de incorporação territorial, com o desejo de Brasil-potência sobrepujando qualquer respeito ao meio ambiente. Movimentos como a expansão da soja pelo Cerrado ou a ocupação da Amazônia via rodoviarismo, projetos que causaram profundos impactos nos biomas, tiveram origem nesse momento.

O ano de 1972 representa significativo marco nessa seara, não só porque o Brasil assinou a mencionada Convenção de Patrimônio Mundial, mas porque ocorreu a Conferência de Estocolmo, primeira Conferência internacional de peso a tratar sobre a temática ambiental. Ainda assim, embora tenha participado, a postura do Brasil em relação à proteção ambiental não mudara, defendendo o regime militar um soberanismo intransigente, com o argumento de promover o desenvolvimento.

As pressões internacionais na década que se seguiu e as crescentes pressões para a abertura do regime levaram a uma subversão do paradigma de gestão territorial até então vigente. Em 1981, com a Política Nacional de Meio Ambiente inaugura-se a lógica preventiva da proteção ambiental, a qual seria consagrada na Constituição de 1988, ou em políticas como a instituição do Sistema Nacional das Unidades de Conservação, além de se refletir na atuação internacional do Brasil no regime de meio ambiente, que seria crescentemente cooperativa.

Não obstante a adesão formal a nova lógica de gestão territorial calcada no respeito ao desenvolvimento sustentável, a tradição de desenvolvimento territorial do Brasil continua a dar ensejo a significativas contradições, notadamente na Amazônia e no Cerrado. Na Amazônia, se, por um lado, o governo federal adotou o plano Amazônia Sustentável (PAS), baseado nos trabalhos da geógrafa Bertha Becker, que advogava pela maior

preservação das áreas central e ocidental da Amazônia, por outro, nos planos de logística, o governo promoveu a pavimentação de diversas estradas que cortam a Amazônia, como a BR-319 de Porto Velho a Manaus. No Cerrado, ocorre contradição semelhante, com o PPCerrado - plano de proteção de biomas - se contrapondo aos estímulos do MAPITOBA.

A contradição entre uma gestão ambiental e cultural sustentável e uma assimilação do território baseada em um vetor predatório não parece ter sido plenamente superada no Brasil, com as gestões e planos do governo federal adotando ora uma, ora outra dessas orientações. A “incógnita do Heartland” parece, assim, cobrir todo o território.

PIOR NOTA • 07,00

Pelo menos desde a Conferência de Estocolmo e, provavelmente, mesmo antes dela, duas forças contraditórias discutem que uso dar ao território e aos recursos de um país, e que poderiam ser simplificados no binômio preservação-exploração. Ao longo do desenvolvimento territorial histórico brasileiro essas forças contraditórias estiveram presentes, com predominância, quase sempre, da exploração. Desenvolvimentos tecnológicos, políticos e conceituais, no entanto, têm permitido a busca da superação dessa contradição na produção do ordenamento territorial pátrio.

Na ocupação inicial da colônia e mesmo do Império houve pouca preocupação com a preservação, a despeito da constatação desde cedo da excepcionalidade de nossa natureza. Assim, o padrão de ocupação litorânea ao longo de todo o país levou à devastação da Mata Atlântica.

Mesmo na Era Vargas, a preocupação principal ainda não era com a preservação dos patrimônios ambiental e cultural brasileiros, de modo que os Códigos Florestal, de Águas e de Minas revelavam viés economicista. O desenvolvimento territorial brasileiro continuava orientado pela lógica da exploração, com avanço do front e incorporação de novas áreas, ainda que date dessa época a criação do primeiro parque nacional do país, o Parque de Itatiaia.

Seria somente na década de 1980, com o lançamento da Política Nacional de Meio Ambiente que a gestão ambiental ganha respaldo político e passa a influir no ordenamento territorial do Brasil. A necessidade de retirar o país do subdesenvolvimento e a população da miséria, no entanto, mantinha viva a contradição. Seria legítimo privar a população dos recursos de que necessitava em nome da gestão ambiental e da preservação do patrimônio da humanidade?

Vale lembrar que a essa altura continuava a produção do espaço brasileiro sob a lógica do front de recursos, com a soja e a pecuária espraiando-se pelo Centro-Oeste e aproximando-se da Amazônia.

A partir dos anos 80, contudo, a redemocratização conjugada com avanços tecnológicos que aumentam a produtividade no campo, bem como inovações conceituais como a de desenvolvimento sustentável possibilitaram a constatação de que os interesses não precisam ser contraditórios e podem ser conciliados. A legislação ambiental avança simultaneamente à maior preocupação ambiental da sociedade propiciando a criação de diversos parques e áreas protegidas que preservassem

o patrimônio ambiental brasileiro. A vastidão do território, igualmente, contribuiu para viabilizar as duas lógicas e foi determinante para que áreas até dos mais desmatados biomas brasileiros sobrevivessem ao desenvolvimento territorial do país ao longo da história até poderem ser preservados.

Atualmente, o Brasil é consciente da sua condição de país mega diverso e guardião de alguns dos mais importantes patrimônios ambientais da humanidade. Dessa forma, orienta seu ordenamento territorial pelo princípio do desenvolvimento sustentável que resolve a contradição entre as forças apontadas ao compatibilizar crescimento, inclusão social e proteção do meio ambiente.



8

Política Internacional

QUESTÃO 3

Estamos frente a um processo de desestruturação do ordenamento internacional montado no pós-guerra e diante da incapacidade de desenhar novas regras e instituições que deem respostas aos desafios do século XXI. Trata-se de uma crise sistêmica que abarca as formas de regulação da economia, da política e das relações internacionais. Esse será um período longo de transição e o porto final ao qual chegaremos é incerto.

CLODOALDO HUGUENEY. A OMC TEM FUTURO? REVISTA POLÍTICA EXTERNA, V. 23 N.º 3, JAN.-FEV.-MAR./2015 (COM ADAPTAÇÕES).

À luz do excerto acima, disserte sobre a suposta disjunção entre ordem e poder no mundo atual, apresentando situações específicas da realidade internacional.

1. Extensão máxima: 90 linhas
2. Valor: 30,00 pontos}
3. Média: 24,0 amp. / 22,8 afro.
4. Desvio padrão: 1,3 amp. / 2,1 afro.

RESPOSTA 1 • 27,00

Alexandre de Paula Oliveira

O mundo atual passa por um momento clássico de transição de poder em termos westphalianos, mas em um contexto pós-westphaliano de interdependência e presença cada vez mais forte de organizações internacionais. É esse contexto, inédito, que torna o porto final incerto. Ser uma grande potência nunca foi apenas uma questão de possuir grande poder material, mas está relacionado também com questões de legitimidade e de autoridade. É nesse sentido que Andrew Hurrell afirma que “é preciso reordenar as cadeiras ao redor da mesa”, pois o surgimento de novos atores demanda esse ajuste, em nome de sua própria legitimidade.

A disjunção entre ordem e poder fica evidente quando se analisa o funcionamento da ONU e, em especial, de seu Conselho de Segurança. Com a estrutura atual, o Conselho tornou-se anacrônico frente ao ordenamento global do século XXI. Pior que seu anacronismo, no entanto, é sua falta de eficácia para solucionar crises, como prova a situação atual do Iraque, da Líbia, da Síria e do conflito entre Israel e Palestina. Portanto, mesmo o antigo argumento de que um órgão menor seria mais eficaz encontra, atualmente, ainda menos validade frente à realidade. A reforma do Conselho de Segurança para que ele reflita, com mais justiça, a atual conformação de poder no mundo é essencial para que recupere sua capacidade de enfrentar, com legitimidade e a eficácia dela decorrente, os desafios de manter a paz e a segurança internacional.

Na governança econômica internacional, verifica-se situação semelhante de hiato entre poder econômico e sua representação no plano político. A transformação do G-20 em uma reunião de Cúpula no contexto da crise econômica de 2008 assumiu a necessidade de se ampliar o escopo de governança e trazer para a mesa de negociação um número de países que fosse suficientemente grande a ponto de tratar de como superar a crise com eficiência e representatividade. No entanto, instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ainda refletem, em grande medida, o mundo da década de 1940, e não o século XXI.

A atual situação da OMC é reflexo da dificuldade de dar respostas aos desafios do século XXI. Clodoaldo Hugueneu afirma que a dificuldade de se concluir a Rodada de Doha pode ser encontrada ainda em sua origem, pois seu mandato colocou desenvolvimento e liberalização da agricultura como temas centrais, e não marginais. Assim o atual impasse e as dificuldades previstas para Nairobi são mais do que apenas o reflexo da disjunção entre ordem e poder, elas representam um momento em que esses princípios de fato colidem. Como resultado, pouca coisa é resolvida e reforça-se a ideia de um longo período de transição.

A multipolaridade deve ser devidamente refletida no ordenamento multilateral por razões de política-poder e por razões pragmáticas-utilitárias. Por um lado, é difícil pressionar os novos grandes atores que surgiram, como Brasil ou Índia; por outro, para que a nova ordem que está em gestação funcione, a contribuição desses novos atores é essencial. Não se vislumbra, por exemplo, a criação de um regime ambiental duradouro e eficaz sem a presença de países como o Brasil.

O país lida com essa distonia entre ordem e poder por meio do instrumento principal e preferencial de sua projeção no mundo: a diplomacia. Desde que optou pela “autonomia pela participação”, o Brasil decidiu que não vai sozinho para o mundo. Por meio de coalizões de geometria variável, como o G-4, o BRICS e o BASIC, o Brasil busca, sob a forma de um revisionismo não revolucionário, alterar o status quo, para que seus interesses sejam plenamente realizáveis e que as normas internacionais não sejam criadas à revelia do país. A esses instrumentos de soft balancing, junta-se a defesa da integração regional em múltiplos níveis, como Mercosul, UNASUL e CELAC. Por meio de integrações, melhoram não apenas as relações entre os membros, mas reforça-se também a projeção regional como polo importante de poder no mundo.

Após 1945, o multilateralismo funcionou porque não era muito multilateral. Rodadas iniciais do GATT eram concluídas rapidamente, mas unicamente porque as decisões eram tomadas por um número reduzido de países desenvolvidos. No entanto, a rapidez e a suposta facilidade de uma negociação excludente não pode ser preferível à complexidade de uma negociação inclusiva. Os desanimadores impasses no ordenamento comercial, os perigosos gerenciamentos ad hoc na tentativa de manutenção da paz e da segurança internacional e as tímidas evoluções das negociações sobre mudanças climáticas que têm potencial destrutivo para o planeta são reflexos da crise sistêmica na regulação internacional.

O Brasil, país legalista de tradição grociana, atua responsabilmente nesse contexto e defende a atualização da governança internacional, a fim de que ela permita a consecução dos interesses nacionais e do desenvolvimento do país sem limitações anacrônicas e pouco eficazes.

RESPOSTA 2 • 26,00

Isadora Loreto da Silveira

O descompasso entre a ordem multilateral estabelecida no pós-Segunda Guerra Mundial e a atual distribuição de poder entre os Estados que compõem o sistema internacional é patente. Desde então, o mundo passou pela transição engendrada pelo fim da Guerra Fria, episódio que pôs fim ao período de bipolaridade que opunha o bloco capitalista, encabeçado pelos EUA, ao bloco socialista, liderado pela URSS. Testemunhou-se um processo de difusão de poder após 1991, e um período marcado pela crescente multipolaridade sucedeu um ensaio de multipolaridade dos EUA.

As instituições que têm por objetivo regular e mediar diversos aspectos das interações interestatais (desenvolvimento, comércio, segurança, etc.) não podem seguir refletindo uma distribuição de poder que não mais se manifesta na prática. O processo de emergência de diversos países, do ponto de vista econômico e político, e as dinâmicas por ele criadas não podem ser ignorados, sob pena de gerar crescente descrença em relação ao sistema multilateral. A ONU, as instituições de Bretton Woods – Banco Mundial e FMI – e a OMC encaram, de diferentes formas, esse desencontro entre “ordem e poder” hodiernamente. Idealmente, o multilateralismo deve servir como “sustentáculo jurídico” da multipolaridade.

O sistema financeiro internacional ainda é largamente dominado pelas potências do pós-guerra. Na esteira da crise financeira de 2008, iniciada a partir da crise do subprime nos EUA, contudo, os países emergentes, como os BRICS, passaram a ganhar alguma voz. O G-20 financeiro, que fora criado no contexto das crises asiáticas, em 1999, adquiriu maior relevância no cenário internacional a partir de 2008. Ainda que, a partir do processo de Heiligendamm, já se houvesse formado o grupo denominado “outreach five”, o qual participava de algumas reuniões do G-8, a revitalização do G-20 foi um evento notável. No atual contexto, em que a crise, que havia atingido a Europa e os EUA primeiro, chega aos países emergentes de maneira mais acentuada, já se percebe, todavia, certa negligência dos países desenvolvidos em relação ao G-20.

A questão das quotas do FMI e do Banco Mundial também merece atenção. A concentração das maiores quotas entre os países desenvolvidos lhes confere maior poder em votações. Recentemente, ocorreu uma reforma no sistema de quotas do Banco Mundial por pressão dos países emergentes. A esperada reforma do sistema de quotas do FMI, por seu turno, ainda não ocorreu, pois não foi aprovada pelo Congresso dos EUA. Essa resistência se justifica pelo fato de que, uma vez que os EUA detêm a maior parte das quotas, na prática Washington tem poder de veto no âmbito do Fundo. Ademais, essas duas instituições são tradicionalmente dirigidas por europeus estadunidenses.

Em 2014, reunidos em Fortaleza, os membros dos BRICS acordaram sobre a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. Essas instituições não foram idealizadas como substitutos ao FMI e ao Banco Mundial, mas como complementos. O contexto de paralisação das reformas do FMI, ao mesmo tempo “arquiteto” e “bombeiro” do sistema financeiro internacional, favoreceu, todavia, a adoção dessa iniciativa pelos BRICS. Outro exemplo de iniciativa financeira recente para além do sistema de Bretton Woods é a criação do Banco Asiático de Infraestrutura e Desenvolvimento, do qual o Brasil é, inclusive, membro fundador.

Quanto ao sistema multilateral de comércio, há que se falar da OMC. Em 1947, enquanto cerca de 50 países se preparavam para a Conferência de Havana, quando seria criada a Organização Internacional do Comércio, foi assinado o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade). O GATT acabou frustrando as tentativas de criação de uma organização para tratar de comércio. Apenas em 1995, em Marraquexe, criou-se a OMC, após decisão nesse sentido na Rodada Uruguai. A primeira rodada de negociações da OMC, a Rodada Doha, que contou com importante participação dos países em desenvolvimento na forma do G-20 comercial, formado em Cancún, em 2003, perdeu ímpeto em 2008. Após o desacordo entre limites de concessões em NAMA e os gatilhos dos mecanismos de salvaguardas especiais do lado indiano e a inflexibilidade dos negociadores dos EUA e da UE em facilitar acesso a mercado a produtos agrícolas do mundo em desenvolvimento, chegou-se a um impasse. Sob a diretoria-geral do brasileiro Roberto Azevêdo, a OMC vem tentando retomar as negociações, logrando apenas o Acordo de Bali, de 2013, até o momento.

A paralisação das negociações multilaterais de comércio afeta negativamente os países em desenvolvimento, como o Brasil. A proliferação de acordos de preferências comerciais de alcance limitado, inclusive os mega-acordos (como a Parceria

Transpacífica), podem levar à fragmentação dos regimes multilaterais comerciais. A Parceria Transpacífica, por exemplo, trata de assuntos “OMC-plus”, ou seja, que aprofundam assuntos tratados no âmbito da OMC, e “OMC-extra”, que tratam de questões que vão além do escopo da OMC, como legislação trabalhista, ambiental e solução de controvérsias entre investidores e Estados. A dificuldade de se avançar nas tratativas da OMC pode causar efeitos nefastos sobre países que ficam de fora de acordos de preferência comercial em termos de acesso a mercados, regulação comercial e integração em CGVs (cadeias globais de valor).

Deve-se falar também da ONU ao tratar-se do descompasso entre ordem e poder. O CSNU, por exemplo, conta com cinco membros permanentes com poder de veto desde o pós-guerra. As mudanças ocorridas no sistema internacional desde então vêm gerando pressões crescentes pela sua reforma, em particular a partir da secretaria-geral de Kofi Annan e da cúpula que tratou da reforma do sistema ONU em 2005. O Brasil integra, junto com Alemanha, Índia e Japão, o G-4, grupo que almeja a expansão do número dos assentos permanentes para incluir esses quatro países e dois representantes africanos. A União Africana também tem proposta própria de reforma, assim como o grupo denominado “Uniting for Consensus”. Recentemente, o G-4 vem buscando maior articulação com os africanos, visando a compatibilizar as propostas, no âmbito do L69.

Em suma, as instituições multilaterais existentes devem buscar, cada vez mais, adaptar-se à nova distribuição de poder no sistema internacional para se manterem relevantes na organização das relações entre os Estados. Enquanto a ONU e as instituições de Bretton Woods sofrem pressões dos países desenvolvidos (as “velhas” potências) para se manterem intocadas, a OMC, por favorecer a participação crescente dos países em desenvolvimento, vem sendo esvaziada. O desafio de equacionar poder e ordem segue posto.

RESPOSTA 3 • 26,00

Anônimo

A ordem mundial contemporânea apresenta evidente descompasso entre a estrutura de governança global, forjada no pós-2ª Guerra Mundial, e os atuais desafios nos âmbitos de segurança, economia e sociedade. Passou-se do contexto de unipolaridade, no início dos anos 2000, para um cenário de incerteza, ora caracterizado como multipolaridade sem multilateralismo (Prantl), ora como unimultipolaridade (Huntington). Argumenta-se, ainda, que há uma demanda por poder, porém uma carência em sua oferta. Esse debate permeia o sistema das Nações Unidas, o Sistema Financeiro Internacional e a OMC.

Os Estados Unidos da América são, indiscutivelmente, a maior potência militar do planeta; contudo, não são capazes de, sozinhos, resolver os principais desafios internacionais. Mesmo a conformação atual dos P-5 do Conselho de Segurança carece de legitimidade e de representatividade para lidar com os desafios à paz internacional. O consenso obtido na Resolução 1970, que aplicou sanções à Líbia e promoveu o “referral” ao TPI, logo se desfez, quando da aprovação da Resolução 1973, que implicou verdadeira mudança de regime na intervenção.

Consequentemente, a questão da Síria, um dos principais desafios globais em termos de segurança, está congelada na pauta do Conselho de Segurança, o qual somente se pronunciou para “multilateralizar” o acordo Kerry-Lavrov, que desmantelou o arsenal químico sírio. Percebe-se, portanto, o descompasso entre ordem e poder nessa seara.

Em relação ao Sistema Financeiro Internacional, e particularmente às instituições de Bretton Woods, a elevação do G-20 Financeiro à categoria de principal foro de negociação, na esteira das Cúpulas de Washington, Londres e Pittsburg, não foi seguida pela implementação da revisão de cotas do FMI, acordadas na Cúpula de Seul (2010). Ora, os países em desenvolvimento, particularmente os BRICS, foram responsáveis pela maior parte do crescimento mundial depois da crise de 2008. Entretanto, seu peso relativo na agenda do FMI e do Banco Mundial é subestimado, o que evidencia o descompasso entre a realidade do poder mundial e a arquitetura forjada em Bretton Woods. Não por acaso foram criados o Novo Banco de Desenvolvimento do Brics e o Arranjo Contingente de Reservas, com a finalidade de complementar as instituições multilaterais (FMI e Banco Mundial) incumbidas do tema. De fato, há um evidente descompasso entre a oferta de recursos e sua demanda. Não por acaso, todo esse contexto explica porque em 2012, pela primeira vez, os países em desenvolvimento receberam mais investimentos estrangeiros que os países ricos.

No âmbito da OMC, a paralisia da Rodada Doha, desde 2008 (com exceção do acordo sobre facilitação de comércio, de 2013, mas que ainda não foi implementado), é outra prova da dicotomia entre poder e ordem mundial. Nesse contexto, no entanto, Clodoaldo Huguene defendeu a tese de que a governança global estava mais consentânea com a balança de poder real. Com efeito, o antigo QUAD (EUA, U.E., Japão e Canadá), o qual ditava a agenda da OMC, foi suplantado pelo novo QUAD (EUA, U.E, Brasil e Índia), em decorrência, principalmente, do protagonismo de Brasil e Índia no âmbito do G-20 Comercial e das negociações agrícolas.

O mandato da negociação da Rodada Doha do Desenvolvimento, no entanto, não incorpora a principal demanda do comércio internacional na contemporaneidade: as cadeias globais de valor. Dessa forma, têm sido empreendidas negociações comerciais regionais, que constituem exceção permitida pelo art. 24 do GATT-94. Ora, tais exceções já comportam cerca de 400 acordos, razão pela qual o economista Jagdish Bhagwati afirma que eles representam “cupins do Sistema Multilateral do comércio”. Tal perspectiva é grave, do ponto de vista dos países em desenvolvimento, pois, por um lado, suas demandas não são atendidas na Rodada Doha, e as negociações regionais sequer põem em pauta seus anseios. É certo que acordos regionais têm efeito catalizador na agenda multilateral, podendo ser posteriormente objeto de regras da OMC. Mas também é certo que, se a OMC tornar-se irrelevante, todo arcabouço de adensamento de juridicidade do Órgão de Solução de Controvérsias – considerado um dos mais avançados do Direito Internacional – pode vir a tornar-se obsoleto.

Por fim, convém retornar à ONU, a fim de tecer alguns comentários sobre sua reforma. Desde a Cúpula Mundial de 2005, portanto há dez anos, tem-se discutido uma ampla reforma na organização, a qual é o pilar do multilateralismo. Não obstante, pouco se fez de concreto para que se redistribuísse o poder na ONU. Essa perspectiva é

particularmente séria no âmbito da 5ª Comissão, responsável pelas finanças da organização, e no Conselho de Segurança. No primeiro caso, a ONU tem ficado à mercê das potências, porquanto o orçamento regular pouco se alterou, ao passo que o orçamento voluntário permite, em tese, seletividade dos doadores em relação, por exemplo, às missões de paz que pretendem financiar. Além disso, o desenvolvimento, um dos pilares da ONU, não tem sido financiado de forma apropriada, o que gera um descompasso entre compromissos assumidos na Conferência de Monterrey (2002), e o efetivo financiamento. No que tange à reforma do Conselho de Segurança, fundamental para uma governança global mais efetiva, as grandes potências têm-se mostrado pouco engajadas. Ademais, os métodos de trabalho do Conselho, especialmente as deliberações do P-5, são pouco conhecidos, o que mina o multilateralismo em seu aspecto mais evidente: a transparência.

É certo que o mundo vive um “déficit de diplomacia” e uma “retórica de desenvolvimento”, os quais são evidentes a partir da pouca efetividade dos mecanismos de governança global nos âmbitos de segurança, finanças, comércio e desenvolvimento. Para uma multipolaridade de cooperação, é necessário que as estruturas do pós-guerra sejam adequadas à nova configuração do poder mundial, que inclui tanto países vencedores da 2ª Guerra Mundial quanto outras potências médias, como o Brasil.

PIOR NOTA • 20,00

Embora haja muitos autores que advoguem que vivamos em um processo de desestruturação do ordenamento internacional, é possível afirmar que o multilateralismo é a opção mais plausível para diversos atores no sistema internacional. Ainda que o multilateralismo sofra críticas de inúmeros analistas, é necessário ponderar que, sem as ações multilaterais observadas nos últimos anos, o mundo estaria refém do poder de algumas poucas potências. Há, de fato, algumas disjunções entre ordem e poder. Contudo, o ordenamento internacional propiciado pelas ações multilaterais é o meio mais eficiente para tornar o mundo um lugar mais justo e inclusivo. Cabe, agora, analisar, as supostas disjunções sob as óticas política, econômica e de direitos humanos.

Alguns analistas consideram que as instituições e os regramentos existentes no ambiente internacional não são suficientes para responder aos desafios do século XXI. Se, por um lado, surgem novos desafios e novos atores no sistema internacional; por outro, algumas instituições não refletem a crescente complexidade de temas e de atores. De fato, instituições como as Nações Unidas refletem os polos de poder do pós-guerra, tornando-se, muitas vezes, inábil para responder às novas demandas de um mundo multipolar. O Conselho de Segurança, por exemplo, não tem conseguido solucionar uma série de assuntos relacionados à sua função primária de manter a paz e a segurança internacional. A crise na Síria e na Ucrânia demonstra essa incapacidade. Contudo, ainda que as ações das Nações Unidas e do Conselho de Segurança sejam, muitas vezes, lentas, não é possível conceber que temas ligados à segurança e à paz mundial sejam decididos fora das instâncias multilaterais. Portanto, a solução para que os temas levados às Nações Unidas sejam tratados com mais celeridade e com viés, sobretudo, humanitário é a reforma do Conselho de Segurança das Nações

Unidas, como advoga o Brasil há tempos. Caso a reforma não ocorra como o prometido há 10 anos, é possível que o sistema ONU, especialmente o Conselho de Segurança, perca credibilidade, ensejando, dessa forma, a prática de ações unilaterais, como a aplicação de sanções econômicas ou intervenções militares à margem da Carta da ONU e do direito internacional.

Economicamente, percebe-se alguma disjunção entre ordem e poder, embora o ordenamento multilateral tenda a prevalecer. A construção do arcabouço jurídico da OMC representa o valor que a comunidade internacional empresta ao sistema multilateral de comércio. Com o sistema de solução de controvérsias da OMC, países que antes não teriam condições de atingir seus pleitos contra países desenvolvidos podem, hoje, fazê-lo por meios diplomáticos ou contenciosos. O Brasil é um entusiasta do sistema OMC, na medida em que a organização reflete o multilateralismo como expressão normativa da multipolaridade. Ainda que surjam novos acordos econômicos de grande abrangência, como a Parceria Transpacífico, é possível afirmar que a OMC, apesar dos contratemplos para concluir a Rodada de Doha, é o espaço privilegiado para a inclusão de diferentes atores na seara comercial. Na OMC, o poder rende-se ao direito internacional e ao argumento sólido, diferentemente do que ocorria no antigo GATT. Se há ainda sanções comerciais aplicadas de modo unilateral, é porque estas estão ligadas a contextos estranhos ao multilateralismo, como o caso de Cuba (Helms-Burton e Torricelli Acts).

Com relação aos direitos humanos, pode-se afirmar que o papel do multilateralismo tem sido fundamental para a consecução de avanços na ordem internacional. Muito embora observem-se, repetidas vezes, situações de desrespeito aos direitos humanos, constata-se também a ação de órgãos das Nações Unidas que procuram encaminhar soluções para questões específicas relativas a crises humanitárias. A ação multilateral para o tratamento dos direitos humanos ganhou maior relevância com a instituição do Conselho de Direitos Humanos em 2005. O papel do Conselho tem sido cada vez mais relevante, na medida em que procura agir de forma universal e de modo despolitizado. Em alguns momentos, o Conselho age em desacordo com seus princípios, ao politizar temas, como no caso de resoluções recentes sobre o Irã e a Síria, nas quais o Brasil se absteve. Contudo, a ação do Mecanismo de Revisão Periódica Universal permitiu o aperfeiçoamento do diálogo acerca dos direitos humanos, o que pode ser comprovado pelos avanços observados no Irã, ainda que muito tenha que ser feito.

Embora haja processos de disjunção entre o ordenamento internacional e o poder, não é possível afirmar que se trata de uma crise sistêmica e que o processo para a formação de um novo ordenamento será longo. É natural que, em processos que demandam grandes maiorias ou consensos, as soluções demorem mais que o desejado. Contudo, as perspectivas que se abrem para o futuro são positivas. No sistema ONU, há crescente consenso de que são necessárias reformas urgentes no Conselho e nos métodos de trabalho. Até mesmo os Estados Unidos reconhecem essa necessidade, demonstrando apreço pela candidatura brasileira ao Conselho de Segurança. Ademais, cerca de 125 países, segundo as estimativas brasileiras, apoiam a reforma, o que se aproxima dos 2/3 necessários para a proposição de emendas à Carta. No sistema OMC, as negociações de Bali deram novo alento à Rodada de Doha, que, segundo o diretor-geral Roberto Azevedo, serão aprofundadas em Nairóbi, com o apoio de Brasil, Estados Unidos, Índia e União Europeia.

A todos interessa o sistema multilateral de comércio robusto, pois isso implica segurança jurídica nas relações comerciais internacionais.

Ainda que, em alguns momentos, os Estados levem em consideração o poder, é imprescindível afirmar que o multilateralismo é o meio mais eficiente de organizar os diferentes pleitos dos participantes do sistema internacional. Sem o multilateralismo, as condições políticas e econômicas seriam seriamente prejudicadas. Como disse Dag Hammarskjöld, caso a ONU não existisse, seríamos obrigado a criá-la. Essa afirmação ainda atual reforça a centralidade do multilateralismo e da ordem no sistema internacional.

QUESTÃO 4

Redija um texto dissertativo em que sejam examinadas as relações sino-japonesas nas últimas décadas e suas implicações para o fortalecimento do sistema multilateral, em especial para as Nações Unidas.

Extensão máxima: 60 linhas

Valor: 20,00 pontos

Média: 13,9 amp. / 14,2 afro.

Desvio padrão: 3,5 amp. / 0,4 afro.

RESPOSTA 1 • 18,00

Anônimo

As relações sino-japonesas têm se desenvolvido sob o signo da desconfiança, com fortes implicações para o sistema multilateral, sobretudo para a ONU. Do lado chinês, a desconfiança histórica e o trauma nacional decorrente do imperialismo expansionista japonês, basta lembrar-nos de episódios como o Massacre de Nanquim durante a Segunda Guerra Mundial, tem informado a política externa chinesa. Do lado japonês, a ascensão chinesa ao posto de segunda maior economia do mundo e seu crescente poder militar fazem com que Tóquio reveja sua política externa pacifista, baseada apenas em forças de defesa nacional. Nesse contexto, o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe tem afirmado o caráter vital da energia nuclear para o país, o que pode ser interpretado de forma ambígua. Dessa maneira, a potencialidade de eclosão de um conflito na região demanda uma análise cuidadosa ao mesmo tempo que aponta para possíveis caminhos para o fortalecimento do sistema multilateral da ONU.

O recente conflito em torno da posse de ilhas localizada no Mar da China oriental chamou a atenção da comunidade internacional para a escalada de tensão entre os dois países. Essas ilhas, que recebem denominações distintas por parte do Japão (ilhas Senkaku) e da China (Diaoyu), revelam crescente disputa pela hegemonia política na região. O governo japonês, como já enfatizado, revê seu compromisso de não possuir armas nucleares, já que sua dependência, em matéria de defesa e segurança, para com os Estados Unidos é questionada, já que o tradicional aliado americano possui um alto grau de dependência econômica com a China, pois esta é uma expressiva credora da dívida pública norte-americana. A China, por sua vez, acredita que qualquer concessão ao Japão pode ser vista como mais um episódio da “política de humilhação” que caracterizou historicamente seu relacionamento com os “países imperialistas” nos últimos séculos.

É nesse contexto que uma resolução em torno desse conflito deve ser buscada no âmbito das Nações Unidas. A obtenção de uma solução que fosse satisfatória para ambos os países representaria um fortalecimento do sistema multilateral. Cabe ressaltar, também, que a China tem se mostrado uma opositora prática da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, por conta das ambições japonesas em se tornar um dos membros permanentes, o que foi materializado na sua participação no G-4 criado em 2005.

Conquanto pelo panorama traçado até então possa considerar-se que o relacionamento sino-japonês apenas dê sinais de mau agouro para o revigoramento da ONU, há outros elementos mais auspiciosos. Nesse sentido, pode-se falar da complementariedade econômica entre os dois países, com grandes fluxos de comércio e investimento entre os dois países, tendo um dos maiores comércios bilaterais do mundo. Esse simples fator eleva, drasticamente, o custo de uma elevação na tensão entre os dois países, o que tem levado ambos países a se comprometerem com a resolução pacífica de seus contenciosos. Há, ademais, o interesse chinês em participar dos novos mega-acordos comerciais como o TPP, do qual o Japão é parte.

A busca de uma multipolaridade de cooperação passa, necessariamente, pelo fortalecimento da normatividade do sistema multilateral. Nesse sentido, é necessário que as relações

sino-japonesas e seus possíveis litígios sejam resolvidas dentro do arcabouço jurídico das Nações Unidas. Os Estados Unidos, principal aliado do Japão, deve pressionar para que o país nipônico mantenha sua política externa pacifista ao mesmo tempo que este não deva abrir mão de sua defesa nacional, investindo no aprimoramento do poder de dissuasão de suas forças de defesa. A China, por seu turno, deve procurar ao máximo conformar sua atuação nos marcos do multilateralismo, pois é do próprio interesse estratégico chinês garantir que sua ascensão seja vista como pacífica. A estabilidade do sistema internacional como um todo depende da harmonização entre esses dois objetivos de política externa que, à primeira vista, podem parecer antagônicos.

RESPOSTA 2 • 17,00

Wallace Medeiros de Melo Alves

As relações entre China e Japão são fundamentais para o encaminhando de questões que transcendem o escopo bilateral dessa interação, repercutindo sobre a governança sistêmica, como a reforma do CSNU e a estabilidade regional asiática. Há de reconhecer-se que, no mundo crescentemente multipolar, China e Japão se apresentam como polos de poder, criando simultaneamente relações de interdependência econômica e rivalidades geopolíticas.

Tendo em vista que a China constitui um membro permanente do CSNU, qualquer tentativa de reforma desse órgão passa necessariamente por sua concordância. O pleito japonês, articulado no âmbito do G4, esbarra, contudo, na oposição de Pequim à inclusão do Japão como membro em uma eventual reforma do organismo. Nesse sentido, rivalidades históricas sino-japonesas e o crescimento das tensões geopolíticas entre os dois países obstam tratativas, com o fito de promover o aggiornamento do CSNU à nova distribuição de poder internacional, de modo que celeumas bilaterais se traduzem em impasses multilaterais. Embora o Japão já disponha do endosso de países como os EUA, o veto chinês serve como anteparo a qualquer projeto tendente a reformar o organismo, tal como articulado pelo G4.

As tensões e impasses sino-chineses encontram também ressonância no nível regional. Abrigando significativos efetivos militares dos EUA, como na base de Okinawa, o Japão é um contraponto à expansão da hegemonia chinesa na Ásia e ao estabelecimento da pax sínica. Desse modo, revela-se refratário ao expansionismo marítimo de Pequim sobre o Mar do Sul da China, defendendo a concertação multilateral da temática no âmbito da ASEA+3 (China, Coreia do Sul e Japão).

Convergente ao projeto de pax sínica, encontra-se a Nova Rota da Seda, com o objetivo de interligar a infraestrutura dos países circunvizinhos ao Estado chinês e promover a cooptação dessas nações. Tal postura confronta-se diretamente com a posição do Japão, nação esta que se manteve historicamente como principal polo de poder e fiel da balança na Ásia. Eventuais conflitos nessa região tendem a provocar transbordamentos além do escopo regional, ameaçando a paz e a segurança internacionais, de modo a envolver multilateralmente a ONU, particularmente seu Conselho de Segurança, consoante o capítulo VII.

Soma-se a isso o desenho de uma nova arquitetura econômico-financeira da Ásia. A China ultrapassou o Japão como maior economia asiática e sobrepõe-se aos EUA como maior potência de acordo com o critério PIB paridade poder de compra. Pequim articula um novo rearranjo econômico regional, ao interligar os países de seu horizonte imediato em relações de centro e periferia, exportando produtos de alta densidade tecnológica e importando bens de baixo valor agregado. Nesse sentido, promove deslocamento de comércio em detrimento do Japão, retroalimentando rivalidades em busca de nichos de mercado consumidor.

Ao mesmo tempo, a China constitui o maior destino das exportações japonesas. Tensões e disputas econômicas e geopolíticas são mediadas por relações de interdependência entre os países em virtude do crescente entrelaçamento dos fluxos de comércio.

Cabe ressaltar a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, capitaneado pela China e como reflexo da consolidação de uma nova arquitetura econômico-financeira, em substituição dos tradicionais papéis desempenhados por EUA e Japão no âmbito da provisão de recursos e da articulação econômica asiática.

É inegável que as relações sino-japonesas geram efeitos que transcendem o espaço regional e impactam diretamente no multilateralismo onusiano, particularmente no projeto de reforma do CSNU, conforme propugnado pelo G4. No âmbito asiático, a crescente presença financeira e econômica da China ocorre paralelamente à perda de influência japonesa; todavia, qualquer possibilidade de eclosão de conflitos encontra-se contingenciada pela profunda interdependência e potenciais revezes recíprocos para ambos os países.

RESPOSTA 3 • 16,00

Hudson Caldeira Brant Sandy

China e Japão são as duas maiores economias da Ásia, além de global players que participam das discussões sobre todos os temas mais importantes da agenda internacional. As relações entre os dois países têm efeitos que vão muito além do âmbito estritamente bilateral, reverberando por todo o sistema internacional. Apesar do adensamento dos fluxos de bens e capitais entre os dois países, as relações sino-japonesas nas últimas décadas têm sido caracterizadas por persistentes desconfianças recíprocas e por tensões pontuais. A dificuldade de ambos os países em superar a desconfiança tem efeitos nocivos não apenas para os dois, mas para todo o sistema internacional, e para a ONU em particular, pois dificulta que avancem as negociações sobre importantes temas da agenda multilateral.

Tanto China quanto Japão reivindicam soberania sobre um mesmo conjunto de ilhas no Pacífico, o que caracteriza uma disputa territorial. Embora ambos os países tenham expressado o desejo de solucionar a questão de forma pacífica e de acordo com o direito internacional, trata-se de um tema sensível, fonte de tensões para ambos os lados. Por um lado, a imprensa japonesa tornou comuns críticas ao poderio militar e ao que percebe como postura expansionista da China. Por outro, o governo chinês manifestou apreensão quanto à política de defesa

do Primeiro-Ministro Shinzo Abe. O governo Abe tem buscado relativizar certos dispositivos da constituição japonesa que limitam as capacidades militares nipônicas. Durante as comemorações dos 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, o Primeiro-Ministro chinês, Li Keqiang, alertou quanto a "antigos agressores que têm buscado relativizar o passado".

Uma diferença importante entre as ações externas de China e Japão diz respeito ao fato de um país se identificar com o Sul geopolítico e o outro, com o Norte. Embora a economia chinesa seja maior que a do Japão, a China coloca-se junto aos países emergentes e em desenvolvimento, participando de mecanismos e coalizões como o BRICS, de natureza político-diplomática, e o BASIC, que é um grupo de concertação sobre a temática ambiental. O Japão, por sua vez, é um país desenvolvido integrante de agrupamentos como o G-8 (que continua a existir apesar de ter perdido importância frente ao G-20) e a OCDE. Ao contrário da disputa pelos territórios insulares, essa diferença entre Japão e China não é necessariamente conflitiva, expressando meramente visões diferentes, e possivelmente complementares, de mundo.

O fortalecimento do sistema multilateral deve passar, necessariamente, pela reforma da ONU, em especial de seu Conselho de Segurança, que padece de falta de representatividade e de legitimidade. Uma eventual ampliação do número de membros permanentes do conselho provavelmente incluiria o Japão. A China não deseja o Japão no Conselho e, indiretamente, acaba por prejudicar as possibilidades de reforma. Dessa forma, as desconfianças entre os dois países prejudicam o fortalecimento de todo o sistema internacional.

As tensões que prejudicam o relacionamento sino-japonês são sérias, mas não insuperáveis. Brasil e Argentina também já tiveram relações caracterizadas por uma rivalidade estrutural, mas as diferenças acabaram por dar lugar ao entendimento e à cooperação. É de interesse da Ásia e de todo o sistema multilateral que China e Japão superem suas diferenças e intensifiquem suas relações amistosas e seu progresso conjunto.

PIOR NOTA • 02,00

A parceria entre Japão e Brasil vem-se aprofundando crescentemente, completando-se 120 anos do estabelecimento de relações bilaterais em 2015. Se, nas décadas de 1950 e 1970 o Japão destacou-se como investidor que contribuiu para a modernização e o crescimento brasileiro, atualmente os países mantêm diálogo multifacetado, que foi alçado a novo patamar com a visita de Shinzo Abe ao Brasil no ano passado, quando se firmou Parceria Estratégica Global. Brasil e Japão não só cooperam no âmbito bilateral, como crescentemente se empenham para promover sistema multilateral representativo da atual ordem mundial, em particular nas Nações Unidas.

Embora as relações comerciais entre Brasil e Japão tenham arrefecido ao longo das décadas de 1980 e 1990 - ora em razão da crise da dívida brasileira, ora em razão das dificuldades de crescimento enfrentadas pelo Japão - o ritmo do intercâmbio comercial vem ganhando dinamismo ao longo dos últimos anos. Assim, o Japão já se encontra entre os 10 principais parceiros comerciais brasileiros no mundo, importando principalmente produtos agrícolas - como grãos, soja em particular - e café.

Sobressai a crescente importância que os investimentos japoneses vêm adquirindo no Brasil, com Shinzo Abe comprometendo-se a investir nas áreas de estaleiros navais, de infraestrutura e de petróleo. As empresas brasileiras também têm ganhado renovado interesse pelo país na medida em que os efeitos da "Abeconomics" se fazem sentir.

No entanto, mais do que parceiro comercial, o Japão sobressai como parceiro na área de ciência, tecnologia e inovação, desenvolvendo tanto projetos bilaterais como trilaterais com o Brasil. Em 1970, o Japão, via programa PRODECER, foi essencial para que o Brasil superasse as dificuldades naturais que impediam a cultura da soja nos solos ácidos do Cerrado. Atualmente, a parceria entre Brasil e Japão ganha novas fronteiras, com os países desenvolvendo frutífera cooperação em Moçambique, por meio do Pró-Savana, que visa aumentar a capacidade agrícola da nação africana. Ademais, Japão e Brasil desenvolveram parcerias nas áreas de exploração de fundos marinhos e na área espacial, com lançamento de microssatélite.

Outra esfera que pontua as relações bilaterais é o intercâmbio populacional característico dos países. Em 1908, chegavam ao Brasil os primeiros imigrantes japoneses, que iriam conformar uma das maiores comunidades de japoneses no exterior e moldar a identidade de grandes cidades do Centro-Sul do Brasil, em particular São Paulo. A migração brasileira para o Japão, por sua vez, foi motivada pelo arrefecimento da economia brasileira nas décadas de 80 e 90, com descendentes de imigrantes japoneses indo buscar trabalho no país de seus ancestrais. Embora significativa parcela dessa população já tenha retornado, eles representam a terceira maior comunidade de brasileiros no exterior, o que ensejou recente acordo entre os dois países na área previdenciária.

A aproximação entre Brasil e Japão, entretanto, repercute primordialmente na área multilateral, onde ambos os países se empenham para fortalecer multilateralismo que espelhe a atual ordem mundial. Em particular, ambos países fazem parte do G-4 - juntamente com Alemanha e Índia - que advoga a expansão do Conselho de Segurança da ONU, com a assimilação de todos os países do agrupamento como membros permanentes. Ao proporem um CSNU expandido e renovado, Brasil e Japão procuram conferir maior legitimidade ao órgão e incorporar países capazes de assumir crescentes responsabilidades para a manutenção da ordem mundial.

Cabe ressaltar, no entanto, que, como qualquer relação madura e multifacetada entre dois países de porte econômico significativo, a relação entre Brasil e Japão não é isenta de divergências. Em particular, o Japão desponta como um dos países mais protecionistas no âmbito agrícola na OMC, posição que se contrapõe à brasileira. Ademais, o Brasil deplorou que o Japão tenha denunciado o Protocolo de Kyoto e se recusado a aderir à sua prorrogação.

As relações sino-japonesas são marcadas por crescentes tensões, que se materializam notadamente por buscas de influência no Mar do Leste da China, nas ilhas Senkaku/Diaoyu e se refletem igualmente na paralisia das tentativas da reforma do Conselho de Segurança, na medida em que a China barra, com poder de veto, qualquer tentativa de admissão do Japão, notadamente a proposta do G-4.

Recurso

A candidata solicita reavaliação da nota zero atribuída à questão. Como se demonstra a seguir, as linhas 56 a 60 estão rigorosamente dentro do tema da questão (as implicações das relações sino-japonesas para o fortalecimento do sistema multilateral), e abordam aspectos fundamentais solicitados no enunciado. As linhas 41-49 trazem uma ampla descrição do contexto da reforma do Conselho de Segurança, não fugindo, portanto, ao tema.

Nas linhas 56-60, a candidata demonstrou conhecimento das tratativas visando a reforma do Conselho de Segurança, em particular o impasse representado pela resistência da China em admitir a acessão do Japão à condição de membro permanente. O contexto mais amplo da reforma do Conselho é igualmente abordado nas linhas 41-49 (embora sob a ótica das relações nipo-brasileiras). A candidata demonstrou igualmente conhecimento sobre um tema central nas relações sino-japonesas: as tensões no Mar do Leste da China nas ilhas Senkaku/Diaoyu, e foi capaz de articulá-las ao tema mais amplo da governança global.

A candidata não discorreu mais aprofundadamente sobre o tema proposto no enunciado pelo seguinte motivo: após 7 horas de prova, confundiu-se ao ler o caderno de provas e pensou tratar-se de uma pergunta sobre relações Brasil-Japão. Somente se deu conta do erro após ter preenchido 55 das 60 linhas do espaço dedicado à resposta. As regras do CESPE não admitem escrever fora do espaço dedicado a cada resposta, nem escrever em qualquer outro papel que não o caderno de respostas. A candidata viu-se, assim, fisicamente impossibilitada de corrigir seu equívoco. Não peço à banca que releve o erro; mas peço respeitosamente à banca que considere as cinco linhas respondidas em conformidade com o enunciado.

Resposta: com deferimento

A recusante reconhece haver-se enganado com respeito ao enunciado da questão e fugido ao tema no conjunto da resposta. Ao dar-se conta disso, caberia anular o que se escreveu antes - o que não se fez - e iniciar a resposta no espaço faltante, ação a que se procedeu.

Efetivamente, a resposta oferecida nas quatro linhas finais é pertinente e atende ao comando, revelando conhecimento do tema. O problema de fuga ao tema, contudo, permanece. Pode-se considerar, portanto, apenas uma fração do que poderia ser alcançado pela candidata.



9

Economia

QUESTÃO 1

Explique de que modo a evolução da economia cafeeira contribuiu para o processo da industrialização no Brasil e, ao mesmo tempo, como as crises enfrentadas pela economia monocultora-agrária-exportadora ao longo da Primeira República incentivaram a indústria brasileira. Além disso, discorra sobre a forma como as políticas econômicas durante o Estado Novo e o Governo Dutra, sobretudo com relação à questão cambial, influenciaram o desenvolvimento industrial brasileiro. Por fim, explique como tais aspectos se relacionam ao momento atual da indústria e do comércio exterior brasileiro.

1. Extensão máxima: 60 linhas
2. Valor: 30,00 pontos
3. Média: 28,1 amp. / 28,7 afro.
4. Desvio padrão: 1,2 amp. / 1,0 afro.

RESPOSTA 1 • 30,00

Alexandre de Paula Oliveira

A relação entre a economia cafeeira e o processo de industrialização no Brasil é objeto de intenso debate na historiografia da Formação Econômica do Brasil. Devido à complexidade do tema, as principais teorias que buscam explicar essa relação, como a teoria da industrialização incentivada por exportações e a teoria dos choques adversos, são mais complementares entre si do que mutuamente excludentes.

A evolução da economia cafeeira passa pelo fim do trabalho escravo e a transição para diversas formas de trabalho livre, incluindo o assalariado. Se, antes, a quase totalidade da renda era empregada em importações, surgia agora um mercado interno cada vez mais dinâmico. Mercado interno é uma das condições para a industrialização, assim como a infraestrutura ferroviária e de comunicações, cada vez mais presente. Os imigrantes tanto dinamizaram esse contexto como aproveitaram-se dele. Segundo Bresser, 85% dos industriais paulistas eram imigrantes ou descendentes. Nesse cenário insere-se a teoria da industrialização incentivada por exportações. Era em momentos de expansão da exportação de café que crescia o investimento industrial, via importação de máquinas e equipamentos que era permitida pela disponibilidade de moeda estrangeira. Exemplo desse momento é o governo de Afonso Pena e Nilo Peçanha, quando a Caixa de Conversão interrompeu a valorização do mil-reis, que prejudicava os cafeicultores, e deu fôlego para o setor.

Se, nos momentos de disponibilidade de moeda estrangeira pelo aumento das exportações, aumentava-se o investimento industrial, nos momentos de crise da economia cafeeira, utilizava-se a capacidade instalada anteriormente. É disso que trata a teoria dos choques adversos. Um bom exemplo é a Primeira Guerra Mundial e seus efeitos sobre a industrialização do Brasil. Com a dificuldade de importar e de exportar café, utilizaram-se as máquinas importadas durante os governos de Afonso Pena para produzir internamente o que antes era importado. Além disso, a pauta exportadora diversificou-se, para atender novos mercados com, por exemplo, alimentos processados. Deu-se um surto industrial. Assim, em momentos de crise na economia agrário-exportadora, da qual decorria a redução da capacidade de importar, devido a falta de divisas de exportação, a solução era produzir internamente. A indústria surgia, portanto, nas franjas da economia cafeeira.

A política econômica do Estado Novo e de Dutra teve grande impacto da Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, em 1937, Vargas tentou promover certa rigidez no acesso ao câmbio, mas após a Missão Aranha aos EUA e pressão norte-americana, houve certa flexibilização a partir de 1939. O câmbio dependia do comércio exterior, e a guerra alterou o cenário. Para importações, houve uma perda imediata do mercado europeu, mas ainda havia outros. No entanto, até 1941, se havia algum mercado, não havia divisas para importar; já após 1941, o Brasil tinha divisas, mas não havia mercado, pois os EUA entraram na Guerra. As divisas provinham da reorientação das exportações: exportavam-se materiais estratégicos para os EUA, mais café após o Acordo Interamericano, carne e outros produtos para a Inglaterra e atendiam-se mercados anteriormente supridos pelos aliados. Nesse contexto, aumentaram as Reservas Internacionais, a renda e a inflação. A política monetária e fiscal

foi expansionista, uma das causas da inflação. Houve, portanto, aumento da produção industrial no período.

Dutra, para reduzir a inflação e permitir a importação de bens de capital, equipamentos e bens de consumo que a guerra impedia, flexibilizou o acesso ao câmbio, acreditando nas Reservas Internacionais que o país possuía. No entanto, grande parte delas era inconversível, como libras bloqueadas e ouro no exterior, e isso levou a uma crise cambial em 1947. O governo passou a estabelecer as Licenças de Importação, uma forma de selecionar o que se importava. Isso foi bom para o desenvolvimento industrial, pois era uma forma de protecionismo. Com a saída de Corrêa e Castro, em 1949, desfez-se de vez a ilusão liberal e adotou-se uma política econômica expansionista e o plano SALTE. No entanto, com inflação, moeda fixada em nível valorizado e desvalorizações pelo mundo, a indústria brasileira era pouco competitiva.

Competitividade nos traz para o momento atual da indústria brasileira. Assim como em Dutra, atualmente a inflação, a moeda até pouco tempo supervalorizada e desvalorizações de outras moedas pelo mundo, fruto de políticas monetárias expansionistas, minam a competitividade da indústria brasileira, o que se reflete na pauta do comércio exterior: exportamos produtos básicos e importamos produtos manufaturados. As Licenças de Importação de Dutra só foram extintas com Collor, quando nossa protegida indústria sofreu com a competição internacional e ainda não se recuperou. Se entre 1930 e 1980 crescemos quase 6% ao ano, entre 1980 e 2012, o crescimento não passou de 2%. Os impactos do nosso desenvolvimento industrial histórico continuam até o presente.

RESPOSTA 2 • 30,00

Gaétan I. M. Spielmann Moura

O processo de industrialização brasileiro foi marcado por momentos de gargalo estrutural, com escassez de divisas e incentivos a uma industrialização por substituição de importações, e aproveitamento de capacidade ociosa, e por momentos de maior disponibilidade de divisas, com câmbio mais valorizado e incentivos à importação de bens de capital, necessários ao aprofundamento do processo de industrialização. Na sequência às crises enfrentadas pela economia monocultora e agrário-exportadora da Primeira República, o Estado Novo, a partir de 1937, logra empregar mecanismos de política cambial para promover salto no processo de industrialização brasileiro. O governo Dutra, caracterizado, em seu início, por uma ilusão de divisas, promoverá, em um segundo momento, política cambial que facilitou a importação de bens de capital, mais essenciais, em detrimento de bens menos essenciais. Apesar da ruptura do modelo de industrialização iniciado na década de 1930, na década de 1990, o momento atual da indústria e do comércio exterior brasileiro impõe revisão das lições aprendidas, no passado, com vistas a permitir retomada e aprofundamento do processo de industrialização, essencial para o desenvolvimento econômico brasileiro.

A evolução da economia cafeeira e as crises enfrentadas pelo modelo agrário-exportador, na Primeira República, são fundamentais para o processo de industrialização empreendido na década de 1930. A promoção de “políticas keynesianas avant la lettre”, ao se empreender política econômica de defesa da

economia cafeeira, mesmo depois da crise de 1929, garantiu, por meio do que Celso Furtado denomina de socialização das perdas, a manutenção do nível de atividade econômica e dos níveis de emprego e a geração de excedentes que, posteriormente, seriam revertidos para inversões na indústria, principalmente a indústria de bens não-duráveis.

A escassez de divisas, que caracteriza a década de 1930, impunha um câmbio desvalorizado, e que favoreceu política de industrialização por substituição de importações. Getúlio Vargas foi habilidoso em promover incentivos para que os excedentes gerados pelas exportações de café não fossem reinvestidos na lavoura. Ademais, as dificuldades para importar bens de consumo aportaram estímulos para que se instalassem indústrias voltadas para o mercado interno. O contexto político conturbado, mundialmente, igualmente, favoreceu que Vargas lograsse negociar com os Estados Unidos de Roosevelt o financiamento do projeto siderúrgico brasileiro, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e a instalação da Usina de Volta Redonda, com recursos do Eximbank.

O acúmulo de reservas do governo Vargas engendrou, no início do governo Dutra, uma ilusão de divisas. Empreendeu-se, nesse momento, política cambial frouxa, o que propiciou rápido decréscimo das reservas cambiais brasileiras, engendrada por uma balança comercial deficitária. Dutra acreditava que o relacionamento existente entre o Brasil e os Estados Unidos propiciaria o ingresso de divisas, no Brasil, o que não se concretizou. Em um segundo momento o governo Dutra, cria-se mercado de câmbio, visando favorecer a importação de bens essenciais, notadamente ao processo de industrialização brasileiro, em detrimento de bens não essenciais.

Bresser Pereira, em artigo publicado na *Le Monde Diplomatique*, afirma que o câmbio, no Brasil, é, historicamente, sobrevalorizado. Esse câmbio sobrevalorizado, observado, nos últimos anos, acarretou dificuldades para a indústria nacional, haja vista o ganho de competitividade de produtos manufaturados estrangeiros e a perda de competitividade da indústria nacional. O comércio exterior, nos últimos anos, manteve-se dinâmico e superavitário, em razão do preço elevado das commodities, engendrado pelo crescimento da economia chinesa, principalmente; entretanto, atualmente, o crescimento da economia chinesa diminuiu e a demanda por commodities refreou. A indústria vem perdendo participação no PIB, 38%, em 1980, e 9%, hodiernamente, e os manufaturados representam 35% da pauta de exportação brasileira – eram 62%, na década de 1980. Temores da “doença holandesa” são levantados. A recente subvalorização do real deve apontar para um reversão desse quadro com aumento de exportação e com ganho de competitividade da indústria brasileira, favorecendo o aproveitamento da capacidade ociosa. Impor-se-iam, contudo, igualmente, esforços de maior sofisticação da produção industrial.

RESPOSTA 3 • 29,00

Jean Paul Coly

Segundo a interpretação clássica de Celso Furtado, os anos 1930 foram caracterizados pela transferência do centro dinâmico da economia brasileira. Esse processo foi condicionado tanto por fatores internos – como as supersafras

de café – quanto por fatores internacionais – como a crise de 1929. A análise do período revela, portanto, íntima relação entre a crise do modelo agroexportador e o desenvolvimento da indústria no Brasil.

Durante a Primeira República, o descompasso entre a oferta e a demanda de café suscitou o uso de diferentes mecanismos de proteção do setor cafeeiro. Além das políticas de valorização, inauguradas pelo Convênio de Taubaté (1906), foram frequentes as desvalorizações do câmbio, a fim de manter a renda dos cafeicultores em moeda doméstica, em contextos de queda dos preços internacionais do produto.

De acordo com a teoria dos choques adversos, o comportamento do câmbio é aspecto fundamental para compreender a relação entre as crises do setor exportador e o crescimento da indústria. Nos períodos de crise da economia cafeeira, a redução das entradas de divisas gerava a desvalorização do mil-réis. Com isso, os preços dos produtos importados, medidos em moeda nacional, tornavam-se mais caros, reorientando a demanda doméstica para o consumo de produtos brasileiros. Com efeito, a Primeira Guerra Mundial e o início dos anos 1930 são períodos nos quais se observa crescimento da participação da indústria na renda nacional.

O projeto desenvolvimentista posto em marcha por Getúlio Vargas caracteriza-se por crescente intervenção do Estado na economia. Nesse contexto, as políticas de defesa do café, por meio da estocagem e queima de parte da produção, contribuíram para sustentar a demanda doméstica. Tratava-se, assim de uma “política keynesiana *avant la lettre*”. Por sua vez, o câmbio desvalorizado induzia o crescimento da produção industrial nacional, que seria favorecida pelas restrições de afretamento durante a Segunda Guerra Mundial. A construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e da Fábrica Nacional de Motores são exemplos da política industrial desenvolvida pelo Estado Novo.

A ‘ilusão de divisas’ que marcou o governo Dutra, em seus anos iniciais, contribuiu indiretamente para o aprofundamento da substituição de importações no pós-guerra. Diante da crise do balanço de pagamentos, o governo manteve a paridade cambial (18Cr\$-1US\$) e adotou o controle de importações. Desse modo, garantiu à indústria a capacidade de importar máquinas e equipamentos a preços baixos (efeito subsídio), ao mesmo tempo em que restringiu a importação de bens com similar nacional (efeito proteção). Em síntese, a resposta do governo Dutra ao estrangulamento externo incentivou profundamente a indústria nacional.

A evolução da economia cafeeira e seus vínculos com o processo de industrialização no Brasil não estão dissociados das dinâmicas atuais da economia brasileira. Nos últimos anos, tem se verificado queda da participação da indústria no produto interno. Atualmente, a indústria responde por cerca de 13% do PIB. A redução da participação industrial tem reflexo no comércio exterior brasileiro, na medida em que se identifica uma tendência de reprimarização da pauta. Sendo assim, a crescente importância de produtos como soja e minério de ferro revela uma dificuldade de inserção nas cadeias globais de valor, sobretudo em setores de maior valor agregado.

A crise do café, nos anos 1930, incentivou significativamente o desenvolvimento do mercado interno e da indústria nacional. A análise do período fornece, desse modo, importantes contribuições para o debate sobre a indústria

brasileira na atualidade. Assim como ocorreu no passado, o câmbio continua sendo variável fundamental para a evolução do comércio do Brasil com o mundo. Nesse sentido, a recente desvalorização da moeda brasileira traz perspectivas de recuperação da indústria nacional.

PIOR NOTA • 26,00

A economia cafeeicultora, que ganhou ímpeto a partir da década de 1830, repercutiu à medida que evoluía, ambivalentemente sobre o processo de industrialização brasileiro. Embora a prosperidade da cafeeicultura exportadora tenha contribuído para a geração de fatores que foram essenciais para o nascimento da indústria nacional – como o acúmulo de capitais, a infraestrutura de transportes e bancária e, até mesmo, a urbanização incipiente –, o peso político da oligarquia cafeeira e os altos lucros da atividade também desestimularam o investimento na indústria que foi, por muito tempo, menos rentável.

Durante a Primeira República, a cafeeicultura dominou, política e economicamente, e, dada a inelasticidade da demanda pelo café à renda, a Balança Comercial e, portanto, o Balanço de Pagamentos brasileiros estavam fortemente vulneráveis a oscilações no preço internacional do produto, que sofria, amiúde, com crises de superprodução ou de baixa demanda externa. Nos tempos de bonança, como entre 1908-13, havia grande acúmulo de capitais e entrada de divisas estrangeiras, que eram reinvestidas não só na expansão da cafeeicultura, mas também na criação de capacidade industrial ociosa e infraestrutura ferroviária, portuária e bancária. Em momentos de crise, como a iniciada com a ação antitruste estadunidense de 1913, e que foi agravada com a eclosão da I Guerra Mundial, essa capacidade era aproveitada, gerando surtos industriais, como o que ocorreu durante o conflito.

A crise de 1929, no entanto, foi um divisor de águas. As fortes quedas na demanda e preço do café foram novamente mitigadas pela atuação do Estado mas, dessa vez, com a criação de demanda efetiva, pela compra e queima do produto (não mais estoque). Subproduto dessa política, contudo, foi um efeito anticíclico, que arrefeceu o quadro recessivo e que terminou por deslocar o eixo dinâmico da economia brasileira de fora para dentro. Preservou-se o nível de emprego, por meio da ação estatal, mas a queda no preço internacional do café, acompanhada pela desvalorização cambial tornou a produção para o mercado interno, inclusive industrial, mais rentável, estimulando investimentos nesse setor, antes relegado a segundo plano.

Assim, a economia interna passou a produzir bens que antes eram importados e a direcioná-los ao mercado doméstico; o eixo dinâmico havia se deslocado. Nesse contexto, passou a haver competição entre os importadores (que no passado abasteciam a demanda interna por manufaturados) e os novos produtores internos, que também forneciam industrializados. Enquanto a taxa de câmbio do mil-réis estivesse desvalorizada, o setor secundário interno estaria protegido, mas não se podia, dada a nova organização produtiva do Brasil, permitir que a taxa de câmbio fosse deixada às leis de mercado: uma valorização repentina poderia quebrar a economia nacional.

Desse modo, o governo Vargas assume o controle sobre a política cambial, criando o monopólio do câmbio pelo Banco do Brasil. Durante o Estado Novo, o controle é mantido, de modo a proteger a indústria nacional da concorrência externa e, além disso, adota-se uma política econômica de incentivo à industrialização por substituição de importações (MSI). Importa-se, por exemplo, bens de capital usados de indústrias falidas no exterior. Dutra dá continuidade ao modelo. Após uma malograda liberalização cambial entre 1946-47, que queima as reservas internacionais do país, ele mantém a taxa de câmbio valorizada, para conter a inflação e para favorecer a importação de bens de capital e de insumos para a indústria, mas protege o mercado interno da concorrência internacional e manufaturados por meio da criação de licenças de importação, proibitivas para bens com substitutos nacionais.

O MSI vigorou até o final da Ditadura, quando foi substituído por maior abertura ao capital e comércio internacionais, mas o modelo permitiu a industrialização brasileira ao longo do século XX. Atualmente, o Brasil propugna pelo livre comércio, mas reconhece o papel do Estado em incentivar setores industriais estratégicos, como o de tecnologia. Não se busca mais industrializar o país por meio do protecionismo tarifário, nem cambial e privilegia-se o sistema multilateral de regulação de comércio. O câmbio, no entanto, apesar de agora viger sob regime flutuante, ou seja, segundo as leis de mercado, continua determinante para o êxito da industrialização e das exportações nacionais. O câmbio atual tem favorecido melhora na BC, mas, em anos anteriores, sua supervalorização prejudicou, sobremaneira, a economia e a indústria nacionais [1].

[1]- Resposta ao recurso que negou qualquer majoração: “A parte sobre a situação atual está incompleta, insuficiente, comparada, inclusive, com respostas de outros candidatos. A nota final reflete esse diferencial.”

QUESTÃO 2

Com a implantação do regime de metas de inflação no Brasil, a taxa básica de juros brasileira, a SELIC, tornou-se o principal instrumento de política monetária do país.

Nesse regime, não se podem atribuir à política monetária metas adicionais para o câmbio ou o crescimento econômico. Contudo, essas e outras variáveis econômicas são levadas em consideração na construção do cenário para a inflação. Ao ser definida uma taxa para a SELIC, há mecanismos de transmissão da política monetária que afetam, entre outros aspectos, as expectativas dos agentes econômicos, a liquidez, o crédito, a demanda agregada e os preços dos ativos, incluindo-se a taxa de câmbio.

Desde o início desse regime, em 1999, a taxa básica de juros brasileira tem sido uma das mais altas do mundo e suas frequentes alterações não têm sido de reduzidas dimensões, como as que se verificam em outros países que utilizam tal regime. Ainda assim, não se conseguiu reduzir a inflação brasileira para padrões verificados em países que adotam regime semelhante.

Considerando os fundamentos teóricos e as particularidades do caso brasileiro, discorra sobre os seguintes aspectos:

- principais elementos que caracterizam o regime de metas de inflação;
- principais condições para a eficácia desse regime;
- mecanismo de transmissão da SELIC para a taxa cambial do país;
- principais fatores que mais dificultam o controle da inflação no Brasil, desde a adoção desse regime.

1. Extensão máxima: 60 linhas
2. Valor: 30,00 pontos
3. Média: 23,8 amp. / 24,2 afro.
4. Desvio padrão: 2,9 amp. / 3,1 afro.

RESPOSTA 1 • 30,00

Renato Barbosa Ferreira de Andrade

O regime de metas de inflação é adotado no Brasil, desde 1999, na sequência da desvalorização da moeda nacional, em função de crises no balanço de pagamentos, que atingiram países emergentes à época, como, por exemplo, a Rússia. O sistema de metas de inflação possui elementos característicos e condições que permitem sua eficácia. No caso brasileiro, dadas as especificidades da economia nacional, é necessário discutir acerca do relacionamento das taxas de câmbio e de juros, além de analisar os elementos que obstam o controle inflacionário no Brasil.

O sistema de metas de inflação tem como característica ancorar as expectativas dos agentes econômicos. Sem esse ajuste de expectativas, os agentes tendem a alterar os preços dos ativos, desequilibrando, dessa forma, os preços relativos, o que gera o processo inflacionário. Para que as expectativas sejam efetivamente ancoradas, a Autoridade Monetária faz uso, sobretudo, das taxas de juros. Por meio das taxas de juros, o Banco Central altera a liquidez da economia (deslocando para direita ou para esquerda a curva LM) com a intenção de ajustar a demanda de moeda à oferta de moeda. Como a oferta dos meios de pagamento influencia a curva de demanda agregada no curto prazo (e, por consequência, o nível geral de preços), a política monetária, via taxa de juros, é eficiente no combate aos aumentos de preços. Portanto, apesar de não ter metas para as taxas de câmbio e de crescimento econômico, percebe-se a importância da política monetária no sistema de metas, pois, além de ancorar as expectativas, promove alterações na demanda agregada e nos preços dos ativos, incluindo a taxa de câmbio.

Para que o sistema de metas de inflação seja eficaz, parte-se da premissa de que os agentes econômicos têm confiança na Autoridade Monetária e nos agentes públicos responsáveis pela política econômica. Em países desenvolvidos, os agentes focam as atenções, sobretudo, nas ações dos Bancos Centrais. No Brasil, por outro lado, dadas as características de nosso processo inflacionário, que é, em grande parte, relacionado às questões fiscais, os agentes econômicos observam as ações do Banco Central e do Ministério da Fazenda. Se não há confiança na autonomia operacional do Banco Central, nem na efetividade da política fiscal, o sistema de metas de inflação será prejudicado. Portanto, a comunicação direta e transparente das autoridades governamentais é elemento essencial no regime de metas inflacionárias. Ademais, a confiança nos instrumentos à disposição da autoridade monetária, como a taxa Selic, é fundamental para a efetividade do sistema.

Para além de ser o principal instrumento de política monetária no sistema de metas, a taxa de juros (Selic) tem impacto direto no preço de moedas estrangeiras. Aumentos nas taxas de juros, *ceteris paribus*, deslocam a curva LM para a esquerda. Nesse processo de contração da oferta de moeda, a taxa de câmbio aprecia-se, dado o relacionamento inverso entre câmbio e juros nominais. Por outro lado, uma política monetária expansionista,

ao deslocar a LM para a direita, reduz as taxas de juros e provoca a depreciação cambial. As alterações no câmbio são importantes, na medida em que impactam o balanço de pagamentos (via conta capital e de transações correntes) e o nível geral de preços (em função dos deslocamentos da curva de demanda agregada).

No Brasil, uma série de fatores limitam o alcance das metas de inflação. Em primeiro lugar, os preços dos ativos (de consumo e de investimento) não são inteiramente livres, o que é condição para a efetividade do sistema. Há uma série de preços administrados e controlados, como é o caso dos preços de energia e de combustíveis. Em segundo lugar, há uma persistente indexação de preços na economia nacional, como demonstra o uso de IGPs nos contratos de aluguel. Esse é um resquício de inflação de base inercial, o que denota a resiliência inflacionária, ou melhor, o que demonstra a dificuldade do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) em retornar para o centro da meta (hoje de 4,5%), dado que esses preços são insensíveis às ações da política monetária, que, para funcionar, parte do pressuposto que a inflação é de demanda.

O sistema de metas de inflação se mostra uma ferramenta econômica de grande valia no combate à inflação. Contudo, uma série de premissas são necessárias para que o sistema seja efetivo. No Brasil, especificamente, observa-se que a resiliência (ou rigidez, como diria Keynes) dos preços está ligada à inexistência de preços totalmente livres. A resolução dessa questão aliada à confiança nas ações da autoridade monetária são os alvos sobre os quais os agentes públicos devem se debruçar para que as metas sejam, de fato, atingidas, permitindo que o país cresça sustentavelmente no longo prazo.

RESPOSTA 2 • 29,00

Maria Eduarda Paiva

Em 1999, na gestão Armínio Fraga no Bacen, houve a substituição do regime de âncora cambial pelo tripé macroeconômico, marcado pela necessidade de realização de superávit primário, com câmbio flutuante e regime de metas de inflação. O objetivo principal do tripé era conceder estabilidade macroeconômica a um país com um histórico inflacionário expressivo e com contas públicas ainda desajustadas. Essa estratégia, no entanto, acabou por limitar o crescimento da economia brasileira. O regime de metas de inflação ajuda a explicar as baixas taxas de crescimento Brasil, além de influenciar em expectativas dos atores, liquidez da economia, crédito e taxa de câmbio.

Os mecanismos de política monetária à disposição da autoridade monetária são os depósitos compulsórios, a taxa de redesconto e as operações de mercado aberto, sendo estas a principal alternativa do BACEN para regular a liquidez da economia. Em reuniões periódicas, o COPOM define qual deve ser a taxa de juros básica (SELIC) a ser perseguida nas realizações de operações de mercado aberto – considerando, para isso, a inflação existente, a expectativa dos agentes, o estado da economia, dentre outros fatores. Essa definição é divulgada por meio de ata, o que garante transparência aos

agentes econômicos, e, em seguida, o BACEN começa a atuar no mercado secundário de títulos com o objetivo de influenciar a taxa básica.

A taxa SELIC influencia sobremaneira a expectativa dos agentes. Caso deseje aumentá-la, o BACEN vende títulos. Caso seu interesse seja reduzi-la, o BACEN compra títulos da dívida no mercado secundário. Um aumento na taxa de juros significa que haverá redução do investimento produtivo, visto que se torna mais custoso aos agentes demandarem empréstimos. Isso também desestimula o consumo, dado que as aplicações financeiras tornam-se mais vantajosas. A tendência, portanto, é que haja uma redução da inflação com uma economia pouco aquecida. Por sua vez, caso haja redução da taxa de juros, os agentes econômicos terão mais incentivos para investir, o que geraria, naturalmente, aquecimento da economia. As altas taxas de juros no Brasil acabaram por, no médio-longo prazo, desestimular investimentos produtivos. Como o retorno do capital aplicado é muito elevado, formaram-se classes no país alheias ao setor produtivo, dada a rentabilidade da SELIC.

Uma das condições de eficácia do regime de metas é a sua credibilidade perante os agentes econômicos, que precisam confiar na capacidade do BACEN de influenciar a taxa básica de juros. Além disso, é necessário que haja uma medição transparente da inflação, divulgada por meio dos índices produzidos por instituições confiáveis (no caso do Brasil, menciona-se o IPCA). Por fim, é de fundamental importância que o governo apresente condições de solvência fiscal. Afinal, o controle da inflação é realizado por meio da compra e venda de títulos públicos. Caso os agentes econômicos não confiem na capacidade do governo de pagamento, eles não mais adquirirão títulos da dívida pública, podendo esse processo culminar na dominância fiscal.

Em um contexto de mobilidade de capital, pode-se falar de mecanismos de transmissão da SELIC para a taxa cambial. Isso porque o aumento na taxa de juros torna os títulos brasileiros mais atrativos no mercado internacional, levando a uma entrada de divisas maior do que a saída. Esse ingresso de moeda estrangeira tem como resultado uma valorização da moeda brasileira (câmbio apreciado), o que propicia a maior entrada de importados e a redução das exportações. Caso haja redução da taxa básica de juros, a tendência é de saída do capital volátil, que busca mercados com maior rentabilidade, e de depreciação da moeda brasileira – favorecendo, por conseguinte, as exportações.

Desde a adoção do regime de metas de inflação, alguns fatores dificultaram o atingimento da meta, que, atualmente, é de 4,5% a.a., podendo variar em 2 p.p. para cima ou para baixo. Um dos problemas é a instabilidade política interna, que pode interferir na confiança dos agentes. As incertezas também interferem na taxa SELIC, tendo ela chegado a 40% em 2003, em razão das incertezas sobre a continuidade da política macroeconômica no governo Lula. Outro problema é a instabilidade dos mercados externos, que, caso optem por não mais adquirirem títulos da dívida pública brasileira, podem minar a estratégia de controle da inflação por meio das operações de mercado aberto. Nos últimos anos, outro fator que dificultou o controle da inflação foi a adoção pelo governo de uma política fiscal expansionista que resultou numa redução de impostos e na expansão de crédito para consumo. Essas medidas anti-cíclicas, que buscaram mitigar os efeitos da crise internacional no Brasil, acabaram por prejudicar a solvência

fiscal do país (déficit primário de 0,6% do PIB em 2014) e influenciam as expectativas dos agentes econômicos acerca da inflação.

RESPOSTA 3 • 27,00

Guilherme Fernando Rennó Kisteumacher

A adoção de um regime de metas de inflação pelo governo brasileiro, em 1999, representou importante momento de estabilização das expectativas inflacionárias que prejudicaram a economia nacional em décadas anteriores. No entanto, com a inflação estimada, pelo Boletim Focus, em 9,91% para 2015, bem acima da meta oficial, e com a manutenção da taxa SELIC em 14,25%, na Ata da 194ª reunião do COPOM, em outubro de 2015, é necessário considerar mais detalhadamente o funcionamento desse sistema.

Os principais elementos do regime de metas de inflação são o estabelecimento de uma meta central para a inflação anual, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e de uma banda ou margem de tolerância, para cima ou para baixo, em relação à meta central. Além disso, o Banco Central compromete-se a ajustar a condução da política monetária à meta estipulada oficialmente, o que garante previsibilidade ao sistema. Nesse sentido, o Conselho de Política Monetária (COPOM) reúne-se a cada 45 dias, para definir a taxa de juros, com viés de alta, de baixa ou sem viés, de modo a coordenar suas ações com a meta central.

As principais condições de eficácia do regime de metas decorrem da própria previsibilidade gerada pelo sistema e da confiança dos agentes econômicos de que o Banco Central tem compromisso com a meta e utilizará suas funções precípuas para atingi-la. Por um lado, a coerência e continuidade das metas é fundamental: desde 2005 até 2015, a meta central esteve fixa em 4,5% ao ano, com tolerância de até 2 pontos percentuais acima ou abaixo (6,5% ou 2,5% ao ano). Assim, alterações arbitrárias na meta, ou mesmo na composição do IPCA, de modo a reduzir, artificialmente, a inflação efetiva, são prejudiciais à eficácia do sistema. Por outro lado, a confiança de que o BACEN vai seguir as diretrizes necessárias à manutenção do sistema revela-se crucial para a eficácia do regime de metas, evitando que os agentes econômicos reajustem suas expectativas inflacionárias unilateralmente, destruindo o próprio objetivo do regime de estabilizar expectativas. Nesse sentido, a denominada “estabilidade dinâmica da política econômica”, formulada por Kydland e Prescott (Prêmio Nobel em economia em 2004), demonstra-se fundamental para a eficácia do regime de metas brasileiro.

Deve-se, no entanto, considerar que existe um mecanismo de transmissão da política monetária sobre a taxa cambial brasileira, o qual se manifesta via taxa de juros (SELIC). Com a manutenção da alta taxa de juros pelo BACEN, incentiva-se, devido à atratividade dos investimentos no país, no processo de arbitragem internacional em busca do maior “spread” dos juros e, assim, maior rentabilidade, grande entrada de capitais no Brasil. Isso, conseqüentemente, gera maior demanda por reais e, assim, uma valorização nominal da moeda nacional e a queda da taxa de câmbio (preço da divisa). Esse cenário gera, no curto prazo, uma tendência de déficit na Balança Comercial do país. Além disso, esse processo pode

causar uma pressão inflacionária interna (dinâmica conhecida como “pass-through”) e colocar o governo frente ao difícil “trilema de Mundell-Fleming” (a chamada “trindade impossível”), tendo de optar por estabilidade cambial, livre entrada de capitais ou autonomia da política monetária.

Desde a adoção do regime de metas de inflação, em 1999, com meta inicial de 8% a.a., o governo brasileiro tem lutado para sua implementação. Os fatores que mais dificultaram a manutenção da inflação observada, efetiva, dentro dos parâmetros do regime de metas foram: as políticas econômicas (monetária, creditícia e fiscal) expansionistas, adotadas, principalmente no biênio 2003-2004, que geraram a ampliação do crédito, do consumo e do investimento (ampliando a demanda agregada e pressionando o nível de preços interno); as medidas contra-cíclicas implementadas, a partir de 2008, visando conter os efeitos adversos da crise econômica mundial; a baixa formação de poupança, na média de 15%, no período (mas apenas 14,4% no 2º trimestre de 2015, segundo o IBGE); e a grande entrada de capitais externos, estimulada pela alta taxa de juros brasileira.

É possível concluir que o regime de metas brasileiro constituiu um aspecto fundamental da estabilização macroeconômica, com queda das expectativas inflacionárias, que permitiu o elevado crescimento do PIB brasileiro na primeira década do século XXI. Entretanto, suas condições de eficácia, sua relação com o juros e a dificuldade de compromisso com as metas têm gerado preocupações

Recurso:

“Pede-se revisão da nota do candidato, visto que ele foi capaz de redigir texto dissertativo que discorre, com sólida base conceitual e dados técnicos atualizados e corretos, sobre todos os elementos de análise exigidos pelo enunciado.

O candidato analisou os principais fundamentos do regime de metas de inflação brasileiro nos primeiros parágrafos, sendo capaz de destacar, inclusive:

- a dinâmica do funcionamento do Conselho de Política Monetária (COPOM) para a definição da taxa de juros, com base no sistema de metas de inflação;
- a base de cálculo da inflação no IPCA para o funcionamento do regime de metas;
- as estimativas da inflação brasileira disponíveis pelo Banco Central até a data da realização da prova (citando, corretamente, os dados do Boletim Focus e da Ata da última reunião do COPOM até então).
- a evolução histórica da meta central de inflação entre 2005 e 2015, conforme dados do Banco Central, disponíveis em <http://www.bcb.gov.br/Pec/metastabelaMetaseResultados.pdf>;

No terceiro parágrafo, o candidato explicitou as principais condições de eficácia do regime de metas de inflação, argumentando, consistentemente, sobre a importância da previsibilidade e da coerência de sua implementação. Corroborou seus argumentos com a importante teoria de Finn Kydland e Edward Prescott, ganhadora do Prêmio Nobel de

Economia em 2004, intitulada "A Consistência Temporal da Política Econômica".

No 4º parágrafo, o candidato explicou corretamente o mecanismo de transmissão da SELIC para a taxa cambial, conforme a teoria econômica. Os argumentos utilizados podem ser encontrados nos principais livros-texto sobre a matéria, como Economia Internacional: teoria e experiência brasileira (edição de 2015), de Renato Baumann e Reinaldo Gonçalves (p.231 a 236), e Economia: Micro e Macro, de Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos (p.375-376). O candidato demonstrou, além disso, grande domínio conceitual da matéria, ao mencionar, inclusive, o efeito denominado "pass-through" que poderia ser gerado pelo mecanismo de transmissão da SELIC para a taxa (a eventual queda da taxa de câmbio poderia pressionar a própria inflação interna) e a possibilidade de o Brasil ter de lidar com o denominado "dilema de Mundell-Fleming" (ou para Baumann e Gonçalves, a "trindade impossível").

O candidato, por fim, analisou os principais fatores que dificultam o controle da inflação nacional, argumentando com base em exemplos desde as políticas econômicas expansionistas do biênio 2003-2004 até as medidas contra-cíclicas adotadas pelo Brasil em 2008, incluindo a baixa taxa média de formação de poupança do país, a grande entrada de capitais e a elevada taxa de juros brasileira.

Portanto, tendo em vista o elevado desempenho efetivo do candidato, pede o candidato a revisão da nota atribuída."

Comentário da Banca:

"A Banca Examinadora examinou os argumentos do candidato e, após releitura da prova, tendo presente a totalidade dos requisitos da questão, decidiu aceitá-los parcialmente, acrescentando um ponto na nota da planilha." Pontos ganhos com o recurso: 1,00

PIOR NOTA • 15,00

A taxa SELIC é um conjunto de taxas cuja meta é determinada pelo Banco Central. Essa meta é alcançada pelo uso do principal instrumento de política monetária à disposição do governo: as operações de mercado aberto (compra e venda de títulos públicos). Ao anunciar um aumento na taxa SELIC, o BACEN indica que irá vender títulos públicos. Para promover essa venda, taxas de juros crescentemente elevadas devem ser ofertadas, elevando o padrão das taxas de juros como um todo. A venda de títulos públicos retira liquidez (meio circulante) da economia, perfazendo política monetária contracionista. Do contrário, a compra de títulos públicos caracteriza política expansionista. No Brasil, a determinação da taxa SELIC tem sido, desde 1999, o principal meio de contenção da demanda agregada (DA), com o objetivo de controlar a inflação.

O debate acerca da inflação no Brasil se adensou nas décadas de 1980 e 1990. Os principais diagnósticos para a inflação foram: o estruturalista, que apontava a necessidade de um pacto social entre empregadores e trabalhadores; o heterodoxo, que definiu a inflação como mecanismo inercial de "carregamento" de preços e de custos por meio de indexadores econômicos; e o ortodoxo, que refletia a concepção clássica da inflação sendo resultado do excesso de demanda. Diversos planos econômicos corresponderam a uma ou outra (ou

combinação) dessas visões, levando ao Plano Real, em 1994. Com as crises nas economias emergentes no final daquela década (México, Rússia, Argentina), o Brasil teve que abandonar a âncora cambial, uma vez que as reservas internacionais que a sustentavam foram esgotadas. O mecanismo de âncora cambial tinha o efeito de controlar os preços na economia. A partir de 1999, foi substituído pelo regime de metas de inflação.

Os principais elementos que caracterizam o regime de metas de inflação são, por um lado, o diagnóstico ortodoxo das causas da inflação e, por outro lado, a utilização do mecanismo de determinação da taxa de juros (taxa SELIC) como meio de manutenção das metas. O diagnóstico ortodoxo explica a contenção da demanda agregada de modo a manter as metas de inflação. Ao longo dos últimos anos, as metas foram de 4,5% ao ano, com tolerância de variações de 2%, positivas ou negativas. A contenção de demanda é feita pela pelo estímulo ao aumento de juros, o que encarece o crédito, provocando reduções nas componentes de consumo (C) e investimento (I) do PIB, bem como reduz a capacidade de gastos do governo (G).

As principais condições para a eficácia do regime de metas são a obtenção de superávits fiscais e a manutenção do equilíbrio no Balanço de Pagamentos (BP). De fato, esses elementos compõem o "tripé" que tem orientado a política econômica brasileira desde 1999. O superávit fiscal, calculado com base no resultado primário, que não leva em conta gastos com juros (nominal) ou inflação (operacional), é fator determinante para que o governo não se torne concorrente do setor privado nos mercados de fundos emprestáveis, deslocando agentes da economia (efeito "crowding out") e aumentando o nível de preços (inflação). O equilíbrio no BP, por sua vez, evita pressões inflacionárias decorrentes da entrada e saída de moeda estrangeira. Cabe lembrar, nesse sentido, que movimentos de depreciação cambial, como o atual, provocam o encarecimento das importações, o que configura fator de pressão inflacionária.

O equilíbrio do BP no Brasil caracteriza-se, historicamente, pela dinâmica em que a Conta Capital e Financeira (CCF) compensa déficits nas Transações Correntes (TC). A entrada de capitais, seja na forma de investimento estrangeiro direto, seja como investimento em carteira, é meio de equilibrar uma TC deficitária, principalmente pelos balanços de rendas e serviços, sendo que estes ultrapassaram aquelas no últimos anos. Aqui pode ser identificado o mecanismo de transmissão da taxa SELIC para a taxa cambial do país: de modo a atrair capitais estrangeiros (poupança externa), o governo eleva a taxa SELIC. Essa entrada de capitais provoca uma valorização cambial. Portanto, elevações na taxa SELIC tendem a valorizar o câmbio, fortalecendo o real frente a outras moedas.

A adoção do regime de metas de inflação enfrenta dificuldades decorrentes da excessiva dependência em relação à taxa SELIC. A manutenção dos juros da economia em patamares elevados compromete tanto a formação bruta de capital fixo quanto a capacidade de absorção interna. Nesse contexto, o caráter estrutural dos déficits em transações correntes tende a perpetuar-se, dada a falta de investimentos. Soma-se a isso uma demanda represada que, quando são baixados os juros, representa forte pressão inflacionária. O regime de metas de inflação também é sensível ao endividamento público, como ocorre no cenário atual. São necessárias reformas estruturais que permitam investimentos, inovação e adequação de custos, de modo a desvincular as metas de sua dependência de altos níveis de juros.

QUESTÃO 3

Os recursos naturais do Brasil o colocam na condição de poder vir a ser um dos maiores produtores mundiais de energia. A maior parte da nova energia virá da exploração de petróleo em águas superprofundas e de usinas hidrelétricas. No entanto, deve-se considerar que, primeiro, parte do crescimento da capacidade instalada para fornecer a energia adicional que o país requer virá de projetos hidrelétricos, o que eleva a dependência da oferta às condições e variações sazonais naturais, e, segundo, que serão necessários investimentos anuais de ao menos US\$ 90 bilhões.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, WORLD ENERGY OUTLOOK 2013 (COM ADAPTAÇÕES).

A partir das informações do texto acima, discorra sobre como as alterações previsíveis no mercado mundial de energia e as mudanças climáticas poderão impactar o setor de energia brasileiro e a competitividade da economia.

1. Extensão máxima: 40 linhas
2. Valor: 20,00 pontos
3. Média: 12,5 amp. / 12,8 afro.
4. Desvio padrão: 0,8 amp. / 1,2 afro.

RESPOSTA 1 • 15,00

Guilherme Fernando Rennó Kisteumacher

O ano de 2015 revela-se desafiador para a economia brasileira devido, entre outros fatores, às recentes alterações no mercado energético mundial (especialmente do petróleo) e às mudanças climáticas que prejudicam a matriz energética nacional, a produtividade média do país e a competitividade de suas exportações.

Desde 2014, os preços do petróleo, commodity fundamental para as exportações brasileiras e para o equilíbrio de seu Balanço de Pagamentos, têm caído vertiginosamente (de cerca de US\$ 100 por barril Brent-Crude para cerca de US\$50). Essa dinâmica teve dois impulsos: o início da exploração em grande quantidade do “shale oil” (derivado do folhelho do xisto betuminoso) nos EUA e a decisão da Arábia Saudita, mesmo contra certos parceiros da OPEP, de aumentar a exploração, para quebrar a concorrência norte-americana. O quadro de queda dos preços parece continuar, no médio prazo, e o FMI (World Economic Outlook 2015, “Adjusting to lower commodity prices”, de outubro) estima que o impacto dessa queda (- 46%, em 2015) impactará, negativamente, os grandes produtores de petróleo, como o Brasil (estimado a contrair o PIB, em 2015, em 3%, considerando, também, esse impacto).

Adicionalmente, as mudanças climáticas poderão ter implicações adversas significativas sobre a economia brasileira. Em primeiro lugar, elas poderão prejudicar a competitividade da economia nacional ao reduzir a produtividade média do trabalhador brasileiro, devido ao aumento e aos picos da temperatura mundial, em efeito que, conforme a The Economist Intelligence Unit, passa a ser cada vez mais reconhecido pelos economistas. Em segundo lugar, a mudança do clima, ao gerar secas (conforme observado no biênio 2014/2015), impacta fortemente na matriz energética nacional, que usou 74% da fonte hidrelétrica para a geração de eletricidade no país, em 2014, segundo o Balanço Energético Nacional de 2015. Segundo esse documento, houve redução, em anos consecutivos, da disponibilidade hídrica do Brasil, algo que tem sua contrapartida econômica na elevação dos preços da eletricidade e, por conseguinte, dos custos de produção da indústria, que é a principal consumidora de eletricidade no Brasil. Finalmente, a competitividade das exportações nacionais pode ser afetada, devido a elevações dos custos gerados pelas secas, que não somente afetam as safras agrícolas de exportação, como também suas rotas (como exemplifica a desativação da hidrovia Tietê-Paraná até 2016, importante modal de escoamento da soja brasileira do Paraná até o Porto de Santos, devido ao baixo nível das águas).

Frente a duas condicionalidades externas que, estima-se, permanecerão no médio a longo prazo, a economia brasileira deve se preparar para os efeitos deletérios da persistente queda do preço do petróleo e da mudança climática sobre uma economia que teve seu crescimento ancorado nas exportações de commodities e na abundância da hidroeletricidade. As recentes suspensões de projetos de exploração do “pré-sal” pela Petrobras e os reajustes, em 2015, das tarifas sobre eletricidade indicam que as alterações no cenário mundial já são sentidas no Brasil.

Recurso:

“O candidato pede revisão de sua nota, pois a pontuação atribuída pela Banca não foi condizente com o elevado desempenho demonstrado na questão. Todos os comandos presentes no enunciado da questão foram respondidos, com alto nível de detalhamento e demonstrando domínio da matéria.

No primeiro parágrafo, o candidato dissertou sobre as alterações previsíveis no mercado mundial de energia (especialmente a queda do preço do petróleo desde 2014, após a exploração em grande quantidade de petróleo derivado do folhelho do xisto betuminoso - "shale"- nos EUA), e a dinâmica atual desse mercado, marcada pela ampliação, em 2015, por motivos concorrenciais, da exploração petrolífera na Arábia Saudita. O candidato foi capaz, inclusive, de mencionar, corretamente, dados importantes presentes no relatório World Economic Outlook do FMI, intitulado "Adjusting to Lower Commodity Prices", divulgado no final de outubro de 2015, pouco tempo antes da realização da prova, demonstrando sua atualização na matéria. Ele, também, avaliou os efeitos prejudiciais à nova dinâmica do mercado energético mundial sobre a economia brasileira, com foco no desequilíbrio do Balanço de Pagamentos brasileiro, na redução das exportações do setor energético e contração do PIB brasileiro.

No segundo parágrafo, o candidato passou a analisar o impacto das mudanças climáticas sobre a economia brasileira, destacando dois aspectos complementares do problema:

- a) a queda de produtividade média do trabalhador nacional (efeito corroborado em matéria da The Economist publicada em 24 de outubro de 2015, duas semanas antes da prova, intitulada "Putting Goldilocks to work: a new study shows that climate change is likely to sap productivity in the rich world"); e
- b) a relativa escassez hídrica que tem afetado enormemente a economia brasileira entre 2014 e 2015.

O candidato exemplificou seus argumentos com dados atualizados do Balanço Energético Nacional de 2015 e com o recente fechamento da hidrovía Tietê-Paraná, destacando o grande impacto das mudanças climáticas sobre a competitividade das exportações nacionais e sobre o setor energético nacional, conforme requerido pela Banca.

Assim, com argumentos pertinentes, com forte embasamento em dados atualizados e citados corretamente, atendendo a todos os requisitos do enunciado, o candidato considera que a nota atribuída, pouco acima da média, não é condizente com o elevado desempenho que conseguiu demonstrar, apesar das limitações de tempo e de linhas.

Portanto, pede o candidato a revisão da nota atribuída.”

Pontos ganhos com o recurso: 1,00

RESPOSTA 2 • 15,00

Jean Paul Coly

O Brasil dispõe de condições privilegiadas no que se refere a recursos energéticos. A ampla rede hidrográfica e o clima tropical garantem ao país um imenso potencial de exploração hidrelétrica. Ao mesmo tempo, as reservas de hidrocarbonetos na plataforma continental, especialmente na Bacia de Campos e Santos, colocam o país em condições de se tornar um dos maiores produtores mundiais de energia. As alterações previstas no mercado mundial de energia vinculam-se diretamente às estratégias nacionais de desenvolvimento.

Considerando o atual cenário de combate às mudanças do clima, o Brasil demonstra perfil favorável em sua matriz: 39% da energia produzida no país advém de fontes limpas, como as hidrelétricas, ao passo que a média mundial gira em torno de 13%. A construção das hidrelétricas de Girau e Santo Antônio, no rio Madeira, e os investimentos na usina de Belo Monte, no vale do rio Xingu, demonstram o potencial de ampliar a produção com respeito ao paradigma do desenvolvimento sustentável. Esse intuito, contudo, não está livre de desafios. Por um lado, o país carece de investimentos nas linhas de transmissão entre regiões produtoras e o mercado consumidor. Por outro, a atual crise hídrica evidencia a necessidade de desenvolver sistemas de compensação, que reduzam a vulnerabilidade a variações no regime de chuvas.

A exploração de petróleo e gás em águas profundas abre outra possibilidade de expansão da fronteira energética brasileira. Atualmente, cerca de 88% do petróleo produzido no país é oriundo da plataforma continental. O compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa impõe, no entanto, a necessidade de - a um só tempo - ampliar a capacidade de exploração de petróleo e investir em fontes renováveis, como a energia eólica, a energia solar e, sobretudo, os biocombustíveis. Outro desafio será o de fornecer petróleo e gás a baixo custo em momento em que a exploração de areias betuminosas, no Canadá, e de gás de xisto, nos EUA, reduzem o preço desses recursos no mercado internacional.

O crescimento da capacidade instalada de produção de energia no Brasil tem impacto direto sobre a competitividade da economia brasileira, em especial, em setores energo-intensivos, como a indústria. A energia é componente significativo dos custos de produção, de modo que o aumento da oferta propiciará redução dos preços ao consumidor final. Essa dinâmica tem sido observada nos EUA, na medida em que a redução dos custos de energia tem fomentado o retorno de plantas industriais ao país, contribuindo para a recente recuperação da economia americana.

Outro efeito positivo do desenvolvimento do setor de energia no Brasil tende a ser a atração de investimentos externos e empresas multinacionais. Espera-se, nesse sentido, que a condição de destaque do Brasil no setor energético permita a inserção competitiva do país nas cadeias globais de valor, por meio da industrialização das vantagens comparativas nacionais.

RESPOSTA 3 • 14,00

Alexandre de Paula Oliveira

Com o intuito de se analisar o impacto das mudanças no mercado global de energia e das mudanças climáticas para o setor energético brasileiro e para a competitividade nacional, é necessário, primeiramente, discorrer sobre esses fatores impactantes. Uma das grandes alterações previsíveis é a redução da utilização de fontes energéticas não renováveis. O G-7, por exemplo, comprometeu-se recentemente com a total descarbonização de suas economias até 2100. Atualmente, o mundo tenta se adaptar às novas condições que o novo (e baixo) preço do petróleo impõem, redução que se dá tanto pelo excesso de oferta, via fontes não convencionais, como xisto, como pela redução da demanda de alguns mercados. As mudanças climáticas corroboram a decisão do G-7 e, com o objetivo de manter o aquecimento global em até 2°C, ensejarão políticas em favor das fontes renováveis, como hidrelétricas e biocombustíveis.

Esse cenário tem grande impacto no setor de energia do Brasil. No caso do petróleo, a manutenção dos preços nos níveis atuais ou menores pode tornar financeiramente inviável a exploração e a extração em águas profundas dessa fonte que representa por volta de 39% da matriz energética brasileira. No caso das hidrelétricas, caso a mudança climática não seja revertida, a alteração no regime de chuvas e a tendência de savanização da Amazônia, onde estão previstos os novos investimentos nessa fonte, podem por em risco todo o setor energético brasileiro, principalmente o elétrico.

Com relação às energias renováveis, como biomassa, etanol e derivados, há uma grande oportunidade para o Brasil. O país possui experiência, tecnologia de ponta e recursos humanos e físicos para produzir biocombustíveis com baixo custo e alta eficiência energética. O desenvolvimento do etanol de 2ª geração e do biojet, para aviação, demonstram que o Brasil e seu setor de energia têm capacidade para enfrentar os novos tempos. No entanto, para que isso se consolide, políticas públicas adequadas e previsíveis são imprescindíveis, tendo em vista que o setor precisa de alguma previsibilidade de demanda para ajustar sua oferta.

Estar na dianteira no processo de mudança global da matriz energética é uma grande vantagem competitiva. Assim como a Inglaterra, no caso do carvão, e dos EUA, no caso do petróleo, o Brasil pode aproveitar-se da dianteira no caso das energias renováveis. Considerando que energia é um dos principais insumos de produção, senão o principal, produzir a energia certa, com baixo custo e antes dos concorrentes pode aumentar a competitividade da economia brasileira, permitindo que a produção nacional não apenas seja limpa e ambientalmente sustentável, de acordo com o conceito de “economia verde”, mas também consiga competir nos principais mercados, trazendo crescimento, renda e emprego para o país.

PIOR NOTA • 12,00

A disponibilidade abundante e barata de energia, insumo de toda atividade econômica, é indispensável para a manutenção de níveis sustentáveis de crescimento. O Brasil, por suas potencialidades naturais, tem importantes vantagens relativas nessa área, desde que consiga reunir o capital necessário para explorá-las.

No que diz respeito ao setor de hidrocarbonetos, o Brasil conta com amplas reservas submarinas de petróleo e gás, inclusive no pré-sal. É verdade que os atuais preços internacionais destes insumos estão depreciados, resultado da ampla oferta mundial (OPEP, Rússia e EUA, com faturamento hidráulico) e do desaquecimento de economias importantes, como a China, grande consumidora. Embora isso torne parte das reservas nacionais economicamente inviáveis, a tendência é de recuperação dos preços à medida que a economia se recupere e as reservas tradicionais sejam consumidas.

No momento em que isso ocorrer as vantagens comparativas brasileiras, oriundas da avançada tecnologia e experiência de exploração em poços profundos colocará o Brasil em posição confortável, garantindo o suprimento energético interno a preços competitivos e viabilizando a exportação. O desafio, contudo, é garantir os investimentos necessários para aproveitar essa oportunidade.

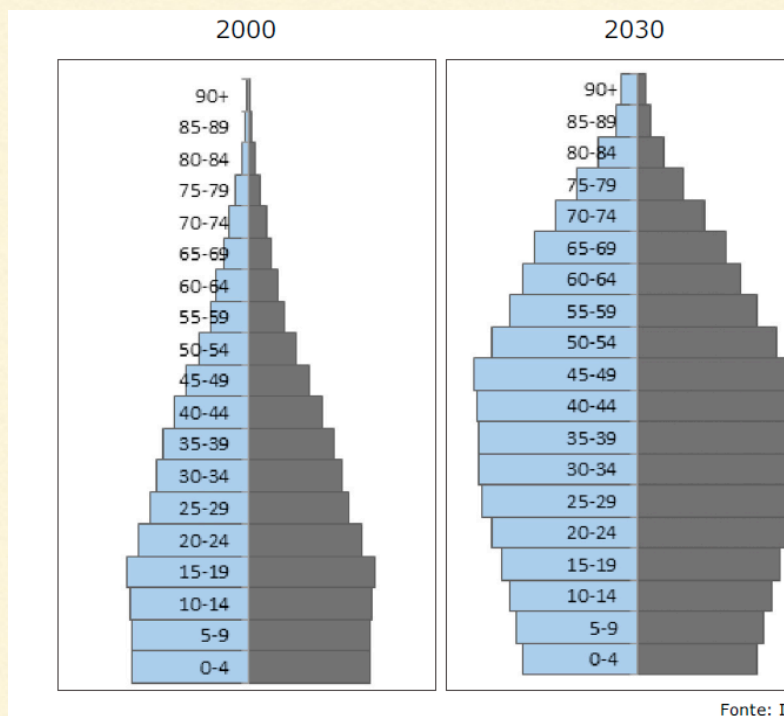
Também do ponto de vista das energias renováveis as perspectivas são boas, embora a mudança climática demande atenção. País que mais detém águas de superfície do mundo, o potencial hidrelétrico nacional é gigantesco, sobretudo no Norte do país. A interligação quase completa das redes de transmissão em todo o Brasil possibilita a geração em áreas distantes dos centros produtivos sem afetar a competitividade econômica, persistindo apenas o desafio dos custos de capital para a instalação.

As mudanças climáticas, contudo, podem representar dificuldade relevante, como evidenciado pelo baixo nível dos reservatórios no Sudeste, que já provocaram aumentos consideráveis do custo da energia. Há, contudo, soluções para minimizar seus impactos. A própria construção de hidrelétricas no Norte, onde chove mais, é um caminho. A possibilidade mais promissora, contudo, é a diversificação, o que pulveriza os riscos. O Brasil tem amplo potencial eólico e já é um dos 10 maiores investidores do setor, havendo ainda a possibilidade de ampliação dos biocombustíveis.

O Brasil deverá, portanto, tornar-se uma das maiores potências energéticas mundiais, o que impulsionará sua economia.

QUESTÃO 4

Estrutura da população por faixa etária 2000 2030:



A figura acima mostra a estrutura da população brasileira, por faixa etária, em 2000 e a projeção para 2030. Percebe-se que o país está passando por uma transformação demográfica bastante rápida e a previsão é a de que esse aumento demográfico chegue ao fim em meados da década de 2020. Considerando essas informações, discorra sobre as implicações da referida transformação para:

- a competitividade internacional;
 - as finanças públicas;
 - o mercado de trabalho;
 - a taxa de poupança.
1. Extensão máxima: 40 linhas
 2. Valor: 20,00 pontos]
 3. Média: 15,4 amp. / 15,2 afro.
 4. Desvio padrão: 0,6 amp. / 1,0 afro.

RESPOSTA 1 • 16,00

Camilla Corá

A população brasileira passa por período de transição conhecido como bônus demográfico. Enquanto, nos anos 2000, a estrutura etária indicava uma população jovem, em 2030, é prevista uma estrutura de população adulta e porcentagem significativa de idosos. O período de transição entre os dois momentos é considerado crucial para as finanças públicas, a taxa de poupança e a competitividade internacional do país.

O período do bônus demográfico é caracterizado pela maior quantidade de pessoas em idade ativa do que pessoas fora dessa faixa. Dessa forma, para cada pessoa considerada dependente (crianças ou idosos), há mais de uma pessoa efetivamente no mercado de trabalho. Nesse contexto, observam-se níveis relativamente baixos de desemprego, uma vez que o crescimento econômico e a capacidade ociosa existentes permitiram a inserção de mais pessoas na economia formal. Conforme o bônus chega próximo ao seu fim, contudo, será necessário investir em maior produtividade, especialmente no setor de serviços, responsável por cerca de 70% do PIB, por meio do incentivo à educação, à pesquisa e à inovação.

A grande quantidade de pessoas empregadas em relação às dependentes (baixa taxa de dependência) deveria implicar aumento da poupança nacional. A poupança pode ser considerada função da renda e das expectativas de retorno dos investimentos, em perspectiva análoga à de Keynes. Assim, por um lado, o aumento da renda do trabalhador poderia ser canalizado para a poupança, incentivada, ainda, por altas taxas de juros. Por outro, a cultura inflacionária, a alta propensão ao consumo e as desigualdades ainda persistentes podem justificar que se prefira o consumo à poupança, se não houver maiores incentivos.

A baixa taxa de poupança nacional é uma preocupação para as finanças públicas no contexto de eventual fim da transição. Ao término do bônus, a taxa de dependência aumentará, com menos pessoas no mercado de trabalho para cada dependente. Ainda, o envelhecimento da população significará que os dependentes incluirão mais idosos do que anteriormente. Cria-se, portanto, pressão nas finanças públicas, uma vez que a arrecadação deve diminuir (com a saída de pessoas do mercado de trabalho) e, ao mesmo tempo, crescerão os dispêndios com a Previdência Social. Explicam-se, portanto, reformas feitas para aumentar o período de contribuição, uma vez que se espera o aumento da expectativa de vida e a diminuição da quantidade relativa de contribuintes.

O período da transição demográfica é propício para o aumento da competitividade internacional do Brasil. Com a alta proporção da população em idade ativa, o incentivo ao aprimoramento das habilidades, à transferência de tecnologia e ao aumento da produtividade trariam grandes vantagens comparativas. A economia brasileira é, atualmente, representativa de baixos índices de produtividade, nomeadamente no setor de serviços. Esse cenário é preocupante não só pelo peso dos serviços no valor adicionado do comércio mundial, mas pela tendência de aumento dessa participação em setores de criação de valor, sinalizada, por exemplo, pela assinatura do TPP. O Brasil, para aumentar sua competitividade internacional, precisa encontrar atalhos no momento do bônus demográfico que permitam sua inserção em cadeias globais e

regionais de valor no setor upstream, substituindo o foco atual em serviços de consumo final e promovendo a densidade industrial que permitirá a competição nos novos padrões de comércio internacional.

O período do bônus demográfico pode trazer dividendos ao país, se bem administrado. O aumento da massa de trabalhadores poderia favorecer a poupança nacional, incentivando investimentos e desonerando a Previdência Social no futuro. Mais significativa é a urgência que o bônus adiciona à necessidade de melhora da produtividade no mercado doméstico e da qualificação profissional desses novos trabalhadores, a fim de que se insiram em empregos de qualidade e preparem a economia para o fim da transição.

RESPOSTA 2 • 16,00

Maria Eduarda Paiva

Existe uma estimativa de que, em 2024, o Brasil encerrará o seu período de bônus demográfico, o que resultará em aumento da razão de dependência do país. Esse fenômeno tem repercussões em vários âmbitos na economia, a serem analisados a seguir.

Com respeito à competitividade internacional, assinala-se que o período de bônus demográfico não foi acompanhado de um aumento expressivo da produtividade, como ocorreu os países desenvolvidos. Além disso, com o boom das commodities incentivado pela demanda chinesa, houve crescimento do setor agroexportador em detrimento da indústria – setor mais competitivo e capaz de empregar mais mão-de-obra do que a agricultura. Do mesmo modo, a indústria perdeu competitividade porque não conseguiu associar sua produção a um setor de serviços capaz de agregar valor à produção (tais como pesquisa e desenvolvimento, branding e marketing). Isso faz que, atualmente, a indústria brasileira se insira pouco em cadeias globais de valor e, quando se insere, não está associada diretamente à tecnologia de ponta. Com o aumento cada vez menor da população economicamente ativa (PEA), esses problemas se acentuam e podem dificultar um crescimento da competitividade internacional do país sustentado e de longo prazo.

As finanças públicas sofrerão pressão suplementar. Afinal, a tendência é de que o topo da pirâmide aumente mais do que o seu meio, o que significa aumento do número de inativos. O regime previdenciário brasileiro, ainda não atualizado em relação às atuais expectativas de vida, propicia aposentadorias em idades em que há capacidade de trabalho, o que resulta em agravamento do problema. Isso porque os mais velhos têm menos incentivos a poupar, além de demandarem maiores recursos nas áreas de saúde e previdência. Por sua vez, com a progressiva diminuição do número de jovens, no médio-longo prazo, é possível que os recursos destinados à educação sejam alocados de forma mais eficiente, dada uma possível melhor capacidade de planejamento estatal.

O mercado de trabalho brasileiro passou por uma transição típica dos países mais desenvolvidos: grande participação dos serviços no PIB. Enquanto que, na década de 1980, os serviços respondiam por 43% do PIB, eles são,

atualmente, 70% dele. Essa mudança não é intrinsecamente um problema, dado que existem países com setor de serviço altamente produtivo e em sinergia com a indústria. Não obstante, no Brasil, prevalecem os serviços de custo (como logística e transporte) e os destinados ao consumidor final (hotéis e restaurantes). Eles possuem baixa produtividade e poucos incentivos à inovação, visto que estão menos sujeitos à concorrência estrangeira, gerando, com isso, pressões inflacionárias. Em um contexto de redução da mão-de-obra disponível, investir na produtividade dos serviços e na sua integração com a indústria é necessário para garantir crescimento. Isso pode ser feito por meio do investimento em qualificação de mão-de-obra, redução do custo Brasil, investimento em infraestrutura, reforma tributária, reforma trabalhista, dentre outros.

Por fim, deve-se considerar que a taxa de poupança, essencial para o investimento ($S=I$), é estruturalmente baixa no Brasil – chegando hoje a patamares de 18% do PIB. Com o envelhecimento da população, essa taxa tende a diminuir, dado que a atual estrutura previdenciária é segura e não estimula a poupança. Isso pode resultar em maior captação de poupança externa no futuro.

RESPOSTA 3 • 16,00

Anônimo

O Brasil passa atualmente pelo que se convencionou chamar de “bônus demográfico”. Trata-se de um período durante o qual parcela significativa da população do país integra o grupo de pessoas economicamente ativas, bem como de situação em que as natalidades se comprimem e o grupo de idosos ainda é relativamente pouco representativo. Segundo a informação contida no gráfico em questão, o “bônus demográfico” brasileiro deve estender-se até pelo menos 2030, iniciando-se pouco tempo depois o fim desse período.

Em termos dos impactos desse período na competitividade da economia brasileira, é importante notar ao menos [x] aspectos positivos. Com a elevada taxa de pessoas em idade ativa, o fator trabalho em abundância deveria reduzir custos de produção. Atividades intensivas em trabalho, por exemplo, podem prosperar. Ademais, os custos relativos à previdência social e gastos com a formação de mão de obra qualificada, dadas as menores proporções de idosos e crianças em idade escolar, não deveriam impactar negativamente as finanças públicas. Essa situação, em si um fato que contribui para a alocação de recursos públicos sem maiores pressões na gestão do orçamento do governo, também tem o condão de melhorar a competitividade brasileira: liberando-se recursos, pode o governo prover investimentos necessários à ampliação da oferta agregada, tais como em infra-estrutura, reduzindo-se assim pressões sobre preços da economia decorrente de altos custos.

Como se sabe, ademais, a contenção possível dos gastos previdenciários e de formação básica liberam recursos que, se não consumidos pelo governo em qualquer outra modalidade, passam a integrar a poupança doméstica. Esta, aumentada a oferta de fundos emprestáveis, é fundamental para o

financiamento sustentável do investimento privado. Do investimento, evidentemente, depende a expansão da economia brasileira.

A velocidade, contudo, em que se está chegando ao fim do “bônus demográfico” brasileiro é causa de preocupação. A bonança de pressões relativamente reduzidas sobre as finanças públicas não se tem materializado em uma taxa de poupança satisfatória (abaixo de 20% atualmente). A distribuição da população economicamente ativa, por sua vez, concentrada no setor terciário de consumo final, caracterizado por uma baixa produtividade, tem minado o potencial de incremento da competitividade brasileira por meio da associação da indústria com serviços de agregação de valor. Com efeito, a integração entre indústria e o setor que mais reflete a situação do “bônus demográfico” (serviços) tem-se feito mais pelo lado dos serviços de custo, de manutenção e logística de produção. Dessa forma, ainda que se verifiquem ganhos de produtividade no fator trabalho, o impacto para a competitividade brasileira restará aquém de seu real potencial. Portanto, necessário torna-se que as menores dificuldades relativas na capacitação da mão-de-obra brasileira no momento presente, graças ao cenário demográfico ilustrado graficamente na questão, resulte efetivamente em capacitação (e em ritmo acelerado) antes que a pressão inevitável sobre as finanças públicas e a poupança, que advirão com o envelhecimento populacional, condene o país aos subdesenvolvimento e à pouca competitividade.

PIOR NOTA • 14,00

A população de um Estado constitui um dos ativos mais importantes de sua economia, seja porque a mão de obra é um insumo fundamental na produção, seja porque o mercado consumidor é estratégico para o crescimento sustentável. O Brasil está, atualmente, no chamado bônus demográfico, o qual se encerrará em meados da década de 2020, com importantes implicações para a competitividade internacional, as finanças públicas, o mercado de trabalho e a taxa de poupança.

O bônus demográfico é o momento em que a população economicamente ativa é maior do que as demais faixas populacionais. Conforme o gráfico apresentado no enunciado, a população entre 15 e 60 anos, em 2000, era bem menor do que a projeção feita para 2030. Segundo a teoria clássica de comércio internacional, trata-se de vantagem comparativa da economia nacional, de modo que deve impulsionar a produção de bens intensivos em trabalho. Segundo Hecksher-Öhlin, isso levaria ao aumento da produtividade do fator mais usado, aumentando seu valor. Essa não deve ser a perspectiva dos formuladores de política econômica no Brasil, pois a elevação de produtividade da mão de obra requer investimentos em educação e saúde, os quais levam tempo para produzir resultados. Daí a existência de programas como FIES, Ciência Sem Fronteiras e PRONATEC. Deve-se aproveitar a janela demográfica antes que ela se feche.

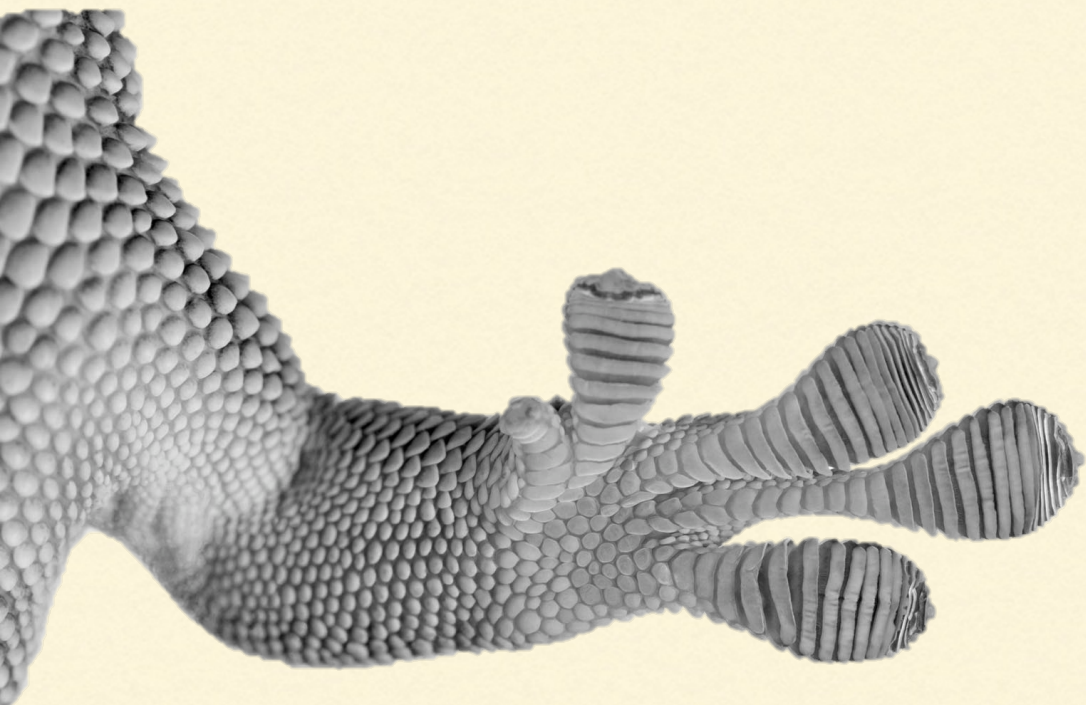
O quadro da distribuição da população brasileira traz desafios para as finanças públicas. Atualmente, os gastos previdenciários já são o maior fator das despesas do governo. Em 2030, conforme os dados do enunciado, as faixas entre 60 e 90 anos serão ainda mais expressivas do que são atualmente. A reforma da previdência é, pois, indispensável. Além disso, o

impacto nas finanças públicas já ocorre em relação a serviços como educação. Estes devem ser expandidos no curto e no médio prazos, para qualificar a mão de obra brasileira.

A qualificação é o principal impacto no mercado de trabalho. Para entrar em equilíbrio, esse mercado exige que a produtividade do trabalho seja igual aos salários. Elevando-se a produtividade (por meio da educação), elevam-se os salários. Isso é fundamental para que o Brasil saia da armadilha do país de renda média. Exemplos históricos são Japão e Alemanha, com enormes populações que se qualificaram antes de envelhecerem.

A taxa de poupança é relacionada com os Investimentos ($I = S$), os quais são o setor do PIB que relacionam a economia presente com a futura. O Brasil é, historicamente, carente de poupança, razão pela qual a importa, via déficit em transações correntes. Esse fato em si não é ruim, desde que o país utilize a poupança para qualificar esse exército de mão de obra. O desafio é que o brasileiro tem baixa propensão a poupar (e alta propensão a consumir). Esse fato tende a aumentar, pois, conforme se verifica do gráfico, haverá grande contingente populacional entre as faixas de 15 a 60 anos, que são as que mais consomem. Por outro lado, um aumento da população entre 65 e 90 anos pode aumentar a poupança privada, porquanto esses indivíduos tendem a consumir menos e geralmente dispõem de renda fixa, como aposentadorias. Logo, a poupança do governo adquirirá maior importância, pois pode ser direcionada para políticas públicas de longo prazo.

O bônus demográfico brasileiro somente será aproveitado se houver investimento em educação. Os atuais 15% de taxa de investimento são insuficientes para tornar o Brasil uma nação desenvolvida.



10

Direito

QUESTÃO 1

Discorra sobre a paulatina erosão da dicotomia do direito (*summa divisio*) conducente à moderna publicização do direito privado.

Extensão máxima: 60 linhas

Valor: 30,00 pontos]

Média: 26,6 amp. / 25,7 afro.

Desvio padrão: 1,6 amp. / 2,7 afro.

RESPOSTA 1 • 30,00

João Soares Viana Neto

Superando-se a discussão acerca de o Direito ser ou não ser uma ciência e assumindo-se que o seja, pode-se afirmar que a consolidação do conhecimento jurídico como científico ocorreu sob o influxo racionalista que caracterizou tanto o iluminismo quanto, posteriormente, o positivismo. Sob essa perspectiva, o conhecimento era compartimentado. A história do século XX, porém, é a da progressiva erosão dessas distinções, à medida que as relações humanas se tornaram mais complexas e interdependentes. No Direito, o fenômeno significou não apenas o enfraquecimento da distinção entre Direito Público e Direito Privado, mas também a paulatina erosão de outras dicotomias.

Evidência de [que] o fenômeno contemporâneo da publicização do Direito Privado se insere num contexto mais amplo é o aumento do diálogo entre ordem constitucional e ordem internacional. Autores como Marcelo Neves e J. J. Gomes Canotilho falam em transconstitucionalidade e constitucionalismo global, para explicar esse fenômeno marcado pelas influências recíprocas de institutos de Direito Constitucional e de Direito Internacional. Demonstram a abertura das Constituições ao Direito das Gentes, por exemplo, a previsão de princípios constitucionais para as relações internacionais (conforme artigo 4º da Constituição Federal de 1988) e a possibilidade de tratados internacionais de direitos humanos terem status de Emenda Constitucional (conforme art. 5º, §3º, da CF/88). Ao mesmo tempo, verifica-se a constitucionalização do Direito Internacional na previsão de julgamento de indivíduos perante o Tribunal Penal Internacional.

No âmbito interno, a Constituição de 1988 teve papel fundamental na publicização do Direito Privado. Com efeito, a Lei Maior avançou em temas que, originalmente, não seriam próprios dela, não se limitando a veicular normas materialmente constitucionais (ou seja, normas relativas à organização do Estado e à defesa dos direitos dos indivíduos). Consequentemente, a Constituição disciplinou desde instituições financeiras à família, por exemplo, demonstrando a influência do público sobre o privado.

Simultaneamente, normas de Direito Privado expandiram-se, abarcando matérias de evidente interesse público. Se o Código Civil de 1916 era um documento essencialmente privatista e patrimonialista, o Código Civil de 2002 reflete princípios que talvez surpreendessem Clóvis Beviláqua. O atual Código certamente consagra e protege o direito de propriedade, mas vincula essa proteção ao atendimento de sua função social. O Código protege o instituto da família e prevê o poder familiar (o antigo pátrio poder); porém, em decorrência do princípio constitucional da dignidade humana (previsto no art. 1º, III, da CF/88), não se admite aos pais um poder ilimitado sobre os filhos, conforme evidenciado pela proibição de castigos físicos pela chamada “Lei da Palmada”.

Mesmo no âmbito o Direito Privado, percebe-se uma tendência ao fim das dicotomias. Compreende-se, assim, o fato de o Código Civil de 2002 trazer um Livro dedicado ao Direito de Empresa – derogando boa parte do Código Comercial de 1850. Isso surpreende, pois o fato convive com a tendência, verificada, no Brasil, na década de 1990, de proliferação de

microssistemas jurídicos, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código de Defesa do Consumidor. Esses regimes, todavia, não são isolados e autossuficientes: a interpretação e a aplicação de suas normas devem ser feitas segundo princípios gerais, sobretudo os previstos na Constituição Federal.

É cada vez mais evidente a erosão da dicotomia do Direito, fenômeno do qual a publicização do Direito Privado é um dos exemplos mais relevantes, embora não seja o único. Ao mesmo tempo em que se fala em Direito Civil Constitucional, fala-se também em transconstitucionalismo. Não se negam as especificidades que caracterizam as diversas situações que o Direito é chamado a regular, mas pode-se identificar, cada vez mais, a emergência de um Direito Comum.

RESPOSTA 2 • 30,00

Riane Laís Tarnovski

A gradativa erosão do direito (*summa divisio*), que culminou na moderna publicização do direito privado, foi repleta de debates jurídico-filosóficos, em que se destacam Bobbio, Kelsen, Hobbes e Locke. Do Direito Natural ao Direito Positivo, no âmbito doméstico, até à dualidade de monistas e dualistas, no âmbito do Direito Internacional, a paulatina erosão dessa dicotomia do Direito contribuiu para o atual pluralismo jurídico no contexto doméstico dos Estados e para a publicização do direito privado.

Hobbes bem ilustrou uma sociedade sem Direito: o estado de natureza em que o homem é o lobo do próprio homem. Surge a necessidade de um pacto social com o Leviatã – o Estado, para regular o monopólio do uso da força. No mesmo sentido, Locke defende a proteção de direitos fundamentais, como a vida e a propriedade, destacando serem esses direitos naturais – é o surgimento dos *jus-naturalismo*. O debate jurídico evoluiu e encontrou em Hans Kelsen a Teoria Pura do Direito, a “cientificação”/positivação de uma ciência humana. Kelsen desenvolve a teoria da validade do Direito por meio de conceitos como a pirâmide normativa e a Norma Fundamental, que teria supremacia sobre todo o ordenamento jurídico de um Estado. No âmbito doméstico, seria a Constituição de m Estado, que conferiria validade às demais normas. Bobbio também contribuiu com suas soluções para as aparentes antinomias normativas e com conceitos, como “sanção premial”.

Havia a dicotomia entre *jusnaturalismo* e positivismo, ou seja, entre Direito Natural e Direito Positivo. Durante a maior parte do século XX, as teorias do Positivismo Jurídico ganharam ímpeto. Ainda assim, houve Estados que adotaram o Positivismo, como o Brasil (com suas Constituições Federais) e Estados que permaneceram com a tradição de um Direito não necessariamente escrito, como a Inglaterra, adepta do “Common Law”. No entanto, percebeu-se que essa dicotomia não refletia a realidade da dinâmica social. Nos países cujo positivismo jurídico prevalecera, havia situações de prevalência do direito natural e de costumes ainda não positivados. Tais situações contribuíram para a evolução do estudo do Direito no âmbito doméstico dos Estados, de forma a conduzir os ordenamentos jurídicos à publicização do direito privado.

Situação similar de dicotomia surgiu no plano do Direito Internacional. Para atribuir validade ao Direito Internacional, juristas dividiram-se em duas correntes: objetivistas e voluntaristas. Os primeiros buscaram a validade do Direito Internacional (DI) nos valores e princípios de maior relevância para uma relação civilizada entre Estados, ao passo que os voluntaristas atribuíram a validade do DI à vontade dos Estados de contraria deveres e direitos no plano internacional. Atualmente, no entender de Alain Pellet, vive-se uma comunitarização do DI, no sentido de que tanto objetivistas têm razão – especialmente quanto à obrigatoriedade de normas “*jus cogens*” – quanto voluntaristas têm razão no aspecto da vontade – sobretudo quanto à conclusão de tratados. Porém, há que se distinguir vontade de consentimento, razão por que a dicotomia deixa de fazer sentido. Ambas as correntes explicam, conjuntamente, a validade do atual DI.

No que concerne à relação entre Direito Interno e Direito Internacional, também a dicotomia entre monistas e dualistas foi erodida ao longo do século XX. Hodiernamente, está-se diante de verdadeiro “Direito Comum”, nos dizeres de Peter Häberle, uma vez que tanto normas internacionais influenciam o direito doméstico, sobretudo normas de proteção aos direitos humanos, quanto normas de Direito interno (especialmente constitucionais) influenciam o DI, que tem-se tornado cada vez mais hierarquizado com normas imperativas.

Verifica-se, portanto, que a paulatina erosão da dicotomia do Direito, em todos os seus aspectos (de validade, de internalização, de relação entre o âmbito doméstico e o internacional) deu lugar a um Direito inter-relacionado e complexo. Alain Pellet afirma que o DI e o Direito Interno se complexificam à medida que se complexificam as relações sociais. A necessidade de maior segurança jurídica e estabilidade tanto às relações sociais, na seara doméstica, quanto às relações interestatais, na comunidade internacional, incentivaram a codificação de normas, mas nem por isso deixaram de considerar regras e normas não positivadas/codificadas. Isso demonstra que a moderna publicização do direito privado, em realidade, combina aspectos que antes eram dicotômicos. O mesmo ocorreu no plano internacional, com a superação da divisão entre monistas e dualistas e de objetivistas e voluntaristas.

RESPOSTA 3 • 28,00

Gaétan I. M. Spielmann Moura

Na modernidade, são cada vez mais frágeis os fundamentos sobre os quais se sustentava a dicotomia clássica entre os ramos do direito público e do direito privado. O direito privado tem sido objeto de gradual publicização. A alteração da denominação da Lei de Introdução ao Código Civil para Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB é reflexo da gradual erosão da dicotomia do direito. Ramos tradicionalmente associados ao direito privado, como o direito civil, o direito empresarial e o direito do consumidor, têm consagrado normas cuja finalidade é a defesa de interesses da coletividade, em detrimento dos interesses dos particulares diretamente vinculados por determinada relação jurídica.

No Direito Internacional Privado é notória a paulatina publicização do direito privado. Trata-se de ramo do direito em que as normas, apesar de relacionarem-se às condutas dos

particulares, não raramente, têm nítido interesse público e acabam por regular, em grande medida, a atuação de agentes estatais. Questões afeitas à nacionalidade e à condição jurídica do estrangeiro, apesar de poderem ser classificadas como atinentes ao direito internacional privado, têm nítida relação com o direito público e referem-se a elemento constitutivo do próprio Estado, o conjunto de seus nacionais, e a institutos de cooperação internacional na área penal, a exemplo da extradição. Bens maiores, como a rejeição a penas degradantes, impedem a extradição.

O artigo 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro faz menção expressa à ordem pública e à soberania nacional como pressupostos para a homologação de sentença estrangeira ou para a concessão de exequatur em carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ. O regimento do STJ, ademais, condiciona a realização desses atos, geralmente, relacionados ao direito privado, ao resguardo da dignidade da pessoa humana. Evidencia-se que execução de sentença estrangeira, no Brasil, pressupõe respeito à ordem pública, à soberania nacional e à dignidade da pessoa humana, matérias nitidamente relacionadas ao direito público. Do mesmo modo, só se promoverá ato judicial, em processo afeito a relações de direito privado, quando os mesmos imperativos de respeito à ordem pública, soberania nacional e dignidade da pessoa humana forem respeitados.

As relações jurídicas de direito privado não são válidas ou aptas a produzirem efeitos se desconsiderarem regras de direito público. O transconstitucionalismo proposto por Marcelo Neves pressupõe diálogo, inter-relação entre as relações jurídicas privadas e princípios constitucionais ou fundamentos da República Federativa do Brasil, como aquele trazido no art. 10, inciso III, da Constituição Federal: a dignidade da pessoa humana. A disposição da vontade, típica de relações privadas, não pode desconsiderar o respeito à dignidade da pessoa humana. Essa afirmação encontra exemplo na impossibilidade de estabelecimento de relação contratual que submeta indivíduo a condições laborais degradantes ou atentatórias a sua dignidade. O direito privado encontra limites no direito público.

A crescente presença do Estado como regulador da exploração de atividades econômicas por particulares, igualmente, evidencia o fenômeno da publicização do direito privado. As relações entre particulares, cada vez mais, submetem-se a imperativos afeitos ao interesse público. O próprio direito privado irá estabelecer limites à atuação dos agentes privados, em razão de imposições decorrentes da aplicação do direito público.

A dicotomia entre direito público e direito privado é cada vez mais tênue. Subramos do direito tradicionalmente relacionados ao direito privado regulam matérias de natureza pública. A ordem pública e o respeito à soberania nacional impõem limites à efetividade de atos jurisdicionais estrangeiros que visam atender a interesses de particulares. O princípio da dignidade da pessoa humana, bem como outros princípios constitucionais são impostos às relações privadas. O direito privado não pode refrear o imiscuimento com o direito público na atualidade.

Historicamente, as dicotomias do direito eram consideradas necessárias e, até mesmo, insuperáveis. A divisão entre a ordem interna e a internacional engendraram barreiras entre as normas jurídicas, caracterizadas pela emergência de teorias monistas e dualistas e pela separação entre o Direito Internacional público e o Direito Internacional privado. A complexidade da ordem mundial contemporânea e a contínua publicização do direito privado erodem essas concepções. Normas internas e internacionais inter-relacionam-se, de maneira simbiótica, para garantir a efetividade do direito privado em territórios distintos, e a necessidade de cooperação exige um avanço institucional, mediante tratados, a fim de concretizar decisões judiciais. Nesse sentido, pode-se aventar a emergência de do esboço de um Direito Comum, em uma expansão do paradigma de Peter Haberle de Estado constitucional cooperativo também para a cooperação no âmbito do Direito Privado.

As normas de direito privado, tradicionalmente, eram separadas entre o direito interno e o internacional. No caso do Brasil, as Leis de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), surgidas, originalmente, como leis de introdução do Código Civil de 1916, têm a função de nortear o direito internacional privado no território nacional. Por outro lado, no âmbito internacional, o Código Bustamante, do qual o Brasil é signatário, é exemplo da iniciativa importante dos Estados de codificar regras e costumes internacionais de direito privado, por meio de tratado. Hodiernamente, essa divisão é, continuamente, mitigada, como demonstra a nova denominação da lei de introdução ao Código Civil para LINDB, bem como o aproveitamento dessas normas no novo Código de 2002. Dessa forma, a publicização do direito privado exige que esse tema não esteja restrito ao direito civil e ao dualismo das ordens normativas; é mister, portanto, o alargamento dessa compreensão, mediante a cooperação de diferentes ramos do direito além do direito civil e de Estados e indivíduos de diferentes territórios, na medida em que se considera o ser humano, igualmente, sujeito de direito internacional. Além disso, o reconhecimento generalizado de princípios como o *locus fori* e o *pacta sunt servanda* não só no direito público, mas também no direito privado internacional fortalece a publicização desse último e erode a dicotomia dualista. Conseqüentemente, o direito privado é, atualmente, prioridade das relações internacionais entre Estados e particulares.

Indivíduos e governos devem cooperar para a efetivação das normas de direito privado, independentemente dos territórios. Questões como adoção internacional, instrução de processos existentes em outros Estados, coleta de provas em países diferentes, contratos internacionais e reconhecimento de acordos entre pessoas de nacionalidade diferente são crescentes na ordem globalizada e demandam cooperação jurídica internacional. O processo de publicização do direito privado tornou evidente a necessidade de avanço internacional para responder a essas demandas. Assim sendo, o direito internacional público, por intermédio de tratados, exerce essa função. Iniciativas e protocolos de cooperação jurídica entre Estado, como os constituídos no âmbito dos BRICS, permitem o intercâmbio entre tribunais e entre juízes de diferentes países. Para se cumprir uma sentença emitida em outra nação, ou para decidir sobre lide existente em território estrangeiro, o operador

do direito deve conhecer distintas ordens jurídicas, e essas ações de cooperação contribuem para esse objetivo. Desse modo, a publicização do direito privado aumenta a necessidade de evolução do direito internacional, que deve ser atendida mediante acordos entre Estados cujo objeto são instituições e operadores jurídicos. Essa inter-relação e interdependência entre o direito público e o privado internacionais é, igualmente, fenômeno de erosão da dicotomia do direito.

A ordem internacional contemporânea tornou-se tão complexa, que os Estados perderam a exclusividade de atuação internacional. Não somente as organizações internacionais, mas também os indivíduos são sujeitos de direito internacional. Nesse contexto, é possível aventar a possibilidade de conflitos entre Estado e indivíduo estrangeiro, bem como entre indivíduos ou empresas estrangeiras, que tendem a se acumular em quantidade e em importância devido à publicização do direito privado. Câmaras internacionais de arbitragem são exemplo desse processo, e que as dicotomias do direito são bastante mitigadas. Princípios de direito de menor utilização no âmbito internacional, como a paridade de armas entre as partes, o contraditório e, até mesmo, o duplo grau de jurisdição, somam-se aos princípios tradicionais de direito internacional privado, como o *locus fori* e o *pacta sunt servanda*, a fim de solucionar lides internacionais. A necessidade de cooperação mediante tratados está, novamente, em evidência, uma vez que acordos entre Estados são precisos para determinar a sede dessas câmaras, bem como garantir a legitimidade e a efetividade das suas decisões. Embora seja um processo ainda em consolidação, a dissolução da dicotomia do direito apresenta características de irreversibilidade.

Não há mais necessidade para concepções estanques sobre a dicotomia do direito, A publicização do direito privado é uma dos fenômenos que exige a flexibilização das distinções entre as ordens jurídicas e seus temas. Lides entre particulares de diferentes nacionalidades ou entre Estados e particulares fazem urgente a atualização dos mecanismos de cooperação. O intercâmbio institucional, entre operadores do direito e o diálogo de fontes e de tribunais, internacionalmente, é um desses instrumentos que permite o uso de princípios do direito interno do DI, e vice-versa. Malgrado haja muitos aspectos a serem evoluídos, esse processo cooperativo tende a afetar, decisivamente, a dicotomia do direito.

QUESTÃO 2

Tendo em vista que, segundo a Organização das Nações Unidas, cerca de sessenta milhões de pessoas se encontram, atualmente, obrigadas a abandonar suas casas devido a guerras ou perseguição, o que representa o maior número desde a Segunda Guerra Mundial, discorra sobre os principais instrumentos internacionais de proteção aos refugiados e sobre o que dispõe a legislação brasileira a esse respeito.

1. Extensão máxima: 60 linhas
2. Valor: 30,00 pontos]
3. Média: 29,7 amp. / 29,0 afro.
4. Desvio padrão: 0,9 amp. / 1,5 afro.

RESPOSTA 1 • 30,00

Arthur Cesar Lima Naylor

O direito internacional dos refugiados é, na tipologia de Antônio Augusto Cançado Trindade, um dos três vetores, ao lado do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, do sistema internacional de proteção aos direitos humanos. Seus instrumentos básicos são o Estatuto dos Refugiados, de 1951, e seu Protocolo Adicional, de 1967. No Brasil, a lei 9474/97 amplia o alcance das normas internacionais sobre refugiados e confere ao país a condição de grande receptor de pessoas em busca de refúgio, sendo, no contexto da atual crise, o segundo país das Américas a mais receber refugiados sírios.

O Estatuto dos Refugiados, em seu artigo 1º, A, estabelece as cláusulas de inclusão, isto é, os motivos pelos quais alguém adquire o status de refugiado. Essas hipóteses versam sobre perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, posição política ou grupo social. Trata-se de rol exaustivo, e não meramente exemplificativo, de modo que apenas essas hipóteses, no plano internacional, ensejam a caracterização de um indivíduo ou grupo de indivíduos como refugiados. Preveem-se, ainda no artigo 1º, mas inciso C, cláusula de cessação da condição de refugiado, e, nos incisos D, E e F, cláusulas de exclusão da condição de refugiado, entre as quais se inclui a situação em que o refugiado deixa o país que lhe reconheceu a condição de refugiado sem notificar as autoridades competentes.

A legislação brasileira ampliou a extensão das cláusulas de inclusão do Estatuto dos Refugiados e de seu Protocolo Adicional. Assim, a lei 9474/97 estipulou que, além das perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, posição política ou grupo social, as violações graves e generalizadas de direitos humanos também ensejariam a caracterização de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos como refugiados. Há, no aparato institucional do país, ainda, o Comitê Nacional de Refugiados – CONARE, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, igualmente criado pela lei 9474/97, a quem compete avaliar os pedidos de reconhecimento de refúgio no Brasil. Sua decisão, porém, não é definitiva, podendo ser reformada, em sede de recurso, pelo próprio ministro da Justiça.

O refúgio é instituto jurídico com características próprias, que o distinguem de outros institutos igualmente voltados para a proteção de direitos de indivíduos em trânsito, marcadamente o asilo. Em primeiro lugar, o refúgio tem natureza declaratória, cabendo ao Estado apenas reconhecer a condição de refugiado do solicitante. Em segundo lugar, só pode ser solicitado dentro do Estado, jamais, como é possível no asilo, em base militar ou sede diplomática de um Estado em outro. Além disso, o refúgio só pode ser pedido contra Estado do qual se é nacional ou onde se tenha domicílio fixo, no caso de apátrida. Por fim, é proibido pelo direito internacional, quando não se reconhece a condição do refugiado, fazê-lo regressar ao Estado que o motivou a requisitar o reconhecimento do refúgio, em um princípio denominado *non refoulement*.

Grandes têm sido as pressões para que se modifique o Estatuto dos Refugiados de modo a se contemplar novas categorias de pessoas que se veem obrigadas a abandonar seus lares por motivos de força maior. É o caso, por exemplo, das figuras dos “refugiados econômicos” e dos “refugiados

ambientais”, amplamente referenciados pela imprensa e por outras disciplinas quando tratam da temática dos refugiados. Do ponto de vista estritamente jurídico, porém, não é possível caracterizá-los como refugiados. É o que ocorre, por exemplo, com os milhares de haitianos que têm buscado, nos últimos anos, melhores condições de vida no Brasil: embora busquem uma vida melhor em território brasileiro, não integram os cerca de 8,5 mil refugiados existentes no país atualmente.

A atual crise de refugiados é a maior desde a Segunda Guerra Mundial e representa grande desafio para a sociedade internacional nos âmbitos político, econômico e social. Juridicamente, contudo, desde 1951, na esteira justamente da grande crise causada pelo conflito bélico de anos antes, dispõe-se de instrumentos que normatizam e orientam a concessão de refúgio e o tratamento a ser dispensado aos refugiados. Nesse contexto, destaque-se a posição do Brasil, cuja legislação alarga as disposições internacionais sobre o tema e cuja política oficial para refugiados tem-se caracterizado por ser o que o governo federal qualifica como “de braços abertos”.

RESPOSTA 2 • 30,00

Daniel Leão Sousa

Na atualidade, verifica-se o vertiginoso aumento do número de refugiados, fenômeno decorrente, sobretudo, da eclosão e persistência de conflitos armados intraestatais, com destaque para a guerra civil na Síria, iniciada em 2011, e para conflitos em países africanos, históricos emissores de refugiados. Desde a metade do século XX, no pós Segunda Guerra, o Direito Internacional oferece proteção convencional aos refugiados, no âmbito da Organização das Nações Unidas. Esse arcabouço jurídico mais geral é complementado por sistemas regionais de proteção aos refugiados, como o interamericano, e por regimes nacionais, como o brasileiro.

No âmbito global – ONU –, o principal instrumento internacional de regulação da matéria é o Estatuto dos Refugiados, de 1951. Esse documento qualifica refugiado como qualquer indivíduo que se encontre impossibilitado de permanecer ou retornar ao seu país de nacionalidade ou residência – no caso de apátridas –, por motivos de perseguição fundada em critérios de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a grupo social. O âmbito temporal de proteção do Estatuto dos Refugiados, aplicável a eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, foi ampliado pelo Protocolo Adicional de 1967, que estendeu a proteção ilimitadamente, em termos temporais.

No sistema ONU, o principal órgão responsável pela proteção aos refugiados é o ACNUR (Alto Comissariado da ONU para Refugiados). Criado em 1950, o ACNUR prima [sic] proteção dos refugiados em nível internacional e pela promoção de instrumentos e iniciativas internacionais que ampliem e assegurem tal proteção. Cabe ressaltar que a atuação do ACNUR é imparcial e não-discriminatória.

O sistema interamericano também assegura, em nível regional, a proteção dos refugiados, ampliando o regime de proteção da ONU e adaptando-a às características próprias do continente. No sistema regional de proteção aos refugiados, possui destaque a Declaração de Cartagena, de 1984. Esse

instrumento amplia a definição de refugiado prevista pelo Estatuto dos Refugiados de 1951, incluindo no âmbito de proteção interamericano também os indivíduos que deixaram seu país de nacionalidade em vista de uma situação de violações graves e sistematizadas de direitos humanos. De 1984 à atualidade, a Declaração de Cartagena foi complementada por outros documentos que reforçam a proteção em âmbito regional, dentre os quais se destaca o Plano de Ação do Brasil (“Cartagena+30”), de 2014. Nesse documento, reconheceram-se as particularidades da América Latina como área receptora de refugiados e a necessidade de seguir expandindo-se a proteção regional.

O Brasil provê robusto sistema nacional de proteção aos refugiados, emanado, sobretudo, da Lei 9.474. Esse instrumento legal adota o “espírito de Cartagena” para fins de definição de refugiado – ou seja, a definição brasileira amplia aquela prevista pelo Estatuto dos Refugiados (1951), nos mesmos termos em que o fez a Declaração de Cartagena. A Lei 9.474, ademais, criou o CONARE (Conselho Nacional dos Refugiados), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e composto por entidades governamentais, da sociedade civil e pelo ACNUR – que tem direito a voz, mas não a voto. O CONARE delibera sobre a concessão do “status” de refugiado, bem como sobre sua cessação e perda, além de promover medidas que garantam os direitos dos refugiados no território nacional. Pela legislação brasileira, o “status” de refugiado é expandido ao cônjuge, ascendentes, descendentes e demais dependentes do indivíduo protegido, e seus direitos e obrigações equiparam-se aos dos estrangeiros em território nacional e incluem também identificação própria, documento de viagem e autorização de trabalho. Além disso, a legislação brasileira (Lei 9.474) prevê hipóteses de cessação e perda do “status” de refugiado, como, respectivamente, a aquisição de nacionalidade de outro país e a comprovação da falsidade dos fatos que embasaram a concessão do refúgio pelo CONARE. Cabe ressaltar, ainda, que a concessão de refúgio tem natureza declaratória.

O Brasil demonstra grande engajamento nos sistemas global e regional de proteção aos refugiados. Além de ser parte do Estatuto de 1951 e do Comitê Diretivo do ACNUR, o Brasil participa do programa de reassentamento de refugiados (ACNUR) há mais de uma década. No contexto do conflito sírio, o Brasil tem se destacado pela abertura aos refugiados daquele país, havendo o CONARE emitido resoluções, em 2013 e 2015, que facilitam a concessão de visto e de refúgio aos sírios, por razões humanitárias, com vigência de 2 anos, cada uma. Acima de tudo, o Brasil promove a abordagem do tema do refúgio não sob bases criminais, mas sim segundo os direitos humanos e o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

RESPOSTA 3 • 30,00

Ellen Cristina Borges Londe Mello

A crise de refugiados na Síria lançou luz, em âmbito internacional, ao problema humanitário das pessoas obrigadas a abandonarem suas casas. Contudo é relevante lembrar que, embora o tema esteja sujeito a momentos de maior ou menor severidade, não se trata de questão nova para o Direito Internacional, uma vez que conta com instrumentos de proteção

aos refugiados que emanam de fontes convencional e consuetudinária no Direito das Gentes, além de estar abrigada pelo ordenamento jurídico interno do Brasil, em sua legislação ordinária.

O principal instrumento internacional de proteção aos refugiados é o Estatuto dos Refugiados de 1951, com seu Protocolo adicional de 1967. Nele se encontra definição dos aspectos que classificam um indivíduo como refugiado, bem como as cláusulas de cessação, que preveem as circunstâncias nas quais há a perda da condição de refugiado, como a cessação dos motivos que levaram a esse status, e as cláusulas de exclusão, que impedem o reconhecimento da condição de refugiado em casos como o de o indivíduo em questão atentar contra os princípios que regem a Organização das Nações Unidas. Cabe destacar que o reconhecimento do status de refugiado possui natureza declaratória, de modo que é o fato da existência de um fundado temor de perseguição por motivos como raça, religião e opinião política que atribui o valor jurídico da condição do refugiado, e não o reconhecimento por um Estado, como ocorre em casos de asilo. Em que pese ambos possuírem natureza humanitária, os institutos do refúgio e do asilo são profundamente distintos, não devendo ser confundidos.

Um aspecto essencial do Estatuto dos Refugiados é que estabelece com clareza que o refugiado deverá se encontrar necessariamente fora de seu país de nacionalidade ou, no caso dos apátridas, do seu país de residência habitual. Assim, as pessoas que foram obrigadas a saírem de suas casas mas ainda estão no país de origem não têm reconhecimento da condição de refugiados. Esses são somente deslocados internos, porém por motivos humanitários também invocam a atenção da ONU. Quanto à definição em torno do “fundado temor”, há sem dúvida um aspecto de subjetividade com relação ao temor de perseguição, todavia esse temor possui também aspecto de objetividade no que concerne ao fundamento, que deve ter abrigo em situações que possam ser objetivamente verificadas no país de origem.

Por possuir fonte em tratado, as obrigações de reconhecimento e acolhimento dos refugiados pelos Estados, que são supervisionados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), somente alcançam os países que tenham ratificado o Estatuto dos Refugiados, sendo o Brasil um desses países. Contudo o princípio do não rechaço, que impede a devolução de um refugiado ao país de origem, está consagrado em costume internacional. Desse modo, ainda que o país não faça parte do referido Estatuto e, portanto, não esteja obrigado a permitir a entrada ou a permanência do indivíduo em seu território, deverá primar para que não ocorra rechaço, sob pena de cometer ilícito por violação ao costume.

No Brasil, a Lei nº 9474/1997 reflete em sua maior parte o que prevê o Estatuto de 1951. A diferença reside, na verdade, no fato de que a legislação brasileira é mais abrangente no que se refere às condições que definem o status de refugiado, pois também reconhece a hipótese de graves violações de Direitos Humanos. Dada a abrangência encontrada pelos Direitos Humanos na atualidade, que englobam as dimensões civis e políticas, mas também as econômicas, sociais e culturais em suas variadas vertentes, isso significa que o Brasil pode reconhecer refugiados econômicos, por exemplo. O Estatuto dos Refugiados não apenas não prevê a hipótese de graves violações dos Direitos Humanos, como também veta expressamente a possibilidade de que refugiados por motivos econômicos estejam abrangidos por

seu arcabouço. Pode-se dizer, assim, que a legislação brasileira e o problema de refugiados tratado no Brasil pelo CONARE vão além das proteções da ONU.

Observa-se, desse modo, que os problemas de refugiados são abarcados no cenário internacional pela ONU, por meio do ACNUR, regidos pelas disposições do Estatuto dos Refugiados de 1951. Mesmo os países que não aderiram ao Estatuto estão obrigados pelo costume internacional a respeitarem o princípio do não rechaço. O Brasil demonstra sua preocupação tradicional com questões de Direitos Humanos e Humanitário ao possuir legislação ainda mais abrangente e com maiores proteções que a do sistema da ONU. Não por acaso, apesar da distância que se encontra dos conflitos atuais no Oriente Médio, firmou acordo com o ACNUR recentemente para conceder visto especial aos refugiados sírios, a fim de acolhê-los.

PIOR NOTA • 27,00

O instituto do asilo, em *lato sensu*, inclui o que hoje se entende como duas categorias distintas: o asilo (diplomático e territorial) e o refúgio. Na Grécia clássica, por exemplo, o asilo era utilizado, sobretudo, como meio de proteção de pessoas perseguidas por motivos religiosos. Paulatinamente, o asilo estendeu-se para proteger pessoas que tinham cometido crimes comuns. Todavia, a partir do século XIX, com a evolução da consciência social e histórica dos povos, passou-se a proteger não mais os criminosos comuns, mas sim aqueles que cometiam crimes políticos. Atualmente, em razão de guerras, sejam civis ou internacionais, e de perseguições das mais variadas naturezas, testemunha-se o colossal número de cerca de 60 milhões de pessoas em situação de refúgio, o que renova, sem sobra de dúvida, a necessidade de discussão acerca desse instituto. Nesse sentido, é necessário analisar os principais instrumentos internacionais de proteção ao refugiado bem como analisar o tratamento da legislação brasileira em relação ao tema.

O moderno complexo normativo internacional de proteção aos refugiados remonta a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Sob o impacto do gigantesco número de refugiados na Europa, fruto dos horrores da Segunda Guerra Mundial, a referida convenção lançou os princípios que norteiam esse instituto. Grosso modo, pode-se afirmar que o refugiado é a pessoa que foge de perseguições motivadas por critérios raciais, religioso, políticos e ideológicos. Corolário dessa situação, tem-se o princípio do *non-refoulement*, ou seja, o país que recebeu os refugiados não pode enviá-lo de volta para o território daquele país onde o indivíduo foi perseguido. Cumpre ressaltar que, a Convenção de 1951 tinha estritos limites temporais e geográficos: perseguição ocorrida até o ano da convenção dentro do continente Europeu. É somente em 1967, com o protocolo adicional, que essas limitações são retiradas.

Adicionalmente, deve-se destacar que refugiados não se confundem como simples migrantes, já que está é uma confusão bastante frequente na imprensa com consequências, por vezes danosas para os refugiados. Ademais, contrariamente ao instituto do asilo político, a concessão de refúgio não é discricionária. Os Estados vinculam-se a esse instituto por meio diversos instrumentos internacionais de âmbito global e regional, baseados nos princípios da solidariedade, humanidade e cooperação. Regulando o tema de maneira mais ampla, tem-se

o Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR) de 1950.

No que concerne a legislação brasileira, pode-se afirmar que o país foi considerado pela comunidade internacional como possuidor de um dos tratamentos jurídicos mais avançados e humanitários em relação ao tema. Além de ser parte da maioria das convenções regionais e globais relevantes, o Brasil possui uma estrutura jurídica própria para o refugiado. Nesse sentido, destaca-se o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), presidido pelo Ministro da Justiça e composta por outros ministérios da República Federativa do Brasil como o Itamaraty. Para mostrar a importância do tema para o Brasil, pode-se lembrar o fato de que em 2010 houve a Declaração de Brasília Sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano.

Como a questão dos refugiados haitianos nos tem ensinado, o refúgio não pode se limitar ao simples recebimento de refugiados em nosso território. São necessárias ações, após sua chegada, que lhes forneçam os meios de sobreviver e se integrar na sociedade brasileira, sempre tendo em consideração a necessidade de proteção dos direitos humanos. Nesse contexto, a solicitação do pedido de refúgio é um processo que envolve a Política Federal, o CONARE e o Ministro da Justiça. Ultrapassada essa etapa, aplica-se o princípio do non-refoulement e incide uma série de direitos e deveres por sobre o refugiado.

A recente crise dos refugiados é um teste relevante para a capacidade de estruturas multilaterais resolverem graves crises de direitos humanos. Caso a comunidade internacional falhe em dar tratamento digno e humano para pessoas que fogem de seus países com o único intuito de garantir a sobrevivência sua e de seus familiares, então, poderemos afirmar, que a humanização do Direito Internacional é apenas uma quimera em uma sociedade indiferente ao sofrimento alheio.

QUESTÃO 3

Disserte sobre direito internacional e água, em qualquer de suas dimensões.

Extensão máxima: 40 linhas

Valor: 20,00 pontos

Média: 17,1 amp. / 16,7 afro.

Desvio padrão: 2,2 amp. / 2,6 afro.

RESPOSTA 1 • 20,00

Mariana da Silva Giafferi

O fato de a água ser um recurso essencial ao pleno desenvolvimento humano e estar desigualmente distribuída entre os países e regiões do mundo faz com que essa questão também seja de interesse do direito internacional. A relação entre água e direito das gentes, como se pode observar, é muito antiga, remontando os primórdios do direito do mar, mas foi somente recentemente que se desenvolveu maior preocupação da comunidade internacional com o caráter de recurso desse bem, cabendo, assim, análise mais detida acerca das diferentes dimensões dessa relação.

O direito do mar é, efetivamente, um dos segmentos mais tradicionais do direito internacional, sendo tema de atenção do jurista clássico Hugo Grotius. No contexto atual, essa matéria encontra-se bastante evoluída, sendo que a Convenção de Montego Bay de 1982 instituiu tribunal especializado no direito do mar. Nesse caso, a preocupação com a água deve-se essencialmente ao seu caráter de meio de comunicação, embora a preocupação com os recursos presentes no mar já possam ser observados no que se refere à delimitação das plataformas continentais dos Estados.

A importância atribuída à água enquanto recurso humano foi ensejada pelas declarações de direitos humanos aprovadas no pós-Segunda Guerra Mundial e pela aprovação, em 1966, do Pacto Internacional sobre Direitos Sociais, Econômicos e Culturais. Como se pode afirmar, a plena realização do direito à saúde, à alimentação adequada e à vida digna dependem, em boa medida, do acesso a recursos hídricos de qualidade e em abundância.

O desenvolvimento do direito do meio ambiente, em âmbito internacional, contribuiu para a definitiva inclusão da água na temática referente aos direitos humanos. Como demonstram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aprovados pela ONU em 2015, hoje, considera-se que o acesso a recursos hídricos e a preservação dos ambientes marinhos e costeiros são um direito difuso, que enseja obrigações internacionais dos Estados e de outros sujeitos do direito internacional.

Além dessas dimensões, é possível observar que a água também é tema do direito internacional no tocante à gestão conjunta de rios, bacias hidrográficas e aquíferos subterrâneos por dois ou mais Estados. No caso da América do Sul, tratado bilateral de 1909 entre Brasil e Uruguai determinou a gestão compartilhada do rio Jaguarão e da Lagoa Mirim. Os tratados de Cooperação Platina e de Cooperação Amazônica, de 1969 e 1978, respectivamente, também ensejaram a cooperação internacional na gestão das principais bacias hidrográficas da região.

Assim, a relação entre direito internacional e água mostra-se complexa e se dá em diferentes dimensões, dado o contexto atual de fragmentação do direito das gentes e emergência de regimes especializados. Além da tradicional regulação do direito do mar, é possível hoje observar normas internacionais dos direitos humanos e mesmo do direito da integração que incidem sobre a gestão dos recursos hídricos. Essa evolução no tratamento da matéria pelo direito

internacional reflete, ademais, a importância crescente atribuída à água enquanto recurso.

RESPOSTA 2 • 20,00

Riane Laís Tarnovski

As relações entre Direito Internacional (DI) e água, em qualquer de suas dimensões, são inúmeras e envolvem desde regulação internacional até regional e bilateral, bem como cooperação para compartilhamento e/ou exploração, sendo destacadas a seguir as principais relações do hodierno Direito Internacional.

Quanto aos limites estabelecidos entre Estados soberanos que contam com lagos, rios e/ou mares, reza o DI que a fronteira deve ser estabelecida na centralidade do curso do rio ou do lago. Podem os Estados acordar de modo mais benéfico para ambos, de forma pacífica, como o caso em que o Brasil concedeu, em 1909, o condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão ao Uruguai. No que concerne à soberania dos Estados sobre os direitos marítimos, foi firmada a Convenção de Montego Bay de 1982, que conta com o Tribunal do Mar para dirimir controvérsias acerca dessa temática. Antes dessa convenção, a Corte Internacional de Justiça já havia se manifestado acerca da possibilidade de limites fronteiriços por meio da Plataforma Continental, no “Caso de Limites da Plataforma Continental”.

A Convenção de Montego Bay, portanto, definiu que os Estados podem exercer soberania plena sobre o Mar Territorial (que vai da linha de maré baixa até 12 milhas náuticas). Na Zona Contígua, o Estado pode exercer poder de polícia e fiscalização. Na Zona Econômica Exclusiva (ZEE), que vai de 12 milhas a 200 milhas náuticas, o Estado não detém mais completa soberania, mas possui exclusividade para exploração econômica dos recursos naturais. Também ficou definido que a ZEE pode ser estendida para até 370 milhas náuticas, desde que seja comprovada a extensão da plataforma continental na Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (CLPC). O Brasil submeteu um pedido de reconhecimento dessa extensão (a “Amazônia Azul”) à Comissão, que validou aproximadamente 80% do pleito brasileiro, razão pela qual o Brasil prossegue com mais pesquisas para submeter novo pedido posteriormente.

As águas de superfície, quando transfronteiriças, também ensejam aplicação do DI. Citam-se, como exemplo, os Aquíferos Guarani e SAGA (Sistema Aquífero Grande Amazônia). O Brasil possui gestão compartilhada dessas águas com seus vizinhos, estando todos obrigados a proteger os aquíferos de contaminações e a usufruí-los de forma sustentável. Em 2012, o Brasil assinou o Plano Amazônia com os países vizinhos – membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no intuito de estabelecer regras acerca do uso dos aquíferos SAGA.

Ainda no âmbito da cooperação internacional, acordos de preservação da biodiversidade em ecossistemas marinhos, firmados no âmbito do quadro normativo da Rio-92, obrigam os Estados a criarem reservas marinhas para proteção ambiental. Nesse ponto, cabe destacar um Acordo Internacional de “ultra hazardous activities” assinado pelo Brasil, sobre derramamento

de óleo, que pode gerar responsabilidade internacional objetiva ao país.

Quanto à água congelada, vale ressaltar as disputas geopolíticas no Ártico e a implicação do DI. Os países banhados pelo Ártico, como Canadá, Dinamarca, Noruega, Rússia, Suécia e EUA, acordaram a criação do Conselho do Ártico, responsável pela manutenção do condomínio pacífico das águas congeladas entre os membros. Embora a Rússia tenha submetido um pedido de extensão de sua Plataforma Continental em direção ao Ártico via Cordilheira Lomonosov, a CLPC da ONU decidiu que os estudos ainda são inconclusivos.

Pode-se destacar, ainda, que a água doce, por ser mais escassa, passa por uma possível “commoditização”, que deverá ser regulada pela OMC, em mais um exemplo de relação entre água e DI.

É imprescindível destacar a evolução do Direito Internacional nos âmbitos gerais, regionais e bilaterais acerca da água no mundo. A Convenção de Montego Bay estabeleceu limites e considerou os oceanos como águas internacionais sobre as quais nenhum Estado exerce soberania, podendo as controvérsias serem pacificamente dirimidas, inclusive pelo Tribunal do Mar e pela CIJ, como exemplifica o recente caso de limites entre Peru e Chile.

RESPOSTA 3 • 20,00

Anônimo

A água torna-se crescentemente relevante no contexto do Direito Internacional. Para além de sua utilização tradicional nos transportes e comércio por vias marítimas e fluviais, que tem sido ampliada, os recursos hídricos apresentam crescente importância como recursos naturais ou fonte de recursos minerais e pesqueiros, o que demonstra a importância de normas que disciplinem seu uso no âmbito internacional, seja no contexto das relações bilaterais, regionais ou multilaterais.

Normas internacionais no contexto do Direito Internacional de Coexistência (Alberto do Amaral Jr), responsáveis por regular o acesso e o uso de recursos hídricos, existem há séculos. É o caso de tratados disciplinando o acesso e trânsito pacífico de embarcações por vias fluviais, como o Tratado de Paz entre Brasil e Paraguai, de 1872, e o acordo entre Brasil e Uruguai prevendo o uso partilhado da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão (1909). Normas dessa natureza e de âmbito bilateral continuam a ter grande relevância na atualidade, como demonstrado pelo recente acordo entre Rússia e Noruega a respeito do mar de Barents.

A progressiva emergência de um Direito Internacional de Cooperação, paralela à tendência de regionalização e institucionalização do Direito Internacional (Jorge Miranda), no contexto da ampliação de iniciativas de integração regional e do surgimento de organizações internacionais abordando temas cada vez mais variados, impactou diretamente na evolução do arcabouço jurídico-normativo acerca dos recursos hídricos.

A ampliação da cooperação e da integração regional tem contribuído para a expansão do rol de normas internacionais que promovam interesses coletivos no uso da água. No âmbito sul-americano, o avanço da integração regional, a partir da

ALALC (1960), viabilizou a celebração de acordos prevendo o uso conjunto de recursos hídricos, como o Tratado da Bacia do Prata, no final da década de 1960, e o Tratado de Cooperação Amazônica (1978), que resultou em organização internacional criada na década de 1990. No uso de recursos hídricos internacionais, quando a cooperação não se impõe, contudo, a confrontação prevalece: caso da Crise Itaipu-Corpus (1973-1979) e de tensões na África (rio Nilo), Ásia Central (Amu Darya e Sir Darya) e Ásia do Leste (mar da China Oriental e Meridional).

No âmbito multilateral, o avanço do direito internacional acerca da água também é notável, como indica a celebração da Convenção de Montego Bay sobre o Direito do Mar, da década de 1980. A Convenção é fundamental, ao disciplinar multilateralmente a definição do mar territorial (12 milhas náuticas), da zona contínua (24 milhas náuticas) e da zona econômica exclusiva (200 milhas náuticas, a princípio), além de estabelecer tribunal internacional com jurisdição sobre o direito do mar.

O Direito Internacional Contemporâneo abrange cada vez mais temas, como a própria água, a um só tempo via de acesso entre as nações e fonte de recursos econômicos. Disso resulta a inserção do tema no contexto das tendências evolutivas do Direito Internacional, caracterizado pelo avanço da cooperação, da regionalização e da institucionalização.

PIOR NOTA • 13,00

A água é um recurso natural limitado, desigualmente distribuído entre os diversos Estados e cuja utilização e preservação tendem a transcender barreiras nacionais. Assim, a água é um tema fortemente relevante para o Direito Internacional, tendo sido causa para o surgimento de controvérsias entre Estados, para a realização de tratados internacionais e para experiências de cooperação.

As primeiras organizações internacionais de que se tem registro tinham por objeto a utilização de bacias hidrográficas na Europa, como a do Danúbio. Nesse sentido, pode-se afirmar que a natureza intrinsecamente transfronteiriça de regimes que regulam a navegação ou a utilização da água, acompanhada da necessidade de se tratar desses temas, impulsionaram a evolução do DIP como um todo, principalmente porque, em vários casos, a mera coexistência não oferecia meios adequados para seu tratamento, e necessitava-se de novos paradigmas jurídicos, como o da cooperação, para obter resultados satisfatórios para todos.

Para além de direitos de navegação de rios, foram relevantes, também, episódios que envolviam tanto a água quanto dois dos elementos constitutivos do Estado: o território e a soberania. Em especial na década de 1970, muitos países ampliaram a extensão de seu mar territorial, dentre os quais o Brasil, trazendo à tona questionamentos jurídicos sobre a licitude internacional de tais atos de soberania e sobre a aplicabilidade de costumes regionais (no caso, europeus) a contextos extrarregionais. Em decorrência desses episódios, pactuou-se a Convenção de Montego Bay e revitalizou-se o papel do Tribunal de Hamburgo sobre o Direito do Mar. Fica evidente, portanto, que o tratamento dado à água ensejou tanto maior codificação de regras do DIP quanto sua judicialização, com presença de cortes internacionais em matéria.

A utilização da água para fins outros que não a mera navegação ou a soberania territorial está, também essa, fortemente vinculada ao DIP. O Tratado de Itaipu, de 1973, gerou grande celeuma entre Brasil e Paraguai, de um lado, e Argentina, de outro. Tratava-se, aqui, da exploração econômica de recursos hídricos e de como esta poderia inviabilizar interesses equivalentes de outros Estados. A superação dessa divergência foi, ademais, fundamental para possibilitar o processo de integração que seguiu, e que levou à criação do Mercosul.

Mais recentemente, o regime internacional de meio ambiente é ulterior motivo pelo qual a gestão das águas tende a se dar em nível transfronteiriço e sob bases de cooperação, ou mesmo de solidariedade. Essa noção influencia, inclusive, a legislação nacional. No Brasil, a unidade de gestão hídrica é a bacia hidrográfica e, apesar de a lei ainda ter efeitos meramente domésticos, essa já prevê, nos comitês de administração das bacias que ultrapassam as fronteiras nacionais, a presença de um representante do MRE, em claro reconhecimento da tendência de internacionalização do tratamento jurídico dado à água. A água é uma pré-condição para a existência de sociedades humanas, e como bem se sabe, “ubi jus, ibi societas”.

QUESTÃO 4

Em dissensão acadêmica acerca da possibilidade de organização internacional conceder asilo diplomático, Bernardo considera a proposta inadmissível, visto que o instituto é tradicionalmente outorgado por Estado; Carla entende que a possibilidade é admissível, haja vista a natureza humanitária do asilo; e Daniel concorda com a possibilidade, contudo, considera que os sujeitos plenipotenciários do direito internacional não a endossariam. Considerando essa situação hipotética, posicione-se a respeito do assunto, desenvolvendo, em seu texto, os argumentos apresentados acima.

1. Extensão máxima: 40 linhas
2. Valor: 20,00 pontos]
3. Média: 18,7 amp. / 19,3 afro.
4. Desvio padrão: 1,5 amp. / 1,0 afro.

RESPOSTA 1 • 20,00

Anônimo

A discussão a respeito da concessão de asilo diplomático por Organização Internacional (OI) é pertinente, pois, embora hoje a hipótese seja inegavelmente incabível, o Direito das Gentes evolui de forma bastante dinâmica.

O asilo tem natureza humanitária, e visa a proteger indivíduo que é vítima de perseguição estatal em razão de opiniões políticas. De fato, o asilo diplomático é concedido por Estados, especialmente na América Latina, onde tem fundamento consuetudinário. Corrobora a visão de que somente Estados poderiam concedê-lo o fato de que o asilo diplomático é necessariamente temporário e se convola em asilo territorial, mediante concessão de salvo-conduto para que o asilado se dirija ao Estado asilante. Ora, OI não tem território, que é característica inerente a Estado. Portanto, aparentemente, não poderia conceder asilo diplomático.

Esse argumento, no entanto, não é suficiente para impedir uma hipotética concessão de asilo por uma OI. O instituto tem natureza humanitária, e há várias organizações internacionais que têm por finalidade precípua a promoção dos direitos humanos. As Nações Unidas são o maior exemplo. Conforme reconhecido pela CIJ no caso *Reparação de Danos*, as OIs têm poderes implícitos, não previstos, portanto, em suas cartas constitutivas, os quais lhes autorizam a praticar todos os atos que atendam suas finalidades. Logo, se uma OI tem por escopo promover os direitos humanos, poderia ter o poder implícito, ainda não revelado, de conceder asilo diplomático.

Mas como ficaria a questão da convalidação do asilo diplomático em territorial? Este é o terceiro argumento a ser analisado: saber se os “sujeitos plenipotenciários” do Direito Internacional endossariam essa iniciativa. O asilo diplomático concedido por OI não poderia ser definitivo, sob pena de condenar-se o asilado a verdadeira prisão perpétua. Assim, a OI deveria contatar os diversos Estados para saber se algum deles se disporia a conceder asilo territorial. Em caso positivo, o Estado em cujo território está a OI deveria conceder salvo-conduto, de modo que o asilado seria levado ao território do Estado que aceitou conceder o asilo territorial. Essa situação certamente implicaria insegurança jurídica, pois não se sabe se algum Estado efetivamente endossaria a medida. Mas não se deve olvidar que o próprio instituto do asilo diplomático é objeto de críticas de vários Estados, que não concordam com tal restrição a sua soberania.

Ante o exposto, é perfeitamente aceitável que, futuramente, OI possa conceder asilo diplomático. Saliente-se que as OIs gozam de imunidades de bens e instalações, decorrente de acordos de sede ou convenções específicas. Portanto, detêm condição de, materialmente e de forma temporária, conceder asilo. A evolução do Direito Internacional nesse sentido dependerá de maior relativização da soberania estatal em prol do ser humano, que é o fundamento axiológico do Direito das Gentes atual.

RESPOSTA 2 • 20,00

Pedro Barreto da Rocha Paranhos

A discussão acadêmica proposta, acerca da possibilidade de concessão de asilo diplomático por organização internacional, necessariamente passa pela consideração de três elementos: a caracterização do asilo diplomático, a natureza das organizações internacionais enquanto sujeitos de Direito Internacional Público (DIP) e a própria possibilidade aventada em tela.

O asilo diplomático pode ser definido como ato discricionário de Estado de abrigo a indivíduos que sofrem ameaças ou perseguições por motivos de convicção política, em contexto extraterritorial, ou seja, nos locais - embaixadas, consulados - onde o Estado goza de imunidade. Trata-se de instituto consuetudinário latino-americano, cujo marco de referência é o Caso *Haya de la Torre* (CIJ). A própria definição de asilo diplomático oferece duas considerações que limitam a possibilidade de sua concessão por OIs. A primeira diz respeito à discricionariedade, que é aspecto relativo à soberania estatal. Nesse aspecto, tanto concepções voluntaristas, que propugnam a vontade estatal como fundamento de DIP, quanto ideais objetivistas, que defendem lei maior - como o “*jus cogens*”-, convergem no sentido de que o Estado tem atribuições exclusivas de organização de seu ordenamento e garantia dos direitos de seus cidadãos, os “*acta imperii*”. Não cabe, nesse sentido, atribuir a OIs atos de império, porquanto suas atuações limitam-se nos objetivos definidos em seus acordos constitutivos. Seriam, portanto, atos de gestão os que marcam o funcionamento de OIs. A segunda consideração decorrente da definição de asilo diplomático diz respeito à imunidade. A imunidade estatal resulta de processo evolutivo do costume internacional, ainda que em grande medida codificado da Convenção das Nações Unidas sobre Imunidade Jurisdicional de Estados e seus Bens, de 2004, ainda não em vigor. A prática costumeira define que a imunidade estatal é absoluta, em jurisdição e execução, mesmo que esta venha sendo relativizada. Já a imunidade de OIs é convencional: ela decorre de tratados constitutivos e acordos de sede, em sua maioria “*pro ratione*” e “*pro materiae*”. Não cabe, portanto, aventar a possibilidade de concessão de asilo diplomático por OI em função de sua imunidade.

Enquanto sujeitos de DIP, as OIs depreendem sua existência e funcionalidade dos seus tratados constitutivos. A chamada “teoria dos poderes implícitos”, consubstanciada no Caso *Bernadotte*, ofereceu as bases para o reconhecimento da personalidade jurídica internacional de OIs, a qual não se confunde com o elemento de soberania de constituição do Estado. É, contudo, o próprio elemento da soberania o que justifica a concessão de asilo diplomático, embasado na discricionariedade. Esse embate entre a subjetividade e a objetividade pode ser exemplificado pela comparação do asilo com o instituto do refúgio, cujos preceitos constitucionais são postos pela convenção para os Refugiados, de 1951. A atuação de OIs nesse regime é concentrada na ACNUR, cujo mandato é determinado por seu tratado constitutivo. Não cabe, no caso dos refugiados, a discricionariedade estatal, pois o Estado limita sua conduta em acordo com a Convenção, por exemplo, no princípio do “*non refoulement*”.

Considerando os elementos de discricionariedade e de imunidade soberana, necessários à concessão do asilo

diplomático, bem como a natureza constitutiva convencional e objetiva das OIs, cabe concordar com Bernardo.

RESPOSTA 3 • 20,00

Renato Barbosa Ferreira de Andrade

Ainda que tenha caráter humanitário, o asilo, diferentemente da questão do refúgio, não recebe tratamento universal por meio de tratado internacional sobre o temário. Por outro lado, o asilo recebe tratamento regional e vincula-se, sobretudo ao costume latino americano. Tendo por base esses elementos iniciais, faz-se necessário analisar a situação hipotética relacionada à possibilidade de Organização Internacional conceder asilo.

Organizações Internacionais são consideradas sujeitos de direito internacional público, sobretudo após a decisão da CIJ relativa ao caso reparação de perdas (caso conde Bernadotte). Se, por um lado, possuem capacidades implícitas que lhes permite agir para atingir seus objetivos; por outro, não são entes soberanos, não podendo, portanto, praticar atos de império, mas tão somente de gestão. Dessa forma, não pode ser efetivada a concessão de asilo por Organização Internacional, na medida em que a concessão desse instituto é ato discricionário (motivado por conveniência e oportunidade) que se deriva da soberania estatal para a prática de atos de império. Cabe aqui, ainda, uma diferenciação entre asilo diplomático e territorial. O primeiro, que se relaciona à questão, é concedido por embaixadas e instalações militares e quem o concede, a princípio, é o embaixador, que, por sua vez, solicitará salvo conduto para que aquele que solicita o asilo seja encaminhado para o país em que receberá o asilo definitivo (territorial). No segundo caso, que concede o asilo é o Presidente da República. No Brasil, esse instituto faz parte do rol de princípios das relações internacionais do país (artigo 4 da Constituição Federal).

Portanto, de acordo com o que foi exposto, somente o Estado, por meio de seu representante no país acreditante ou por meio do Presidente da República, poderia conceder o asilo diplomático e territorial respectivamente. No que concerne ao asilo, cabem algumas considerações gerais sobre o instituto. O temário ligado ao asilo possui uma convenção de alcance limitado (Convenção de Caracas de 1954). O asilo diplomático, por sua vez, é norma regional costumeira na América Latina, ainda que nem todos os países da região o tomem como tal. Diferentemente do refúgio, o asilo é considerado constitutivo, pois não configura direito a priori definido. Não possui, ademais, órgãos de fiscalização e acompanhamento como o Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados, constituído após a Convenção de Viena de 1993. Ainda que seja tema humanitário, o instituto do asilo não é tratado de forma universal, pois seu fundamento baseia-se na perseguição individualizada, ao passo que no refúgio, a perseguição é generalizada com grandes repercussões para a comunidade internacional.

O instituto do asilo tem um claro fundo humanitário. Entretanto, as restrições com as quais o tema é tratado, reduz as possibilidades de concessão. Desse modo, conclui-se que a tese de que Organização Internacional possa conceder asilo diplomático não é válida, na medida em que se trata de ato de império, que se vincula somente a Estados soberanos. Por isso,

caso alguma Organização venha a conceder asilo, será questionado com base na ausência de costume, tratado e soberania.

PIOR NOTA • 14,00

A concessão de asilo diplomático é tema de uma longa tradição de controvérsias jurídicas. Muitos são os aspectos que geram polêmica nesse debate: a extensão geográfica da possibilidade de asilo diplomático; os sujeitos de direito internacional aptos a concedê-lo; a obrigação ou não de o Estado contra o qual se pede asilo conceder salvo-conduto para que o asilado em sede diplomática possa partir para o território do Estado em cuja embaixada se asilou.

Surgido de um costume internacional existente na América Latina, o asilo diplomático ganhou estatuto convencional com a Convenção de Caracas de 1954. Bastante aplicado pelos Estados latino-americanos, região politicamente instável ao longo da história, é controversa a possibilidade de sua concessão por organização internacional. Trata-se, afinal, de costume internacional local materializado convencionalmente em um tratado assinado por Estados pertencentes à região latino-americana.

Esse argumento, que poderia ser apresentado por Bernardo, porém, é falho ao não notar que o fato de organizações internacionais não estarem obrigadas, nem por lei nem por costume, a conceder asilo diplomático não significa que elas não possam, em julgamento de conveniência e oportunidade, fazê-lo. Isso faz ainda mais sentido caso se considerem organizações internacionais latino-americanas, como o Mercosul ou a Unasul, cujos membros subscrevem o costume regional e integram a Convenção de Caracas e suas obrigações referentes à concessão de asilo diplomático. O argumento de Carla de que o asilo tem natureza humanitária é relevante quando se considera a tendência de humanização do direito e de supremacia dos valores humanísticos na ordem política internacional.

Uma possível ressalva é aquela feita por Daniel, segundo a qual, embora concorde com a possibilidade, os sujeitos plenipotenciários do direito internacional não a endossariam. Parte-se, ao elaborar essa visão do pressuposto de que a concessão a um costume elaborado por Estados requereria seu endosso para que pudesse ser praticado por outros sujeitos de direito internacional, como as organizações internacionais.

Essa visão, contudo, é insubsistente. Não há qualquer empecilho para que, desejando obrigar-se por um costume internacional, passando a orientar suas ações pelas exigências daquele, organização internacional não possa fazê-lo. Mesmo se fosse negador persistente, poderia alterar sua visão e guiar-se pelo costume. O que se protege com aquele instituto é a vontade de não se obrigar por costume de cuja elaboração não participou. Querendo obrigar-se, porém, não há óbice jurídico a impedi-lo.

Conclui-se, pois, pela possibilidade de organização internacional conceder asilo diplomático, sem necessidade de endosso dos sujeitos plenipotenciário do direito internacional.



11

Índice onomástico

ALEXANDRE DE PAULA OLIVEIRA

Economia | Questão 1 | Resposta 1 | 30,00

Economia | Questão 3 | Resposta 3 | 14,00

Inglês | Summary | Resposta 3 | 11,50

Língua Portuguesa | Redação 5 | 45,50

Pol. Intern. | Questão 3 | Resposta 1 | 27,00

ALEXANDRE PINTO DIB

História | Questão 2 | Resposta 1 | 30,00

ANA FLAVIA JACINTHO BONZANINI

Geografia | Questão 2 | Resposta 3 | 14,00

História | Questão 1 | Resposta 1 | 30,00

ARTHUR CESAR LIMA NAYLOR

Direito | Questão 2 | Resposta 1 | 30,00

História | Questão 4 | Resposta 1 | 20,00

Inglês | Translation A | Tradução 1 | 15,00

CAMILLA CORÁ

Economia | Questão 4 | Resposta 1 | 16,00

Inglês | Translation B | Tradução 1 | 12,00

Língua Portuguesa | Redação 2 | 50,50

DANIEL LEÃO SOUSA

Direito | Questão 2 | Resposta 2 | 30,00

História | Questão 4 | Resposta 2 | 20,00

Língua Portuguesa | Redação 3 | 50,50

DANIEL NOGUEIRA CHIGNOLI

História | Questão 2 | Resposta 2 | 30,00

ELLEN CRISTINA BORGES LONDE MELLO

Direito | Questão 2 | Resposta 3 | 30,00

Língua Portuguesa | Exercício 1 | Resposta 2 | 17,51

GAÉTAN I. M. SPIELMANN MOURA

Direito | Questão 1 | Resposta 3 | 28,00

Economia | Questão 1 | Resposta 2 | 30,00

GUILHERME FERNANDO RENNÓ KISTEUMACHER

Economia | Questão 2 | Resposta 3 | 27,00

Economia | Questão 3 | Resposta 1 | 15,00

Inglês | Translation A | Tradução 2 | 14,50

Língua Portuguesa | Exercício 1 | Resposta 1 | 17,63

Língua Portuguesa | Redação 11 | 41,25

HUDSON CALDEIRA BRANT SANDY

História | Questão 1 | Resposta 3 | 28,00

Inglês | Translation B | Tradução 3 | 10,50

Pol. Intern. | Questão 4 | Resposta 3 | 16,00

ISADORA LORETO DA SILVEIRA

Geografia | Questão 2 | Resposta 1 | 15,00

Inglês | Composition | Resposta 3 | 38,00

Língua Portuguesa | Redação 9 | 42,75

Pol. Intern. | Questão 3 | Resposta 2 | 26,00

JEAN PAUL COLY

Economia | Questão 1 | Resposta 3 | 29,00

Economia | Questão 3 | Resposta 2 | 15,00

Inglês | Translation A | Tradução 3 | 14,50

JOÃO SOARES VIANA NETO

Direito | Questão 1 | Resposta 1 | 30,00

Geografia | Questão 1 | Resposta 1 | 30,00

Inglês | Composition | Resposta 1 | 39,50

LUCAS CORTEZ RUFINO MAGALHÃES

História | Questão 3 | Resposta 2 | 20,00

Inglês | Summary | Resposta 2 | 12,50

Língua Portuguesa | Exercício 1 | Resposta 3 | 17,51

MARIA EDUARDA PAIVA

Economia | Questão 2 | Resposta 2 | 29,00

Economia | Questão 4 | Resposta 2 | 16,00

MARIANA DA SILVA GIAFFERI

Direito | Questão 3 | Resposta 1 | 20,00

Geografia | Questão 1 | Resposta 2 | 30,00

PAULO VICTOR FIGUEIREDO VALENÇA

História | Questão 1 | Resposta 2 | 30,00

História | Questão 3 | Resposta 3 | 20,00

Língua Portuguesa | Exercício 2 | Resposta 1 | 19,75

PEDRO BARRETO DA ROCHA PARANHOS

Direito | Questão 4 | Resposta 2 | 20,00

Língua Portuguesa | Exercício 2 | Resposta 2 | 18,88

Língua Portuguesa | Redação 1 | 54,25

PEDRO GAZZINELLI COLARES

Língua Portuguesa | Redação 7 | 44,75

RAMIRO JANUÁRIO DOS SANTOS NETO

Geografia | Questão 1 | Resposta 3 | 30,00

Língua Portuguesa | Redação 6 | 45,50

RENATO BARBOSA FERREIRA DE ANDRADE

Direito | Questão 4 | Resposta 3 | 20,00

Economia | Questão 2 | Resposta 1 | 30,00

RIANE LAÍS TARNOVSKI

Direito | Questão 1 | Resposta 2 | 30,00

Direito | Questão 3 | Resposta 2 | 20,00

Geografia | Questão 2 | Resposta 2 | 15,00

Língua Portuguesa | Redação 14 | 40,00

WALLACE MEDEIROS DE MELO ALVES

Inglês | Translation B | Tradução 2 | 11,00

Língua Portuguesa | Redação 4 | 49,50

Pol. Intern. | Questão 4 | Resposta 2 | 17,00